

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS  
RELAÇÕES POLÍTICAS**

**GABRIELA RODRIGUES DE LIMA**

**MEMÓRIA, GÊNERO E POLÍTICA: A MILITÂNCIA DAS  
ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO  
SANTO CONTRA A DITADURA MILITAR (1969-1972)**

**VITÓRIA**

**2017**

GABRIELA RODRIGUES DE LIMA

**MEMÓRIA, GÊNERO E POLÍTICA: A MILITÂNCIA DAS  
ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO  
SANTO CONTRA A DITADURA MILITAR (1969-1972)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Lima, Gabriela Rodrigues de, 1991-  
L732m Memória, gênero e política : a militância das estudantes  
da UFES contra a Ditadura Militar (1969-1972) / Gabriela Rodrigues  
de Lima. – 2017.  
185 f.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Memória. 2. Resistência ao governo. 3. Estudantes – Atividades  
políticas. 4. Mulheres – Atividades políticas. 5. Brasil – História – 1964-  
1985 – Narrativas pessoais. 6. Gêneros. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e  
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

GABRIELA RODRIGUES DE LIMA

**MEMÓRIA, GÊNERO E POLÍTICA: A MILITÂNCIA DAS ESTUDANTES DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CONTRA A DITADURA  
MILITAR (1969-1972)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes (Orientador)

Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Vitor Amorim de Ângelo (Membro externo)

Universidade de Vila Velha

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Beatriz Nader (Membro interno)

Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cristina Dadalto (Membro interno)

Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rossana Britto (Membro externo suplente)

Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco (Membro interno suplente)

Universidade Federal do Espírito Santo

Às mulheres capixabas que lutaram no passado por liberdade e hoje lutam pelo reconhecimento do valor de suas vozes e da importância de suas ações políticas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof.º Dr.º Pedro Ernesto Fagundes pelo apoio constante e amigável em todas as etapas de elaboração deste trabalho e pela compreensão e conselhos que me foram essenciais. Tal como ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, ao seu corpo docente e administrativo, assim como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte indispensável.

Agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES que ministraram as disciplinas que proporcionaram esclarecimentos teóricos e metodológicos caros à elaboração deste trabalho. Em especial à Professora Dr<sup>a</sup> Syrléa Marques e Maria Cristina Dadalto, por suas orientações acerca da História Oral no campo de estudos relacionado à História das mulheres; e ao Professor Dr. Vitor Amorim De Ângelo e Professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes, pelas reflexões a respeito da memória e dos usos políticos do passado. Agradeço à banca de avaliadores composta pela professora Dra. Maria Beatriz Nader, em especial por todas as sugestões feitas minuciosamente por ela ainda na qualificação desta pesquisa, além da professora Dra. Maria Cristina Dadalto, professor Dr. Vitor Amorim de Ângelo e Professora Dra. Rossana Britto, pela observação atenta ao trabalho e pelas sugestões e propostas ricas.

Agradeço à Maíra Tristão e Mirela Marin pela elaboração e execução do trabalho de entrevista em História Oral empreendido com empenho e minúcia com Laura Coutinho, e à própria Laura Coutinho pela disposição e empenho em colaborar de forma tão sensível e séria com a pesquisa, pensando junto conosco as reflexões propostas.

Os meus agradecimentos aos meus pais Liliane Guggiana Rodrigues e Hélio Teixeira de Lima, pela parceria incondicional e estímulo ao meu crescimento pessoal e acadêmico.

À minha filha, Alice, por ser força e inspiração na minha vontade de melhor entender o mundo e as questões feministas.

Finalmente, aos companheiros de vida e de História, Mirela Marin, Thiago Bermudes e Kaike Pimenta, pelas várias e ricas reflexões que provocam a todo momento, pela

compreensão de sempre e pelo amparo e ajuda que tanto contribuíram para a execução e o direcionamento tomado nesta pesquisa.

## RESUMO

A recente emergência das memórias referentes às lutas políticas de resistência ao Regime Militar instaurado no Brasil em 1964 e vigente até 1985, revela a predominância dos relatos de homens que se engajaram em organizações políticas contrárias ao Estado autoritário de então. Em audiência promovida pela Comissão da Verdade da UFES no ano de 2014 ficou notória a participação majoritária dos ex estudantes homens que contaram suas vivências militantes nos quadros do movimento estudantil na UFES. Diante desta percepção, a proposta do presente trabalho é resgatar os relatos e memórias das vivências políticas de mulheres que se fizeram presentes na luta de resistência organizada pelo Movimento Estudantil desta Universidade, oferecendo-lhes a escuta para suas narrativas e trabalhando, a partir delas, questões referentes à participação política das mulheres e as desigualdades de gênero reveladas nesta participação. A pesquisa partiu do contato com depoimentos orais concedidos à CV UFES e com a documentação proveniente dos arquivos recém-abertos da Assessoria Especial de Segurança e Informação atuante na UFES, traçando um contexto dos anos compreendidos entre 1969 e 1972, anos de maior perseguição política e institucional vividos na Universidade. A partir da descrição apresentada com base nos documentos e depoimentos de memória, partimos para a análise da História de vida de uma das militantes que estudou na UFES neste período, a Dra. Laura Coutinho, para elencar eixos de análise que relacionassem a história do período com a problemática da relação de gênero na política. O objetivo a que esta pesquisa se propôs, foi resgatar a memória das mulheres que viveram a repressão e a organização política em tempos de Ditadura, destacando a importância de fazer constar na história oficial da resistência a participação política ativa das mulheres. Este esforço é parte de um trabalho maior de crítica à história oficial, majoritariamente masculina, e do resgate das histórias das mulheres como parte de uma história oficial que se queira mais justa e democrática.

Palavras chave: Memória; Gênero; Política; Ditadura.

## ABSTRACT

The recent emergence of memories referring to the political struggles of resistance to the Military Regime instated in 1964 and remained in force until 1985 reveals the predominance of reports done by men who engaged in political organizations that opposed the authoritarian State by then. In an audience promoted by the UFES' "Comissão da Verdade" (Truth Commission, CV) in the year of 2014 it was notorious the majoritary participation of former male students who told their political experiences in the student movement. This considered, the objective of this work is to rescue the relations and memories of the political experience lived by the women that were involved in the fight for resistance organized by the student movement that took place in this University, offering to them the hearing for their narratives and developing, from that, questions that refer to their political participation and the inequalities of gender revealed in it. The research began with the contact to the oral depositions conceded to the CV UFES and the documentation that came from recently opened archives of the "Assessoria Especial de Segurança e Informação" (Special Advisory to Security and Information, AESE), that existed in the university. The research traces the context of the years between 1968 and 1972, when the political and institutional persecution was most intense. From the description presented based on the documents and depositions, we turn our attention to the analysis of one female student's life story that fought against the regime in the university, Dr. Laura Coutinho, with the purpose to relate this period's history with the problem of gender relations in history. The objective of this research is to rescue the women's memories who lived in the repression and the political organization in dictatorship's times, and to make notice of the women's importance in the official history. This effort is just a part of a bigger Project that seeks to criticize the official history, always centred on the males, and the rescue of the women's history as part of a more just and democratic History.

Keywords: Memory; Genre; Policy; Dictatorship.

## LISTA DE SIGLAS

AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação

AI1 – Ato Institucional n. 1

AI5 – Ato Institucional n. 5

ASI – Assessorias de Segurança e Informação

BC – Batalhão de Caçadores

CA – Centro Acadêmico CBM

CENIMAR – Centro Nacional de Informações da Marinha

CIE – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações da Aeronáutica

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna CRUB

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DA – Diretório Acadêmico

DCE- Diretório Central dos Estudantes

DOI - Destacamento de Operações de Informação

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSI – Divisão de Segurança Interna

ESG – Escola Superior de Guerra

FAFI – Faculdade de Filosofia

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM - Inquérito Policial Militar

ME – Movimento Estudantil

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OBAN – Operação Bandeirantes

OPCOR – Organização Partidária Comunista Operária Revolucionária

PC do B – Partido Comunista do Brasil

SISNI – Sistema Nacional de Informações

SISSEGIN – Sistema Nacional de Segurança Interna SNI – Serviço Nacional de Informação

UEE/ES – União Estadual dos Estudantes no Espírito Santo

UES – Universidade do Espírito Santo

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>CAPÍTULO I</b> .....	10
1.1 O censor moral e o padrão de comportamento. ....	10
1.2 As mulheres no mercado de trabalho. ....	11
1.3A historiografia e o compromisso com as mulheres na história. ....	15
1.4A dominação masculina e as causas da exclusão das mulheres no âmbito político. ....	21
1.5A História Oral e o resgate da memória .....	27
<b>CAPÍTULO II</b> .....	39
2.1 O contexto político latinoamericano e brasileiro.....	39
2.2UFES, da criação ao golpe de 1964.....	42
2.3A repressão política na UFES.....	43
2.4A militância das mulheres no Movimento Estudantil da UFES.....	44
2.5A estrutura do aparato repressivo nas universidades.....	57
2.6Ondas repressivas na UFES.....	62
<b>CAPÍTULO III</b> .....	71
3.1 A história testemunhal da resistência .....	71
3.2 Desmantelamento da Ala Vermelha.....	80
<b>CONCLUSÃO</b> .....	91
A memória como arma política.....	91
<b>REFERÊNCIASBIBLIOGRÁFICAS</b> .....	102
<b>ANEXOS</b> .....	107

## INTRODUÇÃO

Em outubro de 2014, data em que se contam 50 anos do golpe militar pelo qual passou o Brasil em 1964, um grupo de mulheres, ex estudantes da UFES levou a público as memórias que guardam do período de vigência da repressão militar e da atuação política que tiveram na resistência organizada pelo movimentos estudantil desta Universidade. A iniciativa que promoveu este momento de acesso público à memória política das mulheres foi proporcionada pela Comissão da Verdade da UFES, que realizou uma oitiva no auditório da reitoria desta Universidade. Eventos como este, com o objetivo de levar a público as memórias políticas das pessoas atingidas de alguma forma pela ação repressiva do Estado ditatorial, ganharam intensidade a partir da instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em maio de 2012 pela presidenta Dilma Rouseff.

A memória dos grupos que organizaram algum tipo de resistência ao regime militar ganhou visibilidade nos últimos anos, com a emergência de ex militantes de seus quadros a cargos representativos da política brasileira. Contudo, o evento recém mencionado, apesar de ser parte deste processo de tornar visível a memória da resistência, guarda a especificidade de ser dedicado exclusivamente às memórias das mulheres militantes, algo incomum. Os momentos em que se menciona a memória de militantes da resistência neste período sugere uma participação diminuta de mulheres entre esses quadros militantes. Isto acontece porque a maioria dos estudos em história política do tempo presente se baseia em fontes orais das principais lideranças de organizações políticas, sendo a maioria dos depoentes homens e uma pequena parcela de mulheres que ocuparam posições de líderes. Neste sentido se põe em evidência a questão da participação ativa das mulheres num dos períodos políticos mais complexos da história do Brasil e da memória que se constrói a respeito desta participação na história oficial da nação.

O contato com os depoimentos das ex estudantes em 2014 despertou a necessidade de pensar mais a fundo a participação ativa das mulheres na resistência ao regime militar, sendo que este recorte espaço temporal faz parte de uma discussão mais ampla, a que pensa a situação das mulheres na política, institucional e não institucional. O momento que vivíamos em 2014 era propício a esta tarefa no Espírito Santo, já que os trabalhos da Comissão da Verdade da UFES respiravam a plenos pulmões em atividades como a busca e levantamento de documentos referentes ao período nos arquivos de todos os centros da Universidade e em

porões escondidos pelo campus. A CV/UFES promovia ainda a análise da documentação produzida pela AESI/UFES, órgão de vigilância e informação que apresentaremos mais adiante, e a promoção de audiências públicas e coletas de depoimentos dos ex estudantes, professores e servidores que viveram este período na UFES.

“No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues.”

Michelle Perrot (1989)

A frase acima abre o artigo intitulado Práticas da memória feminina, da historiadora francesa Michelle Perrot (1989), e seu conteúdo anuncia de forma cristalina o cerne da presente pesquisa, que pretende pensar a problemática do espaço ocupado pelas ações políticas das mulheres na história oficial do Brasil. O caminho trilhado para trabalhar esta questão a partir do recorte da resistência política do movimento estudantil ao regime militar no Espírito Santo entre os anos de 1969 a 1972, passa pela busca, escuta e análise dos relatos das ex estudantes e militantes da UFES, buscando relacionar seus depoimentos com o cotidiano da repressão política que consta nos documentos oficiais produzidos pelos órgãos de informação, e principalmente fazendo-as constar na história da resistência. Para tanto é necessário ir além da simples constatação da participação política das mulheres neste processo, e essencial incluir nesta história a influência que as relações de gênero exercem nas trajetórias de vida e militância política das ex estudantes que nos narraram suas memórias. O objetivo é pensar nessas mulheres como agentes históricas plenas do processo de resistência, considerando as subjetividades de ser mulher neste contexto, fato este que pesa tanto no período de militância ativa quanto na forma com que posteriormente suas memórias entrarão na cena da história oficial.

Assim, este trabalho é fruto do esforço em conhecer mais profundamente a história recente do Espírito Santo dando voz às versões das mulheres que viveram o período da repressão militar no estado e vivenciaram em suas experiências individuais o cotidiano da repressão e da organização política clandestina. O objetivo inclui escrever a história da participação política das estudantes capixabas no Movimento Estudantil (ME) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) contra a ditadura incluindo a perspectiva particular das mulheres que dela participaram, abordando tanto o contexto político mais geral da repressão nesta universidade como as questões de gênero que atravessaram a vida das militantes.

Em um contexto mais geral, trabalhamos a problemática da construção do relato histórico oficial do Brasil, que comumente deixa a trajetória das mulheres à margem dos relatos. O objetivo geral da pesquisa é demonstrar a possibilidade de enriquecimento na construção deste relato a partir da integração da vivência das mulheres no âmbito do mundo do trabalho e da política, dos quais participaram ao longo de toda a história do Brasil, mesmo que esta participação tenha sido pouco considerada. Englobar a problemática das relações de gênero e das desigualdades envolvidas nesta relação contribui para tornar mais complexa e rica a história do país.

As fontes analisadas são três entrevistas, uma delas baseada no método da História Oral de Vida de uma das ex estudantes da UFES, Laura Coutinho, de onde foi interpretada uma percepção social dos fatos ocorridos, além de entrevistas temáticas realizadas pela Comissão da Verdade (CV) da UFES, que contribuíram com o relato de forma menos aprofundada, além de documentos produzidos pelo Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna (DOI-CODI), de São Paulo, para onde foram levados alguns dos estudantes desta Universidade que foram presos por motivos políticos, documentos produzidos pela Assessoria de Segurança e Informação que atuava na UFES durante o regime militar (AESI/UFES) e documentos do DOPS/ES, hoje sob tutela do Arquivo Público do Espírito Santo, que mencionam processos de investigação a membros da comunidade acadêmica desta universidade. Além dos documentos mencionados, lançamos mão de uma bibliografia que trata da história das mulheres no Brasil a partir do fim do século XIX até o presente, a fim de lançar luz à presença das mulheres nos principais fatos e debates que marcaram nossa história e justificar a possibilidade de que a prática historiográfica integre esta presença aos relatos oficiais.

A forma de análise e metodologia que mais se adequa aos objetivos da pesquisa se faz presente nos trabalhos de História Oral. A História Oral temática se mostrou de grande valia no primeiro momento, no contato inicial com as narrativas das mulheres apresentado na oitiva realizada em 2014. Foi neste evento que as experiências do período da militância e da prisão se apresentaram pela primeira vez ao público. A partir deste contato tornou-se necessário recorrer a entrevistas mais longas e previamente elaboradas, que adentrassem nos detalhes da infância, da relação com a família, nas motivações da ação política e no juízo posterior que as militantes construíram a respeito de sua atuação, trabalho este, que foi feito com a ex estudante Laura Coutinho.. Neste ponto a História Oral de vida passou a ser utilizada como forma de uma abordagem que se demora mais na análise de toda a trajetória vivida pelas

agentes históricas. Desta forma se abriu um contato mais profundo que permitiu tecer uma narrativa de memória mais completa, estabelecendo relações entre um momento e outro da vida e possibilitando uma compreensão mais complexa da atuação política das mulheres em questão.

Alguns motivos práticos permitiram um contato mais próximo e profundo com apenas uma das ex estudantes, que relatou sua vivência desde a infância até os dias atuais em entrevista realizada segundo os métodos da História Oral de vida. A história de Laura Coutinho, ex estudante de odontologia da UFES e participante das ações de resistência ao regime, permite um contato mais próximo com as histórias de outras mulheres que viveram este mesmo contexto. A história narrada por Laura é abordada na pesquisa como uma história demonstrativa de outras possíveis histórias de mulheres que agiram no contexto político da época, apresentando pontos semelhantes com elas.

Algumas situações típicas da desigualdade de gênero são comuns à maioria das mulheres militantes. Por exemplo, é válido pensar nos motivos que as levaram optar por não se confinarem apenas na esfera privada e atenderem às suas necessidades de agir no âmbito do público, na esfera política, em como perceberam e lidaram com o descrédito por parte dos companheiros de militância quanto à sua capacidade de formulação política e ação prática nos “atos de resistência”, tão marcados pelo imaginário militarizado, masculino e viril. São questões de gênero que atravessam a vida de agentes históricas e que precisam ser incluídas numa história da resistência que se pretenda mais completa e democrática.

As lutas de resistência ao regime militar instaurado no Brasil entre 1964 e 1985 foram e são objeto de inúmeros trabalhos de pesquisa e de tentativas de compreensão por parte de historiadores e demais cientistas sociais. Em referência ao período da guerrilha podemos citar alguns como clássicos, por exemplo, de Daniel Aarão Reis, 1968: a paixão de uma utopia (1988); O Fantasma da Revolução Brasileira (1994) de Marcelo Ridenti; Combate nas Trevas (1987), de Jacob Gorender; 1968; O Diálogo É a Violência - Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil, de Maria Ribeiro do Vale (2008) e 1968: eles só queriam mudar o mundo (2008), de Regina Zappa, além de muitos outros trabalhos sobre a história do período e a relação entre Movimento Estudantil combativo e luta armada. Inúmeros destes trabalhos se constituem de análises ricas, complexas e muito bem apresentadas, porém, nada dizem sobre a presença das mulheres nos quadros de grupos clandestinos da resistência.

Até a década de 1980 pouco se escreveu sobre a atuação das mulheres na resistência política, e isto se deve ao silenciamento promovido pelo regime autoritário e pela visão histórica predominante que este representava e reafirmava, qual seja, da incapacidade de atuação política das mulheres. Em contra partida em 1980, ainda sob a vigência do regime militar, Albertina Oliveira Costa publica *Memórias de Mulheres do Exílio*, obra que a tornou pioneira no assunto e exemplo de ousadia. Oliveira Costa (1980) emprega os procedimentos da História Oral de vida para ouvir e contar experiências de mulheres militantes da luta armada que foram presas, torturadas e exiladas do Brasil pelo regime autoritário então vigente. O caminho inaugurado por Costa em 1980 abriu o acesso para que se percebesse e se levasse em conta os sentimentos, sonhos, vivências e especificidades das participantes de diferentes organizações de guerrilha. Esta prática representa a democratização de uma série de informações e interpretações sobre o passado, todas próprias de seu tempo e forjadas no seio de vivências reais do contexto da época.

Esta pesquisa, tal com a obra de Oliveira Costa (1980), não pretende complementar a compreensão do que poderia ser chamado de experiência masculina no âmbito da resistência política, mas busca apresentar o que as mulheres que agiram em determinado contexto pensaram e avaliaram a partir de suas relações com os companheiros, incorporando à história de um período o peso da hierarquia de poder entre os gêneros dentro das organizações. Considerar o peso das relações de gênero na vida política dos membros da resistência revela o descompasso entre o ideal feminista da época e a concepção política da esquerda brasileira. Neste sentido nos propomos a uma breve análise dos debates e do estado de reflexão que os movimentos feministas promoviam no Brasil a respeito da condição da mulher na esfera pública.

Ouvir e trabalhar relatos orais de mulheres é uma forma de permitir seu acesso à chamada “grande história”, lugar simbólico de onde somos sistematicamente afastadas na medida em que nossas histórias são contadas no âmbito da vida privada, ou situadas nos bastidores das lutas atribuídas aos homens.

É importante lembrar que a invisibilidade das agentes históricas deste período não é obra apenas dos perpetradores do regime autoritário, e que a própria esquerda ligada à luta armada fez pouca ou nenhuma referência a elas. Neste sentido, sabe-se que o imaginário da guerrilha é extremamente masculinizado e viril, dando a impressão de diminuta presença feminina em seus quadros. Esta impressão deve ser problematizada por meio da escrita das histórias de

militância de mulheres que integraram as ações de resistência de várias formas, encontrando estratégias para driblar as dificuldades de atuar politicamente. Uma das estratégias de militância muito utilizada pelas mulheres é o que Maria Cláudia Badan Ribeiro (2011) chama de “socorro vermelho”. São as ações de apoio tático aos militantes na clandestinidade, como o acolhimento que as mulheres próximas aos envolvidos diretos na resistência armada promoviam, oferecendo remédios, alimentos, informações, documentos falsos e suas casas como abrigo para armas e ou para os próprios militantes. Esta é uma das alternativas de apoio à resistência citada por uma das ex-estudantes militantes da UFES, Laura Coutinho.

O recorte da pesquisa tem início no ano de 1969, data do fechamento do Diretório Central dos Estudantes da UFES e vai até 1972, período do desmantelamento da Ala Vermelha do PCdoB em todo o território nacional. As ex estudantes de quem trabalhamos os relatos nesta pesquisa não foram militantes diretas da Ala Vermelha, mas o desmantelamento desta organização representa um ponto forte no marco temporal, visto que a prisão de Laura Coutinho se deu neste contexto, quando foi levada à Operação Bandeirantes, em São Paulo, por militares responsáveis pela perseguição à Ala que a prenderam junto com seu então companheiro, este sim, membro direto da organização. O marco inicial do recorte, ano de 1969 é duplamente interessante pois marca no contexto mais geral da UFES um momento em que os estudantes não contavam mais com sua principal entidade de organização e reivindicação política, o DCE. Neste momento os estudantes que pretendiam mesmo levar à frente os atos de resistência tiveram de buscar organizações políticas que extrapolavam a esfera estudantil. Além disso, foi o ano em que nossa principal narradora, Laura Coutinho, entra na Universidade e passa a ter contato com a organização clandestina Ala Vermelha do PC do B. Este foi o período em que mais ocorreram prisões no estado, refletindo um endurecimento do aparelho repressivo do Estado, nacionalmente e no Espírito Santo.

Segundo o relatório elaborado pela Comissão da Verdade da UFES, nos últimos meses do ano de 1972 a Operação Bandeirantes (OBAN), com sede em São Paulo, prendeu os últimos militantes ligados nacionalmente à Ala Vermelha do PC do B em Vitória/ES. Entre as nove pessoas detidas estavam a ex estudante de odontologia da UFES, Laura Coutinho, nossa testemunha narradora, e seu companheiro e também estudante da UFES do curso de geografia, João Amorim. Todos os detidos pela OBAN nesta ocasião foram levados a São Paulo em um avião da Força Aérea Brasileira, onde foram fichados pelo Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna. Os documentos do DOI-

CODI(SP), foram disponibilizados para a pesquisa por Laura Coutinho, que guarda um grande volume de documentação referente a este período em seu arquivo pessoal.

A pesquisa se detém, portanto, entre os anos de 1969, ano de sua entrada na Universidade como estudante do curso de odontologia. O fim do recorte é o ano de 1972, justificável pelo fechamento do cerco repressivo às organizações armadas, que leva presos alguns dos estudantes citados nos documentos produzidos pela AESI/UFES, entre eles Laura Coutinho, o que fechou o ciclo de sua militância estudantil. Apesar de que, se tratando de uma história de vida é necessário fazer menção aos anos anteriores e posteriores a um recorte temporal rígido, com o objetivo de construir um cenário que torne compreensível tanto as razões que a fizeram estar neste espaço de militância no movimento estudantil, que também é nosso objeto, quanto esclarecer a dinâmica de formação e atuação da própria estrutura do aparato repressivo que agiu sobre este mesmo movimento estudantil de que Laura fez parte.

Desta forma, se faz útil empregar na análise deste contexto a metodologia da História Oral, a partir das alianças que estabeleceu com o estudo da memória, é crucial para ampliar a noção de sujeito histórico, passando a considerá-la em sua dimensão humana e subjetiva, com as necessárias singularidades sociais e de gênero, como é o caso do estudo a respeito dos significados e efeitos da violência perpetrada pelo regime autoritário brasileiro (1964-1985) sobre diferentes setores da sociedade. Neste ponto se anuncia outro aspecto levantado pela pesquisa e que diz respeito às particularidades da violência perpetrada contra as mulheres nos porões da ditadura, sempre restringindo inteiramente as mulheres à esfera da sexualidade, e perpetrando formas de tortura sempre marcadas pela violência de gênero. inteiramente as mulheres à Este ponto é ilustrado na pesquisa pelos relatos de memória do cárcere de Ângela Milanez, Magdalena Frechiani e Elizabeth Madeira, estudantes da UFES e militantes da resistência que prestaram seus depoimentos na oitiva promovida pela CV/UFES em 2014 e narrado com ainda mais detalhes por Laura em sua história de vida.

Em suma, a pesquisa buscou tirar da invisibilidade as mulheres capixabas que ousaram entrar na política e resistir, em um momento especialmente difícil para a participação das mulheres neste ambiente. A partir das memórias narradas pelas ex-estudantes engajadas no Movimento Estudantil da UFES, além dos documentos oficiais produzidos pelos órgãos de repressão do Estado.

O trabalho se apresenta de início com o contexto da atuação política das mulheres brasileiras no âmbito do trabalho e da política, mencionando as características do envolvimento das

mulheres na esfera pública desde meados do século XIX, na participação cultural e literária, parte da luta por questões políticas centrais daquele momento, como o movimento abolicionista. O século XX, com a presença da modernização e do desenvolvimentismo é palco de mudanças importantes na perspectiva do trabalho e das relações sociais que se abrem a cada vez mais mulheres e que é amplamente discutido pelo movimento feminista daquele período. Enfim, as questões contemporâneas que se apresentam às mulheres nos espaços públicos são mencionadas e aproximam a discussão do período a que nos propomos centrar a análise, o regime militar brasileiro que teve início em 1964. O despertar para a ação direta contra as injustiças sociais deste período e o envolvimento com a militância política são questões abordadas neste primeiro capítulo a partir da entrada em cena da História Oral, com a análise de parte dos depoimentos de memória narrados pelas ex estudantes.

O segundo capítulo reconstrói o contexto político brasileiro e latino-americano da década de 1960, abrangendo todo o aparato repressivo montado no Brasil para combater os dissidentes, com foco no papel das Universidades nesse contexto, especificamente na conjuntura interna da UFES. Os momentos de maior atividade do aparato repressivo montado na UFES são trabalhados no texto como ondas repressivas, nomenclatura sugerida pelo pesquisador do período na UFES, coordenador da CV/UFES e professor da pós graduação em história desta universidade, Pedro Ernesto Fagundes (2013). O termo “ondas repressivas” foi utilizado na redação do Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES (2016), base bibliográfica de parte desta pesquisa. A abordagem da história da resistência pautada em quatro momentos, ou ondas repressivas, acompanha as trajetórias de militância das estudantes que narraram suas memórias sobre o período.

O terceiro capítulo é dedicado a discutir e apresentar as possibilidades de inclusão da memória das mulheres na narrativa historiográfica como forma de democratizar a história oficial. A narrativa histórica oficial sobre os processos brasileiros são escritos deixando à margem a vivência das mulheres, vivência esta que guarda especificidades determinadas pela desigualdade de gênero e que certamente enriqueceriam o relato histórico na medida em que revelam desníveis próprios da constituição social, que não devem ser ignorados em uma história que se pretenda democrática.

Ao longo dos capítulos pretende-se adentrar na história de vida particular de Laura Coutinho, na época estudante de Odontologia da UFES, companheira do João Amorim, membro da Ala Vermelha do PCdoB, mas com uma atuação política independente. Laura Coutinho foi a única

pessoa que se dispôs e encontrou as condições de fazer uma entrevista mais longa e pormenorizada sobre sua história de vida, para além do depoimento realizado pela CV/UFES. Além disso, há farta documentação sobre a sua prisão e uma carta escrita a próprio punho assim que chegou no DOI-CODI(SP).

Com isso, a pesquisa pretende explorar aspectos de sua subjetividade, tal como as restrições impostas pelos próprios companheiros de militância pelo fato de serem mulheres, os reflexos das situações que viviam e se manifestavam em traços de sua personalidade, a violência do cárcere, a vivência da maternidade e as formulações políticas posteriores, características da história de vida das mulheres que narram, mas representativas de muitas outras histórias de mulheres.

## **CAPÍTULO I**

### **A atuação das mulheres brasileiras no âmbito do trabalho e da política**

Conhecer a trajetória da participação feminina no mercado de trabalho e na participação política contribui para que se demonstre a possibilidade de construir uma narrativa histórica oficial do Brasil como nação sem deixar à margem a vivência das mulheres neste processo. Esta vivência guarda especificidades, principalmente aquelas determinadas pela desigualdade das relações de gênero, que enriquecem o relato histórico. O próprio desequilíbrio da estrutura social pautada nos gêneros e nas dicotomias que se originam desta estrutura precisam ser compreendidos para se esclarecer a dinâmica da participação política diferenciada entre homens e mulheres nas sociedades patriarcais.

#### **1.1 O censor moral e o padrão de comportamento**

De acordo com a análise da historiadora Magali Engel (2004) já a partir de meados do século XIX no Brasil, algumas perspectivas em relação ao trabalho produtivo passaram por transformações importantes. Adventos como a proclamação da República, em 1889, a intenção de reestruturar as bases das relações de trabalho, a mudança do ambiente urbano, que cresce e se torna muito mais complexo, tornando necessário atualizar as formulações que tinham o objetivo de disciplinar os corpos e as mentes por meio de estratégias que visam atender a expectativas e interesses dominantes.

Na segunda metade do século XX no Brasil, o desenvolvimento da industrialização e o crescimento das cidades, aliados a emergência de uma segunda onda do movimento feminista, acarretaram um questionamento aos tradicionais papéis sociais de gênero, implicando no surgimento de novas possibilidades de trabalho, de relacionamentos afetivos e de percepções dos símbolos de gênero.

Podemos dizer que a pauta do dia no Brasil de inícios do século XX era: ordem, progresso, modernidade e civilização, todos tal como são definidos pelos parâmetros burgueses, e trabalhar para atingir estes objetivos significava, entre outras coisas, estabelecer novos padrões de moralidade, tanto nas relações afetivas e sexuais quanto nas sociais, resumidas na necessidade de uma nova ética do trabalho. Segundo os padrões sociais da época, o julgamento do senso moral dos sujeitos é o que os autorizava ou não a ser considerados “normais” e, portanto, aptos a participar das relações sociais de seu ciclo. Este senso moral como juiz da normalidade dos sujeitos em certa medida permanece atuante nos dias de hoje,

ainda que um código rígido de posturas consideradas adequadas ou não pareça estar em processo de relaxamento. Ainda segundo Engel (2004), a transição entre os séculos XIX e XX a fuga da moral aconselhada, que às mulheres se relacionava aos cuidados com o lar e a família, era muitas vezes julgada pela medicina psiquiátrica, que neste momento intervinha abertamente na sexualidade das pessoas, em suas relações de trabalho e em condutas coletivas ou individuais que se ligassem à questões religiosas ou políticas. Uma mulher demonstrar o sentimento de desejo sexual não era uma postura bem aceita pelo senso comum da época, tanto quanto não era julgado normal e saudável que uma mulher manifestasse não ter o desejo de ser mãe. As funções e características atribuídas ao gênero feminino como naturais, normais e saudáveis, como a de mãe, cuidadora, zelosa, abnegada e passiva, se não incorporadas pelas mulheres podia sujeitá-las a ser encaradas como doentes mentais ou pessoas com distúrbios psíquicos.

Neste cenário, as análises dos casos de indivíduos encaminhados à hospitais psiquiátricos mostra-se diferente dependendo de se tratar de mulheres ou de homens. Os casos de mulheres julgadas como alienadas, ou simplesmente doentes mentais, levavam em conta principalmente a inclinação e a disposição que tinham em viver o destino mais convencional recomendado a elas, o que diziam ser o natural, o de mãe e esposa. Os comportamentos que negassem abertamente este destino ou manifestasse inaptidão para o afeto e dedicação maternal e zelosa eram tomados pela medicina psiquiátrica como indícios de histeria ou psicose. A moral aparece, portanto, como elemento importante no julgamento dos comportamentos tanto na esfera pública quanto nas relações mais privadas, como as sexuais e afetivas. Ainda de acordo com Engel (2004) o perfil da mulher histérica que foi definido e difundido por médicos e psiquiatras orientados pela perspectiva que apresentamos, foi assumido como padrão de comportamento recomendados pela ordem como parâmetro para considerar as mulheres que desviassem dele como alienadas mentais. Este perfil se consolidou e legitimou ao longo das primeiras décadas republicanas.

Neste sentido vale ainda ressaltar a suscetibilidade das mulheres de pouca ou nenhuma posse a estarem sujeitas a tratamentos psiquiátricos onde a força, a violência e a desumanização eram recorrentes.

## **1.2 As mulheres no mercado de trabalho**

Quanto à participação das mulheres no mercado de trabalho, é uma questão que toca profundamente na retomada dos padrões morais como elemento capaz de representar certo

controle de circulação de pessoas e idéias no lócus da atividade produtiva. O trabalho fora do domicílio, sobretudo a partir da Revolução Industrial, na Europa, foi e em alguma medida permanece sendo considerado como impeditivo das funções ditas naturais das mulheres, como as de mãe e esposa. Mas ao longo de toda história as mulheres sempre trabalharam, mesmo que por muitas vezes seu labor tenha ficado menos evidente por ser confundido com ofícios coletivos e familiares, como afirmam Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2013) em uma análise do espaço que as mulheres vêm ocupando no mercado produtivo ao longo da história do Brasil. As autoras notam ao longo desta trajetória a reafirmação do princípio sexual de divisão do trabalho, que revelou sua persistência mesmo nos momentos em que as mulheres passaram a assumir diversas funções produtivas em postos e cargos antes vetados ou inacessíveis. Facilitava-se o acesso feminino a ocupações condizentes com sua pretensa habilidade e vocação. Em áreas como o Magistério, Farmácia, Odontologia e Enfermagem, por exemplo, os obstáculos erguidos contra as mulheres foram menores, mas ainda significativos. Porém, nos setores onde são tomadas as decisões que regem a coletividade, as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam barreiras maiores. O processo de ampliação da participação feminina no mercado produtivo tem sido complexo, tenso e nada linear.

A primeira legislação que regulamenta o trabalho feminino foi implantada de forma assistemática, tendo início no fim da década de 1910, no estado de São Paulo. A partir dos anos de 1930, a influência federal na regulamentação do trabalho cresceu, e em relação ao trabalho das mulheres, culminou em um item da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, 1943), chamado “Da proteção ao trabalho da mulher”, por meio do qual se estabeleceu a equiparação salarial entre homens e mulheres, além de coibir a participação feminina em tarefas inadequadas à sua capacidade física ou que colocassem sua saúde em risco. Com exceção dos empregos em telefonia, enfermagem, casas de espetáculo e diversão, hotéis e bares, o trabalho noturno foi vetado às mulheres no Artigo 379 da Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, a CLT. O artigo foi revogado décadas depois pela Lei 7.855, de 24 de outubro de 1989, que alterou a CLT. Regulamentou-se ainda a exigência de creches em empresas que contassem com mais de 30 trabalhadoras em seus quadros. É interessante notar que desde o início do impulso que as mulheres representam na incorporação de suas pautas às questões trabalhistas, a situação da tutela e do cuidado com as crianças são encarados como uma pauta exclusivamente feminina, o que à primeira vista se dá sem debates. Esta reflexão se mostra útil ainda hoje se pensarmos nos movimentos feministas das mulheres de periferia no Brasil

que se mobilizam pela abertura de creches e parecem não ter a contribuição dos sindicatos e demais organizações de trabalhadores na reivindicação desta pauta.

Sob outro aspecto vale lembrar que o direito de trabalhar sem a autorização dos maridos só foi reconhecido em 1943, e apenas com o Estatuto da Mulher Casada (1962) é que se retirou do Código Civil o direito dos maridos de impedir que as esposas trabalhassem fora do domicílio. Com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada em 1962, “[...] se retirou do Código Civil o direito do marido de impedir sua esposa de trabalhar fora do domicílio” (MATOS e BORELLI, 2013, p. 142). É significativo que tal proibição só tenha deixado de existir em 1962, quase 20 anos depois da permissão do trabalho fora do domicílio sem necessidade de autorização. Este atraso mostra a força da resistência que se tem em tutelar o trabalho e a vida das mulheres nos ambiente públicos.

A partir da década de 1960, novas leis foram criadas no sentido de coibir as diferenças com relação a salários, critérios de admissão, exercício das funções e promoção na carreira que tomassem com base o critério de ser homem ou mulher. A licença maternidade foi ampliada para 120 dias, sem prejuízo do salário, e deu garantias de estabilidade à gestante (1988), sendo os benefícios estendidos também às mães adotivas. Conscientes da importância da luta pelos direitos trabalhistas, as mulheres se articularam, constituindo grupos de pressão e ação junto à Assembleia Constituinte para garantir seus direitos na Constituição de 1988 (MATOS e BORELLI, 2013).

As autoras que tomamos como base para este panorama, afirmam que na história do Brasil, a interferência do Estado na órbita do trabalho das mulheres foi marcada por ambiguidades, já que os registros legais sugerem ações governamentais orientadas a priorizar e defender a instituição familiar, reforçando a importância da maternidade e dos cuidados das mulheres com o lar e se mostrando omissas em relação à equiparação entre a condição de mulheres e homens frente à constituição. Assim, o Estado e seus articuladores demonstravam estarem essencialmente de acordo com a lógica social da dominação masculina, exposta por Pierre Bourdieu (1990), que encontra sua referência fundamental na naturalização das oposições binárias encarnadas, entre outras, na oposição homem/mulher e na consequente dicotomia que se estabelece entre o espaço público e o privado. De acordo com esta noção, as ações do governo eram pensadas com base na compreensão de que os trabalhos que as mulheres realizavam fora de seus domicílios eram atividades provisórias e ou complementares ao trabalho exercido pelo chefe da família. O Estado, como cabeça de uma sociedade patriarcal

dominada pela lógica masculina, não trabalhava com a possibilidade de garantir condições de trabalho permanentes às mulheres para que estas tivessem os meios de prover sua subsistência material sem o auxílio de uma família que lhe servisse de amparo. Em consequência, as medidas governamentais em geral privilegiaram os homens em detrimento do auxílio ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, como destacam as autoras que tomamos como referência, Matos e Borelli (2013), quando a economia mostrou precisar da mão de obra feminina, o Estado e o patronato facilitaram sua incorporação ao mercado.

Podemos citar as décadas de 1980 e 1990 como exemplo de um período em que foi necessário incorporar e facilitar o exercício da mão de obra feminina como sustentáculo necessário à economia. Para enfrentar o cotidiano do intenso processo inflacionário dessas décadas, o sistema financeiro brasileiro optou pela informatização, alterando os critérios para a contratação e o trabalho de seus funcionários, o que provocou um rebaixamento salarial geral na categoria. Neste contexto, num curto espaço de tempo as mulheres se tornaram a maioria dos empregados nas instituições bancárias, sendo absorvidas em cargos secundários, envolvendo atividades repetitivas e pagas com salários mais baixos, mesmo quando qualificadas. Este exemplo revela o rebaixamento do prestígio das funções de trabalho que são majoritariamente ocupadas pelas mulheres, demonstrativo de um preconceito estrutural e sistematicamente atualizado contra o gênero. Resistências e lutas coletivas mobilizaram a organização da categoria, com o fortalecimento dos sindicatos e ações grevistas

As grandes mobilizações que ocorreram no Brasil entre os anos 1970 e 1980, envolvendo trabalhadores de diferentes setores da economia, culminaram na institucionalização do chamado “Novo Sindicalismo”, que se destacava pelas ações reivindicatórias, como aumento de salários. Entretanto, embora as mulheres participassem ativamente em todos os movimentos, elas sofreram uma discriminação evidente dentro dos sindicatos, assistindo suas demandas “específicas” serem menosprezadas pelos próprios companheiros, que muitas vezes consideravam como “caprichos”.

Com o tempo, buscando brechas e pressionando pela inclusão de suas reivindicações, as sindicalistas conseguiram abrir alguns espaços políticos, como a criação da Comissão da questão da mulher trabalhadora, na Central Única dos Trabalhadores (1986), que se propôs a discutir, além das condições do trabalho e da militância sindical, a situação cotidiana das mulheres e as práticas familiares. Este esforço de mobilização mostra um amadurecimento na luta das trabalhadoras que passam a discutir as questões que as afetam no âmbito público do

trabalho, mas que tem raízes e conseqüências na forma com que vivem o cotidiano privado e familiar. A Comissão da questão da mulher trabalhadora alia a mobilização sindical prática e o debate das questões cotidianas, demonstrando a compreensão de que as vivências pessoas podem e devem ser integradas ao debate político. As militantes trabalhadoras não se fecharam no Movimento Sindical, passaram a se articular com outros movimentos de mulheres e grupos feministas para, juntas, organizarem mobilizações por melhores condições de trabalho, por justiça salarial, contra a carestia e por serviços públicos capazes de ampliar sua qualidade de vida (MATOS e BORELLI, 2013). Para uma aproximação com o contexto da atuação das mulheres no âmbito da política brasileira, tomamos como base as afirmações de Maria Ligia Prado e Stella Maris Scatena Franco (2013) que afirmam a existência de uma atuação feminina efetiva no debate público além da esfera do Estado e de suas instituições.

### **1.3 A historiografia e o compromisso com as mulheres na história**

É importante esclarecer que a dimensão que conferimos ao termo *político* atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra nas várias relações que os indivíduos estabelecem entre si, incluindo aquelas entre homens e mulheres. No Brasil, com a ascensão das pesquisas em História das Mulheres, principalmente a partir da década de 1960 houve um questionamento em relação ao uso tradicional do termo *político*, que se restringia ao estudo da atuação na esfera pública dos personagens históricos masculinos. Segundo a pesquisadora em história das relações de gênero Mirela Marin (2015), a emergência da segunda onda do movimento feminista a partir da metade do século XX, influenciou tanto na conquista de legislações e instituições específicas voltadas para as mulheres, como também contribuiu para o debate acadêmico acerca da condição feminina na sociedade. De acordo com ela "O movimento feminista dos anos de 1960 exigia que a historiografia ampliasse seus estudos e evidenciasse o papel das mulheres na história, assim como desvendasse a opressão patriarcal de que elas eram alvos" (MARIN, 2015, p. 38).

Conforme a historiadora Margareth Rago (1998), diversas pesquisas começaram a ser realizadas no âmbito historiográfico, eram trabalhos sobre a vida privada, a maternidade, a família, o aborto, a prostituição, a infância, o amor, as bruxas, as empresárias, as empregadas domésticas, entre outros. A autora explica que os novos estudos feitos nas Universidades brasileiras acompanhavam uma tendência historiográfica mais geral de trabalhar com as pessoas comuns e os grupos sociais que eram deixados de lado na historiografia tradicional, influenciados pelas pesquisas realizadas conforme a perspectiva da revista francesa *Annales*.

Posteriormente, com a utilização da categoria gênero por grande parte das estudiosas brasileiras, foi possível ampliar ainda mais a ideia de política e de poder nas relações sociais. Contudo, o uso da categoria gênero se deu mais no final do século XX, isso porque, conforme Joana Maria Pedro (2005), a utilização da categoria "mulher" nos movimentos feministas e nas pesquisas acadêmicas se tornou problemática, pois pressupunha uma padronização das reivindicações feministas. Segundo a autora,

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. [...] Elas não consideravam que as reivindicações as incluía. Não consideravam, como fez Betty Friedan na *‘Mística Feminina’*, que o trabalho fora do lar, a carreira, seria uma “libertação”. Estas mulheres há muito trabalhavam dentro e fora do lar. O trabalho fora do lar era para elas, apenas, uma fadiga a mais (PEDRO, 2005, p. 82).

O fragmento citado demonstra a variedade de interpretações quanto à questões referentes à situação das mulheres no seio dos próprios movimentos feministas. Compreendemos assim a complexidade das pautas e das reivindicações que podem surgir dos mais variados grupos de mulheres dependendo das situações que determinam sua existência concreta. A maturidade dos trabalhos que se prestam a pensar a condição das mulheres no mundo contemporâneo passa pela consideração desta multiplicidade de desejos, reivindicações, leituras e interpretações. O que é passível de generalização é a afirmação da necessidade de reconhecimento da atuação das mulheres na vida pública nacional e nos processos políticos da sociedade brasileira, garantindo assento ao registro da participação das mulheres na construção da história das sociedades.

Tantas discussões e embates sobre o uso da palavra "mulher", no singular, mostraram que simplesmente a identidade sexual não podia agregar um grupo tão diverso de mulheres, cuja opressão vivida e a percepção de sua condição social eram diferentes e singulares. Assim, os trabalhos acadêmicos e as reivindicações feministas brasileiras passaram a usar o termo no plural, "mulheres", para abranger as particularidades de cada uma, ou seja, pobres, ricas, de classe média, brancas, negras, lésbicas, heterossexuais, casadas, solteiras, com filhos, sem filhos, e assim por diante.

Entretanto, a categoria que se mostrou mais adequada para analisar a condição feminina na sociedade, foi a categoria gênero. Joan Scott (1995) foi a historiadora estadunidense

responsável pela formulação detalhada da necessidade e da abrangência da categoria de gênero para analisar diversos objetos e temas históricos. Para ela, o ser mulher e *ser* homem são construídos historicamente, por discursos condicionados por relações de poder. Gênero, para Scott (1995) pode ser visto como a formulação de um saber em relação às diferenças biológicas perceptíveis entre os homens e as mulheres. Gênero é a própria construção do saber, procura dar significado às diferenças corporais, mas não reflete as diferenças pretensamente fixas e naturais entre os homens e as mulheres. Segundo Marin (2015, p. 42), "a emergência da categoria gênero está diretamente relacionada à necessidade de fazer uma oposição ao determinismo biológico segundo o qual as diferenças sexuais entre mulheres e homens determinavam as diferenças que vivenciavam nos planos sociais e culturais".

Com isso, o termo *político* foi ampliado e passou-se a analisar as mulheres no cotidiano, nas micro-relações de poder, na política das relações sociais e econômicas. Como uma categoria relacional, não essencialista e tampouco estática, gênero permite visualizar o quanto os discursos, as representações, a socialização e mesmo a política institucional estão imbuídos por conceitos binários sexistas, que colocam em pólos opostos o masculino e o feminino, tanto na vida prática cotidiana, quanto nas percepções subjetivas. Por consequência, a atuação das mulheres na política muitas vezes é associada ao seu papel social de gênero de cuidadora da família e dos filhos, de pessoa assexuada e benevolente. É possível visualizar esse tipo de associação ao trabalhar com as mulheres capixabas que resistiram à ditadura militar no Brasil, tanto ao analisar os mecanismos de tortura e prisão utilizados pelos agentes de Estado, quanto ao visualizar a forma de sua ação prática na militância estudantil da UFES, o que ficará evidente no momento da pesquisa em que nos voltamos à análise dos relatos de memória das ex estudantes.

No que se refere à ideia de política de maneira geral, é importante compreender que também há política nas representações e nas simbologias elaboradas pelos diversos grupos sociais, nas manifestações espontâneas ou organizadas. Neste sentido, Prado e Franco (2013) lembram a atuação efetiva e constante das mulheres na vida literária, educacional e artística brasileira ainda no século XIX, citando a título de exemplo nomes como Maria Firmino dos Reis, que publicou em 1859 um romance intitulado *Úrsula*, de conteúdo altamente crítico à escravidão. As palavras da autora soam como uma condenação às diferenças sociais hierárquicas, e às próprias oposições que se relacionam ao fundamento da escravidão, como Brasil/África, homem/mulher, rico/pobre, branco/negro. Maria Firmino dos Reis foi uma entre outras e outros que tomaram o romance como arma política, se valendo da possibilidade que esta

forma de expressão oferece de divulgar histórias com enredos dramáticos em que os cativos eram tratados como pessoas sofridas, injustiçadas e excluídas da sociedade, procurando tocar os leitores, ganhando simpatizantes à causa abolicionista (PRADO e FRANCO, 2013).

Entre as mulheres que engrossavam as fileiras do Movimento Abolicionista no país, estão as cariocas Naraisa Amália e Chiquinha Gonzaga, as baianas Inês Sabino e Ana Autran, as gaúchas Revocata de Melo, Ana Aurora do Amaral Lisboa e Luciana de Abreu, a cearense Emília de Freitas e as pernambucanas Maria Amélia de Queiroz e Leonor Porto. Diversos foram os meios adotados por elas para atacar o sistema escravista, como a criação de associações em prol da abolição, a promoção de eventos beneficentes para arrecadar fundos a serem revertidos na alforria dos escravizados, e a escrita de expressões nos mais variados gêneros, passando pela poesia e romance, destinados a compartilhar a causa (PRADO e FRANCO, 2013).

As mulheres se fizeram presentes na política durante o século XIX encontrando diversas formas de manifestação, da ação direta ao uso da escrita como arma política. A partir da metade do século várias autoras se manifestaram por meio da imprensa feminina, levando, já no fim do século, a um estabelecimento mais efetivo da luta pelos direitos políticos femininos. A República proclamada em 1889 se fundamentava na ideia de representação política dos diversos extratos sociais, o que ainda segundo Prado e Franco (2013) motivou o engajamento das mulheres na luta por seus direitos políticos no seio deste processo.

Em pouco tempo ficou claro que as mobilizações das mulheres teriam trabalho árduo pela frente. A constituição promulgada em 1892 não fazia menção explícita ao voto feminino, apesar da Assembleia Constituinte ter discutido previamente o assunto sob pressão das mulheres que se faziam presentes nos debates em torno da elaboração constitucional. A omissão não foi simples descuido, significou a recusa dos Constituintes em reconhecer os direitos políticos das mulheres (PRADO e FRANCO, 2013).

A ausência de referências às mulheres foi lamentada, mas não deixou de ser utilizada como instrumento. Se nada as autorizava assento nos mecanismos oficiais da política, nenhuma menção explícita as excluía. Além de que, havia a permissão de voto aos alfabetizados, o que abria espaço pelo menos às “mulheres cultas”. Nos anos que se seguiram à promulgação da constituição de 1892, várias mulheres tomaram a iniciativa de solicitar alistamento eleitoral ou se candidatar, como Maria Augusta Meira de Vasconcelos, formada na Faculdade de Direito de Recife, e a dentista gaúcha Isabel de Souza Matos, que tentaram se tornar eleitoras,

mas não conseguiram. Outro caso a ser citado é o da baiana Isabel Dillon, que se apresentou como candidata à Constituinte, e que também não obteve êxito. Apenas em 1928 uma mulher, Celina Guimarães Vianna, obteve título eleitoral no Brasil, mas esse caso foi apresentado como fato isolado, ocorrido no Rio Grande do Norte por intermédio de um governador, não abriu portas à demais solicitações vitoriosas, se encerrou em si mesmo, não tendo nenhum significado para a luta das mulheres neste contexto (PRADO e FRANCO, 2013).

No momento em que se discutia a permissão do voto aos alfabetizados, muitas mulheres aproveitaram para pautar a formação intelectual como premissa aos direitos políticos. Esta atitude pode ser vista como problemática já que restringe a possibilidade de participação política a um estrato limitado da população de mulheres, aquelas que tiveram acesso à educação formal. Parte dos estudiosos da condição da mulher consideram esta atitude como elitista e nada acertada.

Voltando aos exemplos de expressões políticas veiculadas nas esferas artística e literária brasileira, expostos por Maria Ligia Prado e Stella Maris Scatena Franco (2013), lembramos Josefina Alvarez de Azevedo, autora da peça "O voto feminino", de 1890, uma comédia que aborda o contexto específico do próprio ano, quando se aguarda a decisão de um ministro a respeito do voto feminino. Às acusações veiculadas em jornais da época, de que as mulheres interferiam indevidamente nos negócios dos homens, Josefina de Azevedo respondia que os homens eram incapazes de colocar ordem em uma casa, e que, portanto, as mulheres deviam sim competir com eles, atuando tanto "no governo da família, quanto na direção do Estado". O exemplo mencionado revela a intimidade da autora da peça com as questões políticas que determinam a condição feminina naquele contexto, condição esta de que ela compartilha.

Além de reunir todas as capacidades necessárias à expressão da opinião que construiu a respeito desta condição, Josefina de Azevedo traduziu esta expressão em obra de arte para extrapolar os limites da consciência individual e levar a outros, algo que considerou digno de ser conhecido. As respostas públicas da autora representaram a violação dos limites do privado, na medida em que publicou sua discordância com os padrões formais e desafiou a ordem masculina na medida em que considerou os homens como incapazes de atuar politicamente, tarefa para a qual seriam "naturalmente" inclinados. A autora fundamentou sua discordância e afirmou a opinião sobre a incapacidade masculina no fato de que os homens não conseguem pôr ordem nem no ambiente tido como mais simples e primordial, a casa, esta destinada, pela mesma lógica, aos cuidados femininos, e que portanto seria incoerente deixar

o Estado aos cuidados exclusivos desses homens, segundo ela, incapazes. A resposta pública às críticas conservadoras revela a segurança e ousadia que Azevedo teve com suas convicções mesmo diante de um público que a rechaçou, mas não a inibiu.

Também no Espírito Santo, diversas vozes feministas se manifestaram na virada do século XIX e princípios do século XX. Segundo Livia de Azevedo Silveira Rangel (2011), no bojo do surgimento de organizações para discutir questões republicanas e abolicionistas no estado, as mulheres começaram a adentrar no terreno político de contestação destas causas. Elas fizeram parte de associações abolicionistas, ainda que sua atuação tenha sido limitada, haja vista a segregação sexual dentro das instituições. Uma das mulheres capixabas que fizeram parte da campanha abolicionista e teve atuação política de destaque no estado foi Adelina Tecla Correia Lírio (1863-1938). Correia Lírio teve uma atuação multifacetada na esfera pública, sendo professora da Escola Normal, poetisa, colaboradora dos jornais de maior circulação do estado e abolicionista. A participação das mulheres capixabas no movimento abolicionista representou "[...] a conquista de um posicionamento político pioneiro" (RANGEL, 2011, p. 200).

Após esse primeiro momento, a atuação feminina capixaba no mundo público prosseguiu. Assim como no plano nacional, no Espírito Santo as mulheres encontravam possibilidade de expressão na imprensa capixaba, em associações filantrópicas e na literatura. Mas foi principalmente nas revistas e nos jornais do estado que as mulheres puderam travar debates específicos sobre sua condição na sociedade capixaba, ampliando e colocando na cena política a discussão feminista. Em sua análise sobre a revista *Vida Capixaba*, que funcionou entre 1924 e meados da década de 1940, Rangel (2011) explica que é possível visualizar três vertentes do feminismo capixaba: um mais moderado, um avançado e o feminismo difuso. A autora enfatiza que havia fluidez e diálogo entre as vertentes, mas o que mais alcançou legitimidade e exerceu maior atração, foi o feminismo moderado, considerado por muitas das mulheres engajadas nos debates como "Ideal e Sadio", justamente aquele que vinculava o ideal feminista aos tradicionais papéis de mãe, esposa e dona-de-casa das mulheres, acomodando a perspectiva feminista aos conceitos de gênero da sociedade de então.

Enfim, a intenção que levou à escolha desses exemplos, entre muitos outros citados ao longo dos trabalhos que basearam esta discussão, é lembrar que no século XIX as mulheres, tanto capixabas, quanto de outras regiões do Brasil, participaram dos principais debates e ações que envolveram a vida pública nacional. Elas se interessaram por temas da política em suas

diversas instancias, escreveram em jornais, publicaram romances, peças teatrais, vestiram-se de soldado para ir à guerra, refletiram sobre a condição feminina em seu tempo e espaço e foram também protagonistas da História, mesmo que a versão oficial não lembre suficientemente deste protagonismo (PRADO e FRANCO, 2013).

#### **1.4 A dominação masculina e as causas da exclusão das mulheres no âmbito político**

A carência de referências às mulheres que participaram ativamente da vida política brasileira na narrativa oficial da História, se torna compreensível pelas mesmas razões que explicam a majoritária, mas não exclusiva, participação masculina nesta esfera. Não basta constatar esta ausência e traçar os objetivos de preencher lacunas e “completar” uma história, enriquecendo seu relato com outras experiências até então pouco lembradas sem antes pensar no fundamento da participação política desigual entre os gêneros.

O afastamento das mulheres da esfera política, marca de várias sociedades em épocas distintas, segundo Pierre Bourdieu (2012) é efeito de estruturas de uma percepção de mundo arraigada que se baseia em oposições fundamentais, dentre elas masculino/feminino, fora (público)/dentro (privado), alguns exemplos dos padrões binários que orientam a divisão de tudo o que se percebe. Estes princípios de visão e divisão são utilizados para naturalizar e confirmar uma ordem social, tornando-a reconhecida e oficial. Esta ordem social, ainda de acordo com Bourdieu (2012) forte e masculina, orienta segundo sua lógica a divisão social do trabalho, que distribui atividades estritas a cada sexo, e a própria estrutura do espaço, que opõe por exemplo, a assembleia à casa, o público ao privado, sendo o primeiro um espaço correspondente às ações de debate, enfrentamento, exposição de ideias, motivado por um esforço intelectual, voltado à gestão, aos homens; enquanto que o segundo é destinado ao cuidado silencioso, ao zelo, à minúcia, para os quais a mulher, afirma esta lógica, ser mais votada e naturalmente habilidosa.

Para Bourdieu (2012), a representação diminuta das mulheres nas posições de poder político e econômico é resultado da influência desses princípios opostos, que se encarnam na visão de mundo que os indivíduos elaboram ao longo da vida. O fundamento sexual da divisão de funções relacionadas à esfera do privado, identificadas como disposições tipicamente femininas, tanto quanto a identificação do público com o masculino é inculcado nos sujeitos ao longo de sua socialização de forma ampla e efetiva, e em faces múltiplas, que acabam por adestrar os corpos e mentes, masculinizando-os ou feminilizando-os por meio de

direcionamentos que os façam serem mais aptos e inclinados a determinadas tarefas em detrimento de outras.

A dominação masculina, de que fala Bourdieu (2012), aparece na História como uma roupagem eterna, o que é resultado do próprio trabalho histórico de eternização, promovendo a aparência de um fenômeno a-histórico. O que urge ser feito no sentido desnaturalizar esta lógica são análises que promovam um conhecimento mais claro das estruturas objetivas e subjetivas do primado da masculinidade, estrutura esta que se atualiza e se reafirma constantemente, reproduzindo a ordem masculina através dos tempos. Na prática historiográfica, os trabalhos dedicados a pensar e escrever uma História das Mulheres acaba pondo em cena, mesmo que à sua revelia, a constância da dominação masculina, fenômeno que, tratado com consequência pela história, deve figurar em cena junto com a história dos agentes e das instituições que trabalham para promovê-lo. Além de simplesmente constatar a pouca presença das mulheres em determinadas profissões ou posições de poder, é preciso levar em conta e explicar as hierarquias presentes no dado contexto, que favorecem “pré-disposições” hierárquicas e contribuem para afastar as mulheres dos espaços de que são sistematicamente excluídas. Este esforço trabalha para tratar a dominação de que fala Bourdieu (2012) de forma a revelar seu caráter histórico e passível de ser subvertido em favor de uma compreensão ampla de sua construção e reafirmação.

Uma História que pensa as relações entre gêneros só pode esclarecer seu objeto na medida em que analisa e descreve a construção social dos princípios de visão e divisão entre os gêneros (BOURDIEU, 2012). A História deve estar sempre curiosa em entender o trabalho de diferenciação entre homens e mulheres, envolvendo o estado dos agentes e instituições que contribuem para a masculinização e feminização dos corpos e na normatização dos comportamentos sexuais. Neste sentido, compreender as mudanças na condição da mulher e nas relações de gênero, passa pela compreensão dos mecanismos e instituições que se encarregam de garantir a constância da ordem dos gêneros, e ainda perceber nas próprias reflexões narradas pelas mulheres sobre determinado fato histórico de que participaram, a influência e a ressonância da ordem majoritária.

Uma análise da condição das mulheres na História recente do Brasil e uma compreensão mais profunda dos espaços que elas ocupam no presente e no passado recente, passa pela reflexão sobre a evolução histórica do trabalho da mulher brasileira. A estrutura da divisão do trabalho

ainda se mostra fortemente marcada pela diferença sexual, apesar das mudanças significativas que afetaram a condição feminina no âmbito formal por todo o mundo nos últimos anos.

De acordo com a historiadora francesa Michelle Perrot (2007), apesar de sabermos que a opressão, a dominação e a misérias são reais às mulheres, isto só não basta para contarmos suas histórias. Uma história que dá centralidade à dominação acaba sugerindo a submissão e a passividade das mulheres, o que não é um fato. As mulheres estiveram e estão presentes por toda a parte com as especificidades da condição feminina, que implica uma diferenciação já que a afirmação se dá por palavras e gestos que vão além dos usuais na luta política tradicional e aparentemente masculina. É preciso considerar essas especificidades e incorporar as formas que as mulheres encontram de viver o político na história, reconhecendo sua participação efetiva e negando a passividade que as histórias oficiais tendem a levar adiante.

Ainda segundo Perrot (2007), as práticas cotidianas das mulheres na cidade e na própria fábrica representam formas concretas de resistência à hierarquia e à disciplina que desafiam a racionalidade do poder e se baseiam no uso próprio que fazem do tempo e do espaço. A história das mulheres nos espaços públicos ou privados mostra que elas traçaram caminhos que precisam ser reencontrados. Neste sentido, é necessário pensar em subjetividades, em formas de agir e transitar nos tempo e no espaço que são orientadas e nascem das múltiplas vivências e personalidades dos sujeitos e grupos históricos específicos e que re-significam o sentido que orienta a prática política. A história oral se revela como prática válida para que se possa ter contato com as formulações, os dilemas, as certezas, as impressões e as motivações dessas mulheres, permitindo que os significados de suas ações sejam trazidos à superfície da História.

Passamos a entrar no terreno complexo da divisão binária entre o mundo público atribuído à ação dos homens e o mundo subjetivo, familiar e privado, esfera de ação das mulheres, divisão esta que tem sua base abalada em processos de redemocratização, quando é mais fácil notar que o político faz parte do cotidiano e do privado. Ouvir e pensar a história a partir dos relatos das mulheres que viveram o político das formas que encontraram para isto é fazer com que a própria história questione a fronteira artificial e enganosa que se construiu entre os espaços e seus agentes privilegiados, revelando a inter relação que necessariamente estabelecem entre si. Para Perrot (2007), se à mulher não coube o poder institucional na maior parte do processo histórico, é possível falar dos seus diversos poderes cotidianos e familiares e do quanto eles afetaram as relações sociais e políticas, mesmo quando invisíveis aos olhos

da sociedade e ignorados por parte da historiografia. A reflexão de Perrot traduz uma afirmação que parece dizer: Se por um lado o espaço do poder reconhecido e prestigiado é negado a nós mulheres, por outro lado nós transitamos por toda parte e mesmo sem prestígio, temos o poder de influenciar as esferas públicas onde transitam aqueles a quem foi permitido o prestígio. Se nos reportarmos ao período em análise desta pesquisa, basta lembrar o quanto as ações de apoio à militância dos homens foi facilitada e, de certa forma, teve suas condições proporcionadas pela ação das mulheres. A providência dos documentos falsos que permitiam o trânsito das lideranças da esquerda postas na ilegalidade, como citou Laura, os movimentos por anistia citados por Duarte (2009), as estratégias que se utilizavam da desigualdade de gênero para permitir o acesso das mulheres a determinados lugares onde os homens seriam mais suspeitos. Qualquer forma que tenha sido encontrada pelas mulheres para agirem politicamente, driblando os preconceitos que enfrentavam, deve ser considerada uma forma de luta política, considerando que política se faz com as armas que se tem em mãos.

Os trabalhos em História Social e História das Mulheres têm estudado intensamente a questão da dicotomia entre o público e privado a partir de diversos contextos, se esforçando em tornar inteligível e concreta a tão disseminada palavra de ordem da segunda onda do movimento feminista brasileiro “O pessoal é político”. Este esforço tem se mostrado produtivo ao pensar na quantidade de análises que representam a necessária inter-relação entre o mundo privado e o mundo público. Trabalhos como: *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (1984), da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros* (1984), de Miriam Moreira Leite, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*, de Margareth Rago, publicado em 1985, além dos trabalhos de Eni de Mesquita Samara, *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*, e *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*, de Magali Engel, ambos de 1989.

Na presente pesquisa, a oposição entre público e privado é questionada quando se percebe que a atuação das estudantes muitas vezes tinha como modelo seu papel social de gênero, tipicamente exercido no âmbito privado, mas que servia aos interesses públicos, de modificações na política estudantil e institucional capixaba. Ou seja, público e privado eram frequentemente confundidos e mesclados, tendo em vista um projeto de ação política de resistência à ditadura militar. Não obstante, a dicotomia parecia ser reforçada quando se constata os limites da prática política feminina, que eram impostos tanto externamente pelos próprios companheiros de militância ao querer destinar às mulheres às tarefas marginais

relacionados ao cuidado doméstico, quanto internamente, na medida em que as próprias mulheres interiorizavam este papel social de gênero e se limitavam em corresponder às expectativas dos companheiros. Entre as nossas entrevistadas, apenas Laura demonstra desconforto com a situação que vivia no relacionamento com um companheiro que a vetava dos espaços de decisão política da organização, se esforçando em mantê-la apenas nas atividades de apoio e ignorante quanto aos rumos que a militância partidária tomaria. O caráter machista das torturas e da ação dos algozes no cárcere é abordado com mais facilidade pelas demais entrevistadas. Este aspecto do relato de Ângela Milanez, Magdalena Frechiani e Elizabeth Madeira podem nos sugerir que apenas os funcionários do Estado autoritário, os militares e demais representantes do antagonismo à resistência encarnavam o machismo e a exclusão das mulheres da luta política. Por exemplo quando a lembrança de Elizabeth resgata o comentário do torturador: “Come comida podre agora, vocês não são duronas? Não são de partido? Mostrem que são duronas!”. A provocação que contesta a presença delas enquanto mulheres em um ambiente áspero e político não é exclusiva dos representantes do Estado autoritário. A exclusão se faz presente na mesma medida se levarmos em conta o sentimento de “inocente útil” que Laura Coutinho conta ter em relação aos seus próprios companheiros de militância.

Quando nos reportamos à realidade contemporânea do período mais recente da ditadura militar, é importante destacar o que afirma a historiadora Joana Maria Pedro (2012), que a partir da década de 1960, quando a historiografia passou a incorporar as mulheres enquanto sujeito e objetos da História, também o movimento feminista de segunda onda estava emergindo no Brasil, assim como se assistia a uma incorporação progressiva das mulheres no mercado formal de trabalho (PEDRO, 2012). A partir de então, os progressos seriam irreversíveis, com instituições, políticas públicas, legislações, debates e congressos acadêmicos abordando as questões de gênero e enfatizando a dominação masculina existente nos diversos âmbitos da vida das mulheres. A problemática da violência de gênero começou a fazer parte dos noticiários de diversos meios de comunicação e o *slogan* "O pessoal é político" passou a ser entoado cada vez com maior frequência, procurando tirar as mulheres e seus problemas específicos da obscuridade e do âmbito exclusivamente doméstico (LIMA; NADER, 2012).

Apesar dos avanços, a violência sofrida pelas mulheres militantes muitas vezes não era problematizada, tanto pelos poderes públicos, quanto no interior de suas organizações de resistência à ditadura militar. Situadas em um contexto político de ditadura, as mulheres

presas, torturadas e assassinadas pelos militares foram abandonadas ao esquecimento, e suas memórias permaneceram durante anos apagadas e negligenciadas. Também nos grupos de resistência, as condições específicas das mulheres eram deixadas de lado e a desigualdade de gênero permanecia guiando a forma de organização e de ação política dos militantes brasileiros. Este aspecto fica evidente nas narrativas das ex estudantes da UFES sobre o período de militância e será analisado com mais atenção no capítulo seguinte.

Antes, contudo, é preciso compreender a ampla dimensão das diferenciações de gênero na sociedade brasileira, abrangendo tanto questões materiais mais evidentes, como a desigualdade salarial, as profissões e a dupla jornada de trabalho, como aspectos subjetivos, que são interiorizados pelos agentes sociais e atuam na forma de esquemas de percepção, de avaliação e de ação dos sujeitos históricos. Segundo Bourdieu (2012), há uma divisão sexual em todos os âmbitos da sociedade de dominação masculina, se manifestando nos corpos e nos *habitus* das pessoas, de forma que mulheres e homens interiorizam em grande medida a desigualdade e os papéis sociais de gênero (BOURDIEU, 2012).

Nessa linha de pensamento, a leitura de Heleieth Saffioti (1992) permite exemplificar em que medida os sujeitos sociais acabam internalizando a diferenciação de gênero. Segundo a autora o exercício da maternidade e mesmo a gratificação daí advinda é uma construção social que age na estrutura profunda da personalidade das mulheres. Com isso, elas não só são socializadas a quererem ser mães, como também são mais exigidas e direcionadas a desenvolver maior aptidão na maternidade do que os homens. Saffioti (1992) complementa falando dos homens, já que gênero é uma categoria relacional e não se pode pensar no feminino sem fazer referência à sua diferença, o masculino. Eles também sofrem com uma imposição social que valoriza o papel de provedores econômicos do núcleo familiar. O trabalho extra-lar, a virilidade sexual, a racionalidade e a agressividade são aspectos interiorizados nas "[...] estruturas psíquicas inconscientes" dos homens (SAFFIOTI, 1992, p. 191). Assim, Sócrates Nolasco (1995) afirma que os homens se sentem constantemente na necessidade de corresponder ao modelo de gênero esperado deles, mesmo que essa normatização nunca possa ser plenamente efetivada.

Por isso, entende-se a importância e a necessidade de utilizar a categoria de gênero para analisar a militância, a vida, as relações sociais e mesmo as próprias percepções de ação política das mulheres ex-estudantes que fizeram parte da resistência à ditadura militar brasileira. A categoria gênero permite abranger todo o conjunto de normas e representações

sociais que atuam na modelagem dos comportamentos, dos símbolos e das percepções de mulheres e de homens, estudantes, militantes, dos sujeitos históricos, em suma. O sentido de gênero da sociedade brasileira da década de 1960 e 1970 permite visualizar as motivações, as percepções e os princípios que regiam não só a militância das mulheres analisadas, como também o caráter das torturas e das prisões sofridas por elas pelos militares da ditadura.

### **1.5 A História Oral e o resgate da memória**

Uma pesquisa que se proponha a compreender as sociedades complexas contemporâneas e para isso não se contente com as explicações históricas oficiais, tem a possibilidade de recorrer ao que Pollak (1989) chamou de "memórias subterrâneas". Elas se constituem por todas aquelas experiências que envolvem algum desacordo com os padrões rotineiramente reafirmados pela sociedade e, portanto, tendem a se recolher nos relatos de memória. São as vivências cuja comunicação pode provocar polêmicas, despertar desconfortos, críticas ou juízos morais, mas que ainda assim não deixam de fazer parte da realidade. Desta forma, mesmo quando não dão acesso à sua escuta, essas lembranças formam memórias coletivas subterrâneas da sociedade civil, dominadas em grupos específicos e, de forma mais geral, não quistas nas memórias conscientemente ordenadas (POLLAK, 1989). A partir da compreensão do processo histórico que oprime a atuação das mulheres nos ambientes públicos e nega esta atuação na medida em que não a incorpora aos relatos históricos oficiais, podemos falar em uma memória da atuação política feminina que é subterrânea no registro da memória política da nação.

A existência das memórias subterrâneas quando, em momentos propícios, passa a reclamar reconhecimento, encontram essa possibilidade na História Oral. A busca das fontes orais e de métodos adequados para trabalhá-las tem atuado diretamente na subversão dessas memórias subterrâneas, privilegiando como objeto de análise as minorias. Os relatos sobre o passado "desinteressantes" ou "não autorizados" em momentos de tentativas de dominação hegemônica, mantidos em silêncio durante períodos mais ou menos longos, representam a resistência de uma sociedade civil apequenada diante do excesso de discursos oficiais. Há uma memória da resistência à ditadura militar no Brasil, esta memória falar dos líderes das principais organizações de esquerda, conta sua trajetória política rumo a altos cargos da política institucional do país, reconstrói os principais atos da resistência, mas fala pouco da participação das mulheres como atuação política neste contexto, o que não quer dizer que a memória das mulheres e de sua participação não exista. A memória está lá, recolhida nos

relatos individuais de cada uma delas, à espera da escuta que as faça deixar de estar restritas em um suporte sem ressonância.

É importante destacar que a dominação exercida pela memória oficial sobre as subterrâneas não são sempre originárias da oposição entre Estado dominador e sociedade civil (POLLAK, 1989). A maior frequência da dominação, entendida como força que se exerce no âmbito do discurso para afirmar certa versão em detrimento de outras, que são conduzidas às margens do discurso, se verifica constantemente na relação entre grupos minoritários e sociedade englobante. Este ponto justifica o interesse pela percepção particular das mulheres militantes, que acumulam duas posições não hegemônicas, a de opositoras a um regime político autoritário e estabelecido e a de pessoas destinadas pela lógica de gênero a agirem na esfera privada. Isto porque, as militantes envolvidas na resistência à ditadura civil militar iniciada em 1964, portavam memórias de grupos que se opunham ao Estado dominador, fazendo parte de um grupo minoritário tanto da sociedade englobante, como também dentro de suas próprias organizações de resistência, marcada pela perspectiva de gênero que define o olhar diferenciado a homem e mulher e hierarquiza as mulheres como menores. Portanto, eram duplamente atingidas pelas tentativas de dominação.

Em uma breve alusão à trajetória do campo de estudo da história oral, o historiador Philippe Joutard (2002) revela que a problemática de quem deve ser o sujeito e objeto da história, cara à reflexão a que esta pesquisa se propõe, apresentou-se desde sua emergência, tendo em vista a segregação deste campo em duas correntes fundamentais: a dos pesquisadores orais ligados às ciências políticas e aqueles ligados à antropologia. Os primeiros se voltavam aos notáveis e às elites, enquanto os segundos se interessavam mais especificamente pelas chamadas “populações sem História”.

A primeira geração de historiadores orais data da década de 1950 nos Estados Unidos e é ligada à ciência política. Seu modesto objetivo era produzir material que servisse de instrumento a biógrafos que futuramente se dedicassem a contar a história de determinados atores sociais, baseando um trabalho historiográfico que se dedicava aos notáveis. A segunda geração surgiu na década de 1960 com antropólogos e sociólogos ligados a partidos de esquerda que utilizavam a pesquisa oral para reconstruir traços culturais populares na Itália. Os anos de 1990 marcam o início da terceira geração de história oral, cujos representantes foram intelectuais nascidos na década de 1960, e que viveram em um mundo ambientado pelo som e pela oralidade. Foi uma geração influenciada pelos movimentos críticos pós-

modernistas, traduzidos pela valorização da subjetividade, o que afinal é consequência e objetivo da história oral que, ainda segundo Joutard (2002) tem uma relação mais forte com a atualidade do que a historiografia tradicional. O relato oral se apresenta como fonte e base de um método historiográfico de extrema valia para a História do Tempo Presente, possibilitando adentrar nos cotidianos e nas subjetividades dos objetos e sujeitos da História. A terceira geração de historiadores orais mencionada, construindo análises estreitamente ligadas à dimensão subjetiva, fornece a compreensão chave da presente pesquisa e compartilha de sua intenção motivadora, englobar a subjetividade no arsenal de fatores que se relacionam e constroem juntos a compreensão dos processos históricos.

Nas práticas de pesquisa com base em fonte oral, a dualidade das correntes se manifesta na forma com que os pesquisadores se servem das entrevistas. A História Oral Política tem a entrevista como complemento a documentos escritos que se refiram aos “atores principais”, enquanto a História Oral Antropológica se interessa por temas presentes nas diversas experiências nacionais, utilizando o relato oral não como “complemento”, mas como objeto principal de análise. Nesta ambivalência, fica evidente a relação entre a valorização de uma memória que mereça ou não ser parte da História oficial. O que entra em jogo é a valorização de grupos sociais determinados e o reconhecimento de suas explicações e memórias, o que tem sido feito em detrimento do reconhecimento e valorização das múltiplas culturas e memórias. Uma sociedade que desvaloriza e desconsidera os seus velhos, por exemplo, certamente não dará às suas memórias um caráter valoroso na reconstrução viva do passado. Como nos lembrou Ecléa Bosi (1979) é urgente repensar nossa postura diante dos velhos e considerá-los as fontes de onde jorra a cultura, uma ponte entre o passado, que se conserva e o futuro que se constrói. E enquanto cientistas sociais da história, o que é possível que façamos neste sentido é incorporar as percepções dos velhos às nossas formulações explicativas sobre o passado. Do contrário estaremos cedendo à restrição de uma história oficial presa aos preconceitos da sociedade tradicional, extremamente valorativa quanto à força competitiva e ao lucro nas quais os nossos velhos já não se mostram tão aptos a disputar seu valor.

A corrente da História Oral ligada à Antropologia acabou por influenciar a História Política, fazendo com que esta não se restringisse a interrogar somente os atores principais, mas se interessasse também pelos testemunhos dos atores marginalizados, deixando de ser uma história exclusiva das elites, como afirma o historiador Ciro Flamarion Cardoso (1997). Escutar as vozes que narram histórias a partir de lugares diversos e trabalhar as questões que envolvem esses narradores de uma perspectiva histórica tem sido uma tarefa realizada por

intelectuais das ciências humanas que incorporam relatos não oficiais às suas fontes e têm como objeto os próprios contextos sociais e históricos daqueles que relatam.

Desta perspectiva, resultou um considerável volume de pesquisas acadêmicas e trabalhos artísticos e culturais voltados à valorização e afirmação da memória e da manifestação histórica de grupos pouco valorizados nas tradições nacionais oficiais. Os trabalhos de reflexão acerca da história de grupos minoritários da sociedade civil em diversas culturas cristãs ocidentais, como os negros, imigrantes forçados e escravizados em períodos de colonização europeia, a diversidade cultural negada constantemente pela generalização promovida por uma narrativa histórica que fala desses africanos em situação de escravizados e de sua descendência até o presente sem sequer lembrar quantas nacionalidades, etnias e culturas passaram a fazer parte das colônias européias. Trabalhar as perspectivas dos descendentes de pessoas que viveram essa história e fizeram parte da composição social e cultural das nações colonizadas da América, reconhecendo-lhes o direito de afirmar sua cultura e seus pontos de vista e de justificar suas posições diante dos cenários contemporâneos seria uma forma de devolver a eles e de seus antepassados, parte do poder que a narrativa oficial os destituiu.

A longo da década de 1970 no mesmo intuito de ouvir aqueles que tradicionalmente não tem voz, os excluídos da História, desenvolveram-se pesquisas utilizando as histórias de vida focadas nas pessoas comuns, de classes populares, trabalhos motivados pela tentativa de conservar as memórias em um mundo que desmoronava, como na região metalúrgica da Lorena. À semelhança desses trabalhos, e com uma linha teórica próxima, surgiram as pesquisas feitas por mulheres e sobre as mulheres, como um esforço de resgate e manutenção de memórias minimizadas e abatidas pelo excesso e a pretensão global dos discursos e explicações históricas oficiais. Elas fazem parte das chamadas “populações sem história” não só na América colonizada pelos europeus, mas na própria Europa, na África e em qualquer parte do mundo.

Nesse sentido, a memória como objeto da História, apreendida por meio da fonte oral, possibilita relacionar a atuação de diversas forças na compreensão que os indivíduos têm do mundo que os cerca, demonstrando ser um caminho frutífero àqueles que buscam compreender as relações entre as perspectivas subjetivas e o meio social, cultural e político.

Não se pode perder de vista as contribuições que trouxeram os trabalhos de historiadores, sociólogos e cientistas políticos dedicados desde o fim do século XX a entender e explicar as

ações humanas levando em conta dados múltiplos e complexos, como o peso da tradição, o jogo das mentalidades, a cultura e o discurso, os grupos sociais e ideologias, a psicologia social, os mecanismos de organização e as representações coletivas. Trabalhos que eram parte do esforço de superar as críticas direcionadas ao estudo dos partidos políticos, sobre o qual pesavam acusações ora de se tratarem de histórias factuais, ora muito ideológicas e simplistas. O resultado foi colocar em jogo um feixe de parâmetros amplo e diverso, passando a situar a compreensão das ações humanas no cruzamento da longa duração com o acontecimento singular, como argumenta Serge Berstein (1996) em defesa da História Política.

Deste ponto de vista, os relatos de grupos, de indivíduos desviantes ou que simplesmente não foram eleitos para fazer parte do registro de uma história oficial, como é o caso das mulheres, são tão ricos como objeto de estudo quanto aqueles relatos de figuras ou grupos com assento garantido no registro formal da história. O que se quer dos relatos analisados é o contato que eles permitem que tenhamos com as várias percepções sociais que os indivíduos têm dos fatos e da vida que os cerca. Sendo assim, uma das riquezas possibilitadas por um estudo ligado à História Oral Antropológica, é perceber com amplitude as formas pelas quais se desenvolvem as noções de política, ou outras questões mais pontuais, revelando as percepções dos sujeitos, que para comunicar suas memórias se voltam muito mais às noções subjetivas do que para factuais positivistas (POLLAK, 1989). O recurso ao relato oral se apresenta então como alternativa para incluir na compreensão histórica o âmbito da subjetividade do sujeito que a percebe, nos colocando ainda diante da influência das próprias referências históricas na formação dessas subjetividades.

Desenvolvendo um estudo que privilegia os “esquecidos da história” e suas “memórias subterrâneas”, a terceira geração de pesquisadores orais evidenciou-se de grande valia para a construção e análise de uma História do Tempo Presente. Enquanto ferramenta metodológica que pressupõe o uso da fonte oral, a História Oral é extremamente útil para reconstruir o cotidiano dificilmente registrado em outros tipos de fontes históricas.

Algumas reflexões acerca das especificidades das fontes orais são necessárias a esta pesquisa e preparam a compreensão da etapa que se segue, a da análise dos relatos narrados pelas mulheres militantes. Como percebe a historiadora oral Luisa Passerini (2011) no trabalho com mulheres presas por motivos políticos na Itália, alguns aspectos significativos se revelam na percepção de testemunhos orais e escritos. Estas reflexões foram de grande valia para a análise dos testemunhos orais fornecidos pelas mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Talvez

se tivéssemos utilizado o conteúdo de suas memórias por meio de um texto escrito a punho com o objetivo de relatar os tempos de militância, teríamos perdido algo da dimensão subjetiva que foi percebida pelo relato oral. Passerini (2011) destaca a perda de algumas dimensões nos relatos escritos das mulheres com quem trabalhou, e de quem também recebeu relatos orais. Para o ponto de vista da História, há uma diferença importante entre escrito e oral no que tange à relevância que dão ao imaginário. A escrita faz desaparecer muitos aspectos fantásticos que revelam inclinações, formas de pensar e intenções que ajudam a entender mais profundamente a imagem que o sujeito que conta tem de si mesmo.

O relato escrito, enfim, privilegia o tom discursivo, racional e conseqüente, construindo imagens nas formas clássicas da autobiografia, muito mais presas a esquemas lineares que não admitem contradições ou lacunas e que forçam à uma reflexão corretiva sobre o passado, afastando a espontaneidade da narrativa. Aproxima-se assim de um relato de memória mais parecido com aquele enquadrado pelos limites da memória oficial de determinado grupo, fazendo com que se percam as contradições tão ricas na etapa de análise das entrevistas. A oralidade, com a força do apelo emotivo esclarece indícios subjetivos que se perderiam com mais facilidade na escrita autobiográfica. A própria relação intersubjetiva que se estabelece entre o ouvinte e o sujeito que conta sua história, a empatia entre eles, podendo até ser negativa em certos momentos, constitui o relato e permite recuperar certos aspectos objetivos (PASSERINI, 2011).

De forma mais prática outro aspecto favorecido na percepção oral dos relatos é o contato com elementos que são parte do cotidiano. De acordo com Verena Alberti (2004), o cotidiano é um dos campos de estudo em que a História Oral pode ser bastante funcional, por meio de descrições minuciosas de rotinas que o entrevistado pode fornecer, não sem nostalgia, pesar ou alívio. Segundo a autora, este e outros aspectos dão à História Oral, têm “[...] o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis” (ALBERTI, 2004, p. 9).

A História Oral permite assim devolver ao seu lugar primordial aqueles que viveram e fizeram a história, utilizando-se de suas palavras relatadas para a compreensão histórica como afirma Thompson (1988). É um olhar interno do objeto de estudo, que se torna, assim, sujeito de sua própria história. Como salienta, "a evidência oral, transformando os 'objetos' de estudo em 'sujeitos', contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*" (THOMPSON, 1998, p. 137). Ao invés de tratar de grupos

populares como meras estatísticas, que quantificam salários, preços, desemprego, entre outros, sem dar voz e nem adentrar no universo simbólico e imagético dessas pessoas comuns, a História Oral propõe uma interpretação qualitativa, voltada para o âmbito *subjetivo* da experiência humana. A este respeito, não teríamos notícia do tal furo à greve de fome dos membros da Ala Vermelha no presídio de Tiradentes, narrado por Laura Coutinho se nos contentássemos em escrever esta história tendo como fonte os textos escritos por ex militantes que seguiram carreira intelectual e contribuíram com seus escritos para a história da resistência. Foi necessário um relato oral que lembrou o quanto souu cruel a execução de dois militantes de uma organização da esquerda armada por conta da solidariedade e companheirismo que tinham entre si e que era alvo do preconceito dos demais companheiros de militância.

A História Oral não é somente um conjunto de técnicas, procedimentos e roteiros precisos em torno de entrevistas gravadas, tampouco visa construir arquivos orais a serem posteriormente analisados. É antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações *qualitativas* de processos histórico-sociais. Interpretações estas, cujo olhar volta-se para a visão dos atores sociais, lugar privilegiado dos "esquecidos da história".

Enquanto um "arquivo provocado", constituído de recordações e memórias, é evidente que o relato oral carrega inconvenientes, como o resgate de lembranças equivocadas ou modificadas, tanto em função da revisão que a experiência posterior produz, tendo em vista o tempo presente em que a entrevista é realizada, como para justificar atitudes posteriores e fazer com que coincidam com o que se pensa no momento atual. Pode ocorrer também uma vontade consciente ou não de mentir, falsificar o passado ou demonstrar ao entrevistador uma visão mais positiva do que realmente se passou. No entanto estes inconvenientes não esgotam os benefícios de se utilizar a fonte oral nem são próprios destas fontes. Devemos nos lembrar que as fontes escritas, os documentos de múltiplas naturezas e as obras bibliográficas, como textos escritos de determinados pontos de vista, também podem carregar equívocos e omissões intencionais.

De qualquer forma, a História Oral, assim como outros métodos históricos, deve proceder ao exame histórico rigoroso, por meio de procedimentos heurísticos próprios de uma fonte oral. Nesse sentido, é imprescindível observar com rigor as críticas interna e externa da fonte oral,

assim como aquelas que se referem às fontes documentais complementares. Estas, aliás, são importantes na busca da consistência interna do relato, possibilitando confirmar ou não determinadas afirmações e conclusões (THOMPSON, 1988). Ainda segundo Thompson (1988), é preciso estar atento às questões que não são ditas em um relato oral, aos significados dos silêncios, das hesitações, às sutilezas da memória e da comunicação, nas quais a psicanálise pode prestar um auxílio vantajoso.

O trabalho de um historiador do tempo presente, como afirma Roger Chartier (2002), precisa se comprometer com a verdade histórica, tratar das escolhas, dos compromissos e das decisões dos sujeitos como situadas nas condições e nos determinantes que os tornaram possíveis de realizar e mesmo de cogitar. Ou seja, é imperativo analisar historicamente as subjetividades dos atores sociais, como também as próprias circunstâncias passadas, os *habitus*, as transformações dos lugares, dos sujeitos e do imaginário coletivo. A relação desses fatores, considerados em conjunto, fazem parte da compreensão a que se pretende chegar ao fim de um trabalho baseado em fonte oral.

Além da necessidade de compreensão das circunstâncias passadas, contemporâneas aos fatos narrados, é preciso ter em vista as circunstâncias do tempo em que os analisamos. Neste sentido o que se verifica desde as últimas décadas do século XX é o fenômeno contemporâneo de obsessão pela memória e pela preservação dos patrimônios, típico de um período marcado por catástrofes, rupturas e forte aceleração na experiência do tempo vivido, que confere à memória e à preservação patrimonial um caráter de resposta às ansiedades próprias do atual regime de historicidade, chamado de presentista por François Hartog (2013). Este regime presentista de forte apelo aos fatos contemporâneos, no entanto, não se furta de uma certa continuidade com qualquer outro regime de historicidade que possa ter sido notado anteriormente. Presentista ou não, a história continua sem um verdadeiro equilíbrio democrático quanto a presença dos grupos sociais na narrativa que propõe a explicar este presente, e é este contraponto que firmamos a necessidade de estabelecer, ampliando o leque das experiências abordadas pela explicação histórica oficial.

Conhecemos o passado através de recordações reconstruídas e organizadas no contexto presente e em função dele. Não se pode perder de vista o fato de que toda a sociedade atual exige que a história tenha um sentido, e a própria necessidade desse sentido passa por um pensamento sobre o passado. Esta relação com o passado feita na tentativa de encontrar sentidos, produz releituras constantes em função do presente, o que as faz sempre dignas de

serem postas em questão. As representações elaboradas para explicar o passado são fruto do contexto de sua produção e merecem tanta atenção quanto a que se dá ao estudo desse contexto.

É preciso atentar-se para as modalidades de entrevista e análise das correntes que utilizam a História Oral como método de conhecimento histórico. São três principais: a história de vida, a história temática e a tradição oral, como descreve o historiador Jose Carlos Sebe Bom Meihy (2002). A primeira atenta-se para o aspecto subjetivo, para as versões individuais dos fatos da vida. São narrativas de memória sujeitas às contradições, imprecisões e ajustes característicos da fala e da lembrança, de maneira que as narrativas "[...] apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões, distorções" (MEIHY, 2002). A segunda centra a entrevista no foco de estudo, é mais objetiva, limitando devaneios e variações. Trabalha com um questionário pronto, enquanto a história de vida procede com "entrevistas livres" que pretendem captar o máximo da percepção que o sujeito que narra elaborou ao longo de suas vivências. Por fim, a tradição oral não trabalha propriamente com entrevistas, é parecida com a etnografia, procede às vivências no grupo focal registrando seus comportamentos. Costuma analisar mais o coletivo do que o individual, focando nos rituais de passagem, festividades, cerimônias cíclicas, calendários, entre outros (MEIHY, 2002).

Neste trabalho utilizam-se as modalidades de História de vida e História temática. Algumas entrevistas com ex-estudantes da UFES que participaram de diferentes formas da resistência foram feitas pela Comissão da Verdade da UFES. Foram 16 entrevistas feitas com homens e mulheres membros da comunidade universitária, voltadas à história temática tratando principalmente do período compreendido entre os anos de 1964 e 1974, nos quais mais se identificaram graves violações aos direitos humanos levadas a cabo pelo sistema repressivo nesta Universidade. Tomando como base o conteúdo de parte das entrevistas, feitas com as ex-estudantes, a pesquisa aprofundou-se na análise da história de vida de uma das entrevistadas em especial, Laura Coutinho, pela disponibilidade e interesse que manifestou em contar suas memórias e percepções e pelo rico testemunho histórico da experiência vivida por ela desde o início de seu envolvimento com a resistência política, passando pela situação limite do cárcere e da tortura até a vivência política e social proporcionada pelas escolhas profissionais e pessoais até o presente.

Além do relato de Laura Coutinho, utilizamos fragmentos das entrevistas de Ângela Milanez, Elizabeth Madeira e Magdalena Frechiani. As entrevistadas citadas ao longo de toda a pesquisa são autobiografias que aquecem a vida pública do período trabalhado com o calor da subjetividade que falta, em geral, ao discurso histórico oficial. Porém, não se pode deixar de considerar o fato de que a participação nos acontecimentos políticos não imuniza a memória das militantes dos riscos da idealização e da estereotipia. Quanto à veracidade dessas memórias, lembro que não é o cerne do presente trabalho. Considero mais graves os possíveis lapsos, desvios e omissões da História oficial do que as idealizações presentes na memória, já que o que nos interessa aqui é o que foi escolhido para se perpetuar na memórias daquelas que narraram e não o relato fiel e cru de um passado que não abre espaço às subjetividades.

A noção de *trajetória* de vida, proposta por Pierre Bourdieu (2006) torna possível alcançar as dimensões mais profundas da análise histórica, abrangendo as subjetividades dos sujeitos sociais em consonância com os fatores de ordem externa, isto é, o período histórico, as relações de gênero característica daquela sociedade, além do pertencimento ou não a uma dada classe social, etnia ou grupo identitário de outra magnitude.

Convém introduzirmos a relação entre memória e poder, que remete à ligação estreita entre o controle do passado e do futuro. O fato de um grupo não conhecer as várias histórias de quem compõem sua história, tira ou diminui a possibilidade de que este grupo compreenda os processos sociais em que se envolve, limitando sua possibilidade de escolha e autodeterminação.

Neste sentido, as mulheres carecem de referências oficiais que embasem sua identidade de grupo, desde a formação escolar, permanecendo sem acesso à história das mulheres por toda a formação básica formal. A história oficial do Brasil é masculina. Nos relatos os nossos heróis são sempre homens, entre os nomes que mais aparecem nos livros de História, nenhum é de uma mulher. Com exceção da Princesa Isabel, apresentada sistematicamente como “libertadora”, e nunca como “governante”, a história do nosso país é contada como se tudo tivesse sido feito por homens (MERLINO, 2010).

Quanto aos anos de vigência da Ditadura Militar no Brasil, toda essa história desperta questões em torno da tão mencionada participação das mulheres na política, especificamente nas ações de resistência e oposição ao Regime. É essencial destacar que a participação política não se restringe à conquista ou disputa de cargos representativos, mas se estende às diversas formas da participação constante das mulheres, já que fizeram parte dos principais debates e

ações que ocorriam na vida pública nacional. Elas se interessaram por temas políticos e se manifestaram escrevendo em jornais, criando obras de resistência, escrevendo e atuando em peças, indo à guerra e, sobretudo refletindo suas condições no tempo e no espaço, sendo também protagonistas da história.

Para narrar com mais detalhes o que ocorreu no período proposto nesta pesquisa (1969-1972) se tem como base oral a entrevista coletiva promovida em 2014 pela Comissão da Verdade da UFES com três mulheres ex estudantes desta Universidade que contaram suas experiências naquele período, além de resgatarem elementos do cotidiano do movimento estudantil da UFES. São elas: Angela Milanez, então estudante de geografia, Elizabete Madeira e Magdalena Frechiani, ambas ex estudantes de medicina. Utilizaremos ainda o depoimento da memória de Laura Coutinho, ouvida separadamente pela CV/UFES também em 2014 e pelas pesquisadoras e documentaristas Mirela Marin e Maíra Tristão em uma entrevista de História de vida em setembro 2016.

Sobre a temática da memória, a pesquisadora Ecléa Bosi (1979) contribui com a reflexão a respeito do uso da memória na história despertando as possibilidades que precisamos ter em vista durante a análise da rememoração dos sujeitos. De acordo com ela o sujeito que conta não se conforma em se apresentar como espectador neutro, faz questão de julgar os fatos e marcar bem de que lado estava em determinada altura da história. “A memória dos acontecimentos políticos suscita uma palavra presa à situação concreta do sujeito” (BOSI, 1979. P. 272). Portanto, é necessário levar em conta a localização do sujeito que está lembrando, sua classe e profissão, por exemplo, para compreender a formação de seu ponto de vista. Neste sentido me detenho em um breve relato sobre a trajetória de vida de Laura Coutinho, já que a maior parte das reflexões memoriais trabalhadas na pesquisa foram fornecidas pelo seu relato.

Laura Coutinho nasceu na cidade de Natividade do Carangola, no estado do Rio de Janeiro em 1949. Filha de professora primária e de pai viajante comerciário, Laura Coutinho morou ao longo da infância e adolescência em cidades diferentes, como Campinho, em Domingos Martins, região serrana do Espírito Santo, e Macaé, no estado do Rio de Janeiro. Sua mãe a enviou ainda adolescente para Macaé, para morar na casa de um primo e estudar o ginásio, já que em Campinho, onde moravam, não havia escola para esta etapa de ensino. Mudou-se para Vila Velha com 16 anos de idade, passando a morar no bairro do IBES e cursando a escola normal em um curso dedicado à formação de professores. A partir do momento em que

passou a viver na região metropolitana de Vitória, em meados da década de 1960, Laura Coutinho conta ter passado a perceber mais de perto o clima de injustiça social que afetava as comunidades mais carentes da região. Ela menciona nas entrevistas o sentimento de desconforto que sentia diante da situação vivida pelas pessoas que mudavam-se para a cidade de Vitória em busca de trabalho, impulsionadas pela onda industrializante dos anos de 1960 e, sem mão de obra especializada, acabavam engrossando os bolsões de pobreza que se formavam nas periferias capixabas. A partir desse início Laura Coutinho encaminha seus relatos para as formas que encontrava de contribuir de algum modo na conscientização das pessoas e na melhora de sua situação de extrema privação. Assim, sua memória se volta aos tempos de aproximação com a Igreja católica, considerada por ela como um *front* de resistência às injustiças impostas pela desigualdade promovida pelo capitalismo moderno. Aproxima-se da teologia da libertação, conhece pessoas ligadas à grupos católicos fundados na crítica social, como a Ação Popular e mais tarde, no ano de 1969, ingressa na Universidade para cursar Odontologia, passando a se envolver com o movimento estudantil da UFES, que neste momento concentrava suas ações na resistência ao Regime Militar (1964-1985).

O breve resumo da trajetória de vida de Laura até entrar na Universidade já destaca elementos que justificam sua posterior militância no ME durante a resistência e sua revolta contra as injustiças sociais. Esta revolta é reivindicada pelo relato como parte da própria personalidade formada desde a infância, primeiro pela mãe, com seu forte senso democrático, e se mostra aflorar nas atitudes mesmo da juventude, quando se lembra:

“Eu sempre me coloquei de uma forma pró ativa contra as injustiças sociais. Mamãe fala que eu levava comida de casa pras colegas na escola. Tirava a roupa do corpo pra vestir os outros.”<sup>1</sup>

Este ponto reforça a constatação de Bosi (1979) de inconformação do sujeito com a posição neutra diante dos acontecimentos políticos. O relato de Laura Coutinho se torna ainda mais rico e complexo do que os demais depoimentos prestados pelas ex estudantes à CV/UFES, na medida em que ela dá à rememoração um forte embasamento, fruto da necessidade que mostra ter em tornar inteligível a quem ouve, os motivos e as inclinações que ergueram nela a vontade de lutar no âmbito político. Esta luta não desaparece da narrativa da história de vida da entrevistada em momento algum. Nas conversas informais que tivemos ao longo da elaboração desta pesquisa, Laura Coutinho sempre menciona as satisfações e dissabores que

---

<sup>1</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida a Maíra Tristão e Mirela Marin, Vitória. 2016.

encontra na rotina de seu trabalho hoje, ainda relacionado à militância por uma melhoria social dos menos favorecidos.

## **CAPÍTULO II**

### **2.1 O contexto político latino americano e brasileiro**

Para a breve apresentação do contexto brasileiro e latino americano às vésperas do golpe de Estado, temos como base o historiador Marcos Napolitano (2014). A América Latina, durante os anos de 1960 e 1970, foi marcada pelo fortalecimento político de grupos ligados à resistência aos governos de orientação nacionalista vigentes na década de 1950, como o governo Vargas no Brasil, Perón na Argentina, Paz Estenssoro na Bolívia e de Jacob Arbenz na Guatemala. Como no Brasil, outros países latino americanos assistiram à reação a reformas direcionadas ao aprofundamento da democracia, levando ao rompimento da ordem constitucional e a subida das forças armadas ao poder. Num período marcado pela bipolaridade de ideologias políticas, a hegemonia estadunidense na América Latina remete à cooperação operacional forjada na aliança entre os países latino-americanos que participaram com tropas na Segunda Guerra aliados aos Estados Unidos e seu comando militar.

Em 1959 a Revolução Cubana, de orientação comunista e consonante com a União Soviética, despertou a preocupação quanto à hegemonia estadunidense na região, motivando ações de política externa dos Estados Unidos, no sentido de combater qualquer insurgência que desafiasse sua dominação. Neste sentido, se compreende o financiamento do governo dos Estados Unidos, de caráter anticomunista, aos golpes militares, o que generalizou regimes políticos repressivos nos países do cone sul e deixou um legado de tradição anticomunista na política desses países, perceptível ao longo de décadas.

A chegada de João Goulart à presidência do Brasil em 1961 movimentou a reação de setores ligados às forças conservadoras que refutavam sua atuação política, relacionada como herdeira da tradição varguista. A tensão entre uma tradição liberal-democrática que apoiava Jango e as forças conservadoras que o refutavam chegou ao ápice em 1963, quando o então presidente começa a articular e discursar um amplo projeto de revisão dos pilares sociais do Brasil, conhecido como projeto das reformas de base. Inicia-se então a articulação entre o governo Jango e vários movimentos sociais simpáticos às reformas de base. Passam a apoiar as reformas e movimentos como o da mobilização estudantil, representada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), a organização da classe trabalhadora urbana através do

Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e os trabalhadores rurais através das Ligas Camponesas. Neste momento entra em cena o forte caráter anticomunista das elites políticas brasileiras que se apresenta ao longo de toda a história recente do país. As classes médias, os setores conservadores da Direita e o empresariado atacam veemente o projeto presidencial das reformas de base, acusando o presidente e sua base de apoio de prepararem um governo socialista no Brasil, articulando um golpe de Estado.

A tradição conservadora das elites políticas brasileiras se valeu deste seu forte caráter anticomunista para espalhar os rumores da ameaça de um golpe da esquerda que mobilizou os setores médios da sociedade civil nas chamadas Marchas da família com Deus pela liberdade, que foram às ruas das principais cidades do país em 1964. Esses atos públicos deram voz às insatisfações dos setores mais alinhados ao conservadorismo e sinalizaram positivamente um apoio para o golpe de Estado que os militares já discutiam internamente.

Neste clima de tensão política, o fato que pode ser considerado como estopim do golpe, de acordo com o pesquisador do período, Anderson da Silva Almeida (2012), é o apoio declarado por Jango à Revolta dos Marinheiros. Cerca de dois mil marinheiros e fuzileiros navais se reuniam na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro em 25 de março de 1964 em resistência à ordem de prisão emitida pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota. Os marinheiros, liderados por José Anselmo dos Santos, o “cabo” Anselmo, se reuniram em comemoração ao segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal. Estavam presentes na ocasião o então deputado federal Leonel Brizola e o Marinheiro líder da Revolta de 1910, João Cândido. Cabo Anselmo anunciou no início da reunião o compromisso de lutar pelas reformas de base propostas pelo governo Goulart, reforçando a necessidade de libertar da miséria os explorados do campo, da cidade, dos navios e dos quartéis.

O Ministro Sílvio Mota envia então um destacamento de fuzileiros encarregados de prender os presentes na reunião, mas apoiados por seu comandante Cândido Aragão, o destacamento se une aos revoltosos, permanecendo junto a eles na sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

O desfecho da revolta se dá em 26 de março, quando o ministro do Trabalho, Amauri Silva consegue um acordo com os marinheiros, que saem do prédio do Sindicato e em seguida são presos e levados a um quartel em São Cristóvão. Contudo, horas depois são anistiados por Goulart.

Este movimento nas vésperas do golpe demonstra a polarização existente nas forças armadas no que tange ao apoio a Jango. A anistia aos revoltosos levou militares até então indecisos, a grande imprensa e os setores médios da sociedade a pregarem abertamente o golpe contra Jango, que teria demonstrado desrespeito com a hierarquia militar.

O golpe contra o governo legalmente constituído de Jango é deflagrado na madrugada de 31 de março de 1964. O presidente viaja em 1º de abril para Porto Alegre, onde Brizola tenta organizar uma resistência com o apoio de generais legalistas, mas Jango desiste do confronto militar com os golpistas e segue para o exílio no Uruguai, só retornando ao Brasil depois de morto, em 1976.

Antes mesmo de Jango deixar o país, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade declara vaga a presidência da República e faz o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili assumir interinamente o cargo. Em 2 de abril organiza-se o autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, composto pelo brigadeiro Francisco de Assis Correa de Melo, o vice – almirante Augusto Rademaker e o general Arthur da Costa e Silva, mais tarde empossado como presidente.

Uma repressão violenta já atinge nos primeiros dias os setores mais ligados politicamente à esquerda, como a UNE, o CGT, as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas e torturadas já nos primeiros dias que se seguiram ao golpe, como o líder comunista Gregório Bezerra, amarrado e arrastado pelas ruas de Recife (PE).

A justificativa dada pelos militares envolvidos no golpe para a imediata e violenta repressão política é a necessidade de restaurar a hierarquia e a disciplina nas forças armadas, além de deter a “ameaça comunista” que segundo eles, pairava sobre o país. Neste ponto se anuncia a mentalidade que embasava a Doutrina de Segurança Nacional, que mobilizou a estruturação do complexo aparato repressivo atuante no Brasil desde o governo Dutra até depois do fim do Regime Militar. Acreditava-se, ou justificava-se, que a ameaça à ordem capitalista e à segurança do Brasil não vinha de fora, da União Soviética ou de Cuba, por exemplo, mas de dentro, dos próprios brasileiros que atuavam como inimigos internos tentando implantar o comunismo pela via revolucionária através da subversão da ordem colocada. Esta visão é a base da Doutrina de Segurança Nacional e da Guerra anti subversiva ensinada durante o regime nas escolas superiores das Forças Armadas.

A Doutrina de Segurança Nacional, idealizada no Brasil principalmente pelo general Golbery do Couto e Silva, representa a incorporação da estratégia estadunidense de contenção do comunismo, e foi adotada pelas ditaduras do cone sul, que buscavam estreitar a relação econômica e política com seus aliados do capital externo.

O regime ditatorial brasileiro deu cobertura jurídica à escalada repressiva a partir de 1967 decretando leis de segurança nacional que expressavam a intolerância do Estado a qualquer antagonismo interno à “vontade da nação”, identificada pelo regime com seus próprios interesses. E mesmo com todo o aparato repressivo estruturado ao longo dos 21 anos de vigência do regime, houve resistência por parte de setores da sociedade que manifestavam sua oposição. As Universidades foram um dos alvos preferidos da repressão militar pautada na Doutrina de Segurança Nacional, como afirma o Historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014). Isto se deve ao potencial que as instituições superiores de ensino tinham em formar mentalidades e quadros intelectuais que futuramente ganhariam destaque na esfera política. Desta forma, a repressão política na Universidade Federal do Espírito Santo foi notável. Partimos para um breve histórico da UFES, de sua criação ao golpe militar de 1964.

## **2.2 UFES, da criação ao golpe de 1964**

A pesquisa empreendida pela equipe da CV/UFES cujos resultados foram reunidos e publicados no Relatório Final da Comissão (2016), afirma que a Universidade do Espírito Santo (UES), como se chamava antes de ser federalizada, foi criada em 1954, por meio da Lei Estadual nº 806, de 5 de maio de 1954. Era organizada em unidades que funcionavam como faculdades isoladas (Escola de Belas Artes, Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Odontologia e Escola de Química Industrial e Farmácia). A instituição foi federalizada em 30 de janeiro de 1961 pela Lei nº 3.838, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek nos últimos dias de seu mandato presidencial. Em 1965 um decreto governamental torna obrigatório o uso da palavra “federal” nos nomes das instituições de ensino federalizadas, assim a até então UES passa a se chamar Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A partir da segunda metade da década de 1960, a UFES passou por uma reforma universitária que modificou sua estrutura administrativa e acadêmica. Já no início da década de 1970, marcada nacionalmente pelo que se convencionou chamar “Milagre Econômico Brasileiro”, as faculdades que compunham a UFES foram sendo transferidas para o novo campus de Goiabeiras. Esses eventos fazem parte da história oficial da Universidade, no entanto, é necessário lembrar que ao longo dos 62 de

sua existência, um terço, 21 anos, foi sob uma Ditadura Militar que marcou profundamente a formação da Universidade atingiu diretamente os integrantes da comunidade universitária através da repressão política direta, o que não faz parte da história oficial desta instituição, mas consiste no objetivo da presente pesquisa. O Relatório Final da Comissão da Verdade da UFES (2016), destaca a fase da Universidade em tempos de ditadura como uma época de contradições. Por um lado se apresentava um projeto de modernização da sociedade em que as Universidades ocupavam um lugar de destaque, e por outro lado e ao mesmo tempo é estruturada uma política de estado voltada para a repressão e o silenciamento da sociedade, que constitui o alicerce principal do projeto de hegemonia do grupo político que assumiu o poder no Brasil em 1964. As universidades tinham papel estratégico na construção do ideal do “Brasil Grande” elaborado pelo regime militar.

Os anos em que a UFES viveu sob o regime militar (1964-1985) foram marcados por um contexto de oposição e convivência entre modernização versus repressão política, onde esta última funcionava como filtro político-ideológico que atingia amplamente todos os setores que formavam a comunidade universitária. A este respeito o Relatório final elaborado pela CV/UFES chega à seguinte constatação: os estudantes da UFES foram o alvo principal da repressão política no Estado do Espírito Santo durante a ditadura militar.

### **2.3 A repressão política na UFES**

A Lei de Acesso à Informação, Lei n 12.527, de 18/11/2011, que entrou em vigor a partir de 16 de maio de 2012, que abriu arquivos classificados como “secretos”, representou a possibilidade de alcançar uma documentação até então vetada e trabalhá-la com os métodos adequados no sentido de apresentar, problematizar e debater parte da história que permanecia restrita à especulação, respaldando e interpretando a memória com a concretude da análise documental. Os esforços da Comissão Nacional da Verdade (CNV) têm surtido efeito, aumentando o acesso a documentações referentes ao período. Exemplo é a iniciativa do Ministério da Justiça, que sob provocação da CNV solicitou através do aviso nº 1.069, de 4 de julho de 2012, que todos os ministérios fizessem levantamento, identificação e recolhimento, junto ao projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, de documentos do período militar que se encontrassem sob sua guarda.

No mesmo sentido, em agosto de 2012 o Ministério da Educação remeteu aos reitores de todas as universidades públicas, federais ou estaduais, a solicitação de que fizessem levantamento e identificação dos documentos referentes ao período em questão, a serem

recolhidos ao Arquivo Nacional. Em resposta ao MEC, a reitoria da UFES solicitou em outubro de 2012 que o Departamento de Arquivologia da universidade realizasse em todos os centros um levantamento com objetivo de encontrar os documentos (FAGUNDES, 2013).

A recente possibilidade de acesso aos documentos produzidos pela Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFES (AESI/UFES) garante a fonte arquivística que permite articular a história recente do Espírito Santo e do movimento estudantil capixaba organizado na UFES, única Universidade do estado até então e que, portanto, concentrou parte importante da atividade política de resistência na época.

#### **2.4 A militância das mulheres no movimento estudantil da UFES**

O cotidiano na resistência contado pelas ex-estudantes da UFES e evidentes nos documentos analisados, contribuem com uma memória do Movimento Estudantil Capixaba. Através das histórias individuais de suas militantes em conexão com o contexto apresentado nos documentos, torna-se possível dar maior atenção às subjetividades e às múltiplas formas de se viver a luta política, contribuindo para inclusão dessas formas nas histórias oficiais que se constroem.

Neste sentido vale lembrar que as mulheres que nos narram suas memórias, e que outrora, nas décadas de 1960 e 1970 era jovens estudantes e militantes, hoje são senhoras com idade em torno dos 70 anos. Trabalhamos com a memória de pessoas idosas, que têm suas lembranças desvalorizadas à medida que são diminuídas diante da História Oficial e substituídas e descartadas em favor dela. O espaço e o valor da memória dos velhos é objeto de reflexão da filósofa Marilena Chauí, que afirma: “Os velhos são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara”. Este trecho é parte da apresentação que Chauí escreve na abertura do livro de Ecléa Bosí (1979) sobre o sentido social das lembranças dos velhos na sociedade contemporânea. A reflexão presente no pequeno texto de Chauí e retomada ao longo da obra de Bosí (1979) é a do espaço que têm os velhos como guardiões do passado em uma sociedade onde a velhice é oprimida, despojada e banida.

A sociedade capitalista usa o braço servil dos velhos, mas impede suas lembranças por meio da opressão que exerce sobre ele. Esta opressão se realiza tanto de formas visíveis e institucionais, quanto de formas quase invisíveis por intermédio de mecanismos psicológicos. A burocracia da aposentadoria, que impõe insegurança quanto ao prover material e as

possibilidades de interação promovidas pelo trabalho, a sutileza dos gestos que discriminam os velhos, lhes impondo tutela e negando-lhes o diálogo e a reciprocidade faz com que ser velho nesta sociedade seja sobreviver sem o direito de lembrar e de ensinar (Chauí, 1979).

A opressão da memória não acontece só pelo fato dos velhos serem reduzidos à monotonia e repetição. A história oficial, com seu apelo de celebração e triunfalismo e com a necessária figura do vencedor, acaba sufocando a lembrança e pisoteando a tradição dos vencidos.

A degradação e opressão à memória das testemunhas a que damos voz, começa prematuramente. A memória não passa a ser desvalorizada quando as personagens dessa história se tornam velhas, mas ao longo da destruição sistemática por que passam desde o nascimento na sociedade de competição e lucro. Para que na velhice essas mulheres fossem vistas como agentes do processo histórico, seria necessário que elas sempre tivessem sido consideradas como sujeitos históricos. Porém, esta pesquisa não pretende tratar da memória em si, nem da velhice, mas se dedica a trabalhar a opressão dessas memórias e sua capacidade de se integrar à história.

Enquanto o regime autoritário vigorava no Brasil, grupos, mesmo das forças armadas, setores mais liberais e de orientação de esquerda, mobilizavam-se e organizavam resistências múltipla, de várias orientações e métodos. Neste ponto a categoria de capital simbólico desenvolvida por Bourdieu (1989) auxilia a compreensão da dinâmica política brasileira no período.

Cada cultura produz suas formas de se posicionar, colaborar ou resistir, que podem se pautar no convencimento, na tentativa de ocupação lenta e planejada do aparato político ou nos planos de tomada violenta do poder. Cada grupo, que elabora sua tática política é composto de pessoas mais ou menos envolvidas, e por razões várias. A categoria do capital simbólico põe em jogo as ferramentas de compreensão, elaboração e ação política disponíveis aos diferentes grupos sociais e determinam suas posições no cenário político social. Perceber uma situação, em suas múltiplas dimensões e apreender as condições que se tem de agir sobre ela depende do estado de desenvolvimento do sujeito que se coloca. Neste sentido é válido pensar no capital simbólico de que dispunha o grupo em análise, as mulheres engajadas na resistência estudantil capixaba no contexto de enfrentamento à ditadura militar. O caminho trilhado nesta pesquisa consiste em pensar a história das relações de gênero a partir das histórias de vida dessas militantes, e ao longo das narrativas que formularam a respeito de suas militâncias elas citam as formas que encontravam para transitar nas ações políticas, ações estas que não se

assemelhavam em tudo com as tarefas desempenhadas pelos companheiros de organização. Como já foi mencionado, lançamos mão do relato mais completo e próximo de Laura Coutinho conta ter desempenhado, assim como outras mulheres, funções de apoio tático aos militantes da organização de que eram próximas: “O papel da mulher era um papel de suporte de resistência. Sempre houve um preconceito muito grande, as mulheres eram como apoio”. Laura Coutinho era companheira de João Amorim, membro da Ala vermelha do PC do B no Espírito Santo e então estudante de geografia da UFES. A casa onde moravam recebia militantes de fora do estado que estavam na ilegalidade e ela era responsável por providenciar meios para que essas pessoas recuperassem a situação legal, arranjar documentos falsos, além de cuidar da alimentação e hospedagem dos militantes enquanto estivessem em Vitória:

“Eu era utilizada pra fazer isso, ao mesmo tempo. Uma vez legais, quando eles iam fazer as reuniões para montar as estratégias e definir onde iriam trabalhar, fazer trabalho de base com os operários, eu não podia participar, não tinha conhecimento disso. Eu servia como inocente útil pra resolver os problemas deles, mas não era organizada de fato, e isso me incomodava muito”<sup>2</sup>

“Inocente útil” é o termo utilizado por ela para descrever sua militância, que enquanto mulher, era responsável pelo cuidado e zelo com os demais militantes em risco, com o preparo das refeições, a ordem do lar onde eram recebidos, o trânsito entre cartórios para resolver documentações falsas. A militante mulher representava a facilidade de trânsito com menos desconfiança dos outros, por serem mulheres e portanto, menos propensas às atividades políticas e à subversão. Descrição semelhante sobre a atuação política das mulheres na resistência é apresentada por Ana Rita Fonteles Duarte (2009), que põe em cena os aspectos levantados pela participação das mulheres nos atos da resistência. Segundo Duarte (2009) a organização do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Ceará levanta a temática das pretensas habilidades e vocações das mulheres e transporta-as para as necessidades práticas do contexto político em questão. Tal como no caso das Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, em Buenos Ayres, na Argentina, é propício por motivos práticos que as mulheres se apresentem em defesa do bem estar e da vida de seus parentes desaparecidos. O Estado nada pode alegar como subversivo ou perigoso no fato de um grupo de mulheres com lenços na cabeça cobrarem o direito de ao menos sepultar seus entes mortos.

---

<sup>2</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida a Maíra Tristão e Mirela Marin, Vitória. 2016.

Voltando à categoria de Bourdieu (1989), é este capital, o das pretensas vocações das mulheres, reforçado ao longo da socialização nos padrões patriarcais, que é reafirmado e utilizado tanto pelas organizações de resistência, quanto pelas próprias militantes, que se vêem com uma possibilidade de atuação reduzida se comparada com as possíveis ações de seus companheiros.

Vale ressaltar que o apoio tático, o cuidado e a resolução de questões de ilegalidade não foram as esferas exclusivas de ação das militantes. Esta afirmação negaria uma realidade importante, a formulação intelectual de muitas militantes de partidos políticos e a ação militar de tantas guerrilheiras que pegaram em armas em ações realizadas por organizações que optaram pela luta armada, como Lúcia Murat, Maria do Carmo Brito, Dulce Maia e Vera Silvia Magalhães, só para mencionar poucos dos exemplos de mulheres guerrilheiras, citadas no livro de Olívia Rangel Joffily (2016). Lucia Murat, hoje cineasta, iniciou sua militância política na universidade e foi uma das estudantes presas no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP). Após o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), entrou na clandestinidade. Militou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi presa em março de 1971, aos 22 anos. Maria do Carmo Brito, socióloga e ex-guerrilheira, foi integrante da Política Operária (Polop), do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e uma das principais dirigentes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), onde se tornou a primeira mulher a comandar uma organização guerrilheira em toda a América Latina. Ícone da presença feminina na luta armada brasileira, foi presa, torturada e banida do país em 1970, retornando apenas em 1979 por conta da Lei da Anistia. Dulce Maia: militou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e era produtora cultural quando foi presa na madrugada de 26 de janeiro de 1969, em São Paulo (SP). Vera Silvia Magalhães: fazia parte do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e participou de ações armadas como o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, no Rio de Janeiro em setembro de 1969, além de outras ações de expropriação.

O que se pretende é chamar a atenção para o direcionamento que a dinâmica da desigualdade de gênero confere à militância de muitas mulheres engajadas na resistência e que por vezes, como é o caso de Laura Coutinho, as restringe, frustra e incomoda, além de estigmatizar a ação política segundo a categorial tradicional patriarcal da divisão de gêneros.

Trabalharemos com mais detalhes as histórias de militância das estudantes a fim de perceber suas motivações e as questões mais complexas que permearam sua ação política. Para tanto seguimos nos pautando na trajetória de vida e militância de Laura Coutinho, além dos relatos de Ângela Milanez, ex estudante de geografia da UFES, Elizabeth Madeira e Magdalena Frechiani, ambas ex estudantes do curso de medicina.

Como citamos anteriormente, Laura Coutinho ingressou na UFES aos dezenove anos, em 1969. Em 1971, ela e seu então companheiro João Amorim, estudante do curso de geografia da UFES e mais tarde militante da Ala Vermelha do PCdoB, trabalhavam em um projeto social comunitário em um bairro carente de Cariacica chamado Porto de Santana. Segundo ela, o trabalho em Porto de Santana fez com que notasse concretamente as injustiças sociais e as desigualdades promovidas pela promessa de prosperidade dos grandes projetos desenvolvimentistas no estado, que levavam as pessoas a saírem do campo e virem para as margens da capital, sem mão de obra especializada, condenados à permanecerem às margens do bem-estar propagandeado pelo desenvolvimentismo.

“A gente percebeu que não podia aceitar aquilo, e baseado naqueles princípios democráticos da nossa origem, a gente começou a insurgir contra, tentando levar conhecimentos de higiene pessoal, de garantias sociais a que eles poderiam ter acesso. Nada mais do que isso, apenas uma visão romântica de uma sociedade mais justa, mais humana, mais igualitária”<sup>3</sup>

O trabalho social que faziam neste período era parte do currículo dos cursos universitários. Era um projeto ligado ao Exército brasileiro, que exigia que os universitários fossem à determinadas comunidades e se apresentassem como pessoas enviadas pelo Exército para atender às necessidades básicas de orientação que a comunidade tivesse. As visitas que Laura Coutinho e João Amorim faziam às casas dos moradores de Porto de Santana eram utilizadas para um trabalho de conscientização da realidade social, como menciona:

“Nas populações periféricas se tem carência de tudo, até de coisas elementares, então era preciso falar o linguajar deles pra se aproximar. A gente fazia conscientização, fazia orientação de primeiros socorros,

---

<sup>3</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida a Maíra Tristão e Mirela Marin, Vitória. 2016.

sempre com o gancho de trabalhar as carências e dependências daquela comunidade. A gente aproveitava e perguntava: “Você acha certo isso? A gente tem um bolo e tem essa fatiazinha pra dividir entre tanta gente enquanto esse pedaço todo fica pra uma meia dúzia?”. Aquelas coisas mais didáticas possíveis”<sup>4</sup>

O trabalho social em Porto de Santana levou à militância política organizada, já que neste período ela se depara com uma realidade social de privações da periferia, afirmando ter despertado seu senso de justiça social e a necessidade de uma ação ainda mais efetiva contra a estrutura política que promovia esses desníveis sociais. Neste ambiente Laura reencontra dois padres que conhecera em um curso preparatório para o vestibular de odontologia organizado pela Juventude Católica do IBES, ainda antes de entrar na UFES. O contato com a igreja, segundo ela, foi de extrema importância para que se posicionasse contra as injustiças sociais, lembrando a referência a Dom Helder Câmara e seus escritos e pregações sobre justiça, que marcaram profundamente seu senso político. A Igreja Católica neste momento se constitua em um refúgio da resistência pacífica na medida em que trabalhava a consciência dos religiosos para as questões reais do país. A partir do reencontro com os padres, depois de entrar na Universidade, Laura Coutinho conta ter esclarecido questões da prática militante, passando a ler documentos políticos e ter conhecimento da ação das diversas organizações de oposição ao regime militar vigente no Brasil naqueles anos.

Já em Vila Batista, bairro periférico da grande vitória, enquanto morava com o companheiro, passaram a conhecer e ter contato com militantes organizados, recebendo-os em casa, ajudando quem precisasse com alimentação e fazendo da casa onde moravam um lugar de debate político e troca de idéias sobre a luta contra a Ditadura que assolava o país.

Nossa casa era um front de resistência daqueles estudantes menos privilegiados em termos sociais. O RU só funcionava de segunda a sexta, então sábado e domingo essas pessoas não tinham do que se alimentar, e o local de encontro era a minha casa, que passou a ser um local de discussão política e prática de uma reação a aquele Estado autoritário que a gente vivia.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

<sup>5</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

Os fragmentos de memória narrados por Laura Coutinho expressam a evolução da prática ativa de envolvimento com a militância a partir das possibilidades que iam se abrindo ao longo da vivência com as comunidades periféricas e, mais tarde, com a base estudantil organizada na luta contra a ditadura. Seu envolvimento até aqui se mostrava ligado à necessidade de conscientização e de prover as condições necessárias para que os colegas de movimento estudantil e de organização política se mobilizassem coletivamente. A casa é apresentada como um abrigo disponível para os debates. Sua disposição de providenciar alimentação e abrir as portas de casa para as reuniões revela o envolvimento orgânico em proporcionar o que estivesse a seu alcance para viabilizar a militância dos demais, constituindo assim sua própria prática militância. Este período revela já uma ação política efetiva que poderia ter sido contado sem que chamássemos a atenção para o caráter necessariamente político dessas ações. Porém, um dos objetivos desta reflexão é justamente sublinhar a amplitude da esfera política, que engloba as ações de pessoas que se mobilizam com o arsenal que lhes é possível ter e que desta forma fazem parte da luta política em seu contexto.

Se o regime autoritário, como é próprio de quem está por trás do Estado, dispõe do apoio do aparato oficial para difundir seus preceitos, as diferentes orientações da resistência que se opunham a este Estado também dispunham de uma base teórica que pautava as diretrizes da prática revolucionária. Mesmo que desiguais em peso político, Regime e resistência representavam pólos da dinâmica política do país naqueles anos. No interior desses grupos, especificamente os de resistência, que constituem nosso objeto, convivem pessoas, mulheres e homens, que trazem consigo já no início da militância, a bagagem da socialização a que foi submetido desde que nasceu. E é justamente o peso dessa socialização e a reprodução prática do habitus que se adquire nas relações sociais, desde as mais primárias, e em seu peso na atividade política, que nos interessa aqui.

A ex estudante de medicina da UFES, Magdalena Frechiani menciona, por exemplo, a influência do ambiente familiar na infância, marcado pela forte tendência da mãe em se posicionar diante das questões políticas e sociais. A indignação que Magdalena Frechiani sentia diante da situação política e social que o Brasil vivia no final da década de 1960, e que a fez se envolver nas ações da resistência, de acordo com ela foi algo que se construiu desde a infância, quando acompanhava junto com a mãe uma rádio tirana da Albânia. A mãe junto ao rádio de madrugada, com conteúdo libertário, marcou a memória de Magdalena tanto pelo

conteúdo em si do que se escutava neste veículo e, talvez mais ainda, pelo envolvimento que sua mãe mostrava com os assuntos circulados:

“Então essa coisa da indignação para mim foi normal porque dentro da família minha mãe era uma pessoa de esquerda. Eu cresci ouvindo rádio espanhola, rádio tirana e tudo porque minha mãe ouvia essas coisas de madrugada”<sup>6</sup>

O estudo de caso proporcionado pelo contato com a história de vida de Laura Coutinho também traz elementos ilustrativos neste sentido da formação do *habitus*. A lembrança do ambiente familiar na infância e da influência da mãe parece justificar nela o senso democrático e de justiça que a acompanhou e motivou a agir naquele momento posterior da juventude, em tempo de suspensão das liberdades individuais e latência das desigualdades sociais. Ela conta sobre a infância:

“Eu sempre me coloquei de uma forma pró ativa contra as injustiças sociais. Mamãe fala que eu levava comida de casa pras colegas na escola. Tirava a roupa do corpo pra vestir os outros. Minha mãe era uma democrata. Homero Mafra, advogado presidente da OAB e ex aluno de minha mãe, que era professora primária, diz em espaços e em artigos que a velha mestra, Dona Laura, formou homens de mentalidade verdadeiramente democrática. Então ele, aluno dela desde o primário e depois no ginásio, ele diz dela que é uma mulher que formou homens de mentalidade democrática. Se ela formou em outras pessoas essa visão democrática, imagina em nós no dia a dia”<sup>7</sup>

Neste fragmento do relato de memória se esclarece a motivação racional que Laura Coutinho acredita ter a aproximado da militância política posteriormente. A maneira que diz ter encontrado para dar vazão à esta forma pró ativa que tinha diante das injustiças era buscar uma solução, agir pensando em mudar de alguma forma o que a incomodava. Esta compreensão dá sentido à narrativa de sua trajetória da adolescência em diante. Depois de freqüentar o curso normal para professora, passou a cursar o preparatório para o vestibular de odontologia da UFES e neste curso, na Ladeira São Bento, Centro de Vitória, teve contato

---

<sup>6</sup>FRECHIANI, Magdalena. Oitivacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

<sup>7</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

com pessoas da Juventude Católica (JUC) e começou neste grupo sua militância efetivamente política próxima a uma organização.

A JUC nestes tempos da década de 50 era uma organização ligada á Igreja Católica que firmava seus princípios na crítica à sociedade capitalista, pautando-se nos efeitos de miséria e degeneração que vitimava os seres humanos. Tinha uma linha baseada nos princípios cristãos e no descompasso desses ideais provocados pela lógica capitalista. No Congresso organizado em 1960 no Rio de Janeiro por este grupo, foi aprovado um documento com o título “Algumas diretrizes de um ideal Histórico cristão para o povo brasileiro”, que mencionava a opção pelo socialismo democrático a ser instaurado através da via da revolução brasileira.

Mais tarde, a partir de meados da década de 1960 a organização perdeu esta orientação por conta de disputas internas entre lideranças de grupos mais conservadores da Igreja católica que deram vitória à defesa de opções menos políticas para solucionar as questões sociais, chegando a ser desaconselhada a proximidade às teorias socialistas nos quadros da JUC.

O contato de Laura Coutinho com esta organização, que mais tarde deu origem a um racha que se chamou Ação Popular (AP), foi em um período de efervescência do debate político histórico, o que segundo ela a aproximou de documentos políticos de várias organizações e pela curiosidade em conhecer o que diziam sobre a realidade e sobre as formas de agir e possibilidades de mudar esta realidade. Neste mesmo período Laura Coutinho se aproxima de dois padres europeus que, segundo ela eram extremamente conscientes politicamente.

“Nessa época a igreja era um front de resistência e de espaço que a gente procurava para se proteger das agressões da ditadura. Eu sempre gostei de Dom Helder Câmara, dos discursos de Dom Helder que falavam da inclusão”<sup>8</sup>

O momento dos primeiros contatos com as organizações, a maior autonomia que tinha em procurar pessoas por quem se interessava e se aproximar dos círculos de discussão com os quais sentia empatia de ideais, remete a histórias de vida de muitos daqueles que construiriam mais tarde o movimento estudantil engajado contra um regime autoritário e conservador, embora este momento inicial tenha sido uma amostra pouco semelhante do que seria a militância de Laura posteriormente. A entrada na Universidade e o contato com o movimento

---

<sup>8</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

estudantil da UFES acarretaram percepções diferentes das que foram acumuladas até este período.

Sendo assim, Laura Coutinho entra na Universidade em 1969, um período em que a repressão política no meio estudantil era ferrenha. O momento em que intensifica as ações militantes para além dos grupos de leitura e discussão, período de formação em suma, coincide com sua entrada na Universidade:

“Era um espaço que tratava muito dessas questões sociais, as contradições naquele momento histórico se mostravam mais agudas, a perda das liberdades, o fechamento do congresso. Foi nesse período que eu entrei na Universidade. As pessoas se encontravam de uma forma mais isolada pra tratar dessas questões”<sup>9</sup>

Com a necessidade de certo isolamento para tratar das questões políticas neste momento, havia a tendência a se intensificarem as relações entre aqueles que se propunham a tratar de questões políticas e sociais, desaconselhadas a serem o tema de conversas entre grupos de 2 ou mais pessoas. Laura Coutinho se tornou companheira de João Amorim, militante vindo do Rio de Janeiro no final de 1968 e que então estudava geografia na UFES. Laura conta que Amorim veio do Rio de Janeiro, onde cursava Comunicação Social e fazia parte da militância organizada pelo ME carioca porque a repressão naquele estado o acuou, ele veio fugindo dos cercos da repressão, pois já era conhecido, participara da manifestação contra o assassinato do secundarista Edson Luis e de outros atos de resistência. Segundo ela a aproximação com Amorim foi o início do contato com o meio operário, quando passou a não se restringir mais ao ciclo do movimento estudantil e tomou consciência da luta de classes e de outros conceitos de análise histórica encontrados em vários documentos políticos que procurava ler, das mais variadas tendências e partidos políticos de esquerda da época. Seu então companheiro era ligado à organização Ala Vermelha do PC do B, organização esta que era um dos alvos da repressão naquele momento, estando prestes a ser desmantelada.

Segundo Maria Paula Araújo (2007), havia esforço por um trabalho político do movimento estudantil, mesmo depois do decreto nº 477<sup>10</sup>, conhecido como AI5 da educação, trabalho este voltado para questões específicas da universidade, desvinculado da luta armada e feito sob a

<sup>9</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

<sup>10</sup>Decreto presidencial que afastava os estudantes julgados por atos de subversão e os impedia de se matricularem em qualquer instituição de ensino do país por três anos.

forma de atividades culturais, como, por exemplo, as técnicas e dramaturgia de Augusto Boal, com a metodologia do “Teatro do oprimido”, que une o teatro à ação social.

As manifestações realizadas pelo movimento estudantil voltadas para questões práticas da universidade, citadas por Araújo (2007) marcaram o início do envolvimento político de Elizabeth Madeira e Magdalena Frechiani, duas ex estudantes do curso de medicina da UFES que participaram da oitiva de 2014. Sobre este período Magdalena relembra:

“No segundo ano eu comecei a me envolver muito com os problemas da faculdade, a gente tinha muito problema. Nosso pronto socorro tinha sido fechado, então meu o primeiro contato com repressão na verdade foi em função da briga pelo pronto socorro. A gente começou a fazer muita manifestação para tentar reabrir o pronto socorro que é um lugar importante para a medicina e essa foi a primeira vez que tive contato com a repressão. Fomos para a câmara dos vereadores que era ali no antigo cine glória, todos de jaleco, todos de branco para pressionar para votarem em favor da reabertura do pronto socorro. A Polícia Federal chegou lá, todo mundo com armas, e aí como diziam, você é fichado”<sup>11</sup>

Sobre este mesmo período de início de envolvimento político com questões internas da universidade Elizabeth Madeira conta que depois de ter chegado do interior, viera da cidade de Alegre, e se interessar pela agitação política que percebeu em Vitória, passou a se aproximar do Diretório Acadêmico (DA) do curso de medicina, que se mostrava engajado no sentido de promover uma cultura de contestação política entre os alunos, incentivando a leitura em trotes que distribuía livros e panfletos. Além disso, a luta pela reabertura do pronto socorro fechado também marcou a aproximação de Elizabeth Madeira com o movimento estudantil:

“Me lembro de briga por questão do restaurante, de briga por contra o acordo médico, porque na época tirava a autonomia da universidade, era os Estados Unidos mandando aqui dentro. Me lembro de movimentação nesse sentido e ao mesmo tempo todo o movimento a favor da melhoria do ensino, como por exemplo a questão do pronto

---

<sup>11</sup>FRECHIANI, Magdalena. Oitivacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

socorro. Acho que a questão do pronto socorro foi um marco maior porque a escola inteira se mobilizou... inclusive foi um movimento de que saiu a notícia no Jornal do Brasil escrito assim: “É uma luz que se acende no fundo do túnel”<sup>12</sup>.

Os relatos de Elizabeth Madeira e de Magdalena Frechiani foram narrados em uma entrevista coletiva promovida pela CV/UFES com o objetivo de conhecer mais sobre o contexto dos anos de repressão na UFES através das memórias das mulheres que fizeram parte deste período. Portanto, tratou-se de uma entrevista voltada à história temática, mais restrita a um período determinado, o que limitou que falassem mais demorada e detalhadamente sobre o início do despertar para a ação coletiva, o envolvimento com a militância e as motivações para esta atividade. O que ficou claro nos momentos narrados por elas foi a necessidade prática diante da qual não tiveram dúvidas quanto a se envolver ou não. Perceberam o malefício das ações que prejudicavam o exercício da profissão para a qual se preparavam. Perceberam o problema que significa o fechamento de um pronto socorro, notaram a importância de se motivar uma cultura de contestação e crítica diante dos desmandos de uma administração pública autoritária e se a partir dessas percepções, se envolveram nas ações que visavam contestar a realidade que viviam na universidade.

Embora se saiba dos esforços por uma militância mais lúdica de que fala Araújo (2007), como o Teatro do Oprimido de Boal e outras iniciativas de se pensar o social através da arte, e das ações motivadas por problemas internos da universidade, como os protestos pela abertura do Pronto Socorro, outros tipos de ações são narradas pelos depoentes citados nos documentos da AESI/UFES, nossas fontes primárias. São ações mais ligadas a organizações político partidárias. Se nos reportarmos às narrativas da ex estudantes que relataram suas histórias de militância na oitava de mulheres promovidas pela CV/UFES em 2014, por exemplo, podemos citar ações de panfletagem, pichações, distribuição de jornais e discursos relâmpagos proferidos em meio a uma aglomeração de pessoas. Essas ações são conhecidas nas organizações ligadas à esquerda como ações de agitação, e também fizeram parte do início da prática militante de Elizabeth Madeira, de Magdalena Frechiani e de Laura Coutinho. Foi a partir do contato com a manifestação pró reabertura do pronto socorro que Magdalena se aproximou da militância partidária no PC do B:

---

<sup>12</sup>MADEIRA, Elizabeth. Oitiva com ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

“E aí depois dessa do pronto socorro eu comecei a me envolver com o PC do B. A gente fazia manifestações e panfletagens, fazia um grande movimento. Em 1972, a gente fez muita panfletagem e pichações. Eu e mais três amigos pichamos uma fábrica inteira numa madrugada. Na verdade eu era uma menina da roça, e falo uma menina porque eu tinha 20 anos, então era uma coisa extremamente e amedrontadora pra mim. Eram às escuras as panfletagens que a gente fazia, muito de madrugada, tipo uma hora da manhã. Então eu fui me envolvendo com isso. Nosso objetivo era melhorar a faculdade e também e lutar contra todas aquelas coisas horríveis que aconteciam no país”<sup>13</sup>

Um traço comum é notável nas falas das três depoentes. Todas elas narram o inconformismo com a situação que o país vivia e que se refletia na universidade e nos demais meios sociais, fazendo com que fosse impossível não se posicionar de forma ativa para contribuir com o que fosse possível para mudar o estado de coisas, ou mesmo agir como uma forma de não se permitir assistirem estáticas e imóveis ao que se passava no país. Esses pontos comuns da memória de determinado grupo remetem ao conceito de estrato da memória coletiva, de que fala o teórico da memória Maurice Halbwachs (1990). Neste caso a memória das mulheres, estudantes universitárias que militaram na resistência ao regime tem este estrato, a comunidade da lembrança que reforça nelas o sentido da motivação que tiveram para fazerem parte deste grupo, a indignação com a situação social e a necessidade de agir politicamente.

Tratou-se até aqui do contexto político brasileiro às vésperas do golpe e nos primeiros anos de vigência do regime, acompanhando a trajetória de vida de nossas testemunhas históricas durante este período. Soubemos de suas pretensas motivações, pautadas nas características subjetivas e pessoais que contam ter durante a socialização desde a infância e nas escolhas que essas subjetividades as levaram fazer. Até esta fase de suas militâncias a repressão não as atingiu de forma aguda, e é preciso entender mais de perto a evolução do alcance do aparato repressivo da universidade para chegarmos ao ponto em que esta repressão passou a integrar as histórias das estudantes.

---

<sup>13</sup>FRECHIANI, Magdalena. Oitivacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

## 2.5 A estrutura do aparato repressivo nas universidades

É necessário ter em vista o terreno em que pisavam aqueles que optavam por se organizar na resistência e na crítica ao regime. Para tanto precisamos conhecer o funcionamento dos órgãos de informação atuantes no sentido de reprimir a atividade política chamada subversiva, além da lógica mais abrangente da Doutrina de Segurança Nacional, que orientava toda a prática de vigilância dentro e fora das universidades brasileiras.

A criação do primeiro serviço secreto brasileiro, o Serviço Federal de Informações e Contra-informação (SFICI), data de 6 de setembro de 1946, início do governo Dutra (1946-1951). Era um órgão civil, porém subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). O SFICI foi organizado no governo Kubitschek, acumulando informações em seu arquivo que funcionavam como uma referência para o próprio governo, já que representava a possibilidade de vigilância aos comunistas e adversários políticos do então presidente. Em 1961, Golbery do Couto e Silva foi nomeado chefe de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), e recebeu a atribuição de coordenar o SFICI. O objetivo central de Golbery era identificar a presença de comunistas nas Forças Armadas (FAGUNDES, 2013). O caráter das ações que justificavam a criação e aperfeiçoamento dos órgãos de informação do Estado brasileiro remete desde o início ao anticomunismo. Não pretendo me deter neste aspecto, mas é interessante perceber a permanência e a força da cultura anticomunista do Estado e nas conseqüências promovidas por esta cultura. Neste sentido o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014) desenvolveu pesquisas importante, mais voltadas à influencia da cultura anticomunista das forças armadas e do estado e de suas conseqüências na política repressiva às universidades desde a administração Dutra (1946-1951).

Durante os governos que sucederam Juscelino Kubitschek (1956-1961) pouco mudou no Sistema de Informações. Com a posse de João Goulart, Golbery e seus principais colaboradores no SFCIC foram demitidos, o que não impediu que Golbery formasse, no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), onde passou a atuar a partir de 1962, um serviço secreto privado, com objetivocentral de derrubar o governo Goulart. Após o golpe de 1964, os presidentes militares organizaram um novo serviço secreto, oportunamente sob a coordenação do General Golbery, e em 13 de junho de 1964, com a assinatura da Lei nº 4.341, pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). O órgão da presidência surge substituindo o Conselho de

Segurança Nacional (CSN), tendo como missão coordenar as atividades de informação e contra-informação no território nacional e exterior.

A abrangência do SNI a partir da criação das chamadas Divisões de Segurança e Informação (DSI's), possibilitou a atuação de seus agentes até mesmo no interior dos ministérios civis, sobretudo dentro das universidades. A DSI do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC) era uma das mais atuantes, por lidar justamente com militantes estudantis e com a intelectualidade universitária (FICO, 2001). Com o objetivo declarado de monitorar casos de corrupção e a atuação de comunistas dentro de ministérios, repartições públicas e autarquias, são criadas as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), para assessorar as atividades de vigilância junto às DSI's (FAGUNDES, 2013).

A partir da estrutura de informação brevemente descrita acima se tem noção da importância da vigilância a toda e qualquer possibilidade de discordância declarada e manifestação contrária aos princípios do regime militar. O aparelho repressivo foi ao longo do tempo se estruturando e capilarizando ainda mais.

É importante ter em vista que a estrutura do aparato repressivo atuante no regime militar no Brasil foi amplo e heterogêneo desde o início da articulação do golpe. Como dissemos, em torno do objetivo de retirar o presidente João Goulart do poder se reuniam grupos de diferentes origens sociais, como empresários, classes médias, religiosos e militares, e de diversas orientações ideológicas, como conservadores, liberais e nacionalistas de direita. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2014) o objetivo comum que mobilizava a ação desses grupos diversos era frear o crescimento das esquerdas no país, que embaladas pela campanha das reformas de base anunciadas por Goulart, ganhavam cada vez mais militantes na causa da divisão social dos bens e da reestruturação política e social que se anunciava com o objetivo de superar a corroída estrutura financeira, educacional, tributária e fundiária do Brasil. O ponto de consenso entre os vencedores de 1964, com suas várias diferenças e heterogeneidade, era expurgar os comunistas, mesmo que entre eles a definição do que seria comunista fosse elástica e imprecisa.

O que torna interessante o estudo da atuação repressiva nas Universidades é o fato de terem funcionado como *locus* das tentativas de resistência aos projetos autoritários do regime militar desde 1964. Como afirma Sá Motta (2014), as academias despertaram a intolerância dos setores mais conservadores à frente do processo ditatorial, especialmente porque o objetivo

mais amplo que motivava esses setores era destruir a cultura política do período anterior ao golpe, uma cultura política identificada como comunista, e enraizar a cultura autoritária que embasava o projeto do grupo que chegara ao poder por meio do golpe de Estado. O planejamento estratégico dos militares tinha as Universidades como lugar de suma importância pelo papel decisivo que revelam na formação das futuras elites e dos técnicos responsáveis pela gestão da economia do Estado.

Ainda de acordo com Motta (2014) era necessário fazer das Universidades apenas lugares de formação profissional e desenvolvimento de tecnologias voltadas ao crescimento econômico do país, alijando do cotidiano universitário o proselitismo, a discussão de projetos para a nação e o debate ideológico. A política do regime militar nas Universidades passou a censurar e impedir o debate político, a pesquisa e a circulação de ideias, limitando a livre expressão daqueles que tomavam essa postura “desviante”. A intenção de alcançar este objetivo se materializou em práticas como a criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), dedicadas à vigilância do cotidiano nas universidades e à repressão de qualquer atitude considerada subversiva. Determinações como a criação da disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), obrigatória em todos os currículos e dedicada ao ensino de moral e cívica, além de iniciativas especiais como o Projeto Rondon, adequavam os currículos universitários à lógica do projeto de poder do regime militar.

A repressão agia com aparente obsessão à perseguição comunista, atribuíam toda e qualquer manifestação ao Movimento Comunista Internacional (MCI), sigla muito utilizada pelas agências de informação (MOTTA, 2012). Apesar de ser equivocada a compreensão de que todo comportamento diferente derivava do MCI, não se pode cair na simplificação de que a repressão e o anticomunismo minaram com tanta eficácia o ideário socialista. Segundo Roberto Schwarz (2008), mesmo com a crise dos partidos comunistas tradicionais, uma parte importante da juventude intelectualizada interessava-se pela ideologia socialista, notadamente por conceitos marxistas, constituindo-se alvo do sistema repressivo. Motta (2012) conclui um de seus artigos sobre o anticomunismo e a perseguição nas universidades no período militar, afirmando que a influência do marxismo nas universidades aumentou durante a ditadura.

O Espírito Santo não foi um local alheio à violência da repressão que acontecia em toda a nação a partir de 1964, nem tão pouco pode-se afirmar que a repressão capixaba foi mais branda, apesar da memória construída em torno dos atos repressivos do regime ter se concentrado no eixo Rio - São Paulo. Muitos grupos organizados de resistência e combate à

ditadura estiveram presentes aqui, e o aparato repressivo tratou de mapear e reprimir energicamente qualquer foco de militância contrária à ordem autoritária vigente. Neste sentido, de acordo com Fagundes (2013) a Universidade Federal do Espírito Santo foi um foco importante de mobilização de pessoas que se posicionavam contra a Ditadura, sendo alvo privilegiado do Sistema de Informação e contra informação e da repressão aberta, em compasso com a tendência dos órgãos de informação a nível nacional, que concentravam esforços de vigilância nas universidades, o que segundo Carlos Fico (2001) se devia ao fato de considerarem arriscado o anseio de mudar o mundo típico dos jovens universitários de classe média.

De acordo com as pesquisas em torno da estruturação do aparato repressivo a nível nacional e de seus desdobramentos na UFES, o historiador Pedro Ernesto Fagundes (2013) afirma que a estruturação do aparato repressivo nas universidades passou pelas seguintes etapas: criação da DSI/MEC, em 1968; entrada em vigor do Decreto nº 477, que desligava da universidade os estudantes indiciados por atos contra a Segurança Nacional e os impedia de se matricularem em instituições públicas de ensino durante três anos. O Decreto em questão entrou em vigor em 1969. O ponto culminante da estruturação do aparato ocorreu em 1971, ano em que se deu o início do funcionamento das AESIs/ASIs, que na UFES funcionou entre 1971 e 1986. Durante esse período, o órgão de informação foi chefiado pelo assistente em administração e posteriormente professor, Alberto Monteiro.

A vigilância das universidades contava com a ação efetiva das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI's) que funcionavam sob a supervisão da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), que era, por sua vez, subordinada ao Sistema Nacional de Informação (SNI). A apresentação das divisões e subdivisões dedicadas a registrar o cotidiano da atividade política nas instituições de ensino e pesquisa demonstra a estruturação do aparato repressivo, que se desmembrava em órgãos de vigilância e informação atuantes em diversas esferas e que se comunicavam entre si através da circulação de documentos produzidos por esses órgãos, com o objetivo comum de vigiar e reprimir qualquer atividade considerada subversiva (FAGUNDES, 2013).

Ainda de acordo com Fagundes (2013) é importante destacar a natureza da ação das AESI's, que atuavam na censura e vigilância do cotidiano universitário e operavam por meio de expurgos de membros da comunidade acadêmica. Os documentos produzidos pela Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFES, recentemente abertos à pesquisa revelam que

já em 1964 um professor do curso de medicina, Aldemar de Oliveira Neves era investigado por suposta aproximação com o movimento comunista.

Parte dos alvos da repressão chegaram a sofrer graves violações físicas, mas essas últimas cabiam às Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), à Polícia Política e às organizações para-militares, como a Operação Bandeirantes (OBAN), com sede em São Paulo, por onde passou Laura Coutinho.

Para um breve contexto do surgimento das AESI's é necessário mencionar a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI) em meados de 1964, com o objetivo de ter informações estratégicas úteis à disposição para as ações do governo, além de auxiliar o regime a se precaver de possíveis ações dos inimigos recém derrotados. Em 1967 o Governo Federal reestruturou o aparato de informações criando nos Ministérios Cíveis as Divisões de Segurança e Informação (DSI). A partir da aprovação do Plano Nacional de Informações e da instalação do Sistema Nacional de Informação, em 1970, os serviços especializados foram reformulados e ampliados. Neste sentido, as DSI's foram subdivididas em Agências denominadas AESI. Em tese, o objetivo era monitorar possíveis casos de corrupção e a atuação de "comunistas" dentro dos ministérios, repartições públicas e autarquias (MOTTA, 2014). Uma das justificativas mais comuns dadas pelos militares para a criação de tais órgãos foram as massivas manifestações estudantis de 1968 – ano símbolo de ação do Movimento Estudantil em nível mundial.

Ao longo de cerca de uma década e meia de vigência, a AESI/UFES investigou, ouviu, processou e afastou desta Universidade dezenas de estudantes, professores e servidores que se envolviam, mesmo que superficialmente com a chamada "subversão". Os materiais impressos que circulavam na UFES, nos Centros e Diretórios Acadêmicos dos cursos eram atenciosamente vigiados, assim como os estudantes que participassem ou desejassem participar da gestão das entidades estudantis. A AESI/UFES, sob a direção de Alberto Monteiro, controlava a frequência dos estudantes por meio do recebimento das pautas, exigidas dos professores, e investigava qualquer ausência que despertasse desconfiança, convidando os alunos a apresentarem-se diante de Monteiro para prestar suas explicações.

Segundo o Relatório Final da CV/UFES (2016) diretório acadêmico Centro de Biomédicas da UFES e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafi) eram os locais que mais tinham a atenção dos agentes da repressão. Nestes centros se concentrava grande parte dos estudantes e professores da UFES ligados a organizações políticas ditas subversivas. Alguns exemplos são

o então presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), Jayme Lanna Marinho e o então professor do curso de medicina, Aldemar de Oliveira Neves, ligado ao PCB e listado entre os primeiros brasileiros a ter os direitos cassados pelo Ato Institucional nº 1, ainda em 1964. Além da faculdade de medicina e da Fafi, a Escola de Belas Artes da UFES, apesar de nenhuma tradição de engajamento no movimento estudantil, sofreu uma verdadeira caça às bruxas, sendo alvo de numerosos Inquéritos Policiais Militares que buscavam investigar atividades supostamente subversivas entre seus membros. As intervenções na Escola de Belas Artes aconteceram, sobretudo no período imediatamente posterior ao golpe de 1964, e por isso trataremos destas questões com mais detalhes mais adiante, durante a discussão a respeito da primeira onda repressiva na UFES.

Para efeito de uma organização cronológica que permita a compreensão mais clara da ação do aparato repressivo na UFES, a pesquisa se pauta na periodização proposta por Fagundes (2013) adotada na conclusão finaldo Relatório da CV/UFES (2016). Segundo esta periodização a repressão nesta Universidade pode ser subdividida em quatro momentos, ou ondas repressivas, quando se deu a maior produção de documentos, vigilância e outras ações que afetaram o cotidiano da instituição, como a proibição ou a suspensão de entidades estudantis, a abertura de inquéritos contra estudantes e servidores, confisco de material e documentos e prisões.

## **2.6 Ondas Repressivas na UFES**

### **A primeira onda – Repressão imediata ao golpe (1964)**

O primeiro momento, ou primeira onda repressiva, como faz menção o relatório, ocorreu nos primeiros dias depois do golpe, ainda em 1964. O novo quadro político abriu caminho para investigações sumárias e diversos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que atingiram principalmente militantes estudantis, servidores públicos (civis e militares) e sindicalistas identificados com o governo de João Goulart. Na chamada primeira onda repressiva a sede da União Estadual dos Estudantes do Espírito Santo (UEE/ES), localizada no centro de Vitória, foi invadida por elementos ligados à Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS). Outro fato marcante para que se determine um auge repressivo ainda em 1964 foi a exoneração do então reitor da UES, Manoel Xavier Paes Barreto Filho pelo novo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda. O apoio legal para o afastamento de Paes Barreto do cargo se baseava na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) “atendia o interesse da Segurança Nacional”, já que Paes Barreto fora nomeado por Ramon de

Oliveira Neto, deputado federal da ala Compacta do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB/ES). Ramon de Oliveira Neto foi cassado pelo Ato Institucional nº 1. Para ocupar o cargo de reitor interinamente, Dirceu Cardoso, então parlamentar do Partido Social Democrático (PSD), o mesmo a anunciar no jornal A gazeta a exoneração de Barreto Filho, indica o professor Fernando Duarte Rabelo enquanto se aguardavam as formalidades legais para que o vice reitor, Alaor de Queiroz Araújo assumisse a reitoria.

Devido à falta de documentos não se pode afirmar certamente quantas pessoas foram presas em Vitória e nos municípios do interior logo após o golpe. O que se sabe até então é que, entre os presos, estavam dirigentes da União Estadual do Estudantes (UEE), da Frente de Mobilização Popular (FMP), do Conselho Sindical e de diversos sindicatos, além de militantes identificados como integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo jornal, Folha Capixaba, teve a sede invadida e depredada e logo depois foi impedido de circular.

A respeito dessa primeira leva de prisões, o ex estudantes de odontologia Jayme Lanna Marinho, então presidente da UEE e também detido ainda em 1964, contou em depoimento à CV/UFES que, inicialmente os presos foram levados para a Chefatura de Polícia Civil, que ficou superlotada. Depois, para desocupar a lotação máxima da Chefatura, alguns presos foram encaminhados para o quartel do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), localizado na Praça Misael Pena, no Parque Moscoso, Centro de Vitória, e parte seguiu para as dependências do 3º Batalhão de Caçadores(3º BC), atual 38º Batalhão de Infantaria do Exército (38º BI). No 3º BC, Lanna Marinho relatou que ele e outros presos foram submetidos à torturas psicológicas como encenação de fuzilamento durante a noite. Durante o tempo em que esteve preso, Lanna Marinho se lembra de ter sido levado por militares do 3º BC a alto mar numa lancha junto com estudante Roberto Cortês, também dirigente da UEE e da FMP, onde foram deixados em um barco sem água e comida, durante todo o dia. Segundo o relato do ex-líder estudantil, de forma debochada, eles foram orientados pelos militares a remar em direção à ilha de Cuba (CV/UFES, 2016).

Segundo o Relatório Final da CV/UFES (2016), durante esta primeira onda repressiva na Universidade um dos casos de perseguição mais arbitrária foi mesmo o do professor do curso de medicina Aldemar de Oliveira Neves. Na época Oliveira Neves era professor da Faculdade de Medicina da UES e médico do antigo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (Ipase). Além de preso na Chefatura de Polícia Civil, e depois transferido para o Corpo de Bombeiros, o professor passou a integrar a lista dos primeiros brasileiros que tiveram seus direitos cassados pelo regime de exceção que se instalava no país, tendo seu nome incluído

entre os punidos pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), baixado em 8 de abril de 1964. Posteriormente, Oliveira Neves também seria demitido da UES e do Ipase, como consequência de sua cassação pelo AI-1.

Ainda com base no Relatório Final da CV/UFES a Escola de Belas Artes também passou por intensas investigações por parte dos órgãos de repressão neste período. Em meados de 1964 uma comissão foi composta pelos professores Hilton Dei Guadagnin, Marcelo Vivacqua e Renato Monteiro Simões com o objetivo, que foi logrado, de ouvir depoimentos de quase todos os estudantes e servidores da faculdade. A comissão também investigou a queima de um material impresso com imagens de países do norte europeu, realizada pela estudante Elizabeth Cabral, então presidente do Diretório Acadêmico, logo depois do golpe.

Outro caso a ser citado também referente ao primeiro momento repressivo foi a condenação e prisão do estudante da Faculdade de Filosofia (FAFI) Renato Viana Soares, líder estudantil de sua faculdade e investigado por Inquérito pela suposta participação na organização proposta por Leonel Brizola semanas antes do golpe, o Grupo dos 11, em Muniz Freire.

#### **A segunda onda –O recrudescimento da repressão na UFES (1967 a 1969)**

O Relatório Final da CV/UFES indica que este período foi marcado nacionalmente pelo crescimento das mobilizações do movimento estudantil em nível nacional. Apesar de que nestes anos ainda não tinham sido criadas as Assessorias de Segurança e Informação (AESI's) nas universidades, muitos documentos mostram que as atividades desenvolvidas pelas entidades estudantis estavam constantemente sendo monitoradas. No material analisado pela CV/UFES, foram encontrados levantamentos de informações, principalmente sobre as práticas políticas por parte de estudantes, professores e servidores. São documentos provenientes dos seguintes órgãos: Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal (DPF) no Espírito Santo, Departamento de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e da Cultura (DSI/MEC), Serviço Nacional de Informações (SNI), Ministério da Justiça (MJ), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA).

O volume de documentos referentes a este período revelam uma intensificação na troca de informações entre a Reitoria da UFES e os órgãos de repressão em nível nacional. Este aumento na documentação é compreensível se lembrarmos que ainda em 2 de abril de 1968 uma circular do MEC foi transmitida a todos os reitores das universidades federais,

divulgando o conteúdo de uma nota enviada a todos os governadores de estado pelo então ministro da Justiça, Luiz Antônio Gama e Silva. Na nota, Gama e Silva alertava sobre a ação de “conhecidos agitadores políticos punidos pela Revolução e comunistas notórios” que segundo ele estariam se aproveitando da agitação política para orientar as manifestações estudantis com o objetivo de atingir as autoridades constituídas e atentar contra “os patrimônios público e privado”. O ministro orientava os governadores a adotar ações preventivas contra os elementos contrários ao governo e que assegurassem a manutenção da tranquilidade e o trabalho da população, evitando manifestações que perturbassem a ordem. O reflexo de tal determinação na UFES foi a abertura de novos Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

Um dos acontecimentos mais notáveis do ano de 1968 foi o assassinato do estudante Edson Luis de Lima Souto. No dia 28 de março de 1968 policiais militares assassinaram a tiros o secundarista em uma manifestação no restaurante universitário conhecido como Calabouço, no Rio de Janeiro. O assassinato de Edson Luis provocou uma grande mobilização popular de estudantes e demais pessoas revoltadas contra a violência da repressão, que se reuniram na Igreja da Candelária, Centro do Rio e, nos dias seguintes à sua morte em atos solidários por todo o Brasil.

Em Vitória, dias antes os estudantes da UFES deflagraram um movimento contra a tentativa do então reitor Alaor de Queiroz Araújo de impor um preço considerado alto para o recém-inaugurado Restaurante Universitário (RU), inaugurado dias antes no Centro de Vitória, no início da Avenida Jerônimo Monteiro. A mobilização foi iniciada em 11 de março, quando a Reitoria baixou uma portaria definindo um preço acima do defendido pelos estudantes e além do que havia sido definido pelo Conselho de Administração e Funcionamento do RU (Cafru), criado pelo próprio reitor para administrar o restaurante. Os estudantes fizeram piquetes na porta do RU e decretaram greves em várias unidades, como as faculdades de Medicina, de Filosofia (FAFI), de Ciências Econômicas e de Odontologia. O movimento durou até o dia 25 de março, quando se chegou a um acordo sobre o preço das refeições, mas deu impulso para as próximas mobilizações estudantis que aconteceriam naquele ano (CV/UFES, 2016).

Em 3 de abril de 1968 os estudantes voltam a se mobilizar em Vitória, desta vez em um ato realizado na Catedral Metropolitana como protesto pelo assassinato de Edson Luis. Depois do ato em homenagem ao secundarista os estudantes seguiram em passeata e realizaram uma manifestação em frente ao prédio do RU, onde afixaram uma faixa com o nome de Edson

Luis de Lima Souto. De acordo com o jornal A Gazeta<sup>14</sup>, a manifestação contou com a participação de cerca de três mil pessoas, sendo que três prisões foram realizadas nesta ocasião, mas não se mencionou o nome das pessoas que foram presas (CV/UFES, 2016).

Dias depois, em 6 de abril de 1968, houve nova manifestação estudantil que, segundo o jornal A Gazeta, contou com a participação de cerca de 2 mil estudantes. Dessa vez, houve confronto com a polícia e os estudantes queimaram uma bandeira dos Estados Unidos (EUA) nas escadarias do Palácio Anchieta. O líder estudantil Cesar Ronald Pereira Gomes chegou a ser pego por policiais, mas conseguiu escapar antes de ser preso, com a ajuda de outros estudantes, que cercaram o camburão em que ele seria levado<sup>15</sup>. Como consta no relatório da CV/UFES (2016) a mobilização contra os preços do RU e os protestos contra a morte de Edson Luis transformaram Cesar Ronald na principal liderança estudantil no estado, naquele momento, o que alavancou sua eleição para presidente do DCE por meio de uma chapa única, em eleições diretas organizadas pelas entidades estudantis. De acordo com os documentos encontrados no acervo do DOPS do Rio de Janeiro e trabalhados pela CV/UFES, Cesar Ronald foi preso pelo DOPS/ES em 27 de maio de 1968 com um panfleto intitulado “Eis o Golpe de 1º de abril”, mas logo depois foi solto graças à intervenção de dois advogados.

Os documentos localizados pela CV/UFES no acervo do DOPS/RJ revelam a participação da Guarda Civil do município de Campos dos Goytacazes (RJ) em questões referentes à vigilância de atividades subversivas na UFES. O envolvimento de agentes desta cidade se deve ao fato de que o líder estudantil Cesar Ronald era natural de Campos. O guarda civil de campos, Paulo Lima Queiroz, responsável por coletar informações a respeito das agitações políticas promovidas pelos estudantes em Cachoeiro de Itapemirim, produziu um documento classificado como “Secreto” onde sustenta a possibilidade de que o XXX Congresso da UNE, preparado clandestinamente, poderia ser no Espírito Santo: “A concentração de estudantes esquerdistas, campistas e capixabas, leva-me a suspeitar que será em Vitória o 30º Congresso da ex-UNE”<sup>16</sup>.

Como se sabe o guarda civil campista estava errado em seu palpite quanto à cidade sede do XXX Congresso de estudantes da UNE, que aconteceu, ou apenas se iniciou, na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo. Neste momento o ME já vivia um processo de refluxo

---

<sup>14</sup> VEEMÊNCIA (com disciplina) em protesto dos estudantes. A Gazeta, Vitória, p. 1, 4 abr. 1968.

<sup>15</sup> CAETANO, Alexandre. Movimento Estudantil no Espírito Santo 1964/1969: da ditadura militar à reestruturação da Ufes. 2013. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013, p. 38

<sup>16</sup> SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Polícia Política e Social. Parte de Serviço. Campos dos Goytacazes, 2 out. 1968

devido à ação cada vez mais violenta da ditadura no sentido de reprimi-lo. Este processo se intensificou em 12 de outubro de 1968, durante a tentativa de realização clandestina do referido Congresso, quando 700 lideranças estudantis de todo o Brasil foram presas em um sítio de Ibiúna. Entre as pessoas presas estavam 13 estudantes capixabas, o presidente do DCE da UFES, Cesar Ronald Pereira Gomes (Faculdade de Medicina); a vice-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE/ES), Jussara Lins Martins (Escola Politécnica); Agis Wilson Macedo (Faculdade de Direito), Areovaldo Costa Oliveira (Faculdade de Direito), Domingos de Freitas Filho (FAFI), Estela Maria Ourique da Silva (Escola de Serviço Social), Iran Caetano (Faculdade de Medicina), José Antônio Gorza Pignaton (Faculdade de Farmácia), José Honório Machado (Faculdade de Farmácia), Luís Claudio Nogueira Muniz (Faculdade de Ciências Econômicas), Marcelo de Almeida Santos Neves (Escola Politécnica), Marlene do Amaral Simonetti (Escola Politécnica) e Ricardo Luiz Carvalho Gottardi (Faculdade de Odontologia).<sup>17</sup>

Depois da manifestação contra as prisões durante o Congresso da UNE, o movimento estudantil (ME) da UFES entrou em um rápido processo de desarticulação, na medida em que se acirrava a onda repressiva contra as lideranças estudantis. Vários estudantes foram convocados para prestar esclarecimento no DOPS/ES, na PF/ES e junto ao 3º BC, onde pelo menos três IPMs foram abertos nos meses seguintes para “investigar” as ações do movimento estudantil. A situação se tornou ainda mais complicada depois da decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, o que marcou o recrudescimento definitivo do regime.

Em 22 de março de 1969, José César Leite, então presidente do DCE da UFES, encaminhou ao reitor Alaor de Queiroz Araújo um ofício renunciando ao mandato de forma irrevogável. A entidade foi fechada e só seria reaberta novamente em 1978, com a eleição da chapa encabeçada pelo então estudante Paulo Cesar Hartung, hoje governador do Espírito Santo.

Apesar dos exemplos de eficácia da ação repressiva à movimentação política do meio estudantil, além dos casos já citados ainda ocorreu uma greve na faculdade de medicina durante este período de segunda onda repressiva. Segundo os registros da ata de uma reunião encontradas pela CV/UFES, a greve teve início em 28 de agosto de 1969 em uma ocupação da Faculdade que resultou na prisão de alguns alunos. Além das atas que revelam a organização da greve, foram encontrados no acervo do DOPS, folhas de individualização com fotos e

---

<sup>17</sup> FAGUNDES, Pedro Ernesto. Memórias silenciadas: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo - DOPS/ES (1930-1985). 1. ed. Vitória: GM Editora, 2012, p. 28.

identificação datiloscópica dos estudantes José Carlos Cipriano da Fonseca, líder estudantil e ex-presidente da UEE-ES, Geraldo Pignaton, diretor do CA da Faculdade de Medicina, e José Carlos Corrêa, que também era jornalista do jornal O Diário.

### **A terceira onda –Prisões, torturas e desmantelamento da Ala Vermelha (1971)**

A terceira onda repressiva na Universidade coincide com a fase que marcou a implantação e pleno funcionamento da ASI/UFES. Seu ponto máximo ocorreu no ano de 1971, marcado por uma série de prisões e perseguições aos professores e estudantes da instituição, sobretudo daqueles que tinham alguma ligação com a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Durante a chamada terceira onda repressiva se assiste o auge do processo de desmantelamento da Ala Vermelha, com a prisão de um de seus dirigentes que, sob tortura entregou todos os nomes que sabia, acarretando uma série de prisões por todo o Brasil. No Espírito Santo foram presas nove pessoas, sendo quatro estudantes da UFES: João Amorim Coutinho e Edson Hilário de Freitas, estudantes de Geografia; José Fernando dos Santos, de Engenharia; e Laura Maria da Silva Coutinho, do curso de Odontologia. Os presos foram levados para o quartel do 3º Batalhão de Caçadores, em Vila Velha, de onde seguiram poucos dias depois para o DOI-CODI de São Paulo.

A atuação efetiva da AESI/UFES, em meados de 1971, tornou mais intensas as práticas de monitoramento e controle sobre a vida universitária e isto se dava em compasso com o direcionamento político do comando nacional da ditadura no país, sob a presidência de Emílio Garrastazu Médice (1969-1974). Segundo a Comissão Nacional da Verdade (2014) neste período a ditadura lograva êxito por ter aperfeiçoado no Brasil um sistema repressor complexo, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil, como sindicatos, organizações profissionais, igrejas e partidos.

O combate ao “inimigo vermelho” atingia então sua maior eficácia nas universidades neste período, com a profissionalização do aparelho repressor dentro das universidades, representada pelas ações das AESIs. Além de que, neste período a repressão já fazia uso sistemático dos meios mais violentos, como tortura e assassinato.

A contínua busca por “subversivos”, que motivava as práticas de vigilância e censura, também agia no controle à circulação de ideias e referências culturais que pudessem ser importadas dos países do Leste Europeu. A ASI/UFES chegou a remeter ofícios confidenciais aos diretores dos centros da Universidade, assinados por Alberto Monteiro, em que solicitava

informações sobre a existência de correspondências entre as unidades da UFES e organizações soviéticas visando à aquisição de material didático e cultural, ou material de propaganda comunista.

Em dezembro de 1972 uma nova leva de prisões atingiu 18 pessoas, entre estudantes e professores da UFES ligados ao PC do B, como o professor (Vitor Buaiz, do curso de Medicina) e 17 estudantes: Marcelo Amorim Neto (Medicina); Gustavo Ferreira do Vale Neto (Medicina); Sebastião Lima Nascimento (Medicina); Elizabeth Santos Madeira (Medicina); Maria Magdalena Frechiani (Medicina); Luzimar Nogueira Dias (Medicina); Guilherme Lara Leite (Medicina); Marcus Lira Brandão (Medicina); Luiz Carlos Garcia Genelhu (Medicina); Iran Caetano (Medicina); Adriano Sisternas (Engenharia); Mirian Azevedo de Almeida Leitão (Economia); Ângela Milanez Caetano (Geografia); Maria Gilma Erlacher (Direito); Maria Auxiliadora Ferreira Gama; Jorge Luiz de Souza (Economia); e José Willian Sarandy (Direito).

Segundo uma notícia vinculada pelo Jornal do Brasil em 17 de março de 1973, o major José Maria Alves Pereira, encarregado do IPM que arrolou os membros da comunidade acadêmica, afirmava que os indiciados desenvolveram atividades contrárias à Segurança Nacional. No desenrolar do processo as pessoas envolvidas tiveram desfechos diversos. O professor Vitor Buaiz e a estudante Maria Gilma Erlacher não foram incluídos na denúncia feita pelo Ministério Público Militar (MPM) junto à 1ª Auditoria Militar da Aeronáutica do Rio de Janeiro, em 9 de abril de 1973. Os estudantes Jorge Luiz de Souza, Marcelo Amorim Neto, Gustavo Ferreira do Vale Neto e Adriano Sisternas foram condenados a um ano de reclusão. O dirigente estadual do PCdoB, Foedes dos Santos, foi condenado a um ano e dez meses. O estudante de Contabilidade João Calatroni foi julgado à revelia e recebeu uma pena de seis meses de prisão. Iran Caetano, estudante de medicina que havia fugido quando ocorreram as “quedas” dos militantes do PCdoB, foi julgado à revelia e condenado a dez meses de prisão, permanecendo na clandestinidade até 7 de março de 1977, quando se entregou à Justiça para cumprir sua pena. Os estudantes presos enfrentaram um inquérito aberto na UFES pelo reitor Máximo Borgo Filho e capitaneado pelo chefe da AESI/UFES Alberto Monteiro, com base no Decreto nº 477, sendo que ao final do processo 7 estudantes caíram no Decreto N ° 477, sendo suspensos da atividade estudantil e proibidos de exercê-la por três anos, eram eles: Iran Caetano, Marcelo Amorim Neto, Gustavo Ferreira do Vale, Adriano Sisternas, Ângela Milanez Caetano, Willian Sarandi e Jorge Luiz de Souza. A Reitoria da UFES considerou inocentes os estudantes Sebastião Lima Nascimento, Elizabeth Santos Madeira, Maria Magdalena

Frechiani, Luzimar Nogueira Dias, Guilherme Lara Leite, Marcus Lira Brandão, Luiz Carlos Garcia Genelhu, Miriam Azevedo de Almeida Leitão, Maria Gilma Erlacher e Maria Auxiliadora Ferreira Gama, e o professor Vitor Buaziz (CV/UFES, 2016).

#### **A quarta onda – vigília constante do aparato repressivo (1975-1985)**

A quarta e última onda repressiva na UFES aconteceu na época da retomada das atividades do Movimento Estudantil em nível nacional, a partir de 1975, com as mobilizações que pretendiam reorganizar a União Nacional dos Estudantes (UNE) e reivindicavam o retorno das liberdades democráticas para o país. Paralelamente, os estudantes da UFES retomaram suas mobilizações a partir de atividades convocadas pelos diretórios acadêmicos, especialmente os do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e do Centro de Biomédicas (CBM). Com a reabertura do DCE/UFES no final de 1978 as ações de busca, controle e estreita vigilância sobre as atividades universitárias continuaram, num quadro já marcado pelo esfacelamento das entidades estudantis, consequência direta da terceira onda repressiva.

O recorte temporal abordado nesta pesquisa se relaciona intimamente com a história de vida da entrevistada, Laura Coutinho, estabelecendo as devidas relações com momentos da história do movimento estudantil e da repressão na UFES. A pesquisa se detém, portanto, entre os anos de 1969, quando de sua entrada na Universidade como estudante do curso de odontologia, e o ano de 1972, quando de sua prisão, que fechou o ciclo da militância estudantil de Laura Coutinho. Este recorte se refere à segunda e terceira ondas repressivas na UFES, considerando a periodização proposta por Fagundes (2013). Apesar de que, quando se trata de uma história de vida seja necessário fazer menção aos anos anteriores e posteriores a um recorte temporal rígido, com o objetivo de construir um cenário que torne compreensível tanto as razões que a fizeram estar neste espaço de militância no movimento estudantil, que também é nosso objeto, quanto esclarecer a dinâmica de formação e atuação da própria estrutura do aparato repressivo que agiu sobre este mesmo movimento estudantil de que Laura fez parte.

O contexto de atuação da AESI/UFES e do cotidiano da ação política do movimento estudantil e das conseqüentes atuações do aparato repressivo foram descritas anteriormente com o objetivo de esclarecer ao leitor a dinâmica e os principais fatos ocorridos durante os anos que são analisados neste recorte temporal. A fonte consultada para a elaboração deste contexto foram os trabalhos realizados pela Comissão da Verdade da UFES (CV/UFES), designada pela Portaria nº 478, de março de 2013, que promoveu diversas atividades

incluindo parcerias com a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e com o Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional (AN). O objetivo dos trabalhos realizados pela Comissão era recuperar documentos e memórias da ditadura militar que envolveram especialmente estudantes, servidores e professores da UFES, por meio da coleta de depoimentos de pessoas da comunidade universitária que foram atingidas pela repressão política. Neste sentido se fez o contato com a ex estudante que nos forneceu o acesso à toda sua trajetória de vida e militância, que retomaremos a partir do tópico seguinte, junto aos relatos de outras ex estudantes que militaram no ME da UFES, contemporâneas de Laura.

Apresentado este contexto, com base nos documentos, parto para a análise da militância das ex estudantes a partir dos fragmentos de memória fornecidos por elas nos depoimentos prestados à CV/UFES, além da entrevista que aborda a história de vida da militante Laura Coutinho, feita em 2016 com o intuito de alimentar esta pesquisa com memórias referentes a um período mais abrangente.

## **CAPÍTULO III**

### **3.1 A história testemunhal da resistência**

Neste capítulo nos voltamos a discutir e apresentar as possibilidades de inclusão da memória das mulheres na narrativa historiográfica como forma de democratizar a história oficial. A narrativa histórica oficial sobre os processos brasileiros são escritos deixando à margem a vivência das mulheres, vivência esta que guarda especificidades determinadas pela desigualdade de gênero e que certamente enriqueceriam o relato histórico na medida em que revelam desníveis próprios da constituição social, que não devem ser ignorados em uma história que se pretenda democrática. Além da discussão a respeito da memória e da democratização da história, entramos no contexto específico do desmantelamento da organização Ala Vermelha no estado, que marcou o período da prisão da entrevistada Laura Coutinho e o conseqüente encerramento de sua militância estudantil.

Em dezembro de 1972 teve início a uma operação comandada pelo Destacamento de Ordem Interna do Centro de Defesa Interna (DOI-CODI) do Primeiro Exército do Rio de Janeiro que veio ao Espírito Santo no intuito de desmantelar a Ala Vermelha, organização política clandestina que existia em todo o Brasil. No estado foram presas algo em torno de 20 pessoas,

até fevereiro de 1973, a maioria era composta por estudantes da UFES. As pessoas detidas neste período foram levadas até as dependências do 38° BI onde passaram por experiências particulares. Entre essas pessoas estavam duas das três estudantes ouvidas pela CV/UFES, Ângela Milanez e Magdalena Frechiani além da jornalista Miriam Leitão, então estudante do curso de história da UFES, presa junto com elas e também encaminhada ao 38° BI. O 38° BI, situado na cidade de Vila Velha, próxima à capital Vitória, funcionou como centro de detenção e tortura durante o Regime Militar.

De modo geral, como apontam os depoimentos, podemos dizer que a maioria das pessoas que esteve presa no 38° BI passaram por experiências de tortura, psicológica ou física. Alguns dos estudantes foram posteriormente encaminhados à Vila Militar do Rio de Janeiro, onde permaneceram presos por mais algum tempo. Outros estudantes presos foram expulsos da Universidade, enquadrados no decreto 477/69 que permitia que esses alunos fossem expulsos e impedidos de se matricularem em qualquer Instituição de ensino no Brasil durante três anos, esse é o caso de uma das mulheres que protagonizam a nossa História, Ângela Milanez, então estudante de geografia.

Faremos uma breve apresentação das ex-militantes ouvidas na pesquisa, traçando suas trajetórias de vida com base nos depoimentos fornecidos por elas na entrevista coletiva promovida pela CV/UFES em 2014.

Magdalena Frechiani nasceu e viveu com a família no interior até o fim da educação básica, quando se mudou para Vitória para estudar o terceiro ano e prestar o vestibular pra medicina. Já no segundo ano do curso de medicina Magdalena Frechiani passou a se envolver com as questões relativas às necessidades básicas para o bom funcionamento de seu curso. O que a mobilizava a princípio eram as pautas locais dos estudantes de medicina, como a luta pela reabertura do pronto socorro recém fechado, que provocou manifestações dos estudantes e fez com que Magdalena tivesse seu primeiro contato com a repressão. Magdalena Frechiani foi fichada pela polícia federal junto com outros estudantes do curso em uma manifestação pela reabertura do pronto socorro realizada em frente à câmara dos vereadores, naquela época no centro de Vitória. No ano de 1972, o processo de escolha indireta para a presidência mobilizou intensas manifestações das quais participou ativamente, fazendo panfletagem e pichações em uma fábrica da capital, junto com alguns companheiros.

Em suas palavras as experiências deste período inicial teriam sido extremamente amedrontadoras, porque na época “era uma menina da roça, digo menina porque tinha 20 anos e fui me envolvendo com o objetivo de ajudar a melhorar a situação na faculdade e lutar contra todas aquelas coisas horríveis que aconteciam pelo país”.<sup>18</sup>

Magdalena Frechiani lembra-se que no dia 1º de dezembro de 1972 a repressão levou presos três colegas que cursavam na época o quarto ano de medicina, Marcelo, Sebastião Nascimento e Gustavo Pereira, além da então estudante de história, Miriam Leitão, hoje jornalista de carreira reconhecida nacionalmente.

Com a prisão dos colegas, Magdalena Frechiani, seu então companheiro Guilherme Lara Leite e Elizabeth Madeira, sua amiga, todos estudantes de medicina e envolvidos nos atos organizados em resistência, saíram de casa na intenção de fugir, ficando sem contato com as famílias durante mais de um mês, já que tinham consciência de que a repressão já estaria pressionando os familiares para que os entregassem. Passaram pela casa de pessoas conhecidas na Barra do Jucu, de onde partiram certos de que não estariam seguros. Sem perspectiva de conseguir escapar da repressão, entregaram-se no Centro de Informação da Marinha (CENIMAR), onde foram ouvidos em interrogatórios que marcaram a memória de Magdalena por uma série de motivos. Seu companheiro Guilherme fora ouvido na constrangedora presença do pai, um homem de família tradicional de Minas Gerais. Guilherme teria saído da sala de depoimento desfigurado, aparentemente fora espancado, tinha os olhos roxos. Magdalena e Elizabeth teriam ficado em uma sala, separadas de Guilherme, onde foram questionadas centenas de vezes sobre outros companheiros do mesmo grupo, o que para ela era puro sadismo, já que todos já estavam presos. Depois do interrogatório estéril, foram levadas a outra sala, junto com Miriam Leitão e Ângela milanez. Neste espaço elas permaneceram por alguns dias, com uma rotina em que saíam apenas pra usar o banheiro, já que não havia banheiro na sala, e para audiências. Magdalena Frechiani se lembra da presença de dois policiais militares que as acompanhavam quando saíam da sala, sempre munidos de armas pesadas e acompanhados de dois cães de porte grande que atendiam ao comando “terrorista” pulando em cima delas, uma por uma, apoiando as patas em seus ombros e as encharcando de baba.

Durante os dias em que estiveram detidas neste lugar, elas se alimentavam de feijão, com dificuldade porque a comida vinha recheada de bichos. Os policiais as provocavam insistindo

---

<sup>18</sup>FRECHIANI, Magdalena. Oitivacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

para que comessem, já que se achavam mulheres tão duras, envolvidas em política e partidos. Lidar com as privações e com as várias facetas da violência repressiva na prisão revelava, no caso das mulheres, a resistência que os militares tinham em aceitar a atividade política por parte delas que, tradicionalmente deveriam se limitar às ações da esfera privada e jamais se envolver na política e na subversão. Se ocupar das questões políticas era motivo para que despertassem a discordância dos agentes de Estado, e ainda mais quando se posicionavam diante dessas questões com a perspectiva da resistência ao regime autoritário vigente, extrapolando os limites que prendem as mulheres em uma esfera específica que se destina a elas e ainda tomando parte em ações subversivas e de apoio à causa da democracia no seio de um governo antidemocrático. As mulheres que caíram nas mãos da repressão enfrentavam, assim, a agressão por estarem do lado oposto do Estado centralizador e ainda violarem o código de postura estabelecido pela lógica patriarcal das relações de gênero, sendo duplamente atingidas pela violência do sistema repressivo.

Quando Magdalena Frechiani foi presa, estava grávida, ainda no início da gestação, e foi atendida na prisão pelo Dr. Vitor Buaziz, que também estava preso por ser próximo à oposição, ainda que não fosse militante do PC do B. Depois que os militares souberam da gravidez, diziam a ela que o melhor a se fazer era abortar, já que certamente ela ficaria presa por muitos anos e a criança teria que nascer e viver no cárcere junto com a mãe e por sua culpa. O que na verdade não afetava tanto a consciência de Magdalena. Segundo ela o que passava por sua cabeça era que mesmo se passasse anos na cadeia, a criança que nascesse ficaria sob os cuidados de sua família, em “liberdade”.

No fim de janeiro de 1973 Magdalena Frechiani saiu da prisão, e sobre este período lembra-se, além da situação que ela viveu na própria pele, o mal estar vivido por sua família, com policiais quase todos os dias ameaçando levar presas a mãe e as irmãs, que nem sequer sabiam se estava viva.

“Minha mãe queimou todas as minhas coisas, tudo que eu tinha... qualquer livro, jornal, revista, porque ela ficava com medo de que alguma coisa que me incriminasse, então ela passava a noite inteira queimando coisas”.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup>FRECHIANI, Magdalena. Oitivacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

No dia em que a família pôde visitá-la na prisão, Magdalena Frechiani conta que antes de ver a mãe, quem foi falar com ela foi sua irmã, que lhe passou um sermão dizendo que ela não tinha nada que se envolver com coisas deste tipo, que não era justo fazer com que a mãe passasse por tanto sofrimento. Mas o encontro com a mãe fora confortante. Como conta, a sala onde recebia a visita tinha uma grande imagem do general presidente Emílio Garrastazu Médice, então chefe de Estado, o que fez com Magdalena sentisse medo da reação da mãe ao ver o retrato do tirano. Ela acenou com o dedo indicador sobre a boca, pedindo que a mãe não fizesse nenhum comentário “e ela me abraçou e disse: eu queria que seu avô estivesse vivo porque se ele estivesse vivo você seria o maior orgulho dele. Que bom que você está viva”

A outra ex-militante estudantil cuja trajetória é aqui analisada é Ângela Milanez, que na época era estudante de geografia na UFES. Ângela Milanez morava com seu companheiro, Iran Caetano, militante do PCdoB e estudante do curso de medicina. Ângela aproximou-se do Movimento Estudantil junto com Iran, e participava de atividades de divulgação de materiais produzidos pelo Movimento Estudantil organizado em nível nacional, além das mobilizações por melhorias na situação da Universidade

“Acordamos seis horas da manhã e viemos para UFES, com aquele monte de papel, as cartinhas da UNE. Colamos e voltamos rápido pro centro da cidade pra pegar ônibus junto com a turma que a gente estudava, porque naquele horário todo mundo vinha naquele ônibus, então eles tinham que acreditar que a gente estava vindo naquela hora. Foi uma coisa de duas a três horas que a polícia bateu prendendo geral em Vitória. Eu fui embora e quando cheguei em casa já tinha sido um monte de gente presa por causa da cartinha da UNE que tínhamos colado. Era esse o trabalho que a gente fazia, pichação, distribuir de vez em quando uma carta da UNE.<sup>20</sup>

Ângela Milanez foi presa no fim de novembro de 1972 na casa em que morava com Iran Caetano. Ele estava fora do estado providenciando um documento para a formatura no curso de medicina. Os dois viveram durante alguns anos na clandestinidade antes de Ângela ser presa. Chegaram a ir para o Pará, vivendo em uma casa de estuque que construíram, mas não

---

<sup>20</sup>MILANEZ, Ângela. Oitivacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

se envolveram diretamente na guerrilha do Araguaia, apesar de terem procurado o foco guerrilheiro.

A mencionada Guerrilha do Araguaia, de acordo com o historiador Daniel Aarão Reis Filho (1989) foi um movimento de luta armada que ocorreu entre 1972 e 1975 na região de divisa entre os estados de Tocantins e Pará, conhecida como Araguaia. A guerrilha teve como inspiração o movimento revolucionário socialista ocorrido em Cuba, de estratégia foquista. O foquismo consiste na formação de um foco guerrilheiro, neste caso em uma região de difícil acesso, para a partir do treinamento militar dos guerrilheiros e da mobilização das comunidades locais, deslocar a guerrilha do foco até a cidade a ser tomada.

Os principais líderes e mobilizadores da Guerrilha do Araguaia eram militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que ao longo da articulação do foco contaram com a participação de estudantes universitários, operários, profissionais liberais e camponeses. Entre as principais lideranças estavam Maurício Grabois, um dos fundadores do PCdoB, João Amazonas, secretário geral do PCdoB, Elza Monnerat e Ângelo Arroyo, ambos dirigentes do PCdoB. O objetivo principal do movimento era tentar derrubar o governo militar a partir de uma revolução de caráter socialista, porém as forças militares ligadas ao regime mobilizaram forte ação ofensiva para desarticular a Guerrilha do Araguaia. Foram três ofensivas militares: Operação Papagaio, Operação Sucuri e Operação Marajoara, cerca de cinco mil militares atuaram nestas operações.

As tropas militares brasileiras saíram vitoriosas na repressão à Guerrilha do Araguaia em 1975, em um processo que deixou um contingente de estimativa incerta de mortos e desaparecidos, entre militantes do PC do B e camponeses que lutavam ao lado da Guerrilha (REIS FILHO, 1989).

A prisão de Ângela Milanez foi uma das ações da operação que levava à cabo o desmantelamento do PCdoB em todo o território nacional. Quando chegou ao 38º BI ela conta ter encontrado pessoas conhecidas como Vitor Buaiz, e Míriam Leitão. Eles passaram cerca de um mês no 38º Batalhão, dias que seguiram a rotina contada por Ângela:

“Colocavam um capuz na nossa cabeça e faziam a gente rodar dentro daquele BI dizendo que iam levar a gente para outro órgão para ser torturado. Rasgaram meu vestido, conversavam comigo sem roupa, e

como minha família não sabia onde eu estava fiquei uns quinze dias sem tomar um banho.”<sup>21</sup>

O 38° BI parecia contar com um aparato de tortura variado. Ângela Milanez se lembra que os policiais enrolavam uma jibóia no seu corpo, faziam ameaças constantes com fuzil e revólver, deixavam ela sem roupa, levaram à cela solitária obrigando-a a ficar durante horas enrolada em um cobertor quente, no calor intenso de dezembro

Eles diziam: tem que ficar enrolada nessa capa. Eu ficava enrolada suando muito enquanto me interrogavam querendo saber das coisas e eu não falei. Fiquei uns 20 dias sem falar. No final sobrou eu, Miriam e Marcelo.<sup>22</sup>

No período em que estive presa Ângela conta ter sofrido torturas para obrigá-la a falar sobre outros membros do PC do B. Para isso os agentes utilizaram uma jibóia enrolada em seu corpo, além de simulação de fuzilamento, cela solitária e a constante tentativa de constrangê-la fazendo-a ficar nua diante dos militares até que contasse qualquer informação:

“Comigo eles colocaram essa tal de cobra jibóia. Eu estava até sem roupa. O cara falava “vamos enrolar a cobra nela que ela fala tudo” e eu olhei e falei “Com essa jiboia? Pode enrolar, ela não morde... pode enrolar” aí ele falou assim “não tem jeito não, essa daí não tem medo mesmo não”. Eles desistiram. Teve ameaça com fuzil, revólver, o tempo todo sem roupa, sem roupa. Parecia que eles queriam que eu ficasse envergonhada e contasse, mas eu não tinha vergonha deles, porque pra mim eles nem eram pessoas, eu não via eles como gente. Isso foi a parte do interrogatório, foi sempre assim comigo. Teve uma época que eles me levaram para a solitária era uma coisa a parte, tinha uma solitária lá e eles me mandavam ficar sem roupa.”<sup>23</sup>

Ângela Milanez e Miriam Leitão eram do mesmo secretariado estudantil, conheciam pessoas em comum. Ângela conta ter conversado com Marcelo e Miriam depois de Marcelo voltar de uma sessão de tortura que o abateu bastante. Na conversa os três resolveram romper o silêncio e confirmar qualquer informação que os policiais quisessem saber.

<sup>21</sup>MILANEZ, Ângela. Oitivacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

<sup>22</sup>MILANEZ, Ângela. Oitivacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

<sup>23</sup>MILANEZ, Ângela. Oitivacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

“Então eu chamei o cara e falei: o que é que vocês querem saber? E eles já tinham o esquema todo desenhado. Meu nome de guerra era Darcy. Disse que era a Darcy, a Miriam falou que era a Mary, e Marcelo confirmou que era o Mateus, só tinha nós três pra falar. Aí eles mandaram fazer um depoimento de próprio punho e daí daquele momento em diante nós fomos para a cela”.<sup>24</sup>

Laura Coutinho foi presa no fim do ano de 1972, quando a repressão política desarticulava a Ala Vermelha a nível nacional, organização de que era próxima, como já dito, devido à militância seu então companheiro, João Amorim. As circunstâncias das prisões de Ângela Milanez, Elizabeth Madeira e Magdalena Frechiani foram outras. As três militantes ligadas ao PC do B foram presas em 1973, no processo de desmantelamento deste partido, de que faziam parte. No relato de Laura Coutinho é possível perceber com mais destaque os incômodos quando à situação que vivia por ser uma mulher em um contexto de luta política em que tinha extrema vontade de uma militância ativa e ao mesmo tempo enfrentava preconceitos e barreiras a essa militância. Esta situação é narrada com um caráter de extremo desconforto e revolta que ela pode ter solidificado depois daquele período, ou ter vivido com latência ainda durante o processo. O fato de ter formulado uma explicação e uma crítica sólidas antes ou depois da experiência que viveu não tem tanta importância. Notamos que nos relatos de Magdalena, Ângela e Elizabeth a questão da diferença na situação da mulher e do homem militantes não aparece com tanto relevo quanto nos relatos de Laura. Sua forma de recordar nos lembra que o modo de lembrar é individual tanto quanto social, já que o grupo do qual fez parte, o Movimento Estudantil na resistência, transmite e reforça as lembranças, mas aquele que narra sua experiência neste contexto vai individualizando a memória, fazendo com que fique no relato aquilo que mais teve significado em sua vida. Nem sempre a memória resgata a consciência das contradições ou se detém em tentar resolvê-las. Magdalena, Ângela e Elizabeth percebem de forma mais horizontal, os acontecimentos políticos que marcaram a militância estudantil da resistência. Elas contam suas experiências com um caráter unidimensional que revela a transparência ideológica de suas memórias. Os testemunhos do envolvimento com o ME, dos atos de militância e da prisão não problematizam ou minam a essência da memória deste movimento, não altera as versões dos próprios militantes homens quando contam a coragem e o heroísmo com que lutaram contra o regime. Esta identificação acontece pela comunidade afetiva e ideológica entre elas e o grupo de que faziam parte,

---

<sup>24</sup>MILANEZ, Ângela. Oitavacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

comunidade esta que a ação conjunta parece ter reforçado. Tanto Ângela Milanez quanto Magdalena Frechiani viveram parte do período de militância próximas aos seus companheiros, Iran Caetano e Guilherme Lara Leite, e não relatam na entrevista nenhum conflito ou desconforto quanto às ações deles afetarem suas vontades de militância. Às vésperas de serem presas, Iran Caetano havia partido do estado e já não estava mais na casa onde morava com Ângela Milanez. Magdalena relembra a tentativa de fuga e o dia em que foi presa, junto com o companheiro e outros colegas de militância do PC do B da seguinte forma:

“A gente ficou tentando conseguir sair do país, mas era bastante difícil isso. Então acabou sendo orientado a ser entregue lá no CENIMAR da Marinha. Fomos pra lá ser ouvidos. Eu fiquei quieta numa sala, me deixaram cinco horas numa sala sentada. Começaram interrogando o Guilherme, que era meu namorado na época. Eles fizeram uma coisa horrível com o Guilherme, porque levaram o pai dele que era de uma tradicional família mineira pra ouvir o interrogatório. E era muito difícil para ele enfrentar o pai e os militares, e fora que eu fiquei muito mal. Então quando ele saiu de lá eu tive a impressão de que tivessem batido muito nele porque ele estava com olho totalmente roxo, acabado, parece que tinha cinquenta anos”<sup>25</sup>

Elizabeth e Magdalena tentaram fugir juntas e foram presas juntas. As duas estudaram juntas durante o curso de medicina e construíram uma relação próxima de amizade. Porém, sobre este período da prisão, Elizabeth conta que nunca mais voltaram a conversar:

“Fomos parar no Cenimar... pra você ver, isso tem mais de 40 anos. Eu conheço a Magdalena desde a época da faculdade e até hoje convivo com ela regularmente, e nesses 40 anos eu nunca ouvi Magdalena falar o que ela passou, eu nunca ouvi Ângela falar o que ela passou, por alguma razão nós nunca mais falamos uma com a outra sobre o período que passamos lá, não sei dizer o porquê na verdade, mas aconteceu isso.”<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup>MADEIRA, Elizabeth. Oitivacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

<sup>26</sup>MADEIRA, Elizabeth. Oitivacom ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

Os relatos de Magdalena e Elizabeth têm um forte caráter coletivo, em que a memória do grupo interpenetra profundamente a lembrança de suas experiências pessoais. Além da forma com que encararam posteriormente os fatos vivenciados naquele período, buscando se furtar de recordações dolorosas. A vida seguiu em frente e o que foi vivido na militância e no cárcere parece não ter sido objeto de problematizações e formulações críticas posteriores, como foi o caso de Laura.

A forma com que as pessoas que passam por experiências traumáticas lidam com suas memórias depois do período mais latente da vivência pode ser marcada pela construção de uma memória igualmente traumática que tende a se recolher dos relatos e narrativas que faz posteriormente. É como uma ferida na memória em se evita ao máximo mexer para que não volte a sangrar. Este recolhimento pode ser interpretado de diferentes formas. Em determinados casos há uma espécie de censura às memórias que narram violências, e no caso específico de mulheres que viveram o cárcere e a violência por motivos políticos, o tão mencionado juízo moral do senso comum pode inibir a iniciativa de levar os relatos a público. Este fenômeno da memória é abordado pela pesquisadora Soshana Felmann (2000) como um traço da memória feminina que, devido às pressões do meio social podem caracterizá-la como uma memória traumática. Isto não significa que todas, ou que a maioria das mulheres que passaram por experiências de violência vão desenvolver um tipo traumático e recolhido de lembrar, mas dependendo do grau a que estão ligadas à percepção que os outros terão na escuta de suas experiências, tendem a recolher mais ou menos as narrativas que tratam dessas experiências.

As militantes ligadas ao PC do B cujos relatos foram mencionados neste tópico tiveram suas experiências escutadas pela CV/UFES e contaram com mais ênfase o período da participação no Movimento Estudantil e no cárcere. Partimos agora para o contexto de desmantelamento da Ala Vermelha, organização dissidente deste mesmo partido, de que era próxima Laura Coutinho.

### **3.2 Desmantelamento da Ala Vermelha**

No que se refere ao desmantelamento da Ala Vermelha do PCdoB no Espírito Santo, é importante ter em vista como se deu esse processo. No início da década de 1970, o estudante

da UFES João Amorim Coutinho integrava um grupo estudantil ligado à organização de esquerda Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), uma dissidência criada em 1966. Em 1971, a Ala Vermelha seria praticamente desarticulada em todo o país depois da prisão de um de seus principais dirigentes, Edgard de Almeida Martins, cujo codinome era Miro.

Preso em São Paulo, depois de submetido às torturas no Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Ordem Interna (DOI-CODI/SP), Edgard de Almeida Martins entregou toda a estrutura da organização, inclusive nomes de militantes e dirigentes, desencadeando uma onda de prisões em vários estados do país. No caso do Espírito Santo, além de revelar os nomes de militantes ligados à Ala Vermelha no estado, Miro ainda acompanhou os militares do DOI-CODI/SP até Vitória para fazer o reconhecimento de militantes presos.

Sobre o militante mencionado como delator dos integrantes da Ala Vermelha, Edgar de Almeida Martins, de codinome Miro, Laura Coutinho, entrevistada para esta pesquisa conta que, segundo sua percepção e com base em discussões da época, pode se tratar de um infiltrado da repressão:

“Quando eu fui presa, não foi o pessoal daqui, foi uma equipe de São Paulo que veio pra prender o pessoal da Ala Vermelha do PC do B. Porque tinha caído lá um cara chamado Edgar de Almeida Martins, um cara que foi colocado como o Calabar da esquerda. Ele era um cara do comitê central e que hoje em dia já se discute que tenha sido um policial infiltrado. Porque ele, um cara do comitê central, conhecia o pessoal da organização do Brasil inteiro. Quando o pessoal foi preso aqui, quando nós fomos presos, houve um desmantelamento da esquerda não só aqui, mas no Brasil inteiro em 1971. Se você fizer uma análise documental da época, dos jornais, mesmo os burgueses, você vai ver que foi quando um houve um desmantelamento em torno da esquerda. Essa especificamente foi quando o Miro, esse Edgar de Souza Martins, denunciou, entregou todo mundo”

Entre os dias 22 e 23 de março de 1971 foram presas nove pessoas, quatro delas estudantes da UFES: Edson Hilário de Freitas (Geografia), João Amorim Coutinho (Geografia), José Fernando dos Santos (Engenharia) e Laura Maria da Silva Coutinho (Odontologia). Depois de alguns dias sujeitos à violência repressiva nas dependências do 38º BI do estado, os militantes presos e torturados foram enviados para as dependências DOI-CODI/São Paulo.

Entre eles, estava Laura, que permaneceu dois meses presa por ocasião do encarceramento dos militantes da Ala Vermelha. Contudo, Laura relatou que apesar da aproximação com a resistência política à ditadura, não era uma militante da base da Ala Vermelha do PCdoB, como seu então marido João Amorim, o que não a impediu de contribuir com a organização no Espírito Santo, como já foi mencionado acima, no fragmento da entrevista em que conta sobre sua ação de suporte aos militantes.

“Eu servia como inocente útil pra resolver os problemas deles, mas eu não era organizada. Então isso era uma coisa que sempre me incomodou. Ele queria me ver naquelas posições mais subalternas, queria que eu ajudasse a organização, mas numa prática efetiva não”

Neste trecho ela revela o incômodo com a situação vivida com o companheiro, militante orgânico da Ala, mas com quem não conseguia compartilhar de uma prática política paritária. Laura diz ter conhecido outros militantes, vindos de Belo Horizonte a fim de regularizar a situação legal, com quem se revelou uma empatia, uma possibilidade maior de ser vista com igualdade:

“Um desses caras de Belo Horizonte que eu viabilizei com essa questão das certidões, se chama Fernando Sana Pinto, que é o nome legal dele. Eu me encantei com ele porque ele era um cara tão diferente do Amorim, e dizia-se no partido que ele tinha uma relação homossexual com outro cara do partido, o que era proibido na época. A esquerda era extremamente preconceituosa. Se nós éramos tão vanguarda em algumas coisas, éramos muito reticentes em outras. O Mário e o Xain depois, quando eles estavam presos no Tiradentes, teve uma famosa greve de fome que eles fizeram lá. O Xain, que era muito amigo do Mário, eu nunca reconheci os dois como caso, eram amigos, um furou a greve porque o outro estava morrendo de inanição, e o coletivo execrou os dois, foram expulsos do coletivo como sendo *personas non gratas* à esquerda porque eles expuseram

uma faceta da esquerda que não se admitia, que era o homossexualismo, quando na verdade nem era uma relação homossexual. Foi uma demonstração de alguém que rompeu a greve pra garantir a estabilidade do amigo que esta resistente pra não romper a greve, mas que estava morrendo. Então eram extremamente preconceituosos. E esse cara foi um dos raros homens que eu conheci que viam a mulher, a parceira, páreo a páreo com ele, então eu estava me separando do Amorim para me ligar à essa organização em que estava o Mário, que era a Organização Partidária Classe Operária Revolucionária.”<sup>27</sup>

O envolvimento com a militância de esquerda na época da repressão militar e da resistência se mostrava extremamente permeado pela lógica da divisão de atividades conforme o gênero, a julgar pela narrativa de Laura e pelos fragmentos de entrevista de Magdalena e Elizabeth, trabalhados acima. A impressão de se ter maior liberdade para pensar e agir politicamente se vinculando o mínimo possível às restrições que prendem as mulheres aos cuidados com família e lar e lança os homens às ações de combate e deliberação é falsa em certa medida nas organizações militaristas do período. Além de que, a postura que parecia ser esperada dos militantes era extremamente viril, não reservando espaço para qualquer demonstração solidária que implicasse numa atitude de recuar ou se render, como no caso citado do furo à greve de fome. Esta conclusão desperta em certa medida um estranhamento se lembrarmos que a doutrina política adotada pela maior parte da esquerda no período mencionava a desigualdade de gênero e o machismo como um problema social presente na formação das sociedades capitalistas e contra o qual era necessário se levantar. Os debates políticos da esquerda englobavam a temática feminista, por exemplo exaltando a equalização legal entre homens e mulheres promovida por Lênin na União Soviética.

A reflexão provocada pelo relato de Laura a respeito do descompasso entre teoria e prática militante das organizações de esquerda na resistência é de extrema importância quando nos propomos a pensar nas lacunas presentes numa ação política que se pretendia e se autodenominava pró democrática e igualitária. Ao mesmo tempo em que militavam por em favor de uma realidade que rompesse com a tirania e o autoritarismo, reproduziam práticas de segregação e intolerância contra posturas que não se mostrassem extremamente viris e ligadas à lógica de que só vence o mais forte.

---

<sup>27</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida a Maíra Tristão e Mirela Marin, Vitória. 2016.

Segundo Ecléa Bosi (1979), a experiência política próxima de organizações partidárias modela os discursos ao longo do tempo, escondendo parte do teor objetivo da fala testemunhal e conferindo um caráter ideológico e convencional. Dependendo do grupo a que pertencer a testemunha, seu discurso pode se adequar totalmente com a crônica oficial que se construiu de determinados fatos. O conflito mencionado na narrativa de Laura provavelmente não estaria presente na rememoração dos militantes dirigentes da Ala Vermelha, muito mais permeados pela reconstrução oficial da trajetória da organização na resistência. As contradições ideológicas dos sujeitos que participaram da cena pública, no entanto, não são o centro de nossa tentativa interpretativa. O que queremos com os relatos é o contato com a percepção que determinado grupo ou sujeito, no caso a percepção que nossa testemunha, Laura Coutinho, teve naquele momento.

O mais interessante, ainda de acordo com Bosi (1979), é notar como a narrativa memorialista do sujeito vai estilizando as pessoas e as situações, revelando a crítica a determinada ideologia. Laura destaca o caráter vanguardista da esquerda naquele momento quanto à questões políticas, mas reconhece os deslizos das organizações no que tange ao reconhecimento dos sujeitos como pessoas que estabelecem laços de companheirismo e cumplicidade, como o ato de furar a greve de fome para amparar um companheiro que vivia uma situação aguda de desnutrição e precisava do amparo de outro pra se salvar sem levar o estigma de capitular sozinho, de ser o único desertor. Neste mesmo sentido, confere características positivas aos militantes Mário e Xain do ponto de vista humanitário, características distintas estas que a fizeram querer se aproximar da Organização Partidária Classe Operária Revolucionária (OPCOR), organização de que os militantes mencionados passariam a fazer parte.

No entanto, mesmo com a crítica feita à Ala Vermelha, Laura retoma com força a ideia da memória grupal quando narra o período da prisão rememorando a cumplicidade entre os presos políticos e o esforço que tinham em não se deixar abater pela situação momentânea das privações no cárcere. Ela recupera os momentos em que, junto às outras mulheres presas na mesma cela, se esforçavam em motivar a força da ideologia militante, tentando resgatar a moral dos homens presos políticos e não se mostrarem abatidas:

“Uma das coisas que mais impactava os policiais lá no DOPS era a moral dos presos políticos. A gente sofria, mas não perdi a moral. E quem mantinha o equilíbrio dos companheiros presos... na hora que eles iam tomar banho de sol, e passavam por uma portinhola da janela

das nossas celas, a gente passava batom, se perfumava, penteava o cabelo pra ir dar uma bitoca neles, pra levantar a moral deles. Eles passavam baixo e a gente estimulava eles. Eu lembro até de umas músicas que eles faziam pra gente quando a gente estava na cela”:

*“Saudações às companheiras da 3*

*Nossa alegria é o sorriso de vocês*

*Um forte abraço aos companheiros também*

*Em liberdade voltaremos a nos ver*

*Quem aqui passa, quem aqui já passou*

*Sabe o que pensa*

*E o que pensa tem valor*

*A maré baixa depois sobe outra vez*

*Quem hoje sofre amanhã vai navegar*

*Em liberdade voltaremos a nos ver”<sup>28</sup>*

Em referência às circunstâncias da prisão de Laura, ocorreu no dia em que tentava ajudar integrantes da Ala vindos de fora do estado a obterem certidões de nascimento falsas. Na entrevista ela conta que:

“Nesse dia, que o Mário tinha vindo e trazido os documentos políticos pra gente estudar, porque a Ala ainda não era um partido, era uma organização partidária. Eu tinha deixado o Mário na rodoviária e voltei pra casa, morava num porão em Vila Batista, e foram uns homens do exército no portão lá de casa que foram lá pra prender o Amorim. Eles não foram lá pra me prender, mas eu reagi, contestei a prisão dele e me levaram junto também, como uma forma de pressionar o Amorim a entregar as coisas, eu fui na condição de mulher do Amorim”<sup>29</sup>

<sup>28</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida a Maíra Tristão e Mirela Marin, Vitória. 2016.

<sup>29</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

Em depoimento prestado à CV/UFES, Laura Coutinho relatou que, mesmo antes das prisões, havia a prática de monitoramento exercida pelos órgãos de repressão na UFES. Segundo ela, em sua turma, existiam três alunos matriculados que faziam parte dos quadros do Exército e que estavam infiltrados na Faculdade de Odontologia para coleta de informações de interesse das forças de segurança.

“Eles se identificavam como pessoas do Exército [...]. Eram oficiais que tinham cotas<sup>30</sup> [...]. O comportamento deles era de um aluno normal, mas a gente nem imaginava que eles estavam lá com essa função, até que ocorreu a nossa prisão”<sup>31</sup>

Os militantes da Ala Vermelha presos em 1972 em Vitória foram levados, a princípio, para o 3º Batalhão de Caçadores, localizado na prainha, em Vila Velha. Neste mesmo lugar, como abordamos anteriormente, estiveram as pessoas ligadas ao PC do B, presas no final daquele mesmo ano, como a jornalista Mirian Leitão, ex estudante de economia da UFES que foi encaminhada ao 3º BC e contou, em entrevista ao jornal A Gazeta ter sido torturada fisicamente neste Batalhão<sup>32</sup>. O 3º BC foi apontado pelo relatório final da CV/UFES (2016) como centro de tortura, no entanto, Laura Coutinho passou por lá junto com seu companheiro, João Amorim e conta ter sido poupada da violência física:

“Na minha classe tinham três oficiais do exército que estudavam odontologia. E eu imaginei que não tinha me acontecido nada aqui no exército porque eles sabiam que eu estava grávida. Inclusive um deles foi me visitar lá na cela do exército e dizia pra eu ficar tranquila que nada iria acontecer porque eles sabiam que eu estava grávida e respeitavam muito a maternidade”<sup>33</sup>

Depois de permanecerem nove dias detidos no 3º BC de Vila Velha, Laura, João e os demais militantes presos foram levados em um avião da Força Aérea Brasileira até São Paulo, para a Operação Bandeirantes, responsável pela perseguição aos membros da Ala Vermelha em todo

---

<sup>30</sup>As “cotas” a que Laura faz menção, são vagas destinadas pelos órgãos de informação a pessoas ligadas à repressão que ficavam responsáveis por monitorar as atividades acadêmicas de dentro, enquanto estudantes comuns.

<sup>31</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

<sup>32</sup>“Porões capixabas” A Gazeta. 24 de agosto de 2014.

<sup>33</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

o Brasil. Nesta ocasião, enquanto esperavam algemados dentro do carro da polícia, passou por ali um jornalista conhecido de João, que, depois de alguma breve e precária comunicação com eles, entendeu a situação e conseguiu fazer uma foto. O jornalista publicou a foto no jornal O diário, e é claro que por esta publicação teve sérios problemas com a polícia, além de ser afastado do emprego. Em São Paulo a OBAN era uma organização para militar, sua sede funcionava em uma casa comum, adaptada às prisões e acareações habituais na rotina da repressão. Nesta casa ocorreram as torturas que conta ter sofrido:

“Pela madrugada, mesmo tendo apresentado um exame, um documento que provava a gravidez, eu fui chamada, e levada para o segundo andar onde meu companheiro João Amorim Coutinho estava sendo interrogado e torturado, e eles tentaram negociar com ele que eu fosse poupada desde que ele entregasse algumas pessoas, alguns companheiros que eles queriam. Quando ele se negou a fazê-lo, começaram a me torturar.”<sup>34</sup>

Sobre as torturas sofridas nas mãos dos agentes da repressão da OBAN em São Paulo, Laura conta:

“Eu fui torturada com palmatória, com choque na vagina, com choque no seio, com choque na língua. Fui ao pau-de-arara e só aguentei cinco minutos lá, desmaiei, e fiquei sendo torturada durante a madrugada toda. Como eu não era organizada, na verdade nem tinha quem entregar, o que eu sentia deles era puro sadismo. Eu era uma menina de 21 anos, o que é que eu tinha a dizer pra eles? Eles queriam mesmo era exercitar o sadismo, o autoritarismo e o poder. Então quando terminou a sessão de tortura, de madrugada, eu não conseguia andar, desci as escadas engatinhando pra voltar pra cela, e nesse caminho os torturadores me ofereciam arma dizendo: não quer se suicidar? Tem aqui um revólver, você não vai sair daqui com vida, você pode resolver logo isso agora. Voltei para cela sentindo muita dor e lá as companheiras... vale registrar aqui o grau de solidariedade que a gente encontrou junto aos companheiros e outros militantes que cuidavam da gente quando a gente chegava depois dessas sessões de tortura. Na cela onde a gente ficava não tinha banheiro, era um quarto

---

<sup>34</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

adaptado, e de madrugada quando cheguei fiquei sentindo muita dor, não tive sangramento, nem nada, mas com muita dor e de manhã quando foi aberta a cela para que a gente fosse ao banheiro eu senti um peso descendo, era o bebê que eu tinha perdido naquela sessão de tortura. E lá fiquei uma semana sangrando sem ter qualquer assistência, o modess que a gente tinha era o jornal que a gente amassava e botava, não tinha nem papel limpo.”<sup>35</sup>

Cerca de um mês depois, Laura saiu da Operação Bandeirantes e foi levada ao DOPS/São Paulo, onde era feita a parte jurídica do processo. Do tempo em que permaneceram na Operação Bandeirantes, não receberam sequer o atestado de carceragem, por ser uma organização paramilitar e não legal. Passaram pouco mais de dois meses em São Paulo, depois foram liberados e voltaram a Vitória.

“Quando voltamos para Vitória a gente não conseguiu nem o abono das faltas, nem daquele período que a gente tinha o atestado de carceragem: que era o período que ficamos no DOPS, onde foi feita a parte jurídica do processo. Porque tinha um cidadão na universidade que funcionava na FAFI, na Faculdade de Filosofia, que era o senhor Alberto Monteiro, o representante dos órgãos de repressão na Universidade, e esse senhor não deu o aval que precisávamos para que nossas faltas fossem abonadas. Como a gente não conseguiu, eu perdi aquele ano da odontologia, sem contar que nós não conseguíamos emprego. Tivemos, eu e meu companheiro, de sermos mantidos durante dois anos pela nossa família porque nós não tínhamos nada. Era como se tivéssemos uma peste e fôssemos leprosos, a exclusão era tanta que os próprios amigos e companheiros, quando sentávamos perto deles no restaurante universitário eles se levantavam com medo de ser comprometidos e serem associados à gente”<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

<sup>36</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

Depois de formada, Laura continuou a ter problemas profissionais. Não pôde assumir exercício no Instituto Nacional de Assistência Médica da previdência Social (INAMPS) porque era necessário, para todo emprego público, que se apresentasse um atestado de ideologia, impossível a quem já tivesse sido preso pela repressão.

Quanto aos efeitos da violência que sofreu no cárcere, ela afirma ter vivido durante anos com sequelas. Uma médica que a acompanhou na tentativa de conseguir ter uma gravidez completa, dizia que sua saúde era perfeita e que a dificuldade que tinha para engravidar era totalmente psicológica

“Essa sequela me acompanhou, a vontade de engravidar era tão grande que mesmo em condições inóspitas e sabendo que a gente não tinha nem como sobreviver, eu e meu marido, mesmo a gente dependendo da família pra sobreviver, a gente tentava engravidar, e por duas vezes eu engravidei e perdi espontaneamente. Eu tive três abortos, além desse filho meu que foi morto nos cárceres da ditadura, eu tive dois abortos espontâneos.”<sup>37</sup>

Quanto à sua avaliação presente sobre o que viveu naquele período, ela afirma que diante de um momento tão triste da História, fez o que pôde, o que podiam fazer, se insurgir, empreender alguma atitude contrária, a que fosse possível no momento:

"Na realidade a gente nem tinha muita consciência política como hoje, porque os meios de comunicação eram engessados. Acho que a História precisa ser revista do lado daqueles que vivenciaram isso e não do lado daqueles que tiraram proveito”.<sup>38</sup>

Quando o Arquivo Público de São Paulo foi aberto, Laura conseguiu resgatar toda a documentação em que constava seu nome e o nome de João Amorim, inclusive interrogatórios da Operação Bandeirantes. Ela hoje conta com um apoio documental que respalda toda a história da vivência que teve no período narrado. Consta nos arquivos da CV/UFES utilizados nesta pesquisa, um documento interessante cuja análise é de extrema serventia para pensar a motivação e autoimagem que fazia de si, uma moça de 20 anos

---

<sup>37</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

<sup>38</sup>COUTINHO, Laura. Entrevista concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

extremamente envolvida com a situação política do país e disposta a fazer o que fosse possível para ajudar um lado da guerra que se travava silenciosamente nos porões da ditadura. O documento é uma carta escrita a próprio punho no dia de sua chegada à Operação Bandeirantes, quando mandavam que os presos registrassem em uma folha os motivos que teriam os levado a se envolver na subversão.

A partir da análise dos relatos de memória das militantes que foram estudantes da UFES no contexto de resistência à ditadura militar (1964-1985), com suas múltiplas ações de enfrentamento, reafirmamos a necessidade de ampliar os limites do agir politicamente. Neste sentido as experiências narradas por mulheres que viveram a repressão do Regime Militar é de extrema importância, já que foi necessário a essas mulheres insurgirem não só contra o Estado autoritário, mas também de defenderem suas posições diante dos próprios companheiros, em organizações ou na própria família, e para tanto, lançaram mão de uma gama de alternativas que lhes permitiram lutar por direitos e pela própria vida e bem estar dos que estavam à sua volta.

Neste sentido entra em cena o peso da condição da mulher na sociedade patriarcal e o uso que as mulheres são capazes de fazer da aparente desvantagem desta condição. A pretensa vocação e obrigação feminina ao zelo para com o outro, foi muitas vezes aproveitada para facilitar o trânsito das mulheres e permitir que circulassem com informações, idéias e objetos, que prestassem socorro ou que fossem poupadas da violência da repressão. Elas muitas vezes se utilizavam do seu tradicional papel social de gênero para exercer uma atuação política de resistência, lançando mão de estratégias de luta em que lograram importantes vitórias, como o Movimento pela Anistia, por exemplo. Além de seu êxito prático, essas mulheres revelam que política se faz com as armas que se têm nas mãos, não importa a condição que tenham seus sujeitos.

O trabalho da historiadora Marta de Oliveira Gouveia Rovai publicado em ebook pela Editora Pontocom (2013) *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino*, trata da memória coletiva e das relações de gênero de operários, estudantes-operários, guerrilheiros e suas companheiras, donas de casa, estudantes, irmãs, esposas e guerrilheiras, que atuaram na luta contra a ditadura civil-militar, revelando a ação de mulheres que agiam “nas sombras” para lutar pela vida e pela proteção de familiares e amigos, circulando entre o espaço privado/familiar e público em uma demonstração de solidariedade afetiva e cotidiana, fora das organizações de guerrilha.

## **Conclusão**

### **4.1 A memória como arma política**

As questões que se referem à memória, como os significados dos esquecimentos e silêncios, são fenômenos que fazem da referência ao passado algo que mantém a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, contribuindo para definir desses grupos, sua complementaridade e as oposições irreduzíveis. O exercício de construir um relato sobre a participação das mulheres na vida pública brasileira, dando espaço às questões de gênero levantadas a partir desta participação passa a ser uma tentativa de ampliar os limites excludentes da História do Brasil, que ao longo da maior parte de sua narrativa oficial se refere aos homens e seus feitos.

A verdade da memória reúne elementos dispersos, apresentando ao mesmo tempo um retrato pessoal, coletivo e identitário em narrativas que evidenciam subjetividades e emoções, mesmo que sejam racionalizadas. A análise dos relatos não se prende à “verdade histórica”, não decifram nem analisam criticamente os signos orientados pelo método, mas lida com a “verdade do testemunho” que tem como características ser dinâmica, incompleta e sempre influenciada pela situação presente, pelas reflexões posteriores às experiências narradas, elaboradas em contato necessário com o contexto do tempo em que se narra.

O ponto de partida da discussão é a noção de que na dinâmica de busca e manutenção do poder, a memória é um instrumento valioso que insinua, constrói e trabalha para manter certas explicações para os fatos sociais. Como salientou Bourdieu (1989) os diferentes usos que se fazem da memória, tal como os elementos que a compõem, se analisados com rigor, contribuem para a compreensão das várias formas e estratégias utilizadas por diferentes grupos para participar ativamente da vida política. Assim, pensar e escrever a história tendo como parâmetro as fontes orais, ou seja, tomando como base os testemunhos de memória dos sujeitos históricos, que nem sempre são reconhecidos como tal, representa o esforço de pesquisadores em promover o direito à memória de grupos que tem pouca visibilidade no cenário público e na historiografia, como as mulheres, apresentadas como estranhas ao âmbito político em uma sociedade marcada pela desigualdade e pela normatização de gênero.

Os relatos das mulheres sobre sua vivência nos anos de chumbo revelam as várias formas de ações na luta contra o Regime Militar, alternativas de resistência que extrapolam as formas

mais conhecidas de atuação política, como a guerrilha, a disputa política institucional e a organização partidária clandestina, trazendo à tona as formas de resistência mais cotidianas, muitas vezes próximas aos círculos privados, mas que representavam apoio e segurança às formas mais diretas da luta armada e da resistência aberta, sugerindo que público e privado não são excludentes nem se opõem, mas são necessariamente complementares.

É fundamental trabalhar as questões relativas à memória com o olhar atento aos processos que as dão duração e estabilidade, solidificando-as como fato. As memórias coletivas são frutos de disputas de poder, cujos vencedores foram os responsáveis por forjá-las, em um processo que carrega, necessariamente, silêncios e esquecimentos. Assim, via de regra, como foram os casos das memórias nacionais, as memórias oficiais passaram a ser aquelas construídas pelos vencedores da História.

Os regimes autoritários e seus defensores usam de denominações que identificam aqueles que se opõem a sua autoridade como subversivos, antipatriotas, degenerados física e mentalmente, criando imagens e impressões que os suprime em palavra e existência. Militantes, tanto homens quanto mulheres, passaram por tentativas de desumanização nas mãos dos algozes quando estes buscavam por meio da violência física e simbólica despir os sujeitos de qualquer traço que lhes conferisse dignidade. No caso das mulheres que foram presas e submetidas a interrogatórios e sessões de tortura, é preciso pensar nas especificidades desses processos. Para perpetrar a violência física e moral sobre os corpos femininos, os algozes buscavam desconstruir qualquer ligação que identificasse a vítima com as referências tradicionais do feminino, de mãe, cuidadora ou companheira, o que significava uma violência ainda mais intensa a elas, e revela a necessária restrição das mulheres à sexualidade.

A sessão de torturas físicas, com espancamento, choques e pau de arara, que levaram ao aborto sofrido por Laura Coutinho foi seguida de insultos proferidos pelos agentes que a acompanharam da sala de torturas até o retorno à cela. Neste momento, segundo ela, ofereciam constantemente um revólver para que se suicidasse, sob ameaças de que daquele lugar ela jamais sairia viva. Ângela conta ter sido deixada nua todas as vezes em que precisou prestar depoimentos durante a prisão. A raiva que os torturadores demonstravam ter quando diziam que elas comessem comida com larvas “já que se achavam duronas e faziam parte de partidos” também indica a não aceitação da atuação das mulheres naquele espaço, o político, e sua associação com a fragilidade. Elizabeth relembra dos gritos de um general de quem nem conseguia entender o que viria depois das ameaças:

“Aconteciam umas coisas que até hoje não consigo compreender bem. Por exemplo, capitão Guilherme ele se chamava... em determinada situação ele dava a gritar com a gente: Mulher presa pra mim é homem! Ele gritava isso histericamente aos berros”.<sup>39</sup>

A tortura psicológica que apelava ao senso materno também pressionava de forma intensa para que elas de alguma forma se arrependessem dos motivos que a levaram a estar presas. Magdalena conta sobre o comportamento dos os militares quando descobriram que estava grávida:

“Eles ficavam fazendo essa tortura psicológica de falar que eu deveria abortar porque com certeza eu ficaria presa provavelmente por muitos anos e que minha filha também ia ficar presa”<sup>40</sup>

A infantilização da figura das mulheres fica revelada nos discursos e comportamentos de seus algozes nesta situação na medida em que delegavam a outros a responsabilidade das escolhas tomadas por elas. Culpavam os tutores, os responsáveis por aquelas mulheres subversivas que poderiam apenas não terem sido bem cuidadas pelos pais:

“Eu morava com as minhas irmãs, meus pais moravam em Alegre ainda e vieram por causa do meu sumiço. Ficava um veraneio, veraneio era o carro típico da polícia... ficava um na frente da minha casa direto, tinha o capitão – pelo menos ele dizia que era capitão, que entrava na minha casa e ficava lá direto. Eu considero que eles pressionaram muito meus pais, uma coisa desnecessária, inclusive no ponto de vista de dizer que eu era muito jovem, que era uma garota e eles não se preocupavam com o que estava acontecendo comigo, porque tinham deixado vir para Vitória sozinha sem pais, uma garota”<sup>41</sup>

Durante a vigência do regime militar a memória feminina teve algo de proibida, clandestina ou ignorada. Com o processo de redemocratização muitas histórias emergiram do

---

<sup>39</sup>MADEIRA, Elizabeth. Oitiva com ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

<sup>40</sup>FRECHIANI, Magdalena. Oitiva com ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

<sup>41</sup>MADEIRA, Elizabeth. Oitiva com ex estudantes da UFES. CV/UFES. Vitória, 2014.

silenciamento político e de gênero. O exercício da oralidade feminina, de buscar escutas e narrar as memórias de suas experiências fazem parte do desejo que têm em fazer que estas memórias estejam vivas, não só nos círculos de amizade e família. O que nos permite entender que o silêncio sobre o passado não está fadado a conduzir ao esquecimento, mas pode representar a resistência de grupo da sociedade civil diante do excesso de discursos oficiais. As memórias podem ser transmitidas cuidadosamente nas redes de familiares e amigos, esperando a hora da verdade e de redistribuir as cartas políticas e ideológicas, como foi o momento da redemocratização e de aprofundamento da compreensão a respeito das memórias daqueles que enfrentaram o regime autoritário, como presenciamos nas últimas gestões de presidentes do Brasil que fazem parte de um grupo político que nasceu da resistência à Ditadura.

Ouvir e contar a história das mulheres militantes estudantis durante o período do Regime Militar não significa apresentar suas imagens nas lutas como uma submissão ou em oposição aos homens, mas escrever uma história com variedade de memórias, tanto de mulheres quanto de homens, que revela ambos os gêneros lado a lado nas lutas cotidianas e políticas do período. Isso porque, ao trabalhar com as mulheres da resistência à ditadura militar no Brasil, utiliza-se aqui a categoria gênero, o que implica em uma abordagem relacional do fenômeno, ou seja, as experiências femininas somente podem se tornar compreensíveis em relação ao masculino, sua diferença correlativa. Para Joan Scott (1995), gênero é a organização social da diferença sexual. Tendo como base as diferenças sexuais, o gênero constituiu-se por meio de relações sociais marcadas por disputas de poder. Segundo a autora, a categoria gênero se refere a um conjunto de normas construídas pela sociedade e pela cultura, que modelam os comportamentos, os símbolos e os papéis sociais das mulheres e dos homens, um em relação ao outro, em uma dinâmica relacional de diferenciação.

Neste sentido compreende-se a diferenciação das formas de tortura aplicadas aos presos políticos caso se tratasse de homens ou mulheres. Na vida pública, na esfera privada, na militância ou no cárcere, a lógica da diferenciação de gênero se apresenta sem trégua, e isto se dá justamente porque está ligada às formas mais básicas de percepção dos sujeitos.

Além do uso da categoria gênero e da análise relacional inerente à sua utilização, é preciso situar as memórias femininas no contexto político e social mais amplo, no qual elas estavam inseridas. A dinâmica entre as memórias individuais e a memória coletiva requer que os testemunhos individuais apresentem pontos suficientes de contato com os outros relatos do

grupo para que se constitua base comum sobre a qual se constrói a memória coletiva. Isto é, a própria base de construção de uma memória coletiva já enquadra as memórias que farão parte ou não da memória oficial. Urge, assim, procurar entender os processos que constituem esta memória oficial, os atores que se colocam em cena, e como agem para solidificar as versões que lhes são interessantes.

Uma memória coletiva é organizada por determinado grupo, ou por uma parcela deste, para funcionar como uma referência geral, mesmo que as memórias individuais daqueles que o formam não se acomodem perfeitamente ao conteúdo desta, eleita como sendo da coletividade. Esta memória passa então a ter a dimensão de um fato social. Este caráter duradouro desperta o interesse dos historiadores em buscar seus criadores e denominadores: os Estados, os meios sociais e políticos, as comunidades de experiências de geração ou de experiências históricas, que constroem seus arquivos de acordo com os usos que fazem de sua memória. Considerando o cenário atual do campo de pesquisas sociais e históricas, os fenômenos ligados à memória constituem um objeto versátil, sua compreensão é uma ferramenta útil à compreensão das relações humanas motivadas pelo poder, pela dominação e pelas lutas de identificação de grupos específicos.

Neste sentido a emergência de movimentos sociais que expressam as reivindicações de grupos discriminados, como os movimentos feministas e os movimentos negros, têm contribuído para dar voz a esses sujeitos não como objetos passíveis de serem estudados pela história, mas como sujeitos dessa história. A contribuição desses movimentos e do esforço dos pesquisadores motivados por eles tem algo de contestação política que impulsiona a necessidade de dar voz aos silenciados, à semelhança do que afirma Thompson (1992) sobre a História Oral, que para ele é uma prática transformadora que, em suas palavras “devolve ao povo a história”.

De acordo com Le Goff (1990) as perspectivas históricas passam por uma mudança significativa, desencadeada pela pressão de uma história imediata em que se fazem presentes cada vez mais memórias coletivas, que reivindicam espaço e reconhecimento. Neste sentido a recente emergência dos relatos de vivência no cotidiano da repressão Civil-Militar no Brasil (1964-1985), depois de um período de recolhimento, pode ser compreendida tendo em vista que narrar os sofrimentos requer uma escuta, uma abertura, pouco disponíveis nos momentos em que o esforço comum se faz no sentido de reconstrução e reordenamento político, como foi o caso dos anos imediatamente posteriores ao restabelecimento do estado democrático de

direito. Essas memórias não são abandonadas ao esquecimento, mas transmitidas por gerações oralmente, e esperam o momento de equilíbrio na situação política e ideológica para reclamar seu espaço na nova configuração.

Os testemunhos orais podem contribuir ainda mais com a história política na medida em que tem a possibilidade de contato com informações a respeito de atitudes políticas comumente ignoradas nas fileiras de partidos e organizações, no que se refere aos elementos mais silenciados por estarem em certa medida afastados dos núcleos dirigentes, detentores da memória oficial do grupo em questão.

A memória dos grupos que resistiram ao regime militar brasileiro não esgota as possibilidades de compreensão histórica deste momento. Ainda é necessário incluir na referência a esta memória da resistência, as vivências dos grupos historicamente marginalizados do universo público e político, como as mulheres, os indígenas e os quilombolas, ainda pouco compreendidos e cujas vozes são menos ouvidas em favor das vozes de tradicionais lideranças da organização partidária clandestina, militarista e sindical.

É necessário, ainda de acordo com Le Goff (1990), ir até o vasto complexo dos conhecimentos não oficiais, aqueles que não foram institucionalizados e ainda não cristalizados em tradições formais, mas que representam a consciência coletiva de grupos inteiros ou de indivíduos em forma de recordações das experiências vividas, se contrapondo a um conhecimento privatizado e monopolizado por grupos que fazem seu uso em defesa de interesses específicos, cujas versões são cristalizadas em detrimento das demais. Constatada a primazia de determinadas versões elaboradas pelos “vencedores” na construção das explicações históricas, se coloca o problema de como então escrever outras Histórias.

A possibilidade oferecida pela História Oral neste sentido é a resposta mais certa à necessidade de se escrever a História de outra forma. E o caminho apontado é justamente o de devolver a expressão e a oportunidade de registro dos pontos de vista e das situações menosprezadas e pouco conhecidas não só das mulheres, mas de diversos outros setores da sociedade.

Na tarefa de ampliar os horizontes da história à maioria possível de seus agentes, o esforço teórico, de pesquisa e investigação precisa se dar no intuito de historicizar a “memória dos vencidos”. A metodologia apontada para isto passa pelo trabalho com fontes orais e dos tratamentos amadurecidos pelas pesquisas em história oral. É necessário lembrar que para ser

a ciência dos homens no tempo, a história precisa ser também uma arte, podendo se valer de dimensões que ultrapassam a narração cronológica de fontes oficiais e passando a considerar a vida cotidiana, a memória, os discursos e as representações como elementos decisivos e estratégicos para compreender uma sociedade.

Abordar um período e a luta de determinado grupo através das fontes orais e a partir dos testemunhos de mulheres, homens, negros, brancos, velhos e jovens, abordando os dilemas enfrentados por estes sujeitos é uma forma de tornar mais ampla e complexa a explicação histórica. Desta forma se revelam dimensões pouco conhecidas do passado recente e que são significativas para segmentos sociais diversos, além de contribuir para a construção de uma história mais rica que atenda a interesses que não sejam apenas os oficiais.

Neste sentido, a intenção de não se limitar à visão rígida dos fatos históricos e realizar a oportunidade de recuperar as diversas maneiras de se viver a história, conforme o gênero, a classe, ou a idade, levou à opção pelo trabalho com memória e história oral. Minha perspectiva mais geral se afina à história oral na medida em que busca escrever uma história sobre as pessoas que integram uma população, e que não seja só sobre seus líderes, mas que integre os participantes tradicionalmente ignorados, incorporando suas experiências à história, e transformando-os de “objetos” de estudo em “sujeitos” da história.

Este trabalho buscou se debruçar sobre um campo onde se encontram partes daquelas experiências que envolvem algum desacordo com os padrões rotineiramente reafirmados pela sociedade e tendem a se recolher nos relatos de memória. São as vivências cujos relatos podem ser polêmicos, despertarem desconfortos, críticas ou juízos morais, que não deixam de fazer parte da realidade. E, desta forma, mesmo quando não dão acesso à sua escuta, essas lembranças formam memórias coletivas subterrâneas da sociedade civil, dominadas em grupos específicos e, de forma mais geral, não quistas nas memórias que são conscientemente ordenadas.

Partimos da certeza de que os relatos de indivíduos que não foram eleitos para fazer parte da História Oficial são tão ricos quanto os demais, porque o que se busca nesses relatos é o contato que permitem com as várias percepções que os indivíduos têm dos fatos e da vida que os cerca. Assim, contar a versão dos “esquecidos da história” passou a ser uma característica da maioria dos trabalhos em História Oral e uma intenção compartilhada pela pesquisa apresentada. Trazer à luz versões que dificilmente a memória oficial traria. Construir a história dos que não puderam compartilhar suas próprias narrativas sobre o passado, é uma

característica desta e de outras tantas pesquisas, cujos objetos de estudo foram negligenciados pela historiografia tradicional, que é uma das grandes guardiãs das memórias coletivas. Mulheres, militantes políticas e estudantis, jamais preocupou-se em cravar em pedras suas histórias, seus medos, dificuldades, disputas de poder, vitórias, resistências, enfim, suas memórias subterrâneas. Os documentos oficiais não trazem essas memórias e os meios de comunicação mantiveram-se pouco interessados em construir uma versão dos fatos de quem realmente os vivenciou.

Uma das motivações teóricas desta pesquisa se relaciona intimamente com a reflexão a respeito dos usos políticos feitos do passado, ou de sua memória. No início da pesquisa foi mencionado o esforço da Comissão Nacional da Verdade em lançar luz aos acontecimentos até então nebulosos e cercados de mistério que marcaram os anos de vigência do Regime Militar no Brasil (1964-1985). Este resgate de memória política se relaciona em especial aos grupos que naquele período estiveram ligados à resistência e que nos últimos anos ocuparam cargos de destaque na política institucional do país, demonstrando a importância de se ter no passado um referencial que sustente as posições políticas defendidas no presente. É neste mesmo sentido que devemos pensar na necessidade de defender a memória da atividade política das mulheres, neste e em vários outros períodos da História do Brasil. O resgate da memória se constitui em arma para que se afirme a capacidade de atuação coletiva das mulheres e se reivindique um passado de ação política em favor daquelas que ousaram se envolver nas questões públicas da vida nacional.

Neste caso específico, o dos estudos sobre as experiências das mulheres, a perspectiva das memórias subterrâneas se mostra ainda mais forte, porque faz referência a uma memória particular e oprimida, com pouco espaço para se manifestar na sociedade masculinizada em que vivemos. Desta forma, o trabalho com a memória e a história oral é um meio de justiça.

A abordagem do período corrido entre os anos de 1969 e 1972, contexto de plena atuação da repressão militar nas universidades e nas organizações políticas divergentes da lógica então dominante busca trabalhar a história política recente do Espírito Santo, construindo um panorama de enfrentamento ao regime militar dentro da Universidade Federal do Espírito Santo, abordando as formas de organização encontradas pelo Movimento Estudantil da UFES para lutar contra a ditadura e descrevendo a estrutura e ação dos órgãos de repressão que agiam nesta universidade em sintonia com as ações repressivas a nível nacional. A montagem do Sistema Nacional de Informação (SNI) desde o governo Dutra (1946-1951), passando pelas inovações promovidas pela ação do General Golbery do Couto e Silva, até o auge do

alcance do aparato repressivo em todas as instancias da sociedade, representado pelo início das atividades das Assessorias Especiais de Segurança e Informação atuantes nas instituições de ensino brasileiras representam a descrição minuciosa da escalada de um sistema de vigilância e repressão extremamente importante para compreender a dinâmica da luta estudantil e do contexto repressor da ditadura.

Descrever em detalhes o aparato repressivo atuante na UFES neste contexto contribui para o esclarecimento de fatos históricos da história contemporânea do estado do Espírito Santo e de sua única universidade federal, lócus da organização política capixaba neste contexto. Busquei compreender o caráter anticomunista do Estado brasileiro e suas conseqüências nos fatos políticos desta época.

Neste contexto me volto às lutas enfrentadas pelas mulheres na universidade e no movimento estudantil a partir de suas próprias recordações e das conexões estabelecidas com o contexto mais geral. Desta forma revela-se a dimensão da desigualdade entre os gêneros nos quadros militantes da própria esquerda naquele período, dimensão pouco conhecida ou insuficientemente tratada pelos trabalhos em história, apesar de serem significativas a determinados segmentos sociais. Este trabalho pretendeu contribuir para a construção de uma explicação histórica mais ampla e complexa, que não se preste especificamente em atender a interesses oficiais.

O discurso histórico oficial, celebrando a memória oficial e cultivando silêncios e ocultações, desconhece as diferenças entre segmentos de um grupo social determinado, como é o caso da resistência à ditadura que trabalhamos e demonstramos ser muito mais heterogênea do que a afinidade ideológica possa a princípio sugerir.

Vale lembrar a afirmação de Jacques Le Goff (1990) de que tornar-se donos da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.. Esta reflexão mostra que o trabalho de história com a memória é parte de um processo político em que se desempenha a função de instrumento de poder de setores dominantes, que constroem um discurso oficial sobre a história e o passado que serve a seus próprios interesses.

Extrapolamos a reconstituição histórica definida a partir de uma estrutura de poder e limitada por ela, nos voltamos à dimensão que nossa curiosidade histórica despertou. Não buscamos

necessariamente a veracidade do fato histórico, mas dinamizamos este fato, buscando perceber como este período foi visto por determinadas pessoas, o que confere mais vivacidade ao passado recente e à história da resistência, vista a partir do olhar das mulheres que viveram o período. A operação feita foi reunir aspectos objetivos do contexto mais amplo aos aspectos pessoais, através das subjetividades que narram lembranças de vivências.

O trabalho de Ecléa Bosi (1979) nos revelou o quanto a memória é estruturada pelos papéis sociais e compreendida a partir de um conjunto de elementos que se relacionam e interferem na reconstituição do passado. Especificamente quando se trata de política. Segundo Bosi (1979), a informação dos militantes certamente é mais rica e pormenorizada se comparada com a dos demais espectadores. Além disso, a função de lembrar é conservar o passado na forma mais apropriada ao sujeito que lembra, ou seja “só fica o que significa” (Bosi, 1979:384). Logo, a memória se diferencia de acordo com o sujeito que narra, que é seu suporte, e traz informações novas e talvez pouco conhecidas a respeito de um passado recente. Trabalhar com as fontes orais, portanto, permite rever oposições correntes entre público/privado, cotidiano/fato histórico e homem/mulher.

Me propus a pesquisar a atuação das mulheres em um acontecimento político, a militância na resistência ao regime militar (1964-1985) a partir da memória dessas próprias mulheres, encarando o fato de que a memória das mulheres sobre os acontecimentos dificilmente aparece porque em geral o relato que se faz dos fatos políticos é masculino. O relato masculino comumente desconsidera a presença feminina e esta, enfim, não é memorizada. Justamente por este motivo a preocupação foi reintroduzir as militantes na história, reintroduzir as mulheres na história, mas não fazendo a história das mulheres. O que se fez foi identificar sua presença nas lutas deste período, relembando a importância do papel que desempenharam. O caminho neste esforço de reintrodução, que parece estar sendo trilhado em muitas pesquisas em ciências sociais, é ouvir as mulheres tanto quanto se ouvem os homens, nos partidos, nos sindicatos e nas ruas, permitindo que se revelem facetas dos acontecimentos diferentes das que a história oficial já registrou.

O enfrentamento das mulheres ao regime militar, com as especificidades próprias da desigualdade de gênero que este grupo enfrenta, se abordados com intensidade pelos pesquisadores do período, oferecem a possibilidade de um relato mais completo e democrático da luta política, sem se furtar dos desconfortos e injustiças enfrentados pelas

mulheres, injustiças estas que estiveram presentes nas histórias de militância e muitas vezes não são conhecidas nem mencionadas.

Com o intuito de subverter parte desta lógica, esta pesquisa foi um esforço em registrar a voz, e através dela a vida e o pensamento das mulheres que participaram de determinado contexto político, o da resistência ao regime militar no Espírito Santo, especificamente no movimento estudantil da UFES. O trabalho teve como base as memórias pessoais das militantes, que fazem parte da memória social e grupal do movimento estudantil da UFES e da resistência ao regime. São as memórias de Laura, Ângela, Elizabeth e Magdalena, e são as memórias das então estudantes da UFES, das militantes do movimento estudantil e da resistência à ditadura, as memórias das mulheres neste contexto político das décadas de 1960 e 1970. Mulheres que não constituem em si uma classe, mas sim aspectos diversificados entre as classes sociais, pertencentes a uma ou outra, que as configura e exige delas definições, como afirma Ecléa Bosi (1979). Os documentos e a bibliografia consultados não assumiram o caráter de confrontar os fatos relatados pelas testemunhas. A pesquisa encarou as fontes documentais como versões dos acontecimentos, frutos de interpretações e pontos de vista, tanto quanto são as memórias narradas. A veracidade dessas memórias não constitui o cerne do presente trabalho, considero mais graves os possíveis lapsos, desvios e omissões da História oficial. O que nos interessa aqui é o que foi escolhido para se perpetuar nas memórias daquelas que nos narraram suas histórias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o leme a bombordo** – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis**. Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A experiência vivida. v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de velhos. São Paulo. Edusp, 1979.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Volume I, Parte II, Cap. 3 – Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 198. Relatório Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.
- BRITO, Maria Noemi Castilhos. **O gênero, a história das Mulheres e a Memória: Um referencial de Análise**. Artigo disponível em [http://www.lacult.org/docc/oralidad\\_05\\_22-27-o-genero-ahistoria-das.pdf](http://www.lacult.org/docc/oralidad_05_22-27-o-genero-ahistoria-das.pdf)
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- CAETANO, Alexandre. Movimento Estudantil no Espírito Santo 1964/1969: da ditadura militar à reestruturação da Ufes. 2013. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CATELA, Ludmila da Silva. In: FICO, Carlos. et al. (orgs). **Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro. FGV, 2008. p. 179-199.
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2004.
- CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memórias em disputa e jogos de gênero: o movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de pós-graduação em História. Florianópolis. 2009.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Editora Contexto. São Paulo, 2004

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 295-316.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Memórias silenciadas**: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo - DOPS/ES (1930-1985). 1. ed. Vitória: GM Editora, 2012.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. IN: NETROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Mário. **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo. Escuta, 2000.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, v. 24, p. 127-152, jan./jun. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GROSSI, Miriam P.; MINELLA, Luzinete S.; LOSSO, Juliana C. M. (Orgs.). **Gênero e violência**: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013..

JOFILLY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista: a resistência feminina à ditadura militar no Brasil**. 2016. Editora Insular.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, Lana Lage; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MACHADO, LiaZanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) **Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MATOS, Maria Izilda Santos de. e BORELI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). In: **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. Outras histórias: as mulheres e estudos. In. MATOS, Maria Izilda S.; SOLER, Maria Angélica (orgs). **Gênero em debate, trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: Educ, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4 Ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Direito à memória e à verdade**: luta, substantivo feminino. São Paulo. Editora Caros Amigos, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia (org). **Teoria política feminista**. Textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MORGANTE, Mirela Marin. "**Se você não for minha, não será de mais ninguém**": a violência de gênero denunciada na deam/vitória-es (2002 a 2010). 2015. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NADER, Maria Beatriz. **Paradoxos do Progresso**: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho. Vitória: EDUFES, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do Regime Militar Brasileiro. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NORA, Pierre. **Les lieux de memoire**. Paris, Gallimard, 1984.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre Política e Emoção**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2011.

PRADO, Maria Ligia e FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

\_\_\_\_\_. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, v. 11, p. 89-98, 1998.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **Feminismo Ideal e Sadio**: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas – Vitória/ES (1924<sup>a</sup> 1934). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIBEIRO, Ivete (Org.). **Sociedade brasileira contemporânea**: família e valores. São Paulo: Loyola, 1987.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROVAI, Marta. **Osasco 1968**: a greve no masculino e no feminino. Teses USP, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, v. 3, p. 11-27, 1994.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória – 1950-1980. 2. ed. Vitória: Grafitusa, 2010.

SOUZA, Dayane dos Santos de. **Entre o Espírito Santo e Brasília**: mulheres, carreiras políticas e o legislativo brasileiro a partir da redemocratização. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007, p. 285. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

THOMPSON, Edward P. A venda de esposas. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Trad. Lólio L. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo; KHOURY, Yara Aun.; PEIXOTO, Maria do Rosario da Cunha. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989.

**Entrevistas:**

COUTINHO, Laura. **Entrevista concedida à CV/UFES**, Vitória. 2014.

COUTINHO, Laura. Entrevista concedida a Maíra Tristão e Mirela Marin, Vitória. 2016.

FRECHIANI, Magdalena; MADEIRA, Elizabeth; MILANEZ, Ângela. **Oitiva com ex estudantes da UFES**. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

# ANEXOS

## Oitiva com ex estudantes da UFES

CV/UFES  
Vitória, 2014

Transcrição da Oitiva realizada pela Comissão da Verdade da UFES em outubro de 2014 com as ex-estudantes militantes do Movimento Estudantil da UFES, Elizabete Madeira, Ângela Milanez, e Magdalena Frechiani.

Duração: 1h13 min (73 minutos)

Link: <http://webconf2.rnp.br/p4myevnucyz/>

Transcrição: Nathália Santos

Legenda: \_\_\_\_\_ incompreensão da fala

(?) Dúvida em relação aos nomes citados.

**Orador (abertura da audiência):** Senhoras e senhores boa tarde. A Universidade Federal do Espírito Santo tem a honra de receber os \_\_\_\_\_ de abertura da Terceira Audiência Pública da Comissão da Verdade da Ufes na qual será realizada a entrevista das três estudantes da nossa universidade as senhoras: Angela Milanez, Elizabete Madeira e Maria Magdalena Frechiani. A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Espírito Santo tem como objetivo resgatar a memória dos acontecimentos relacionados a repressão política do período de 1964 a 1985, ocorridos na Ufes ou com elo diretamente relacionados. Em particular as graves violações dos direitos humanos cometidas contra membros da comunidade universitária. Solicitamos a todos em respeito mútuo que desliguem seus celulares ou os coloquem no modo silencioso agradecemos a compreensão. Registramos e agradecemos as presenças das autoridades acadêmicas \_\_\_\_\_ seletivas da Ufes bem como as presenças de servidores docentes e de servidores técnico-administrativos em educação, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e estudantes de graduação da Ufes e demais convidados. Para compor a mesa de honra convidamos a excelentíssima vice-reitora da Ufes a professora Ethel Leonor Noia Maciel e o coordenador da Comissão da Verdade da Ufes professor Pedro Ernesto Fagundes. Para sua saudação passamos a palavra ao coordenador da Comissão da Verdade da Ufes professor Pedro Ernesto Fagundes.

**Professor Pedro:** - Boa tarde, boa tarde a professora Ethel vice-reitora da Ufes, a todos os demais integrantes da Comissão da Verdade da Ufes o professor \_\_\_\_\_, aos representantes da Comissão Estadual da Verdade, aos professores que estão aqui, cumprimentamos a professora Brunela e cumprimentamos todos os outros professores, aos alunos de pós-graduação, de graduação e demais integrantes do corpo administrativo da Ufes, agradecemos a presença de todos vocês em mais essa audiência. É a terceira audiência que a Comissão da Verdade da Ufes realiza, nós já totalizamos, ou passaremos a totalizar a partir de hoje 16 (dezesesseis) depoimentos de pessoas que estiveram aqui na Universidade principalmente entre os anos de 1964 e 1974. Nós nos concentramos nesse período até agora porque são, é exatamente o período que nós já identificamos hoje, nós pretendemos comprovar e confirmar que é o período que aconteceram graves violações contra os estudantes dessa universidade, sobretudo tortura, principalmente no local que também já é uma das conclusões que podemos adiantar, nosso relatório só vai ser entregue no ano de 2015, mas já podemos adiantar que uma das nossas conclusões é que o 38º BI (Batalhão da Infantaria) ali em Vila Velha funcionou como um centro de tortura durante a ditadura militar. Então essas já são as questões que nós temos que o relatório irá apontar, mas para que a gente possa o mais rápido possível receber as nossas convidadas, quero agradecer de maneira especial e com muita atenção as senhoras Elizabete Madeira, Maria Magdalena Frechiani e Angela Milanez, pela presença, pela discussão, pela coragem e sobretudo destacar que nesse momento histórico que nós vivemos que marca os 50 anos do Golpe, momento que estamos as vésperas da entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade que será amanhã, amanhã também que comemora 66 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, então é um momento propício é um momento perfeito para que como vocês podem ver, como eu falei com vocês por telefone, como nós temos muito jovens aqui, como é importante com a finalidade didática, nosso objetivo didático é exatamente esse: os mais jovens, aqueles que na grande maioria, tem algo em torno de 20 e 25 anos, que já nasceram no país que tinha uma Constituição, que já nasceram no país que já havia voltado a eleger diretamente seu presidente da república, ou seja, um país que já estava plenamente redemocratizado, que não sabem e que felizmente não tem a menor ideia do que foi a ditadura militar porque não vivenciaram esse período como é importante que esses jovens ouçam daqueles que estavam aqui como eles, estudantes da Ufes. Iniciando a sua carreira acadêmica, projetando seus projetos e suas expectativas profissionais, acadêmicas, enfim, vividas por essas pessoas da mesma idade da maioria deles que estão aqui hoje, foram tratados ou foram atingidos pela repressão política que se abateu no Brasil e também se manifestou aqui no Espírito Santo. O mais importante de

tudo é destacar isso: que o Espírito Santo, infelizmente como se acredita, não foi uma ilha da fantasia, não foi um espaço que ficou alheio a repressão política que ocorria a nível nacional. No Espírito Santo também nós tivemos centros de tortura, nós tivemos tortura, nós tivemos repressão política, nós tivemos estudantes que foram expulsos dessa Universidade, nós tivemos professores que foram exonerados dessa Universidade por conta da sua participação política. Então nesse momento histórico eu quero antecipadamente agradecer a disponibilidade das três estarem aqui falando para esses jovens, muito obrigado.

**Orador (abertura da audiência):** - Para sua saudação passamos a palavra a vice-reitora da Ufes a professora Ethel Leonor Noia Maciel.

**Vice-reitora e professora Ethel:** - Boa tarde a todos, eu quero cumprimentá-los e dizer que hoje a maior parte dos nossos pró reitores, secretários e reitores estão no gabinete itinerante em São Mateus, então não puderam estar aqui hoje, eles tem acompanhado essas \_\_\_\_ que tem sido feitos na nossa Universidade, quero cumprimentar todos os membros da Comissão da Verdade por essa iniciativa que tem sido muito importante nessa terceira que vou acompanhar e quero agradecer em especial a Elizabete, a Madalena e a Angela por estarem aqui hoje e por nos brindarem com essa tarde que certamente vai nos ensinar muito. Eu quero dizer que vocês são exemplos e são exemplos não só pelo que fizeram no passado mas pela vida que vocês construíram nesse pós-tudo que aconteceram com vocês. Então é muito importante que os nossos estudantes escutem de vocês e ouçam a verdade que aconteceu e mais importante vocês são o testemunho vivo do que é possível fazer para mudar o país. Então tenho que agradecer a presença de vocês aqui hoje. Obrigada.

**Orador:** -Agradecemos a vice-reitora e professora Ethel Leonor Noia Maciel que prestigiou a Abertura da terceira audiência pública da Comissão da Verdade da Ufes, tal qual a mesa de honra, e a convidamos para ocupar seu lugar na plenária para que essa audiência tenha prosseguimento. Solicitamos gentilmente que o coordenador da Comissão da Verdade da Ufes o professor Pedro Ernesto Fagundes que permaneça a mesa de honra para conduzir os trabalhos a partir de agora.

**Professor Pedro:** - Então, dando sequência a abertura da terceira da audiência, gostaria de convidar as três estudantes da Ufes. Para quem não sabe as três eram estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo na década de 1970.Em 1972 teve início a uma operação comandada pelo \_\_\_\_ Destacamento de Ordem Interna do Centro de Defesa Interna do Primeiro Exército do Rio de Janeiro que veio ao Espírito Santo num movimento para

tentar dismantelar todo o PC do B a organização política clandestina que existia a nível nacional. E aí prenderam e algo em torno de 20 pessoas, a maioria eram estudantes da Universidade. Essas foram levadas – isso foi a partir de dezembro de 1972 até fevereiro de 1973 – essas pessoas em diferentes momentos foram presas, foram levadas até as dependências do 38° BI e cada uma teve uma experiência, digamos assim particular. Mas de um modo geral nós podemos falar que todos/todas foram torturados de alguma maneira, passaram mais ou menos tempo presas, algumas pessoas ficaram um ano presas entre 38° BI e vila militar no Rio de Janeiro, algumas dessas pessoas \_\_\_ estudantes que foram presos, foram expulsos da Universidade, foram enquadrados no decreto chamado: Decreto 477/69 que permitia que esses alunos fossem expulsos e impedidos de se matricularem em qualquer Instituição de ensino no Brasil durante três anos, esse é o caso da Angela Milanez que foi enquadrada no decreto 477, outras estudantes foram torturadas elas vão contar melhor do que eu o que aconteceu. Recentemente a jornalista Míriam Leitão para quem não sabe ela \_\_\_ em Minas Gerais mas veio estudar \_\_\_ em Vitória na Ufes, era estudante da FAFI daqui da Ufes foi presa junto com elas, então esse período que elas passaram no 38° BI, cada passou por uma experiência particular mas tendo como um ponto em comum, a repressão política é o que elas vão relatar hoje aqui nessa \_\_\_ para que todos vocês conheçam um pouco mais. Então sem mais delongas gostaria de convidar a Dra. Elizabete Madeira, a Dra. Maria Magdalena Frechiani e a Angela Milanez que vocês venham até aqui por favor.

**Dra. Maria Magdalena Frechiani:** - Eu nasci no interior, fiz o segundo grau \_\_\_ o terceiro ano aqui em Vitória, e passei no vestibular de medicina no segundo ano de medicina, no primeiro ano \_\_\_ no segundo ano eu comecei a me envolver muito com os problemas da faculdade, a gente tinha muito problema e tinha sido fechado o nosso pronto socorro, então meu o primeiro contato com repressão na verdade foi em função da briga pelo pronto socorro, dos \_\_\_ que tinham sido fechados então a gente começou a fazer muita manifestação a respeito para tentar reabrir o pronto socorro que é um lugar importante para a medicina e acho que a primeira vez assim que tive contato com a polícia federal foi que a gente fez uma... a gente foi para câmara dos vereadores que era ali no antigo cine glória \_\_\_ e a gente foi todos de jaleco todos de branco para pressionar para votarem em favor da reabertura do pronto socorro, teve participação da prefeitura alguma coisa assim, bem a partir daí a polícia federal chegou lá \_\_\_ todo mundo com armas, e aí como diziam né, você é fichado: vão lá tira seu retratinho, suas digitais, seu nome, seu endereço e tudo e fica no arquivinho da polícia federal.

E aí depois eu comecei a me envolver com o diretora, \_\_\_\_\_ PC do B. Fundamentalmente \_\_\_\_\_ Brasil a gente fazia manifestações e panfletagens, então a gente fazia um grande movimento \_\_\_\_ e 1972, aquilo era uma farsa aquela eleição, a eleição para presidente era uma farsa. Então a gente fez muita panfletagem e pichações, \_\_\_\_\_ eu e mais três amigos pichamos aquela fábrica inteira numa madrugada. Então essas coisas assim, na verdade eu era uma menina da roça – eu falo uma menina porque eu tinha 20 anos – então era uma coisa assim para mim extremamente amedrontadora, eram escuras, era sempre panfletagem que a gente fazia muito de madrugada, tipo uma hora da manhã, tinham acabado de \_\_\_\_\_. E eu fui me envolvendo com... e principalmente nosso objetivo era melhorar a faculdade e também melhorar a faculdade e lutar contra todas aquelas coisas horríveis que aconteciam no país. Hoje eu falo: as pessoas falam o que querem, e falam “.. ah vocês e... não isso realmente .. vocês queriam implantar o comunismo e o comunismo é uma porcaria...” aí ... mas uma pessoa fala o que bem entende numa rede social, mas eu falo: para você falar isso, escrever isso a gente teve que passar por isso aqui, porque isso não era permitido. Ter mais do que duas pessoas já era reunião subversiva, dentro da própria universidade existiam pessoas que eram da... que faziam parte da repressão e que vigiavam os estudantes eram pessoas ruins. Então essa coisa da indignação para mim foi uma coisa normal porque dentro da família minha mãe era uma pessoa de esquerda – como diriam – eu cresci ouvindo rádio espanhol assim rádio tirana e tudo porque minha mãe ouvia essas coisas de madrugada. Então quando foi em dezembro, na verdade foi no dia primeiro de dezembro um amigo nosso não apareceu em casa Sebastião (?) Nascimento que era da medicina do quarto ano, ele não apareceu e a Auxiliadora que era namorada dele – que hoje é advogada – ela falou pra gente que ele não tinha chegado em casa e que eles estavam preocupados. Aí no dia seguinte a gente ficou sabendo, dia 2 que é no sábado dia 2 de dezembro, que ele e Marcelo tinham sido presos na rua Sete onde eles moravam e que a noite também eles tinham levado o Gustavo, Gustavo Pereira do Vale (?) que também era do quarto ano de medicina, então eles tinham prendido três pessoas do quarto ano de medicina mais a Míriam. Eu tinha saído para estudar com a Bete porque era período de prova assim... e a gente ficou sabendo disso e ficamos tentando localizar porque outras pessoas moravam nessa república que o Gustavo morava, porque eram três meninos da nossa turma que era: Luzimar Pereira Dias (?), Marcos \_\_\_\_ que morava perto e estava sempre lá e Luis Carlos (?) então eles eram do segundo ano como a gente e também era dessa república Guilherme Lara Leite que depois veio a ser meu marido o pai das minhas filhas. E por um acaso a gente encontrou o Guilherme e \_\_\_\_\_ que também morava lá \_\_\_\_\_ PC do B, na rodoviária de Vitória que eles sabiam que tinham sido presos, porque

quando eles levaram o Gustavinho eles estavam lá, mas eles só procuraram pelo Gustavo porque a pessoa que tinha entregue – as pessoas né – a pessoa que delatou a gente, ele tinha dito só o nome do Gustavo então eles foram lá e pegaram o Gustavo, e eles saíram dormiram na praça Costa Pereira ficaram a noite toda lá e no outro dia foi quando a gente se encontrou. E a gente .... ficamos umas horas ... uma amiga nossa tinha uma casa lá em Cariacica, a gente foi pra lá e ela falou que ia tentar arrumar um lugar pra gente ficar: a Elizabete, eu e o Guilherme. Aí a gente foi para a Barra do Jucu na casa dessa amiga: Maria Graças Ruy que na época era do sexto ano da faculdade \_\_\_ o marido dela \_\_\_ que era \_\_\_ e encontrou \_\_\_\_\_ eles que ficaram um pouco com a nossa segurança. E aí a gente foi para a Barra do Jucu numa casa lá, pensando... tentando sair do país, é... o quê que a gente poderia fazer né... porque a gente saiu sem nada, sem dinheiro, sem uma roupa só com a roupa do corpo, não tinha como voltar em casa, lá em casa não tinha telefone mas também não poderia ligar tinha uma vizinha que tinha telefone mas eu sei que o telefone dela foi grampeado, é... a gente sumiu no dia 2 e bem minha mãe e a família da Bete só ficou sabendo da gente mais de um mês depois, porque não tinha como se comunicar a gente sabia por exemplo que a minha família estava muito pressionada \_\_\_\_ . Bem a gente ficou nessa casa e era uma coisa totalmente paranoica, era uma coisa super difícil porque a noite a gente escutava qualquer barulho a gente \_\_\_\_\_ dormia \_\_\_\_\_ que tinha assim no mato e ficava... uma coisa \_\_\_ porque a gente sabia que tinha jornal na época que estava sendo procurado, na própria universidade \_\_\_ essas pessoas acabavam informando a gente do que estava acontecendo, que a gente não deveria sair de jeito nenhum porque o pessoal do CENIMAR estava aqui \_\_\_\_\_ que eles estavam sendo barbaramente torturados e que a gente tinha que tentar sair do país ou pelo menos dar um tempo, eu estava grávida na época da minha primeira filha bem e de lá a gente ficou um dia numa casa que tinha mais pessoas da universidade lá e a gente ficou com muito e medo e eles mandaram embora, fomos andando por um caminho por uma estrada de chão que dava em \_\_\_ e pegamos uma carona de \_\_\_ fomos até Cachoeiro e lá outro cara do sexto ano que se chamava Mauro Madureira, a gente procurou ele, ele trabalhava no posto de saúde alguma coisa assim – Mauro Madureira que morreu \_\_\_ muitos anos depois, ele pegou a gente, arrumou dinheiro e nos levou de carro até depois de Campos e Campos a gente foi para a casa de uns parentes do Guilherme e de lá somos para o sul de Minas e fomos tentando ... a Bete ficou com um conhecido dela um parente dela... e a gente ficou tentando conseguir sair do país mas era bastante difícil isso, não tinha a menor estrutura financeira para esse tipo de coisa e nem tinha vínculo com outro país, filho ou qualquer outro país \_\_\_ a gente era muito complicado e aí a gente acabou sendo orientado a ser entregue lá no CENIMAR da Marinha, a

gente foi pra lá, a gente foi ouvido lá... foi uma coisa muito... \_\_\_\_\_ eu fiquei quieta numa sala, me deixaram cinco horas numa sala sentada, começaram interrogando o Guilherme – que era meu namorado na época – eles fizeram uma coisa horrível com ele porque eles levaram o pai dele que era de uma tradicional família mineira \_\_\_\_\_ para ouvir o interrogatório, então ele tinha muita.. era muito difícil para ele enfrentar o pai e os militares, e fora que eu fiquei muito mal \_\_\_\_\_ então quando ele saiu de lá eu tive a impressão de que eles tivessem batido muito nele porque ele estava com olho totalmente roxo acabado parece que tinha cinquenta anos. E de lá fomos para \_\_\_\_\_ porque eles falaram: “não.. não vai acontecer nada”. \_\_\_\_\_ primeiro ficamos numa sala nós duas e ele separado, depois eu fiquei e a Bete foi ouvida e eu fiquei e depois fui eu. \_\_\_\_\_ eles perguntavam sempre a mesma coisa: dez vezes, vinte vezes, trinta vezes e assim era uma coisa um pouco sádica porque eles sabiam que nesse grupo – exceto Iran, marido da Angela que tinha fugido – todas as pessoas já estavam presas, eles já sabiam de tudo, não tinha mais ninguém para entregar alguma coisa assim. Depois disso a gente foi levado para uma sala com as outras meninas que já estavam presas: Míriam, Dora, Angela, Vilma \_\_\_\_\_ e aí a gente ficou nessa sala, era uma sala sem banheiro e tudo, toda vez que queria ir no banheiro vinha dois caras policiais/militares com armas pesadas e cachorros... dois cachorros. Eu demorei muito tempo para entender o que eles falavam para o cachorro mas era terrorista era a palavrinha mágica, na mesma hora \_\_\_\_\_ o cachorro... ele pulava... a gente descia por uma porta e descia e ele falava essa palavrinha e o cachorro botava as duas patas assim... bem assim no nosso ombro contra a parede e o cachorro assim... ficava babando, a baba dele até caía na gente e ficava ali...ficava ali por um tempo... eu não sei quanto... para ir no banheiro era isso, toda vez que a gente tinha que sair... todo dia a gente ia para a audiência todo dia... era isso ... era complicado.... e a comida também era muito difícil a gente suportava porque... todos os dias era feijão cheio de bichos, aqueles bichos branquinhos \_\_\_\_\_ pretos, \_\_\_\_\_ coró \_\_\_\_\_ tinha a fase de larva e a fase adulto \_\_\_\_\_ e uma carne seca muito dura \_\_\_\_\_ e a gente quase não comia porque era bastante ruim comer \_\_\_\_\_ vocês deveriam comer, vocês não se acham muito duras de um partido e tal. Bem a gente ficou lá e um dia passei mal e estava preso na época também do dr. Vitor Buaiz ele foi preso – mas na verdade ele não era do partido ele foi considerado simpatizante – daí eu passei mal e não tinha medico e me levaram até ele e eu disse que estava grávida, \_\_\_\_\_ em função da gravidez provavelmente, eu achei bom porque \_\_\_\_\_ e aí eu acredito que tenha falado para os militares porque \_\_\_\_\_ eles ficavam fazendo essa tortura psicológica de falar que eu deveria abortar porque com certeza minha filha... eu ia ser presa provavelmente por muitos anos e que minha filha também ia ficar presa, eu acreditava que eu era a pessoa que estava sendo

processada e tal mas minha filha não que ela era vítima lá e quando nascesse minha família ia pegá-la e levá-la e foi mais ou menos isso. A gente saiu em janeiro, no final de janeiro – o ano novo a gente passou lá também – e assim eu acho .... bem depois de um tempo que eu estava lá que eu não lembro exatamente quando eu recebi a visita da minha mãe a família foi visitar a gente. Daí eu acho que talvez aconteceu a coisa mais bonita na minha vida porque hoje depois que eu tive filhos e netos eu imagino a dor que a minha mãe teve de não saber se eu filho estava vivo ou morto e minha família foi muito pressionada, praticamente todos os dias tinha polícia na casa da minha mãe, falavam que iam levar minha mãe, minha irmã mais nova, minha outra irmã. Minha mãe queimou todas as minhas coisas, tudo que eu tinha... qualquer livro, jornal, revista, porque ela ficava com medo de que alguma coisa que me incriminasse então ela ficava a noite inteira queimando coisas \_\_\_\_ então antes da minha mãe me visitar foi minha irmã, e minha irmã me deu um bom esculacho, falou que eu era uma destrambelhada, o que eu tinha a ver com isso com aquilo, que minha mãe não merecia aquilo, como eu saía de noite quando não podia, que eu ia estudar na casa de fulano quando eu saía pichar e falei: “você queria que eu falasse o quê? Que eu vou pichar.. que eu panfletar”... e aí quando minha mãe chegou foi uma coisa assim...a gente sempre era ouvido numa sala que tinha uma fotografia bem grande Médici – a gente foi presa no governo Médici – então na hora que ela chegou eu fiquei com medo de que ela falasse alguma coisa porque minha mãe convivia muito com essas pessoas \_\_\_\_ eu fiquei com medo de que ela falasse alguma coisa que incriminasse alguém assim.... e eu fiz assim para ela (nesse momento a dr. Magdalena coloca o dedo indicador nos lábios indicando para a mãe dela não falar) e ela me abraçou e falou: “eu queria que seu avô estivesse vivo porque se ele estivesse vivo você seria o maior orgulho dele” .... eu falei tudo valeu... porque eu tomei consciência da dimensão disso depois que tive filho porque eles falavam assim vou chegar meia-noite e chegava meia-noite e meia eu estava subindo pelas paredes e eu aprendi com ela assim... quando minhas filhas chegavam tarde eu nunca brigava eu abraçava e falava que bom que você está viva foi o que minha mãe me falou: “que bom que você está viva” .... Bem a gente saiu e depois a gente teve que por muito tempo tinha que se apresentar no Rio.... e a gente teve o 477(?), que foi um caso ... um julgamento, uma audiência \_\_\_\_ é lá que a gente foi ouvido e foi absolvido então a gente não foi expulso da universidade Marcelo, Gustavo, Angela .... Iran(?), Rosimar.. \_\_\_\_\_ eles pegaram 407(?) e a gente não \_\_\_\_\_ e depois teve o julgamento que também era uma farsa todo mundo sabia só que você tinha que contratar um advogado super caro eram todos militares \_\_\_\_\_ cada palavra \_\_\_\_ eles ganhavam bastante dinheiro.... e foi isso.

**Professor Pedro:** - Gostaria e agradecer e passar a palavra para Bete Madeira.

**Dra. Elizabete Madeira:** - Gostaria antes assim ... de falar um pouquinho do que foi... já que a gente está na Ufes... com estudantes da Ufes... eu queria falar um pouquinho sobre a Ufes da época que eu cheguei aqui na faculdade... aqui não.. lá...no centro de Biomédicas. Eu vim de Alegre e em Alegre o máximo que eu tinha ouvido falar de ditadura no país que havia Francisco \_\_\_\_ que havia negócio lá em \_\_\_\_ que havia discurso de pessoas das pessoas que chegavam... uma coisa assim pegava um caixotinho e subia e fazia um discurso e com isso mobilizava todo mundo.. mas eu tinha o quê? 17 anos de idade.. 16 né em Alegre era o que eu ouvia mais ou menos isso, mas ouvia também em Alegre todo um movimento ... outra situação que existia no país mas aquilo era alguma coisa que eu apenas ouvia não tinha participação de nada. Fui para Vitória, entrei na faculdade e cheguei aqui na Ufes achando tudo maravilhoso, era muito gente, era um diretório acadêmico que funcionava e agitava no seguinte sentido: eu lembro de briga por questão do restaurante, eu lembro de briga por questão contra o acordo médico \_\_\_\_\_ porque na época tirava a autonomia da universidade, era os Estados Unidos mandando aqui dentro, então eu lembro de movimentação nesse sentido e ao mesmo tempo todo o movimento a favor da melhoria do ensino, Magdalena colocou aqui por exemplo a questão do pronto socorro eu acho que a questão do pronto socorro foi um marco maior porque toda a escola inteira se mobilizou....\_\_\_\_\_ eu lembro inclusive que foi um movimento que saiu a noticiuzinha no Jornal do Brasil escrito assim: “É uma luz que se acende no fundo do túnel”. Não sei se vocês se lembram disso... tinha uma notinha no jornal... e também Jornal do Brasil, Folha não dava muito notícia né... era muita coisa que era censurada... eu lembro que não sei se era o Jornal do Brasil quando a notícia era censurada eles colocavam uma receita, outro colocava um poema alguma coisa assim.... Não sei como aquela notícia saiu ... falando... e a gente ficava orgulhosa de ver aquela notícia... mas assim se eu comparar um pouquinho com hoje – acho que Magdalena vai lembrar disso – lá no curso de medicina, por exemplo, quando eu entrei tinha o trote e eu fiquei encantada era uma época que eu gostava muito de ler, então eu fiquei encantada porque o trote.... tinha um diretório e o diretório tinha uma sala imensa cheia de livros de literatura e o trote era uma lista que eu tinha que escolher um livro para doar esse era o trote eu tinha que doar um livro para aquela biblioteca imensa e os alunos iam e pegavam o livro emprestado e eu via muito essa efervescência cultural do ensino época na escola eu não sei o resto da Ufes mas na medicina era uma efervescência muito grande... era uma situação maravilhosa. Do ponto de vista do ensino eu lembro que a gente fez um movimento e colocamos um professor inclusive pra

fora... porque era um professor que não era considerado como professor, não contribuía para o ensino dos alunos, então teve um movimento contra esse professor e assim foi curioso... depois teve o movimento do pronto socorro que também foi curioso, mas isso a medicina estava – vamos dizer assim – crescendo demais... imagina a faculdade inteira... porque todo mundo se uniu. O diretório tinha coisas assim – que talvez hoje não funcionasse – mas o diretório tinha um jornalzinho a gente tinha um aluno que era da própria escola... colocava uma pilha de jornal assim e colocava do lado uma caixinha e o valor do jornal, todo mundo pegava o jornal e punha o dinheiro na caixinha no final você podia contabilizar que ninguém tinha levado o jornal sem pagar então assim tinha uma situação aqui que era muito rica, era muito importante pra gente que tinha 17, 18, 19 anos então era uma situação rica. Mas evidentemente tinha toda uma luta também em relação a questão do movimento em relação a ditadura que estava instalada no país, a questão de ter que lutar contra a ditadura, não adiantava só brigar dentro da escola os acordos estavam feitos ali para \_\_\_\_\_ não tinha autonomia universitária, então não bastava você ficar no movimento contra o professor, contra isso, contra o pronto socorro havia a necessidade de se ampliar mais essa luta vamos dizer assim. E na verdade foi o que a gente fez, então na época a organização que existia dentro da medicina era o PC do B, ou melhor dentro da universidade, porque não era só dentro da medicina o que existia dentro da universidade era o PC do B, eu posso até dizer hoje – olhando pra gente naquela época – que se tivesse o \_\_\_\_\_ teria sido setivesse o \_\_\_\_\_ teria sido eu acho que naquele momento era o curto canal possível ali pra gente está lutando contra a situação que estava instalada no país, e eu acho que a gente encarava aquilo muito como “tem que ser”, “tem que lutar”, a gente não pode deixar isso, a gente não pode ser conivente com isso, temos que lutar contra isso e a única forma de lutar era para nós pensar na lógica de hoje era até muito pouco né... dentro da universidade o quê? Era um jornalzinho dizendo: “o país está avançando na ditadura e nós não podemos aceitar isso”, era coisa desse gênero: “abaixo a ditadura” ou “estão querendo acabar com a autonomia da universidade” quero dizer “já acabaram com a autonomia da universidade” então esse era o espírito da coisa porque se você pensar hoje não teria nem sentido pensar que teríamos sido presas, fichada ou coisa do gênero mas era a realidade da época. E também assim a gente convivia com um medo – vou usar essa expressão – um medo assim: se você juntar cinco pessoas era considerado subversão. Então se você juntasse cinco pessoas você ficava olhando para os lados pra ver se alguma coisa ia acontecer então a gente convivia com um medo. Mas após o movimento do pronto socorro que a faculdade inteira se mobilizou – estou vendo aqui Dora e Mariana que na época era da faculdade e que deve ter participado de todos os movimentos lá da época – e que

a gente fechoumesmo a escola, vivemos numa greve geral com manifestação na rua, fomos para a câmara de vereador... depois disso tudo conseguimos não fechar o pronto socorro ao mesmo tempo a medicina tinha a produzido um pouco na cidade de Vitória a área cultural também... hoje eu penso assim \_\_\_\_\_ nós trouxemos \_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Clementina de Jesus nós trouxemos vários autores da \_\_\_\_, nacionais e que a gente fazia todo esse movimento aqui então era tudo muito intenso e eu só tinha 18, 19 anos era de uma intensidade total aquele negócio. Bom depois dessa situação toda – assim se eu lembrar de alguém – eu lembro de um movimento contra ... junto a câmara de vereadores eu lembro que um aliado nosso nesse movimento foi o Cléber Falcão que era um vereador da época nem sei se alguém já ouviu falar em Cléber Falcão mas existia o Cléber Falcão que na época apoiou o movimento da medicina ... e eu lembro também como repressão dentro da escola era \_\_\_\_ Abreu que era o professor \_\_\_\_ Abreu mas que era um fonte de repressão ali dentro, ele ia no diretório, ele reunia todo mundo ele dizia que ia fazer e acontecer e não sei o quê... e existia a figura sempre citada de \_\_\_\_ Monteiro também me recordo desses nomes da época como os nomes mais tenebrosos... vamos dizer assim... Bom depois passado um tempo dessa luta do pronto socorro coloca aí uns dois meses não muito tempo eu estava em casa num sábado um colega – que é até médico aqui hoje que é o amigo César Nascimento – foi na minha casa e me disse que tinha sido preso o Marcelo e Míriam na rua Sete. Eu no auge dos meus 19 anos nem achei que aquilo ia atingir uma pessoa que só disse “abaixo a ditadura” ... assim existia essa possibilidade mas achei que afinal de contas a gente não tinha feito tanto assim... Mas mesmo assim fui atrás da Magdalena e falei pra ela inclusive achei que o Guilherme tivesse sido preso também porque estava no mesmo lugar que as pessoas haviam sido presas e saímos para estudar... pra ver que coisa né saímos para estudar... e saímos para estudar e vimos na rodoviária – porque eu morava perto da rodoviária – um colega da faculdade e fomos até ele que disse que tinha visto Guilherme e daí começamos a fugir e daí compreendemos um pouco mais... porque demorou um pouco para entender a extensão do negócio... e fomos fugir... fomos para Cariacica como ela falou, voltamos porque não tinha o que fazer em Cariacica, não tinha dinheiro, roupa do corpo, não tinha como voltar em casa então começamos ali a fugir... Pedimos ajuda – não tem jeito vamos ter que pedir ajuda a alguém \_\_\_\_ vamos também ser presa – nisso a informação era que todas as saídas de Vitória estavam fechadas, tinha uma lista com nossos nomes que paravam todos os ônibus que passavam, em tudo quanto era canto estava tudo fechado e que era melhor nem tentar sair aí como ela falou a Graça Ruy \_\_\_\_ nós fomos para uma casa na Barra do Jucu, ficamos nesse local na Barra do Jucu porque era uma situação meio início... vamos dizer assim então a gente não sabia que horas que chegaria

alguém, se chegaria, se não chegaria, se seríamos presas, se não seríamos presas então naquela insegurança absoluta até encontrarmos infelizmente cinco meninos dentro de um carro da escola que estavam matando aula que foram para praia na Barra do Jucu. Então consideramos que era um lugar arriscado porque confiar em cinco pessoas – apesar deles terem dito que sabiam do risco e que não contariam para ninguém – a gente achou que era arriscado em confiar em mais cinco pessoas e saímos pelas ruas \_\_\_\_\_ e fomos parar em Cachoeiro.. pelas ruas não, pelas estradas fomos parar em Cachoeiro... e em Cachoeiro como a Magdalena falou Mauro Madureira ajudou, fomos até Campos e de Campos fomos até o Rio aí também a gente não sabia para onde ir, daí foi assim que conheci o Rio de Janeiro, fiquei tão alegre de conhecer o Rio de Janeiro, eu me recordo que quando eu desci no Rio essa daqui me abraçou e disse: “Bete o Rio de Janeiro nos salvou” menos de uma hora depois estávamos dentro de um quartel militar, menos de uma hora depois \_\_\_\_\_ total mesmo né... Foi essa estória mesmo que ela falou, fomos parar no Cenimar pra você ver isso tem mais de 40 anos, eu conheço a Magdalena desde a época da faculdade e até hoje convivo com ela regularmente, com a Angela eu convivo menos tempo, minha filha um período mais outro menos mas também convivemos com todas as outras pessoas e nesses 40 anos eu nunca ouvi Magdalena falar o que ela passou, eu nunca ouvi Angela falar o que ela passou, por alguma razão nós nunca mais falamos uma com a outra sobre o período que passamos aqui, não sei dizer o porquê na verdade mas aconteceu isso. Então nós tivemos experiências totalmente diferentes sob alguns aspectos, por exemplo, quando chegamos no Cenimar Magdalena falou “eles me deixaram sentada” comigo já foi diferente, eles me interrogaram muito e foi bastante agressivos inclusive, mas por uma questão \_\_\_\_\_ existia uma pessoa chamada Eliane Madeira – pelo que eu entendi era uma militante da AP(?) – então Eliane Madeira e Elizabete Madeira no mínimo só podia ser parente ou ..... tinha que ser parente então eles me pressionaram muito e perguntaram muito no Cenimar sobre essa pessoa que realmente eu nunca tinha ouvido falar na vida. Passada aquela fase ali que não foi fácil porque tudo girava em torno de assustar porque as salas eram escuras, os ambientes eram horríveis e as pessoas idem, o que me interrogou era horroroso também então tudo conjugava pra pressionar... sei lá infringir sofrimento. Bom dali nos deixaram vir até Vitória e nós viemos para p 38° BI e quando chegamos no 38° BI me interrogaram muito sobre as questões daqui – como Magdalena disse desnecessariamente – porque quando nós fugimos... quando voltamos tudo já tinha sido dito.. o Fued(?) já tinha inclusive – que foi que entregou todo mundo – ele já tinha dito tudo as outras pessoas nem precisaram falar nada porque ele já entregou tudo que podia ser entregue e como – porque eu e Magdalena, por exemplo, não tínhamos como entregar tudo nós éramos

recém-chegadas naquela situação – mas ele não, ele era uma pessoa mais de direção, ele era o capeta vamos dizer assim... se o capeta entregou tudo o que duas meninas de 19 anos podiam entregar... foram desnecessário até tanto no interrogatório, quanto na petição, quanto no \_\_\_\_\_ era desnecessário isso... mas fizeram questão de fazer e no meu caso ainda pegaram essa estória da Eliana Madeira e me pressionaram bastante em relação a isso. Eu me lembro dessas situações do cachorro, da situação de me pegar sacudir e jogar longe felizmente longe era me jogar no sofá que tinha perto da parede e não contra a parede porque muita gente foi contra a parede mas no lugar que me interrogaram tinha esse sofazinho de dois lugares e era ali que me jogavam, eu me lembro de horas e horas parada naquela sala, me lembro de coisas que na minha cabeça eram totalmente ridículas não dava para me atingir, era horas a fio com uma pessoa que abria a porta e fazia: “bluabluablua”, abria e fechava aquilo por horas a fio e eu pensava: meu Deus será que isso é um método de tortura? Se for está bom eu aguento, se for só isso daí eu aguento, está tudo tranquilo. No período da fuga a .... como aconteceu... e Magdalena relatou aqui, na minha casa eu morava com as minhas irmãs, meus pais moravam em Alegre ainda e vieram por causa do meu sumiço, tinha um camburão que ficava... não era camburão era aqueles veraneios, veraneios era o carro típico da polícia... o veraneio ficava em frente da minha casa direto, tinha o capitão – pelo menos disse que era capitão – que entrava na minha casa e ficava lá direto, na verdade eu considero que eles pressionaram muito meus pais também uma coisa desnecessária inclusive no ponto de vista de dizer que eu era muito jovem, que era uma garota e eles não se preocupavam com o que estava acontecendo comigo porque eles tinham deixado vir para Vitória sozinha sem pais uma garota na idade que tinha... fora isso eles levaram coisas minhas, revistaram minha casa, levaram \_\_\_\_ que quiseram levar, teve situação de espalhar roupa da minha família toda pela rua, então umas coisas assim que eu poderia dizer desnecessária hoje mas que na época era o que funcionava. Tive pressão do gênero também de .. aquela arma maior não sei se era carabina, não sei como eu chamo aquilo, uma arma mais comprida...

- Fuzil

... de fuzil apontado, aquela situação também vai atirar ou não vai atirar, vou ou não vou morrer então essa era a situação que a gente viveu lá dentro. Magdalena falou aí \_\_\_\_\_, não tinha banho de sol, minha família ia lá e sabia que eu tinha chegado lá, tinha certeza que eu tinha chegado lá mas faziam questão de dizer que eu não estava lá “não sei, não está aqui”, também infringia sofrimento na família que não ia contribuir em nada para eles mas faziam questão de fazer isso também. Nós passamos o primeiro período... quando nós chegamos as

meninas que chegaram primeiro já estavam numa determinada sala... essa sala sem banheiro, eu lembro que para ir ao banheiro como Magdalena falou tinha que ir conduzida, tinha que ir junto ao banheiro não podia ir toda hora para fazer xixi em horário diferente, eu lembro dessas situações... então foi mais ou menos por aí que a gente passou por isso tudo, depois passamos para uma cela menor, nesse lugar a gente tinha banheiro graças a Deus, era de frente pra pedra do Convento da Penha e eles faziam uma situação assim... chamavam para o interrogatório e depois devolvia, passava um dia achando que acabou tudo e depois voltava e outra vez, e acabou tudo e voltava outra vez, então era mesmo uma situação de pressão e não tinha mais nada para saber então era pressão mesmo para fazer as pessoas se arrependem... “prestem atenção vocês se arrependam disso”. Mais o quê que eu posso dizer... quando nós chegamos a famosa cobra \_\_\_\_\_ porque a cobra era carioca e já tinha ido embora... eu lembro também do capitão Guilherme não sei sobrenome só sei que era capitão Guilherme ... ele se colocava como capitão Guilherme e também dessa forma aconteciam umas coisas que até hoje não consigo compreender bem, por exemplo, capitão Guilherme chamava \_\_\_\_\_ em determinada situação dando a gritar com a gente “que mulher presa pra mim é homem” quero dizer eu pensava \_\_\_\_\_ pelo amor de Deus... ele gritava isso histericamente aos berros .. eu não conseguia muito entender o quê que queria dizer isso.... o capitão Guilherme era o malzinho mas tinha o major – nem lembro mais o nome do major – tinha um major que fazia o papel de bonzinho, naquela época com 19 anos e acreditava que ele era o bonzinho, no primeiro momento ele fazia o papel de bonzinho então ele era bonzinho mas evidentemente eu conheci um pouco mais..... mandaram o capitão e que major bonzinho é esse.... na verdade ele era o maior de todos do 38º BI são coisas desse gênero que mais ou lembro... Comigo os interrogatórios também tinha uma pessoa que agia como bonzinho e e o outro agia como malzinho. O bonzinho dizia que estava lá para me ajudar, que meu pai que tinha mandado então fazia esse tipo de jogo, então era para contar tudo o que sabia para ele porque a partir disso ele ia tentar ver o que poderia fazer e comigo tinha esse bonzinho o malzinho era o outro que me jogava de um lado para o outro... então esse era o malzinho então.... eu tô lembrando aqui mais ou menos isso.... Depois saímos e respondemos ao inquérito policial militar foi sediado no Rio na .... \_\_\_\_\_ do exército.. um negócio assim... nós tínhamos que ir lá regularmente, tinha que depôr até ter o julgamento, respondemos ao 477 e como Magdalena falou foi na Fafi com Alberto Monteiro(?), também \_\_\_\_\_ tudo naquela Fafi nem parecia a Faculdade de Filosofia de antes, os ambientes eram todos escuros, as janelas que tinham estavam fechadas a intenção era o clima mesmo... o Alberto eu lembro muito de soco na mesa e coisas assim depois saímos respondendo a essas coisas... Um belo dia eu já estava

praticamente .. no sexto ano.. formando ... isso tudo acabou vamos dizer assim do ponto de vista do inquérito, saiu o resultado do inquérito e gente recebeu na época para trabalhar uma carta de busca e antecedentes, um nada consta e aí atrás estava escrito assim: “sim consta”. Tinha que ter um negócio assim para trabalhar e não ter isso era mais uma preocupação.. como ia fazer.. já ter receio... mas saiu essa tal dessa carta... depois quando foi... eu trabalhei na A Gazeta um período e foi tudo bem, não tive um problema na A Gazeta.

**Dra. Maria Magdalena Frechiani:** -Acho que na verdade o que aconteceu foi que quando a gente saiu da cadeia, a gente não conseguia trabalhar em lugar nenhum por ter sido considerado subversivo, a gente estava mais ligada em dar aulas essas coisas, depois todo mundo foi para A Gazeta e eu fui para A Tribuna.

**Dra. Elizabete Madeira (continuação):** - \_\_\_\_\_ imprensa, eu trabalhei na A Gazeta e não tive nenhum problema em trabalhar na A Gazeta depois eu entrei para o Estado. Na primeira fase quando trabalhei no estado eu não tive problema, até entrar no governo do Eurico, quando entrou no governo do Eurico Resende, entrou um secretário chamado Rogélio (?) Faria, aí no governo Rogélio Faria começou \_\_\_\_\_ entrou com processo contra minha pessoa, ele me tirou de trabalhar como médica e me colocou num setor de engenharia. Não, primeiro ele me demitiu, só que ele descobriu que eu tinha estabilidade no emprego, então ele teve que desfazer o ato (a demissão), nem pode me demitir. Aí foi e me jogou para o setor de engenharia, colocou para a chefia lá que eu não podia fazer nada, não podia chegar atrasada, não podia sair para jantar, eu tinha que ficar lá sem fazer nada o dia inteiro, na verdade ele queria me forçar a demissão. Então realmente aí foi um drama, porque eu ia sair e as pessoas diziam: “não, você não pode sair, é um direito seu, você tem que ficar, você tem que aguentar é mais uma provação” \_\_\_\_ agora \_\_\_\_\_ posso chorar porque já se passaram 40 anos. Bom de qualquer forma, eu fui como se fosse assim, como é que falo, a vaca de presépio deles. Ele era anticomunista, antisubversivo, então ele tinha um troféu para mostrar, no caso era minha pessoa. Então eu via algumas pessoas lá as vezes, pessoas do ministério da saúde, pessoas de fora, ele fazia questão de mostrar um dossiê como eu era um gênero de quanto pior melhor , era isso que ele dizia para todo mundo, o quanto eu era perigosa isso e aquilo e mostrava isso para as pessoas. Então era um negócio estranho, um monte de gente tinha medo de mim e ao mesmo tempo pessoas que faziam questão de deixar passar o horário para o secretário sair, aí me chamavam lá no último andar e me diziam: “cuidado, está acontecendo isso, isso e isso e pode acontecer isso, isso e isso”. Aí para aguentar essa situação entrei num curso a noite, aí consegui... nunca fiz um curso tão bem, fazia o curso a noite e no

meu horário de trabalho estudava, aí estudava, estudava, estudava até dizer chega no horário de trabalho, aí foi um mecanismo que consegui superar tudo isso. Nesse período do Eurico, se vocês pararem para pensar, já era um período de iniciar a reabertura, e mesmo assim eu estava numa situação sendo perseguida por uma pessoa que era um anticomunista ferrenho na época. Eu acho que é isso, se alguém quiser fazer alguma pergunta.

**Angela Milanez:** - Meu nome é Angela Milanez, eu era estudante na época da Ufes, aqui no curso de geografia, na época aqui na Ufes só tinham três pessoas só quando que participava do secretariado estudantil. Eu não vou falar \_\_\_\_\_ aqui porque Magdalena e Bete já falaram tudo. Uma coisa que eu nem lembrava mais eu acho que eu tenho um pouquinho de trauma do feijão, que na época o feijão era cheio de bicho né Magdalena? E quando eu como feijão em casa e vejo um estranho eu vou lá e tiro, agora que ela me lembrou é por causa desse feijão, então tudo que ela falou ali foi o que a gente passou realmente... Então eu vou falar para vocês da época da minha prisão, o que eu passei, \_\_\_\_\_ Nós acordamos cedinho para vir para faculdade, você não estudava aqui, \_\_\_\_\_ Nós acordamos seis horas da manhã, viemos para Ufes, com aquele monte de papel e colamos ... e voltamos para o centro da cidade cada um pegou um ônibus junto com a turma que a gente estudava, porque naquele horário todo mundo vinha naquele ônibus, então eles tinham que acreditar que a gente estava vindo naquela hora, então foi uma coisa assim de duas horas ou três que a polícia bateu geral em Vitória, \_\_\_\_\_ prendeu gente e foi aquela coisa toda, \_\_\_\_\_ fui embora, quando cheguei em casa já tinha um monte de gente presa, por causa daquela cartinha da UNE que nós colamos. Então era esse trabalho que a gente fazia, pichação, distribuíamos \_\_\_\_\_ de vez quando, uma carta da UNE ... o congresso da UNE era uma vez por ano. Então eu fui presa em novembro, no último dia de novembro, no dia 30 de novembro de 1972 na minha casa, meu ex marido tinha viajado para pegar esse atestado que vocês falaram aí, o nada consta porque ele também era da medicina, ele também ia se formar, ia formar no dia 8 de dezembro, ele viajou de manhã cedinho. Bateu uma pessoa na minha porta, minha porta tinha aquela janelinha que abre assim... aí bateu uma pessoa na minha casa, eu abri e o cara apresentou um documento “Polícia Federal” aí eu me assustei né, eu abri e ele disse: “é porque a gente está precisando conversar com Angela e Iran eu falei Iran não está e eu sou a Angela, “ a senhora pode nos seguir para prestar uns esclarecimentos”, e eu falei posso né... e meu irmão “eu vou junto, eu vou junto”, e eu falei pelo amor de Deus fica aqui \_\_\_\_\_ Eu peguei e fui lá para Vila Velha mas eles não foram inteligentes na época, porque minha família falou o Iran(?) está viajando e ele vai chegar daqui a pouquinho, eles ao invés de um ficar, eles estavam em três,

ao invés de me colocar com dois e colocar um na porta, foram os três embora. E nesse período que foram os três comigo o Iran chega aí minha família falou “pelo amor de Deus, some, some” e Iran não foi preso nessa época, ele conseguiu ficar na clandestinidade, nós ficamos muitos anos clandestinos, inclusive ele não formou e nós dois fomos para a clandestinidade, nós fugimos lá para o Pará, lá tinha a guerrilha e fomos morar lá, fomos ver se encontrava a guerrilha mas não encontramos não, fomos morar no meio da mata, pescamos peixe pra comer, fizemos uma casinha de estuque e tudo mais... Aí nesse 30 de novembro de 1972 esse policial me levou e quando eu cheguei lá no 38º Batalhão, eu entrei numa salinha e vi todo mundo sentado, o pessoal do PC do B, era todo mundo que eu conhecia, inclusive \_\_\_\_ está ali, estava Vitor Buaiz, estava o Fuedz \_\_\_\_\_ todos aqueles meninos tudo preso. Marcelo e Míriam.... não é atoa que eu estou fazendo aqui... Aí tudo começou, aquela sessão de tortura, porque no começo foi um período mais ou menos assim de trinta dias que a gente ficou \_\_\_\_\_ colocava um capuz e fazia a gente rodar dentro daquele BI e falava que ia levar a gente para outro órgão para ser torturado, conversavam comigo sem roupa, rasgaram meu vestido e como minha família não sabia onde eu estava eu fiquei mais ou menos quinze dias sem tomar um banho \_\_\_\_\_ a Magdalena chegou depois, mas era aquela coisa horrível, e realmente essa coisa de que tinha que juntar... a nossa cela não tinha banheiro, \_\_\_\_\_ não podia fechar a porta, eles tinham que ficar vendo, parece que eles tinham medo da gente se matar com alguma faca, sei lá eles tinha medo da gente ir lá para o box e se enforcar... sei lá... aí passei aquele período todo lá de dezembro e janeiro, no mês de dezembro fiquei nesse negócio de tortura porque ... comigo eles colocaram esse tal de cobra jibóia, eu estava até sem roupa \_\_\_\_\_ para mim vocês são tudo uns monstros, então para mim não fazia diferença, aí o cara falava “vamos enrolar a cobra nela que ela fala tudo” e eu olhei e falei “com essa jibóia? Pode enrolar ela não morde.. pode enrolar” aí ele falou assim “não tem jeito não, essa daí não tem medo mesmo não” \_\_\_\_\_ aí eles desistiram, como ela falou teve ameaça com fuzil, revólver, sem roupa, sem roupa para mim... eles queriam que eu ficasse envergonhada e contasse mas eu não tinha vergonha deles, porque pra mim eles nem eram pessoas eu não via eles com gente e na época eu era até bonitinha e falei “ah...”, aí isso foi a parte do interrogatório foi sempre assim comigo e teve uma época que eles me levaram para a solitária era uma coisa a parte, tinha uma solitária lá e ele me mandavam ficar sem roupa, eles já mandavam e eu tirava, mas eles me deixavam ficar de calcinha e sutiã .... aí eles pegavam aquele cobertor \_\_\_\_\_ era pleno verão em pleno dezembro em Vila Velha e eles falavam “tem que ficar enrolada nessa capa” tá bom eu enrolo e agente suava... e ficava interrogando querendo saber das coisas, coisas, coisa e eu não falei nada fiquei mais ou menos uns 20 dias

sem falar nada... e no final sobrou eu Miriam e Marcelo, e Miriam era do meu secretariado aí quando eu entrei para falar com Miriam, Marcelo estava acabado parecia que estava... aí eu olhei assim ... e Marcelo falou “Darcy eu acho que a gente pode falar porque eles já sabem de tudo”, “você acha mesmo”, “eu acho”, “então vamos falar”, então vamos confirmar aqui o que eles pedindo, aí chamei o cara e falei “o que é que vocês estão querendo saber” e já estava tudo desenhado já... tá bom eu sou a Darcy, e a Miriam falou eu sou a Mary, e Marcelo era Mateus, só tinha nós três pra falar. Aí eles mandaram fazer um depoimento de próprio punho \_\_\_\_\_ e daí daquele momento em diante nós fomos para a cela \_\_\_\_\_ aí elas chegaram depois \_\_\_\_\_ aí passei por essa tortura. Saímos de lá...um dia eles ligaram para minha mãe e falaram assim “olha minha sogra aqui é o Iran que está falando” e minha mãe falou “some daqui, some daqui que eles estão atrás de você” e nesse dia que eles ligaram de manhã e eles convidaram minha mãe para ir lá... Aí quando cheguei lá mamãe estava numa sala escura, no meio chorando eu cheguei “o que é isso? O que está acontecendo?” “eles estão aqui me pressionando para falar que o Iran me ligou hoje de manhã”. Mamãe não ligou \_\_\_\_\_ se alguém ligou para você foram eles. Eles fazem isso aqui de dentro.

#### **Oitiva com ex estudantes da UFES. CV/UFES. Vitória, 2014.**

Transcrição da Oitiva realizada pela Comissão da Verdade da UFES em outubro de 2014 com as ex-estudantes militantes do Movimento Estudantil da UFES, Elizabete Madeira, Ângela Milanez, e Magdalena Frechiani.

Duração: 1h13 min (73 minutos)

Link: <http://webconf2.rnp.br/p4myevnucyz/>

Transcrição: Nathália Santos

Legenda: \_\_\_\_\_ incompreensão da fala

(?) Dúvida em relação aos nomes citados.

**Orador (abertura da audiência):** Senhoras e senhores boa tarde. A Universidade Federal do Espírito Santo tem a honra de receber os \_\_\_\_\_ de abertura da Terceira Audiência Pública da Comissão da Verdade da Ufes na qual será realizada a entrevista das três estudantes da nossa universidade as senhoras: Angela Milanez, Elizabete Madeira e Maria Magdalena Frechiani. A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Espírito Santo tem como objetivo resgatar a memória dos acontecimentos relacionados a repressão política do período de 1964 a

1985, ocorridos na Ufes ou com elo diretamente relacionados. Em particular as graves violações dos direitos humanos cometidas contra membros da comunidade universitária. Solicitamos a todos em respeito mútuo que desliguem seus celulares ou os coloquem no modo silencioso agradecemos a compreensão. Registramos e agradecemos as presenças das autoridades acadêmicas \_\_\_\_\_ seletivas da Ufes bem como as presenças de servidores docentes e de servidores técnico-administrativos em educação, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e estudantes de graduação da Ufes e demais convidados. Para compor a mesa de honra convidamos a excelentíssima vice-reitora da Ufes a professora Ethel Leonor Noia Maciel e o coordenador da Comissão da Verdade da Ufes professor Pedro Ernesto Fagundes. Para sua saudação passamos a palavra ao coordenador da Comissão da Verdade da Ufes professor Pedro Ernesto Fagundes.

**Professor Pedro:** - Boa tarde, boa tarde a professora Ethel vice-reitora da Ufes, a todos os demais integrantes da Comissão da Verdade da Ufes o professor \_\_\_\_\_, aos representantes da Comissão Estadual da Verdade, aos professores que estão aqui, cumprimentamos a professora Brunela e cumprimentamos todos os outros professores, aos alunos de pós-graduação, de graduação e demais integrantes do corpo administrativo da Ufes, agradecemos a presença de todos vocês em mais essa audiência. É a terceira audiência que a Comissão da Verdade da Ufes realiza, nós já totalizamos, ou passaremos a totalizar a partir de hoje 16 (dezesesseis) depoimentos de pessoas que estiveram aqui na Universidade principalmente entre os anos de 1964 e 1974. Nós nos concentramos nesse período até agora porque são, é exatamente o período que nós já identificamos hoje, nós pretendemos comprovar e confirmar que é o período que aconteceram graves violações contra os estudantes dessa universidade, sobretudo tortura, principalmente no local que também já é uma das conclusões que podemos adiantar, nosso relatório só vai ser entregue no ano de 2015, mas já podemos adiantar que uma das nossas conclusões é que o 38º BI (Batalhão da Infantaria) ali em Vila Velha funcionou como um centro de tortura durante a ditadura militar. Então essas já são as questões que nós temos que o relatório irá apontar, mas para que a gente possa o mais rápido possível receber as nossas convidadas, quero agradecer de maneira especial e com muita atenção as senhoras Elizabete Madeira, Maria Magdalena Frechiani e Angela Milanez, pela presença, pela discussão, pela coragem e sobretudo destacar que nesse momento histórico que nós vivemos que marca os 50 anos do Golpe, momento que estamos as vésperas da entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade que será amanhã, amanhã também que comemora 66 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, então é um

momento propício é um momento perfeito para que como vocês podem ver, como eu falei com vocês por telefone, como nós temos muito jovens aqui, como é importante com a finalidade didática, nosso objetivo didático é exatamente esse: os mais jovens, aqueles que na grande maioria, tem algo em torno de 20 e 25 anos, que já nasceram no país que tinha uma Constituição, que já nasceram no país que já havia voltado a eleger diretamente seu presidente da república, ou seja, um país que já estava plenamente redemocratizado, que não sabem e que felizmente não tem a menor ideia do que foi a ditadura militar porque não vivenciaram esse período como é importante que esses jovens ouçam daqueles que estavam aqui como eles, estudantes da Ufes. Iniciando a sua carreira acadêmica, projetando seus projetos e suas expectativas profissionais, acadêmicas, enfim, vividas por essas pessoas da mesma idade da maioria deles que estão aqui hoje, foram tratados ou foram atingidos pela repressão política que se abateu no Brasil e também se manifestou aqui no Espírito Santo. O mais importante de tudo é destacar isso: que o Espírito Santo, infelizmente como se acredita, não foi uma ilha da fantasia, não foi um espaço que ficou alheio a repressão política que ocorria a nível nacional. No Espírito Santo também nós tivemos centros de tortura, nós tivemos tortura, nós tivemos repressão política, nós tivemos estudantes que foram expulsos dessa Universidade, nós tivemos professores que foram exonerados dessa Universidade por conta da sua participação política. Então nesse momento histórico eu quero antecipadamente agradecer a disponibilidade das três estarem aqui falando para esses jovens, muito obrigado.

**Orador (abertura da audiência):** - Para sua saudação passamos a palavra a vice-reitora da Ufes a professora Ethel Leonor Noia Maciel.

**Vice-reitora e professora Ethel:** - Boa tarde a todos, eu quero cumprimentá-los e dizer que hoje a maior parte dos nossos pró reitores, secretários e reitores estão no gabinete itinerante em São Mateus, então não puderam estar aqui hoje, eles tem acompanhado essas \_\_\_\_ que tem sido feitos na nossa Universidade, quero cumprimentar todos os membros da Comissão da Verdade por essa iniciativa que tem sido muito importante nessa terceira que vou acompanhar e quero agradecer em especial a Elizabete, a Madalena e a Angela por estarem aqui hoje e por nos brindarem com essa tarde que certamente vai nos ensinar muito. Eu quero dizer que vocês são exemplos e são exemplos não só pelo que fizeram no passado mas pela vida que vocês construíram nesse pós-tudo que aconteceram com vocês. Então é muito importante que os nossos estudantes escutem de vocês e ouçam a verdade que aconteceu e mais importante vocês são o testemunho vivo do que é possível fazer para mudar o país. Então tenho que agradecer a presença de vocês aqui hoje. Obrigada.

**Orador:** -Agradecemos a vice-reitora e professora Ethel Leonor Noia Maciel que prestigiou a Abertura da terceira audiência pública da Comissão da Verdade da Ufes, tal qual a mesa de honra, e a convidamos para ocupar seu lugar na plenária para que essa audiência tenha prosseguimento. Solicitamos gentilmente que o coordenador da Comissão da Verdade da Ufes o professor Pedro Ernesto Fagundes que permaneça a mesa de honra para conduzir os trabalhos a partir de agora.

**Professor Pedro:** - Então, dando sequência a abertura da terceira da audiência, gostaria de convidar as três estudantes da Ufes. Para quem não sabe as três eram estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo na década de 1970. Em 1972 teve início a uma operação comandada pelo \_\_\_\_ Destacamento de Ordem Interna do Centro de Defesa Interna do Primeiro Exército do Rio de Janeiro que veio ao Espírito Santo num movimento para tentar dismantlar todo o PC do B a organização política clandestina que existia a nível nacional. E aí prenderam e algo em torno de 20 pessoas, a maioria eram estudantes da Universidade. Essas foram levadas – isso foi a partir de dezembro de 1972 até fevereiro de 1973 – essas pessoas em diferentes momentos foram presas, foram levadas até as dependências do 38° BI e cada uma teve uma experiência, digamos assim particular. Mas de um modo geral nós podemos falar que todos/todas foram torturados de alguma maneira, passaram mais ou menos tempo presas, algumas pessoas ficaram um ano presas entre 38° BI e vila militar no Rio de Janeiro, algumas dessas pessoas \_\_\_\_ estudantes que foram presos, foram expulsos da Universidade, foram enquadrados no decreto chamado: Decreto 477/69 que permitia que esses alunos fossem expulsos e impedidos de se matricularem em qualquer Instituição de ensino no Brasil durante três anos, esse é o caso da Angela Milanez que foi enquadrada no decreto 477, outras estudantes foram torturadas elas vão contar melhor do que eu o que aconteceu. Recentemente a jornalista Míriam Leitão para quem não sabe ela \_\_\_\_ em Minas Gerais mas veio estudar \_\_\_\_ em Vitória na Ufes, era estudante da FAFI daqui da Ufes foi presa junto com elas, então esse período que elas passaram no 38° BI, cada passou por uma experiência particular mas tendo como um ponto em comum, a repressão política é o que elas vão relatar hoje aqui nessa \_\_\_\_ para que todos vocês conheçam um pouco mais. Então sem mais delongas gostaria de convidar a Dra. Elizabete Madeira, a Dra. Maria Magdalena Frechiani e a Angela Milanez que vocês venham até aqui por favor.

**Dra. Maria Magdalena Frechiani:** - Eu nasci no interior, fiz o segundo grau \_\_\_ o terceiro ano aqui em Vitória, e passei no vestibular de medicina no segundo ano de medicina, no primeiro ano \_\_\_ no segundo ano eu comecei a me envolver muito com os problemas da faculdade, a gente tinha muito problema e tinha sido fechado o nosso pronto socorro, então meu o primeiro contato com repressão na verdade foi em função da briga pelo pronto socorro, dos \_\_\_ que tinham sido fechados então a gente começou a fazer muita manifestação a respeito para tentar reabrir o pronto socorro que é um lugar importante para a medicina e acho que a primeira vez assim que tive contato com a polícia federal foi que a gente fez uma... a gente foi para câmara dos vereadores que era ali no antigo cine glória \_\_\_\_ e a gente foi todos de jaleco todos de branco para pressionar para votarem em favor da reabertura do pronto socorro, teve participação da prefeitura alguma coisa assim, bem a partir daí a polícia federal chegou lá \_\_\_\_ todo mundo com armas, e aí como diziam né, você é fichado: vão lá tira seu retratinho, suas digitais, seu nome, seu endereço e tudo e fica no arquivinho da polícia federal. E aí depois eu comecei a me envolver com o diretora, \_\_\_\_\_ PC do B. Fundamentalmente \_\_\_\_\_ Brasil a gente fazia manifestações e panfletagens, então a gente fazia um grande movimento \_\_\_ e 1972, aquilo era uma farsa aquela eleição, a eleição para presidente era uma farsa. Então a gente fez muita panfletagem e pichações, \_\_\_\_\_ eu e mais três amigos pichamos aquela fábrica inteira numa madrugada. Então essas coisas assim, na verdade eu era uma menina da roça – eu falo uma menina porque eu tinha 20 anos – então era uma coisa assim para mim extremamente amedrontadora, eram escuras, era sempre panfletagem que a gente fazia muito de madrugada, tipo uma hora da manhã, tinham acabado de \_\_\_\_\_. E eu fui me envolvendo com... e principalmente nosso objetivo era melhorar a faculdade e também melhorar a faculdade e lutar contra todas aquelas coisas horríveis que aconteciam no país. Hoje eu falo: as pessoas falam o que querem, e falam “.. ah vocês e... não isso realmente .. vocês queriam implantar o comunismo e o comunismo é uma porcaria...” aí ... mas uma pessoa fala o que bem entende numa rede social, mas eu falo: para você falar isso, escrever isso a gente teve que passar por isso aqui, porque isso não era permitido. Ter mais do que duas pessoas já era reunião subversiva, dentro da própria universidade existiam pessoas que eram da... que faziam parte da repressão e que vigiavam os estudantes eram pessoas ruins. Então essa coisa da indignação para mim foi uma coisa normal porque dentro da família minha mãe era uma pessoa de esquerda – como diriam – eu cresci ouvindo rádio espanhol assim rádio tirana e tudo porque minha mãe ouvia essas coisas de madrugada. Então quando foi em dezembro, na verdade foi no dia primeiro de dezembro um amigo nosso não apareceu em casa Sebastião (?) Nascimento que era da medicina do quarto ano, ele não

apareceu e a Auxiliadora que era namorada dele – que hoje é advogada – ela falou pra gente que ele não tinha chegado em casa e que eles estavam preocupados. Aí no dia seguinte a gente ficou sabendo, dia 2 que é no sábado dia 2 de dezembro, que ele e Marcelo tinham sido presos na rua Sete onde eles moravam e que a noite também eles tinham levado o Gustavo, Gustavo Pereira do Vale (?) que também era do quarto ano de medicina, então eles tinham prendido três pessoas do quarto ano de medicina mais a Míriam. Eu tinha saído para estudar com a Bete porque era período de prova assim... e a gente ficou sabendo disso e ficamos tentando localizar porque outras pessoas moravam nessa república que o Gustavo morava, porque eram três meninos da nossa turma que era: Luzimar Pereira Dias (?), Marcos \_\_\_\_ que morava perto e estava sempre lá e Luis Carlos (?) então eles eram do segundo ano como a gente e também era dessa república Guilherme Lara Leite que depois veio a ser meu marido o pai das minhas filhas. E por um acaso a gente encontrou o Guilherme e \_\_\_\_\_ que também morava lá \_\_\_\_\_ PC do B, na rodoviária de Vitória que eles sabiam que tinham sido presos, porque quando eles levaram o Gustavinho eles estavam lá, mas eles só procuraram pelo Gustavo porque a pessoa que tinha entregue – as pessoas né – a pessoa que delatou a gente, ele tinha dito só o nome do Gustavo então eles foram lá e pegaram o Gustavo, e eles saíram dormiram na praça Costa Pereira ficaram a noite toda lá e no outro dia foi quando a gente se encontrou. E a gente .... ficamos umas horas ... uma amiga nossa tinha uma casa lá em Cariacica, a gente foi pra lá e ela falou que ia tentar arrumar um lugar pra gente ficar: a Elizabete, eu e o Guilherme. Aí a gente foi para a Barra do Jucu na casa dessa amiga: Maria Graças Ruy que na época era do sexto ano da faculdade \_\_\_\_ o marido dela \_\_\_\_ que era \_\_\_\_ e encontrou \_\_\_\_\_ eles que ficaram um pouco com a nossa segurança. E aí a gente foi para a Barra do Jucu numa casa lá, pensando... tentando sair do país, é... o quê que a gente poderia fazer né... porque a gente saiu sem nada, sem dinheiro, sem uma roupa só com a roupa do corpo, não tinha como voltar em casa, lá em casa não tinha telefone mas também não poderia ligar tinha uma vizinha que tinha telefone mas eu sei que o telefone dela foi grampeado, é... a gente sumiu no dia 2 e bem minha mãe e a família da Bete só ficou sabendo da gente mais de um mês depois, porque não tinha como se comunicar a gente sabia por exemplo que a minha família estava muito pressionada \_\_\_\_ . Bem a gente ficou nessa casa e era uma coisa totalmente paranoica, era uma coisa super difícil porque a noite a gente escutava qualquer barulho a gente \_\_\_\_\_ dormia \_\_\_\_\_ que tinha assim no mato e ficava... uma coisa \_\_\_\_ porque a gente sabia que tinha jornal na época que estava sendo procurado, na própria universidade \_\_\_\_ essas pessoas acabavam informando a gente do que estava acontecendo, que a gente não deveria sair de jeito nenhum porque o pessoal do CENIMAR estava aqui \_\_\_\_\_ que eles estavam sendo

barbaramente torturados e que a gente tinha que tentar sair do país ou pelo menos dar um tempo, eu estava grávida na época da minha primeira filha bem e de lá a gente ficou um dia numa casa que tinha mais pessoas da universidade lá e a gente ficou com muito medo e eles mandaram embora, fomos andando por um caminho por uma estrada de chão que dava em \_\_\_\_ e pegamos uma carona de \_\_\_\_ fomos até Cachoeiro e lá outro cara do sexto ano que se chamava Mauro Madureira, a gente procurou ele, ele trabalhava no posto de saúde alguma coisa assim – Mauro Madureira que morreu \_\_\_\_ muitos anos depois, ele pegou a gente, arrumou dinheiro e nos levou de carro até depois de Campos e Campos a gente foi para a casa de uns parentes do Guilherme e de lá somos para o sul de Minas e fomos tentando ... a Bete ficou com um conhecido dela um parente dela... e a gente ficou tentando conseguir sair do país mas era bastante difícil isso, não tinha a menor estrutura financeira para esse tipo de coisa e nem tinha vínculo com outro país, filho ou qualquer outro país \_\_\_\_ a gente era muito complicado e aí a gente acabou sendo orientado a ser entregue lá no CENIMAR da Marinha, a gente foi pra lá, a gente foi ouvido lá... foi uma coisa muito... \_\_\_\_ eu fiquei quieta numa sala, me deixaram cinco horas numa sala sentada, começaram interrogando o Guilherme – que era meu namorado na época – eles fizeram uma coisa horrível com ele porque eles levaram o pai dele que era de uma tradicional família mineira \_\_\_\_ para ouvir o interrogatório, então ele tinha muita.. era muito difícil para ele enfrentar o pai e os militares, e fora que eu fiquei muito mal \_\_\_\_ então quando ele saiu de lá eu tive a impressão de que eles tivessem batido muito nele porque ele estava com olho totalmente roxo acabado parece que tinha cinquenta anos. E de lá fomos para \_\_\_\_ porque eles falaram: “não.. não vai acontecer nada”. \_\_\_\_ primeiro ficamos numa sala nós duas e ele separado, depois eu fiquei e a Bete foi ouvida e eu fiquei e depois fui eu. \_\_\_\_ eles perguntavam sempre a mesma coisa: dez vezes, vinte vezes, trinta vezes e assim era uma coisa um pouco sádica porque eles sabiam que nesse grupo – exceto Iran, marido da Angela que tinha fugido – todas as pessoas já estavam presas, eles já sabiam de tudo, não tinha mais ninguém para entregar alguma coisa assim. Depois disso a gente foi levado para uma sala com as outras meninas que já estavam presas: Míriam, Dora, Angela, Vilma \_\_\_\_ e aí a gente ficou nessa sala, era uma sala sem banheiro e tudo, toda vez que queria ir no banheiro vinha dois caras policiais/militares com armas pesadas e cachorros... dois cachorros. Eu demorei muito tempo para entender o que eles falavam para o cachorro mas era terrorista era a palavrinha mágica, na mesma hora \_\_\_\_ o cachorro... ele pulava... a gente descia por uma porta e descia e ele falava essa palavrinha e o cachorro botava as duas patas assim... bem assim no nosso ombro contra a parede e o cachorro assim... ficava babando, a baba dele até caía na gente e ficava ali...ficava ali por um tempo... eu não sei

quanto... para ir no banheiro era isso, toda vez que a gente tinha que sair... todo dia a gente ia para a audiência todo dia... era isso ... era complicado.... e a comida também era muito difícil a gente suportava porque... todos os dias era feijão cheio de bichos, aqueles bichos branquinhos \_\_\_ pretos, \_\_\_ coró \_\_\_\_ tinha a fase de larva e a fase adulto \_\_\_\_ e uma carne seca muito dura \_\_\_\_ e a gente quase não comia porque era bastante ruim comer \_\_\_\_ vocês deveriam comer, vocês não se acham muito duras de um partido e tal. Bem a gente ficou lá e um dia passei mal e estava preso na época também do dr. Vitor Buaiz ele foi preso – mas na verdade ele não era do partido ele foi considerado simpatizante – daí eu passei mal e não tinha medico e me levaram até ele e eu disse que estava grávida, \_\_\_ em função da gravidez provavelmente, eu achei bom porque \_\_\_\_\_ e aí eu acredito que tenha falado para os militares porque \_\_\_\_\_ eles ficavam fazendo essa tortura psicológica de falar que eu deveria abortar porque com certeza minha filha... eu ia ser presa provavelmente por muitos anos e que minha filha também ia ficar presa, eu acreditava que eu era a pessoa que estava sendo processada e tal mas minha filha não que ela era vítima lá e quando nascesse minha família ia pegá-la e levá-la e foi mais ou menos isso. A gente saiu em janeiro, no final de janeiro – o ano novo a gente passou lá também – e assim eu acho .... bem depois de um tempo que eu estava lá que eu não lembro exatamente quando eu recebi a visita da minha mãe a família foi visitar a gente. Daí eu acho que talvez aconteceu a coisa mais bonita na minha vida porque hoje depois que eu tive filhos e netos eu imagino a dor que a minha mãe teve de não saber se eu filho estava vivo ou morto e minha família foi muito pressionada, praticamente todos os dias tinha polícia na casa da minha mãe, falavam que iam levar minha mãe, minha irmã mais nova, minha outra irmã. Minha mãe queimou todas as minhas coisas, tudo que eu tinha... qualquer livro, jornal, revista, porque ela ficava com medo de que alguma coisa que me incriminasse então ela ficava a noite inteira queimando coisas \_\_\_\_ então antes da minha mãe me visitar foi minha irmã, e minha irmã me deu um bom esculacho, falou que eu era uma destrambelhada, o que eu tinha a ver com isso com aquilo, que minha mãe não merecia aquilo, como eu saía de noite quando não podia, que eu ia estudar na casa de fulano quando eu saía pichar e falei: “você queria que eu falasse o quê? Que eu vou pichar.. que eu panfletar”... e aí quando minha mãe chegou foi uma coisa assim...a gente sempre era ouvido numa sala que tinha uma fotografia bem grande Médici – a gente foi presa no governo Médici – então na hora que ela chegou eu fiquei com medo de que ela falasse alguma coisa porque minha mãe convivia muito com essas pessoas \_\_\_\_ eu fiquei com medo de que ela falasse alguma coisa que incriminasse alguém assim.... e eu fiz assim para ela (nesse momento a dr. Magdalena coloca o dedo indicador nos lábios indicando para a mãe dela não falar) e ela me

abraçou e falou: “eu queria que seu avô estivesse vivo porque se ele estivesse vivo você seria o maior orgulho dele” .... eu falei tudo valeu... porque eu tomei consciência da dimensão disso depois que tive filho porque eles falavam assim vou chegar meia-noite e chegava meia-noite e meia eu estava subindo pelas paredes e eu aprendi com ela assim... quando minhas filhas chegavam tarde eu nunca brigava eu abraçava e falava que bom que você está viva foi o que minha mãe me falou: “que bom que você está viva” .... Bem a gente saiu e depois a gente teve que por muito tempo tinha que se apresentar no Rio.... e a gente teve o 477(?), que foi um caso ... um julgamento, uma audiência \_\_\_\_\_ é lá que a gente foi ouvido e foi absolvido então a gente não foi expulso da universidade Marcelo, Gustavo, Angela .... Iran(?), Rosimar.. \_\_\_\_\_ eles pegaram 407(?) e a gente não \_\_\_\_\_ e depois teve o julgamento que também era uma farsa todo mundo sabia só que você tinha que contratar um advogado super caro eram todos militares \_\_\_\_\_ cada palavra \_\_\_\_ eles ganhavam bastante dinheiro.... e foi isso.

**Professor Pedro:** - Gostaria e agradecer e passar a palavra para Bete Madeira.

**Dra. Elizabete Madeira:** - Gostaria antes assim ... de falar um pouquinho do que foi... já que a gente está na Ufes... com estudantes da Ufes... eu queria falar um pouquinho sobre a Ufes da época que eu cheguei aqui na faculdade... aqui não.. lá...no centro de Biomédicas. Eu vim de Alegre e em Alegre o máximo que eu tinha ouvido falar de ditadura no país que havia Francisco \_\_\_\_\_ que havia negócio lá em \_\_\_\_\_ que havia discurso de pessoas das pessoas que chegavam... uma coisa assim pegava um caixotinho e subia e fazia um discurso e com isso mobilizava todo mundo.. mas eu tinha o quê? 17 anos de idade.. 16 né em Alegre era o que eu ouvia mais ou menos isso, mas ouvia também em Alegre todo um movimento ... outra situação que existia no país mas aquilo era alguma coisa que eu apenas ouvia não tinha participação de nada. Fui para Vitória, entrei na faculdade e cheguei aqui na Ufes achando tudo maravilhoso, era muito gente, era um diretório acadêmico que funcionava e agitava no seguinte sentido: eu lembro de briga por questão do restaurante, eu lembro de briga por questão contra o acordo médico \_\_\_\_\_ porque na época tirava a autonomia da universidade, era os Estados Unidos mandando aqui dentro, então eu lembro de movimentação nesse sentido e ao mesmo tempo todo o movimento a favor da melhoria do ensino, Magdalena colocou aqui por exemplo a questão do pronto socorro eu acho que a questão do pronto socorro foi um marco maior porque toda a escola inteira se mobilizou....\_\_\_\_\_ eu lembro inclusive que foi um movimento que saiu a noticiuzinha no Jornal do Brasil escrito assim: “É uma luz que se acende no fundo do túnel”. Não sei se vocês se lembram disso... tinha uma notinha no jornal... e também Jornal do Brasil, Folha não dava muito notícia né... era muita

coisa que era censurada... eu lembro que não sei se era o Jornal do Brasil quando a notícia era censurada eles colocavam uma receita, outro colocava um poema alguma coisa assim.... Não sei como aquela notícia saiu ... falando... e a gente ficava orgulhosa de ver aquela notícia... mas assim se eu comparar um pouquinho com hoje – acho que Magdalena vai lembrar disso – lá no curso de medicina, por exemplo, quando eu entrei tinha o trote e eu fiquei encantada era uma época que eu gostava muito de ler, então eu fiquei encantada porque o trote... tinha um diretório e o diretório tinha uma sala imensa cheia de livros de literatura e o trote era uma lista que eu tinha que escolher um livro para doar esse era o trote eu tinha que doar um livro para aquela biblioteca imensa e os alunos iam e pegavam o livro emprestado e eu via muito essa efervescência cultural do ensino época na escola eu não sei o resto da Ufes mas na medicina era uma efervescência muito grande... era uma situação maravilhosa. Do ponto de vista do ensino eu lembro que a gente fez um movimento e colocamos um professor inclusive pra fora... porque era um professor que não era considerado como professor, não contribuía para o ensino dos alunos, então teve um movimento contra esse professor e assim foi curioso... depois teve o movimento do pronto socorro que também foi curioso, mas isso a medicina estava – vamos dizer assim – crescendo demais... imagina a faculdade inteira... porque todo mundo se uniu. O diretório tinha coisas assim – que talvez hoje não funcionasse – mas o diretório tinha um jornalzinho a gente tinha um aluno que era da própria escola... colocava uma pilha de jornal assim e colocava do lado uma caixinha e o valor do jornal, todo mundo pegava o jornal e punha o dinheiro na caixinha no final você podia contabilizar que ninguém tinha levado o jornal sem pagar então assim tinha uma situação aqui que era muito rica, era muito importante pra gente que tinha 17, 18, 19 anos então era uma situação rica. Mas evidentemente tinha toda uma luta também em relação a questão do movimento em relação a ditadura que estava instalada no país, a questão de ter que lutar contra a ditadura, não adiantava só brigar dentro da escola os acordos estavam feitos ali para \_\_\_\_\_ não tinha autonomia universitária, então não bastava você ficar no movimento contra o professor, contra isso, contra o pronto socorro havia a necessidade de se ampliar mais essa luta vamos dizer assim. E na verdade foi o que a gente fez, então na época a organização que existia dentro da medicina era o PC do B, ou melhor dentro da universidade, porque não era só dentro da medicina o que existia dentro da universidade era o PC do B, eu posso até dizer hoje – olhando pra gente naquela época – que se tivesse o \_\_\_\_\_ teria sido setivesse o \_\_\_\_\_ teria sido eu acho que naquele momento era o curto canal possível ali pra gente está lutando contra a situação que estava instalada no país, e eu acho que a gente encarava aquilo muito como “tem que ser”, “tem que lutar”, a gente não pode deixar isso, a gente não pode ser conivente

com isso, temos que lutar contra isso e a única forma de lutar era para nós pensar na lógica de hoje era até muito pouco né... dentro da universidade o quê? Era um jornalzinho dizendo: “o país está avançando na ditadura e nós não podemos aceitar isso”, era coisa desse gênero: “abaixo a ditadura” ou “estão querendo acabar com a autonomia da universidade” quero dizer “já acabaram com a autonomia da universidade” então esse era o espírito da coisa porque se você pensar hoje não teria nem sentido pensar que teríamos sido presas, fichada ou coisa do gênero mas era a realidade da época. E também assim a gente convivia com um medo – vou usar essa expressão – um medo assim: se você juntar cinco pessoas era considerado subversão. Então se você juntasse cinco pessoas você ficava olhando para os lados pra ver se alguma coisa ia acontecer então a gente convivia com um medo. Mas após o movimento do pronto socorro que a faculdade inteira se mobilizou – estou vendo aqui Dora e Mariana que na época era da faculdade e que deve ter participado de todos os movimentos lá da época – e que a gente fechou mesmo a escola, vivemos numa greve geral com manifestação na rua, fomos para a câmara de vereador... depois disso tudo conseguimos não fechar o pronto socorro ao mesmo também a medicina tinha a produzido um pouco na cidade de Vitória a área cultural também... hoje eu penso assim \_\_\_\_\_ nós trouxemos \_\_\_\_, \_\_\_\_\_. Clementina de Jesus nós trouxemos vários autores da \_\_\_\_, nacionais e que a gente fazia todo esse movimento aqui então era tudo muito intenso e eu só tinha 18, 19 anos era de uma intensidade total aquele negócio. Bom depois dessa situação toda – assim se eu lembrar de alguém – eu lembro de um movimento contra ... junto a câmara de vereadores eu lembro que um aliado nosso nesse movimento foi o Cléber Falcão que era um vereador da época nem sei se alguém já ouviu falar em Cléber Falcão mas existia o Cléber Falcão que na época apoiou o movimento da medicina ... e eu lembro também como repressão dentro da escola era \_\_\_\_ Abreu que era o professor \_\_\_\_ Abreu mas que era um fonte de repressão ali dentro, ele ia no diretório, ele reunia todo mundo ele dizia que ia fazer e acontecer e não sei o quê... e existia a figura sempre citada de \_\_\_\_ Monteiro também me recordo desses nomes da época como os nomes mais tenebrosos... vamos dizer assim... Bom depois passado um tempo dessa luta do pronto socorro coloca aí uns dois meses não muito tempo eu estava em casa num sábado um colega – que é até médico aqui hoje que é o amigo César Nascimento – foi na minha casa e me disse que tinha sido preso o Marcelo e Míriam na rua Sete. Eu no auge dos meus 19 anos nem achei que aquilo ia atingir uma pessoa que só disse “abaixo a ditadura” ... assim existia essa possibilidade mas achei que afinal de contas a gente não tinha feito tanto assim... Mas mesmo assim fui atrás da Magdalena e falei pra ela inclusive achei que o Guilherme tivesse sido preso também porque estava no mesmo lugar que as pessoas haviam sido presas e saímos para

estudar... pra ver que coisa né saímos para estudar.... e saímos para estudar e vimos na rodoviária – porque eu morava perto da rodoviária – um colega da faculdade e fomos até ele que disse que tinha visto Guilherme e daí começamos a fugir e daí compreendemos um pouco mais... porque demorou um pouco para entender a extensão do negócio... e fomos fugir... fomos para Cariacica como ela falou, voltamos porque não tinha o que fazer em Cariacica, não tinha dinheiro, roupa do corpo, não tinha como voltar em casa então começamos ali a fugir... Pedimos ajuda – não tem jeito vamos ter que pedir ajuda a alguém \_\_\_\_ vamos também ser presa – nisso a informação era que todas as saídas de Vitória estavam fechadas, tinha uma lista com nossos nomes que paravam todos os ônibus que passavam, em tudo quanto era canto estava tudo fechado e que era melhor nem tentar sair aí como ela falou a Graça Ruy \_\_\_\_ nós fomos para uma casa na Barra do Jucu, ficamos nesse local na Barra do Jucu porque era uma situação meio início... vamos dizer assim então a gente não sabia que horas que chegaria alguém, se chegaria, se não chegaria, se seríamos presas, se não seríamos presas então naquela insegurança absoluta até encontrarmos infelizmente cinco meninos dentro de um carro da escola que estavam matando aula que foram para praia na Barra do Jucu. Então consideramos que era um lugar arriscado porque confiar em cinco pessoas – apesar deles terem dito que sabiam do risco e que não contariam para ninguém – a gente achou que era arriscado em confiar em mais cinco pessoas e saímos pelas ruas \_\_\_\_\_ e fomos parar em Cachoeiro.. pelas ruas não, pelas estradas fomos parar em Cachoeiro... e em Cachoeiro como a Magdalena falou Mauro Madureira ajudou, fomos até Campos e de Campos fomos até o Rio aí também a gente não sabia para onde ir, daí foi assim que conheci o Rio de Janeiro, fiquei tão alegre de conhecer o Rio de Janeiro, eu me recordo que quando eu descii no Rio essa daqui me abraçou e disse: “Bete o Rio de Janeiro nos salvou” menos de uma hora depois estávamos dentro de um quartel militar, menos de uma hora depois \_\_\_\_\_ total mesmo né... Foi essa estória mesmo que ela falou, fomos parar no Cenimar pra você ver isso tem mais de 40 anos, eu conheço a Magdalena desde a época da faculdade e até hoje convivo com ela regularmente, com a Angela eu convivo menos tempo, minha filha um período mais outro menos mas também convivemos com todas as outras pessoas e nesses 40 anos eu nunca ouvi Magdalena falar o que ela passou, eu nunca ouvi Angela falar o que ela passou, por alguma razão nós nunca mais falamos uma com a outra sobre o período que passamos aqui, não sei dizer o porquê na verdade mas aconteceu isso. Então nós tivemos experiências totalmente diferentes sob alguns aspectos, por exemplo, quando chegamos no Cenimar Magdalena falou “eles me deixaram sentada” comigo já foi diferente, eles me interrogaram muito e foi bastante agressivos inclusive, mas por uma questão \_\_\_\_\_ existia uma pessoa chamada Eliane Madeira

– pelo que eu entendi era uma militante da AP(?) – então Eliane Madeira e Elizabete Madeira no mínimo só podia ser parente ou ..... tinha que ser parente então eles me pressionaram muito e perguntaram muito no Cenimar sobre essa pessoa que realmente eu nunca tinha ouvido falar na vida. Passada aquela fase ali que não foi fácil porque tudo girava em torno de assustar porque as salas eram escuras, os ambientes eram horríveis e as pessoas idem, o que me interrogou era horroroso também então tudo conjugava pra pressionar... sei lá infringir sofrimento. Bom dali nos deixaram vir até Vitória e nós viemos para p 38° BI e quando chegamos no 38° BI me interrogaram muito sobre as questões daqui – como Magdalena disse desnecessariamente – porque quando nós fugimos... quando voltamos tudo já tinha sido dito.. o Fued(?) já tinha inclusive – que foi que entregou todo mundo – ele já tinha dito tudo as outras pessoas nem precisaram falar nada porque ele já entregou tudo que podia ser entregue e como – porque eu e Magdalena, por exemplo, não tínhamos como entregar tudo nós éramos recém-chegadas naquela situação – mas ele não, ele era uma pessoa mais de direção, ele era o capeta vamos dizer assim... se o capeta entregou tudo o que duas meninas de 19 anos podiam entregar... foram desnecessário até tanto no interrogatório, quanto na petição, quanto no \_\_\_\_\_ era desnecessário isso... mas fizeram questão de fazer e no meu caso ainda pegaram essa estória da Eliana Madeira e me pressionaram bastante em relação a isso. Eu me lembro dessas situações do cachorro, da situação de me pegar sacudir e jogar longe felizmente longe era me jogar no sofá que tinha perto da parede e não contra a parede porque muita gente foi contra a parede mas no lugar que me interrogaram tinha esse sofazinho de dois lugares e era ali que me jogavam, eu me lembro de horas e horas parada naquela sala, me lembro de coisas que na minha cabeça eram totalmente ridículas não dava para me atingir, era horas a fio com uma pessoa que abria a porta e fazia: “bluabluablua”, abria e fechava aquilo por horas a fio e eu pensava: meu Deus será que isso é um método de tortura? Se for está bom eu aguento, se for só isso daí eu aguento, está tudo tranquilo. No período da fuga a .... como aconteceu... e Magdalena relatou aqui, na minha casa eu morava com as minhas irmãs, meus pais moravam em Alegre ainda e vieram por causa do meu sumiço, tinha um camburão que ficava... não era camburão era aqueles veraneios, veraneios era o carro típico da polícia... o veraneio ficava em frente da minha casa direto, tinha o capitão – pelo menos disse que era capitão – que entrava na minha casa e ficava lá direto, na verdade eu considero que eles pressionaram muito meus pais também uma coisa desnecessária inclusive no ponto de vista de dizer que eu era muito jovem, que era uma garota e eles não se preocupavam com o que estava acontecendo comigo porque eles tinham deixado vir para Vitória sozinha sem pais uma garota na idade que tinha... fora isso eles levaram coisas minhas, revistaram minha casa, levaram \_\_\_\_ que quiseram levar,

teve situação de espalhar roupa da minha família toda pela rua, então umas coisas assim que eu poderia dizer desnecessária hoje mas que na época era o que funcionava. Tive pressão do gênero também de .. aquela arma maior não sei se era carabina, não sei como eu chamo aquilo, uma arma mais comprida...

- Fuzil

... de fuzil apontado, aquela situação também vai atirar ou não vai atirar, vou ou não vou morrer então essa era a situação que a gente viveu lá dentro. Magdalena falou aí \_\_\_\_\_, não tinha banho de sol, minha família ia lá e sabia que eu tinha chegado lá, tinha certeza que eu tinha chegado lá mas faziam questão de dizer que eu não estava lá “não sei, não está aqui”, também infringia sofrimento na família que não ia contribuir em nada para eles mas faziam questão de fazer isso também. Nós passamos o primeiro período... quando nós chegamos as meninas que chegaram primeiro já estavam numa determinada sala... essa sala sem banheiro, eu lembro que para ir ao banheiro como Magdalena falou tinha que ir conduzida, tinha que ir junto ao banheiro não podia ir toda hora para fazer xixi em horário diferente, eu lembro dessas situações... então foi mais ou menos por aí que a gente passou por isso tudo, depois passamos para uma cela menor, nesse lugar a gente tinha banheiro graças a Deus, era de frente pra pedra do Convento da Penha e eles faziam uma situação assim... chamavam para o interrogatório e depois devolvia, passava um dia achando que acabou tudo e depois voltava e outra vez, e acabou tudo e voltava outra vez, então era mesmo uma situação de pressão e não tinha mais nada para saber então era pressão mesmo para fazer as pessoas se arrependem... “prestem atenção vocês se arrependam disso”. Mais o quê que eu posso dizer... quando nós chegamos a famosa cobra \_\_\_\_\_ porque a cobra era carioca e já tinha ido embora... eu lembro também do capitão Guilherme não sei sobrenome só sei que era capitão Guilherme ... ele se colocava como capitão Guilherme e também dessa forma aconteciam umas coisas que até hoje não consigo compreender bem, por exemplo, capitão Guilherme chamava \_\_\_\_\_ em determinada situação dando a gritar com a gente “que mulher presa pra mim é homem” quero dizer eu pensava \_\_\_\_\_ pelo amor de Deus... ele gritava isso histericamente aos berros .. eu não conseguia muito entender o quê que queria dizer isso.... o capitão Guilherme era o malzinho mas tinha o major – nem lembro mais o nome do major – tinha um major que fazia o papel de bonzinho, naquela época com 19 anos e acreditava que ele era o bonzinho, no primeiro momento ele fazia o papel de bonzinho então ele era bonzinho mas evidentemente eu conheci um pouco mais..... mandaram o capitão e que major bonzinho é esse.... na verdade ele era o maior de todos do 38° BI são coisas desse gênero que mais ou lembro... Comigo os

interrogatórios também tinha uma pessoa que agia como bonzinho e e o outro agia como malzinho. O bonzinho dizia que estava lá para me ajudar, que meu pai que tinha mandado então fazia esse tipo de jogo, então era para contar tudo o que sabia para ele porque a partir disso ele ia tentar ver o que poderia fazer e comigo tinha esse bonzinho o malzinho era o outro que me jogava de um lado para o outro... então esse era o malzinho então.... eu tô lembrando aqui mais ou menos isso.... Depois saímos e respondemos ao inquérito policial militar foi sediado no Rio na .... \_\_\_\_\_ do exército.. um negócio assim... nós tínhamos que ir lá regularmente, tinha que depôr até ter o julgamento, respondemos ao 477 e como Magdalena falou foi na Fafi com Alberto Monteiro(?), também \_\_\_\_\_ tudo naquela Fafi nem parecia a Faculdade de Filosofia de antes, os ambientes eram todos escuros, as janelas que tinham estavam fechadas a intenção era o clima mesmo... o Alberto eu lembro muito de soco na mesa e coisas assim depois saímos respondendo a essas coisas... Um belo dia eu já estava praticamente .. no sexto ano.. formando ... isso tudo acabou vamos dizer assim do ponto de vista do inquérito, saiu o resultado do inquérito e gente recebeu na época para trabalhar uma carta de busca e antecedentes, um nada consta e aí atrás estava escrito assim: “sim consta”. Tinha que ter um negócio assim para trabalhar e não ter isso era mais uma preocupação.. como ia fazer.. iá ter receio... mas saiu essa tal dessa carta... depois quando foi... eu trabalhei na A Gazeta um período e foi tudo bem, não tive um problema na A Gazeta.

**Dra. Maria Magdalena Frechiani:** -Acho que na verdade o que aconteceu foi que quando a gente saiu da cadeia, a gente não conseguia trabalhar em lugar nenhum por ter sido considerado subversivo, a gente estava mais ligada em dar aulas essas coisas, depois todo mundo foi para A Gazeta e eu fui para A Tribuna.

**Dra. Elizabete Madeira (continuação):** - \_\_\_\_\_ imprensa, eu trabalhei na A Gazeta e não tive nenhum problema em trabalhar na A Gazeta depois eu entrei para o Estado. Na primeira fase quando trabalhei no estado eu não tive problema, até entrar no governo do Eurico, quando entrou no governo do Eurico Resende, entrou um secretário chamado Rogélio (?) Faria, aí no governo Rogélio Faria começou \_\_\_\_\_ entrou com processo contra minha pessoa, ele me tirou de trabalhar como médica e me colocou num setor de engenharia. Não, primeiro ele me demitiu, só que ele descobriu que eu tinha estabilidade no emprego, então ele teve que desfazer o ato (a demissão), nem pode me demitir. Aí foi e me jogou para o setor de engenharia, colocou para a chefia lá que eu não podia fazer nada, não podia chegar atrasada, não podia sair para jantar, eu tinha que ficar lá sem fazer nada o dia inteiro, na verdade ele queria me forçar a demissão. Então realmente aí foi um drama, porque eu ia sair e

as pessoas diziam: “não, você não pode sair, é um direito seu, você tem que ficar, você tem que aguentar é mais uma provação” \_\_\_\_ agora \_\_\_\_\_ posso chorar porque já se passaram 40 anos. Bom de qualquer forma, eu fui como se fosse assim, como é que falo, a vaca de presépio deles. Ele era anticomunista, antisubversivo, então ele tinha um troféu para mostrar, no caso era minha pessoa. Então eu via algumas pessoas lá as vezes, pessoas do ministério da saúde, pessoas de fora, ele fazia questão de mostrar um dossiê como eu era um gênero de quanto pior melhor , era isso que ele dizia para todo mundo, o quanto eu era perigosa isso e aquilo e mostrava isso para as pessoas. Então era um negócio estranho, um monte de gente tinha medo de mim e ao mesmo tempo pessoas que faziam questão de deixar passar o horário para o secretário sair, aí me chamavam lá no último andar e me diziam: “cuidado, está acontecendo isso, isso e isso e pode acontecer isso, isso e isso”. Aí para aguentar essa situação entrei num curso a noite, aí consegui... nunca fiz um curso tão bem, fazia o curso a noite e no meu horário de trabalho estudava, aí estudava, estudava, estudava até dizer chega no horário de trabalho, aí foi um mecanismo que consegui superar tudo isso. Nesse período do Eurico, se vocês pararem para pensar, já era um período de iniciar a reabertura, e mesmo assim eu estava numa situação sendo perseguida por uma pessoa que era um anticomunista ferrenho na época. Eu acho que é isso, se alguém quiser fazer alguma pergunta.

**Angela Milanez:** - Meu nome é Angela Milanez, eu era estudante na época da Ufes, aqui no curso de geografia, na época aqui na Ufes só tinham três pessoas só quando que participava do secretariado estudantil. Eu não vou falar \_\_\_\_ aqui porque Magdalena e Bete já falaram tudo. Uma coisa que eu nem lembrava mais eu acho que eu tenho um pouquinho de trauma do feijão, que na época o feijão era cheio de bicho né Magdalena? E quando eu como feijão em casa e vejo um estranho eu vou lá e tiro, agora que ela me lembrou é por causa desse feijão, então tudo que ela falou ali foi o que a gente passou realmente... Então eu vou falar para vocês da época da minha prisão, o que eu passei, \_\_\_\_\_ Nós acordamos cedinho para vir para faculdade, você não estudava aqui, \_\_\_\_\_ Nós acordamos seis horas da manhã, viemos para Ufes, com aquele monte de papel e colamos ... e voltamos para o centro da cidade cada um pegou um ônibus junto com a turma que a gente estudava, porque naquele horário todo mundo vinha naquele ônibus, então eles tinham que acreditar que a gente estava vindo naquela hora, então foi uma coisa assim de duas horas ou três que a polícia bateu geral em Vitória, \_\_\_\_ prendeu gente e foi aquela coisa toda, \_\_\_\_ fui embora, quando cheguei em casa já tinha um monte de gente presa, por causa daquela cartinha da UNE que nós colamos. Então era esse trabalho que a gente fazia, pichação, distribuíamos \_\_\_\_ de vez quando, uma

carta da UNE ... o congresso da UNE era uma vez por ano. Então eu fui presa em novembro, no último dia de novembro, no dia 30 de novembro de 1972 na minha casa, meu ex marido tinha viajado para pegar esse atestado que vocês falaram aí, o nada consta porque ele também era da medicina, ele também ia se formar, ia formar no dia 8 de dezembro, ele viajou de manhã cedinho. Bateu uma pessoa na minha porta, minha porta tinha aquela janelinha que abre assim... aí bateu uma pessoa na minha casa, eu abri e o cara apresentou um documento “Polícia Federal” aí eu me assustei né, eu abri e ele disse: “é porque a gente está precisando conversar com Angela e Iran eu falei Iran não está e eu sou a Angela, “ a senhora pode nos seguir para prestar uns esclarecimentos”, e eu falei posso né... e meu irmão “eu vou junto, eu vou junto”, e eu falei pelo amor de Deus fica aqui \_\_\_\_\_. Eu peguei e fui lá para Vila Velha mas eles não foram inteligentes na época, porque minha família falou o Iran(?) está viajando e ele vai chegar daqui a pouquinho, eles ao invés de um ficar, eles estavam em três, ao invés de me colocar com dois e colocar um na porta, foram os três embora. E nesse período que foram os três comigo o Iran chega aí minha família falou “pelo amor de Deus, some, some” e Iran não foi preso nessa época, ele conseguiu ficar na clandestinidade, nós ficamos muitos anos clandestinos, inclusive ele não formou e nós dois fomos para a clandestinidade, nós fugimos lá para o Pará, lá tinha a guerrilha e fomos morar lá, fomos ver se encontrava a guerrilha mas não encontramos não, fomos morar no meio da mata, pescamos peixe pra comer, fizemos uma casinha de estuque e tudo mais... Aí nesse 30 de novembro de 1972 esse policial me levou e quando eu cheguei lá no 38º Batalhão, eu entrei numa salinha e vi todo mundo sentado, o pessoal do PC do B, era todo mundo que eu conhecia, inclusive \_\_\_\_ está ali, estava Vitor Buaiz, estava o Fuedz \_\_\_\_\_ todos aqueles meninos tudo preso. Marcelo e Míriam.... não é atoa que eu estou fazendo aqui... Aí tudo começou, aquela sessão de tortura, porque no começo foi um período mais ou menos assim de trinta dias que a gente ficou \_\_\_\_\_ colocava um capuz e fazia a gente rodar dentro daquele BI e falava que ia levar a gente para outro órgão para ser torturado, conversavam comigo sem roupa, rasgaram meu vestido e como minha família não sabia onde eu estava eu fiquei mais ou menos quinze dias sem tomar um banho \_\_\_\_\_ a Magdalena chegou depois, mas era aquela coisa horrível, e realmente essa coisa de que tinha que juntar... a nossa cela não tinha banheiro, \_\_\_\_\_ não podia fechar a porta, eles tinham que ficar vendo, parece que eles tinham medo da gente se matar com alguma faca, sei lá eles tinha medo da gente ir lá para o box e se enforcar... sei lá... aí passei aquele período todo lá de dezembro e janeiro, no mês de dezembro fiquei nesse negócio de tortura porque ... comigo eles colocaram esse tal de cobra jibóia, eu estava até sem roupa \_\_\_\_\_ para mim vocês são tudo uns monstros, então para mim não fazia diferença,

aí o cara falava “vamos enrolar a cobra nela que ela fala tudo” e eu olhei e falei “com essa jibóia? Pode enrolar ela não morde.. pode enrolar” aí ele falou assim “não tem jeito não, essa daí não tem medo mesmo não” \_\_\_\_\_ aí eles desistiram, como ela falou teve ameaça com fuzil, revólver, sem roupa, sem roupa para mim... eles queriam que eu ficasse envergonhada e contasse mas eu não tinha vergonha deles, porque pra mim eles nem eram pessoas eu não via eles com gente e na época eu era até bonitinha e falei “ah...”, aí isso foi a parte do interrogatório foi sempre assim comigo e teve uma época que eles me levaram para a solitária era uma coisa a parte, tinha uma solitária lá e ele me mandavam ficar sem roupa, eles já mandavam e eu tirava, mas eles me deixavam ficar de calcinha e sutiã .... aí eles pegavam aquele cobertor \_\_\_\_\_ era pleno verão em pleno dezembro em Vila Velha e eles falavam “tem que ficar enrolada nessa capa” tá bom eu enrolo e agente suava... e ficava interrogando querendo saber das coisas, coisas, coisa e eu não falei nada fiquei mais ou menos uns 20 dias sem falar nada... e no final sobrou eu Miriam e Marcelo, e Miriam era do meu secretariado aí quando eu entrei para falar com Miriam, Marcelo estava acabado parecia que estava... aí eu olhei assim ... e Marcelo falou “Darcy eu acho que a gente pode falar porque eles já sabem de tudo”, “você acha mesmo”, “eu acho”, “então vamos falar”, então vamos confirmar aqui o que eles pedindo, aí chamei o cara e falei “o que é que vocês estão querendo saber” e já estava tudo desenhado já... tá bom eu sou a Darcy, e a Miriam falou eu sou a Mary, e Marcelo era Mateus, só tinha nós três pra falar. Aí eles mandaram fazer um depoimento de próprio punho \_\_\_\_\_ e daí daquele momento em diante nós fomos para a cela \_\_\_\_\_ aí elas chegaram depois \_\_\_\_\_ aí passei por essa tortura. Saímos de lá...um dia eles ligaram para minha mãe e falaram assim “olha minha sogra aqui é o Iran que está falando” e minha mãe falou “some daqui, some daqui que eles estão atrás de você” e nesse dia que eles ligaram de manhã e eles convidaram minha mãe para ir lá... Aí quando cheguei lá mamãe estava numa sala escura, no meio chorando eu cheguei “o que é isso? O que está acontecendo?” “eles estão aqui me pressionando para falar que o Iran me ligou hoje de manhã”. Mamãe não ligou \_\_\_\_\_ se alguém ligou para você foram eles. Eles fazem isso aqui de dentro...

Referência: FRECHIANI, Magdalena; MADEIRA, Elizabeth; MILANEZ, Ângela. **Oitiva** com ex estudantes da UFES. Concedida à CV/UFES, Vitória. 2014.

**Entrevista concedida à CV/UFES pela ex estudante e militante da UFES, Laura  
Coutinho**

Transcrição: Fabíola Pereira Costa e Nathalia Alves dos Santos

Data: 09/10/2014

Tempo: 1h 43min

Link:

<http://webconf2.rnp.br/p8milb718nr/?launcher=false&fcsContent=true&pbMode=normal>

Transcrição

Oradora: Senhora e senhores boa tarde! A Universidade Federal do Espírito Santo, por meio da Comissão da Verdade da Ufes, tem a honra de recebê-los para a solenidade de abertura da primeira audiência pública da Comissão da Verdade da Ufes, na qual será realizada a eletiva da senhora Laura Coutinho. A Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo tem como objetivo resgatar a memória dos acontecimentos relacionados à repressão política no período de 1964 a 1985 ocorridos na Ufes ou com ela diretamente relacionados. Observamos a seguir os convidados da primeira audiência pública da Comissão da Verdade da Ufes, na qual será realizada a eletiva da senhora Laura Coutinho e passamos a palavra para o coordenador da Comissão da Verdade da Ufes o professor Pedro Ernesto.

Prof. Pedro Ernesto: Boa tarde a todos e todas. \_\_\_\_\_ o reitor o professor Reinaldo, a vice-reitora a professora Ethel, a representante aqui da Comissão Nacional de Anistia, a todas as autoridades presentes e aproveitando para citar também que está presente aqui o presidente da Comissão Estadual da Verdade o doutor Agesandro da Costa Pereira, uma pessoa que \_\_\_\_\_ é alguém que antes de mais nada é objeto de estudo para aqueles que querem pesquisar a História recente do Espírito Santo, a luta e a defesa dos direitos humanos e a luta pela liberdade democrática do Espírito Santo, então não poderia deixar de citar essa presença ilustre aqui nessa audiência. Para iniciar os trabalhos eu gostaria de dizer que a Comissão da Verdade da Ufes foi instaurada pela atual reitoria em março de 2013, nós somos dez representantes que de certa maneira coordena todo o segmento da universidade, existem professores, existem técnicos, existem representantes da Adufes, existem representantes do Sindiupes, existe um representante do DCE, então a ideia de compor essa Comissão da Verdade atual se deu exatamente por conta de uma demanda representada pela própria Comissão

Nacional da Verdade no sentido de que cada universidade brasileira realizasse um trabalho de levantamento interno nos seus arquivos, entre os seus membros sejam eles estudantes, professores e funcionários das graves violações que ocorreram durante o período entre 1964 e 1985. Então por iniciativa do professor Reinaldo foi composta essa Comissão e ela tem se debruçado sobre duas questões essenciais desse último período. Uma é o levantamento do acervo documental de órgãos de repressão e de informação que atuaram no Espírito Santo e mais especificamente aqui dentro da Universidade Federal do Espírito Santo, a gente teve um levantamento significativo de documentação do órgão de informação chamado “Assessoria de Segurança e Informação” que funcionou aqui na Ufes de 1971 a 1986 segundos os relatos que nós conseguimos levantar até agora. Outra frente do trabalho é essa que vocês vão pela primeira vez visualizar hoje, nós realizamos paralelo a esse trabalho de levantamento documental, nós temos realizados depoimentos de exestudantes, ex-professores aqui da Universidade, nós \_\_\_\_\_ único de entrevistas de pessoas que passaram por aqui num determinado período da História da Ufes durante a ditadura militar, e por uma recomendação de um grupo da Comissão da Verdade que vem se reunindo no último ano, sob o acompanhamento da Comissão Nacional da Verdade, nós resolvemos fazer uma audiência pública em relação aos casos emblemáticos de graves violações dos direitos humanos. Quando a Laura Coutinho for falar vocês vão entender o porquê dela ter sido a primeira a falar publicamente, porque o caso dela realmente é algo que infelizmente serve para demonstrar qual era a forma, como agiam as pessoas que tomaram o poder a partir de 1964 no Brasil e implantaram a ditadura militar. Então nosso objetivo hoje é esse: objetivo didático, pedagógico e falar sobretudo para as novas gerações para que elas tomem conhecimento, para que futuramente não só o depoimento da Laura Coutinho mas todos os outros depoimentos que nós fizermos, esses depoimentos vão se tornar públicos, o vídeo que está sendo feito hoje pela equipe do EAD, em breve estará na internet acessível a todo mundo, o princípio da cultura do acesso que é o quê baseia, o quê fundamenta a Lei de Acesso à Informação, da mesma maneira a transcrição da entrevista dela também, quando apresentar o relatório final, a ideia é que essa transcrição se torne acessível publicamente na íntegra, para que todo mundo conheça, para que todo mundo escute e compreenda um pouco desse período marcado por lutas políticas, mas, ao mesmo tempo, também marcado pela repressão política no Brasil e especialmente no Espírito Santo.

E no Espírito Santo sempre destacando o fato de que a Ufes foi um dos palcos que mais resistiu à repressão política e também conseqüentemente por conta dessa luta pela democracia

dentro da Universidade, os integrantes da Universidade foram os que mais sofreram as consequências da repressão política durante esse período aqui no Espírito Santo. Com essa abertura as palavras iniciais passaremos aos outros membros da mesa e depois sim vamos escutar o depoimento da Laura Coutinho. Muito obrigado a todos e espero que vocês fiquem até o final para ouvir o relato da Laura.

Oradora: Passamos a palavra agora para a vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a senhora Sueli Aparecida Bellato.

Vice-Presidente da Comissão de Anistia sra. Sueli Bellato: Boa tarde a todos e todas! É uma satisfação muito grande está presente neste ato, numa abertura de uma audiência pública, eu me dirijo a mesa, cumprimento os membros da mesa e cumprimento a todos os outros membros presentes. Eu tenho muito carinho pelo Espírito Santo, já venho de muito tempo \_\_\_\_\_ Cláudio, \_\_\_\_\_ cumprimentar a todos vocês aqui presentes, somos da velha guarda da Pastoral da Juventude, então, já há muitos anos a gente se conhece, o Perly, pessoas que estão aqui presentes, agradeço o apoio do professor Paulo nos deu para chegar até esse momento e a todos os demais. Antes de tudo queria dizer que era um desejo esse momento de resgate da História, a orientação que a Comissão Nacional da Verdade fez: que as universidades também conceda como seu resgate de conhecimento, é muito oportuno, que isso se transforme no conhecimento, numa recomendação de comportamento para todas as gerações, eu acho que seja essa \_\_\_\_\_ ainda que tenha passado tantos anos, parece que é tarde mas não é, nenhum fruto cai fora de hora, se o nosso momento é agora que façamos bom uso desse fruto que nós estamos colhendo. Eu queria dizer que a iniciativa da Universidade, assim como também, a \_\_\_\_\_ aqui do Espírito Santo, ela antecede propriamente esse momento \_\_\_\_\_ porque nós já estabelecemos, algum tempo atrás, convênios que buscasse na Comissão de Anistia quais as informações que poderia favorecer essa construção aqui do Espírito Santo do resgate da verdade. E quero lhes dizer que é uma responsabilidade nossa de buscar informações, eu não sei explicar talvez a academia nos ajude, porque existe um número baixo de requerimento de anistia em determinados estados no nosso país perante a Comissão de Anistia. Nós sabemos que a repressão se deu de uma forma maciça em todo o país, no entanto, nem todas as pessoas conhecem o direito que elas tem de reparação dos prejuízos que lhes

foram causados, nem todos sabem que essa estória deve ser contada de geração em geração para que ela não mais se repita e nesse sentido o Espírito Santo está dentro desse estágio de situação que apresenta um baixo número de requerimentos. E com a instalação da Comissão

eu quero acreditar que vamos ter um novo resultado e nós vamos poder conhecer quem foram os outros perseguidos políticos que não sabiam como expressar por uma lei de licenciamento ou a lei da \_\_\_\_\_ fez com que a gente não contasse essa História, qual é a lei da imposição do silêncio que impediu que as nossas gerações estivessem falando da mesma forma que outros falaram. E se isso acontece em centros urbanos imagine nas populações rurais, como ainda é bem mais difícil de reportar, eu tenho ouvido algumas experiências dos povos indígenas ali é uma outra fase desse ocultamento, da falta de informações que nós precisamos vencer para que amanhã não se tenha a repetição dos erros praticados no passado. Então eu gostaria que nesse momento pedir a licença aos senhores para entregar o relatório do que foi possível construir com a Comissão de Anistia e \_\_\_\_\_ Nações Unidas que favorece o financiamento dessas pesquisas, é uma pesquisa que nós recebemos num conjunto de informações que nos foi fornecido pela Escola de Magistratura daqui do Espírito Santo e da Universidade e nós fizemos um cruzamento de informações como o que existe lá em Brasília, infelizmente, devo lhes dizer que foi baixo o resultado de informações, que aquela relação que vocês mandaram foram pouco os casos que nós encontramos e que foi possível então fazer levantamento de dados e estatísticas. Fica então o estímulo, para que isso seja o início de uma grande jornada, que nós devemos nos empenhar todos como sociedade para buscar onde estão as outras informações independente do requerente querer entrar com processo \_\_\_\_\_, há pessoas que não querem entrar, entendem que é uma situação \_\_\_\_\_. Nós temos tido na Comissão uma posição de incentivo as pessoas, que elas entrem com o requerimento independente se elas querem reparação econômica, isso é um outro passo. Mas nós sabemos que o Estado brasileiro deve um pedido de desculpas a essas pessoas e isso deve ser feito \_\_\_\_\_ a própria vítima não deveria abrir mão de que Estado reconhecesse os erros que praticou. Esse é um desafio que está dado a todos nós, então quero dizer que é incipiente mas foi feito com muito carinho o registro que foi pela Andreia, inclusive uma colega nossa que já tinha trabalhado na \_\_\_\_\_ hoje é professora do ensino médio de Brasília e que se empenhou com muito carinho no cruzamento das informações pesquisando nos arquivos da Comissão. Eu faço essa entrega e queria convidar também os representantes, se me permitem da Escola de Magistratura para fazer a entrega do relatório deles. ... É um ensaio para ficar melhor.

Vice-Reitora Prof.<sup>a</sup> Ethel Leonor Maciel: Boa tarde a todos e todas! Não vou fazer uma fala institucional mas uma fala mais pessoal, eu quero agradecer ao nosso reitor, a Sueli, a todos os membros da Comissão da Verdade eu queria especialmente agradecer a Laura, acho que como mulher não é simples chegar na frente de tantas pessoas e dizer coisas que aconteceram

como ela vai dizer, então eu quero parabenizar e agradecer a Laura pela coragem de se colocar diante de todos nós e dizer as coisas que aconteceram. Eu acho isso muito importante e nós só vamos conseguir desvendar o que realmente aconteceu se as pessoas tiverem coragem de se colocar e dizer. Acho esse momento ímpar e importantíssimo e também quero dizer que essa sala é muito emblemática para nós porque também por iniciativa da Comissão da Verdade nós fizemos uma troca da placa, de uma placa simbólica que existia anteriormente nessa sala, e que dava o título Doutor Honoris Causa para um dos nossos ditadores, vamos dizer assim, e substituímos a placa por aquela homenagem a todos que lutaram, muitos deles sentados nessa sala hoje, nessa luta de redemocratização do nosso país. Então esse momento é histórico, esse lugar é histórico e eu quero agradecer a presença de todos e especialmente da Laura. Obrigada.

Oradora: Gostaria de registrar e agradecer a presença do ouvidor geral da Ufes, senhor Ricardo Roberto Behr. Passamos agora a palavra para excelentíssima deputada federal Iriny Lpoes.

Exmo. Sra. Deputada Iriny Lopes: Boa tarde a todos e a todas! Quero cumprimentar a todos e todas em nome da Sueli e dizer da importância dessa Comissão no nosso país, é muito difícil numa sociedade conservadora e com todas as brutalidades políticas e humanas que vivenciamos no último período da ditadura. Nós acompanhamos outros países uma constituição das suas Comissões no direito a verdade, nas Comissões de Anistia e direito a verdade, porque todos os povos tem que construir e edificar sua nação de acordo com a realidade da sua História. É muito ruim se nós cruzarmos os braços e deixarmos que a História real se perca e que prevaleça sempre a versão dos vencedores. Então muita coisa foi dita em chamar de “revanchismo”, “não vamos reabrir as chagas do passado” mas quem vivenciou aquele período não teve as suas chagas fechadas, quem sabe agora possamos de fato fechar as chagas do Brasil fazendo o reconhecimento devido a todas as pessoas que entregaram a sua vida de alguma forma para salvar a democracia no Brasil. Muito obrigada.

Oradora: Passamos a palavra agora para o reitor da Ufes o professor Reinaldo Centoducatte.

Reitor Prof. Reinaldo Centoducatte: Boa tarde! Quero em primeiro lugar saudar a Laurinha e saudar a todos aqueles que enfrentaram com energia e disposição necessária a ditadura que se abateu nesse país. É certo que aquele momento uma batalha foi perdida mas por vocês e todos aqueles que permaneceram a luta nós ganhamos a guerra, a guerra foi ganha, o Brasil hoje \_\_\_\_\_ consolida o Estado de Direito Democrático e isso muito se deve a pessoas como você

que enfrentou a ditadura militar. E novamente mostra essa coragem, essa fibra, ao externar em depoimentos públicos o que se passou com você, que se passou com amigos e amigas naquela época de terror que foi implantado aqui nesse país. Muito obrigado, muito obrigado mesmo por você ser uma resistente, uma batalhadora, uma guerreira no momento que foi necessário essas atitudes, aqui tem você, tem Perly que são exemplos e pode ter certeza vocês iluminaram um caminho, com exemplo, com luta, com determinação de muitos que vieram depois de você, uma geração com um pouquinho de diferença que veio com uma outra fase, com outras disposições e em outros momentos que por vocês e com vocês a sociedade brasileira conquistou o Estado de Direito Democrático. Eu quero saudar aqui a professora Ethel nossa vice-reitora, a deputada Iriny Lopes minha amiga e também uma defensora importante dos direitos humanos, a nossa Sueli Aparecida Bellato vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, muito obrigado inclusive pela contribuição documentada que a senhora nos entregou, ao Pedro Ernesto e a todos os membros da nossa Comissão que tem trabalhado com muita dedicação, muito rigor, muita disposição e muita competência para trazer a verdade, a luz aquele do que aconteceu nos anos 60 a 80. A nossa Universidade não poderia se omitir em hipótese alguma nessa fase da conduta nacional em que a História vai ser .... os momentos históricos vão ser pesquisados, vão ser desvendados e servirão de modelo, de exemplo para que nós não permitamos que fatos como ocorreram na década 60 tornem a acontecer, acho que o amadurecimento na nossa sociedade, a tomada da consciência da cidadania ela pressupõe e faz com que a maioria da população brasileira resista a qualquer tipo de ação que atente contra a democracia \_\_\_\_\_ representa para todos nós um enfrentamento, um exemplo de pessoa que sempre esteve a frente das movimentações, das lutas através da sua representação, na OAB, como também um auxílio, um exemplo a ser seguido então dr. Torezani muito

obrigado também pela sua presença nesse momento de extrema importância para nossa Universidade. Eu espero que o depoimento da Laurinha e o consequente trabalho da nossa Comissão se junte aos demais trabalhos das demais Comissões espalhados por esse Brasil afora e ofereça a possibilidade dessa História ser escrita a partir dos fatos relatados e comprovados por cada um de vocês, essa é a História que permitirá que o passado de opressão seja banido de uma vez por toda do nosso país, muito obrigado a todos vocês.

Prof. Pedro Ernesto: Então dando início a parte eletiva do depoimento, foi passado para a Laura Coutinho para que ela iniciasse para que ela falasse um pouco da entrada dela na Universidade, qual curso que ela fez, o que aconteceu com ela, quais os problemas que ela

teve aqui a partir do momento da prisão dela, tudo o que ela passou durante esse período da prisão aqui no Espírito Santo, em São Paulo e também que ela falasse o que aconteceu com ela quando ela voltou para o Espírito Santo e quando ela reingressou na Universidade.

Sra. Laura Coutinho: Boa tarde a todos, eu agradeço a oportunidade que essa Comissão da Verdade a Universidade Federal do Espírito Santo nos permite relatar, registrar do período crítico da História desse país, e que nós tivemos a oportunidade de vivenciar a duras penas e que na maioria das vezes nós não tivemos a oportunidade de estar relatando muitas vezes porque nós não nos sentimos aptos e ainda preparados para fazer esse registro, não obstante, estivéssemos tido a oportunidade há uns cinco anos atrás na gestão do Presidente da Assembleia Legislativa Claudio Vereza, foi a primeira pessoa que oportunizou que nós pudéssemos relatar as nossas vivências e as nossas experiências, mais que isso, desabafar e posicionar como realmente vítimas de um processo histórico quando a gente era visto como vilões da História. Então nessa oportunidade da Assembleia Legislativa na gestão do deputado Claudio Vereza a quem eu quero publicamente agradecer e que iniciou esse processo de resgate do que realmente aconteceu no Brasil e aqui no Espírito Santo. Merecidas honrarias a quem \_\_\_\_\_ deu a oportunidade de já nem tão jovens pudessem ter essa oportunidade de relatar o que realmente ocorreu e que inclusive virou documento, o primeiro documento do estado que “As Ditaduras não são Eternas”, e que nós aguardamos deputado ainda a nova versão, nós sabemos do seu interesse, da sua luta, de tentar levar para maiores espaços esses registros para que as pessoas nunca se esqueçam e que a ditadura nunca mais aconteça nesse país, nesse estado. Continuando

com a minha história, eu sou de uma família de classe média, filha de um viajante comercial na época cacheiro viajante e de uma professora primária de quem herdei os princípios da democracia, minha mãe professora do advogado Homero Mafra que tive a oportunidade, numa reunião, ele dizer que a velha mestra formou homens de mentalidade verdadeiramente democrática, então na minha família a gente tinha noções de justiça social, de democracia internamente mas eu tinha dezenove anos de idade eu ingressei a Universidade Federal do Espírito Santo no curso de odontologia. Em 1969 vivíamos do período autoritário, em 1971 no segundo ano da Universidade Federal do Espírito Santo, o curso de odontologia na época funcionava na ladeira São Bento no centro da cidade, eu namorava o estudante de geografia João Amorim Coutinho que estudava na Fafi também na Universidade Federal na avenida Jerônimo Monteiro e nós trabalhávamos no projeto – por ironia do destino – um projeto chamado “Projeto Assismo(?)” que era integração do exército e comunidade, onde a gente

trabalhava num bairro chamado Porto de Santana ali em Cariacica. A gente costumava dizer “Porto de Santana onde a miséria acordou e a felicidade abortou”, a gente sentia – numa visão meio poética – mas a gente sentia nitidamente as injustiças sociais, as discrepâncias sociais naquele bairro onde aquela população, a maioria dela vindo do interior na época do êxodo rural, envolvidas, estimuladas pelos grandes projetos desenvolvimentistas deste Estado, vinham para cá em busca de emprego mas não tinham mão de obra especializada, eles acabam entregue a própria sorte excluídos de todos os direitos sociais da época permitido. Então a gente começou a perceber que aquilo não era uma coisa que a gente poderia aceitar e baseado naqueles princípios democráticos da nossa origem, a gente começou a insurgir contra isso mas mais a nível de movimento estudantil tentando levar conhecimentos: de higiene pessoal, de garantias sociais nas quais eles poderiam ter acesso, nada mais do que isso, apenas uma visão romântica de uma sociedade mais justa, mais humana, mais igualitária. A partir dessa militância social a gente também veio associada a isso veio a militância política, militância política não é uma militância organizada é uma militância mais romântica dentro daquilo que a gente acreditava ser justo e passamos a serem procurados, tivemos contatos com algumas pessoas que eram organizados e que tinham realmente uma militância mais efetiva contra a ditadura que tinha se assolado naquele país. Então o meu marido – eu não era organizada – ele era organizado era ligado a Ala Vermelha do PC do B onde a gente recebia algumas pessoas ... a nossa casa era um fronte de resistência daqueles estudantes menos privilegiados em termos sociais onde

RU só funcionava de segunda a sexta, então sábado e domingo essas pessoas tinham que se alimentar então o local de encontro era a minha casa, então esse local de encontro passou também a ser um local de discussão política, de discussão política que passou a ser uma prática também de reação aquele Estado autoritário que nós vivenciávamos. Em março de 1971 nós fomos presos, eu morava em Vila Batista um bairro pobre da região de Vila Velha, onde nós fomos.... no dia que a gente foi preso, a gente tinha visto um movimento muito grande de carros aqui em Vitória que até então não era muito comum, Vitória naquela época era uma cidade que tinha pouco movimento, tinham poucos carros então a gente viu muito aquelas caminhonetes C-14, umas caminhonetes que eram utilizadas pelos aparelhos de repressão de Rio e São Paulo e o companheiro da gente de São Paulo que estava nos visitando na época, eles estavam na clandestinidade e eles precisavam se tornar legais. E para tanto, eles vieram para o Espírito Santo para ver se conseguíamos uma forma de conseguir documentação, para vocês verem não era tão romântico assim, tinham umas questões práticas

que precisavam ser solucionadas e eu... seria até piegas dizer isso, mas minha vontade era muito grande, descobriu-se naquela época que formulários de certidão de nascimento eram vendidos em papelarias então a gente comprou alguns formulários de certidões, fizemos umas certidões legais e através dessas certidões legais nós trouxemos as pessoas para que fizessem uma documentação legal e saísse da clandestinidade. Então a gente percebeu aquele movimento muito estranho de muitos carros e fomos para casa levando dois companheiros que aqui estavam para resolver essa questão documental. Lá chegando, umas duas horas da tarde mais ou menos, bateram na porta da nossa casa nos procurando, pessoas clandest... é, a paisana, pedindo que a gente fosse ao 3º BC para prestar depoimentos sobre uma questão estudantil. Quando nós chegamos lá no 3º BC, tinha mais outras pessoas aqui do Estado, quero registrar na época: o economista Antônio de Caldas Brito, Aristide Monteário, Francisco Feitosa Norberto(?), José Fernando Destefani, que era um estudante de engenharia daqui da universidade, já presos por um período que houve com o desmantelamento da esquerda de norte a sul, então uma pessoa que tinha sido presa em São Paulo, tinha entregue o pessoal daqui de Vitória, foram nove pessoas presas, ficamos 9 dias presos aqui no 3º BC, e aqui, é bom que se registre, embora a gente tenha visto depoimentos e registros da jornalista Míriam Leitão, que ela tenha sido torturada aqui no 3º BC, naquela época nós não fomos torturados aqui pelo exército aqui, porém, ficamos uma semana aqui depois fomos levados em avião da FAB, para São Paulo, porque as pessoas que

foram primeiro, primeira as que foram presas da ala, foram pessoas de São Paulo, então nós fomos levados para São Paulo, para acareação. Era comum na época – o professor Pedro Ernesto diz lá que o aparelho repressivo que existia aqui na Universidade – a coisa é tão concreta que existia na época era uma prática dos órgãos de repressão, inscreverem pessoas, tinham matriculadas na Universidade pessoas infiltradas, exatamente para poderem identificar as pessoas, os universitários que tinham militância política. Na minha classe tinham três oficiais do exército que estudavam odontologia, e eles que, eu imaginei que não me tinha acontecido nada aqui no exército, porque eles sabiam que eu estava grávida, inclusive um deles foi me visitar lá na cela do exército e dizia, Laurinha, pode ficar tranquila que não nada vai acontecer aqui porque nós sabemos que você tá grávida e nós respeitamos muito a maternidade. Nada vai ser feito com você. Aqui realmente não aconteceu nada, fomos levados para São Paulo, e lá nós fomos direto para a Operação Bandeirantes, na rua \_\_\_\_\_, a Operação Bandeirantes era uma organização paramilitar, onde tinham policiais da marinha, da aeronáutica e do exército, eram três equipes, A, B, C e tinham componentes dessas três forças

militares, né, então lá nos chegamos, fomos levados pelo hospital militar, fiz um atestado, fiz um exame de urina que comprovou que eu estava grávida, e voltei do hospital militar com aquele resultado, na certeza que nada seria acontecido comigo porque eu estaria grávida, por estando grávida que eu seria poupada. Porém, a Operação Bandeirantes, por ser uma organização paramilitar, não era um quartel era uma extensão do quartel mas era uma casa comum na rua \_\_\_\_\_ em São Paulo, onde era uma casa comum, mas com muros altos, cercada por muros altos e como toda casa você consegue ver toda a movimentação que existe. Nós ficávamos em uma cela de mulheres, onde tinha a cela dos homens próxima e acima de nossa cela tinha a sala de tortura. Então, durante o dia que a gente chegou e durante o início da noite a gente ouvia constantemente grito de pessoas, barulhos de queda, de copos, a gente, o tempo todo vivia como se estivéssemos em um filme de terror. Pela madrugada, não obstante eu tivesse esse, esse documento que provava a gravidez, eu fui chamada, eu fui levada para o segundo andar onde ocorria a tortura e o meu companheiro João Amorim Coutinho estava sendo interrogado e também sendo torturado e eles tentaram negociar com ele que eu fosse poupada desde que ele entregasse algumas pessoas, alguns companheiros que eles queriam. Quando ele se negou a fazê-lo, eles começaram a me torturar. Que tipo de tortura? É, eu, eu não quero me colocar como vítima desse processo, mas eu acho que a gente tem que deixar claro que

realmente aconteceu, principalmente para as novas gerações, para que, fique claro que para manter o Estado autoritário, eles não poupavam ninguém, e usavam todos os instrumentos, por mais cruéis que eles fossem. Eu fui torturada com palmatória, com choque na vagina, com choque no seio, com choque na língua. Fui ao pau-de-arara só aguentei 5 minutos no pau-de-arara e desmaiei, e fiquei sendo torturada durante a madrugada toda. Quando terminou a sessão de tortura, eu na realidade, eu como não era organizada eu não tinha muito o que entregar, então na realidade o que a gente sentia era sadismo dos torturadores, né. Davam pra ele saber que uma garota de 21 anos pouco teria para apresentar pra eles ali, na realidade o que eles queriam, é mesmo era exercitar o sadismo e o poder e o autoritarismo. Então quando terminou de madrugada essa sessão de tortura eu não conseguia andar, fui engatinhando, descendo as escadas para a cela, engatinhando, e nesse processo os torturadores ofereciam arma, “não quer se suicidar?”, “tem aqui um revólver você não vai sair daqui com vida”, “você pode resolver logo isso agora”. Voltei para cela sentindo muito dor e lá as companheiras ... vale registrar aqui o grau de solidariedade que a gente encontrou junto aos companheiros e outros militantes que cuidavam da gente quando a gente chegava depois

dessas sessões de tortura. Na cela quando a gente ficava não tinha banheiro, era um quarto adaptado, e de madrugada quando cheguei fiquei sentindo muita dor, não tive sangramento nem nada mas com muita dor e de manhã quando foi aberta a cela para que a gente fosse no banheiro eu senti um peso descendo, era o bebê que eu tinha perdido naquela sessão de tortura. E lá fiquei uma semana sangrando sem ter qualquer assistência, o modess\* (absorvente íntimo) que a gente tinha era o jornal que a gente amassava e botava para poder – nem papel higiênico a gente tinha – usar como absorvente. Depois de uma semana como eu comecei a ter febre muito alta, nos levaram para o hospital militar onde fui submetida a uma curetagem e depois voltei para a Operação Bandeirantes onde ficamos mais um mês, depois da Operação Bandeirantes nós fomos para o DOPS onde foi feita a parte jurídica do processo. O tempo que a gente ficou na Operação Bandeirantes nem atestado de carceragem eles nos deram, não nos forneceram, como era uma organização paramilitar então não era legal nem atestado de carceragem a gente conseguiu. Ficamos lá dois meses e meio depois fomos liberados e voltamos para Vitória, quando voltamos para Vitória a gente não conseguiu nem o abono das faltas, nem daquele período que a gente tinha o atestado de carceragem: que era o período que ficamos no DOPS que foi feito a parte jurídica do processo. Porque tinha um cidadão na Universidade que funcionava na Fafi – na Faculdade de Filosofia – que era o senhor Alberto Monteiro que era o representante dos órgãos de repressão na

Universidade, e esse senhor ... para que todas as nossas faltas fossem abonadas a gente precisava do aval do doutor, do senhor Alberto Monteiro. Como a gente não conseguiu eu perdi aquele ano de odontologia, que interrompeu a minha formação em um ano, sem contar que nós não conseguíamos nem emprego, tivemos eu e meu companheiro de sermos mantidos durante dois anos pela nossa família porque nós não tínhamos nem .. era como se tivéssemos uma peste e fôssemos leprosos, a exclusão era tanta que os próprios amigos e companheiros, quando sentávamos perto deles no restaurante universitário eles se levantavam com medo de ser comprometidos e serem associados a gente. Depois de formada, ainda no regime autoritário, fiz um concurso para o antigo INAMPS, não consegui porque mesmo tendo sido aprovada no concurso... a gente tinha que levar para poder assumir todo emprego público um atestado de ideologia e a gente não conseguia esse atestado, uma vez que, a gente tinha essa peste(?) de ter sido preso político. Eu peço desculpas a vocês por não ter conseguido manter a coerência porque falar sobre esses temas, embora seja importante, e eu acho que estou aqui até por um dever de cidadã, um compromisso que eu tenho com essa Universidade, que me deu essa formação, de fazer esse registro mas é extremamente doloroso porque lembrar desses

fatos é viver o sofrimento de toda uma época, é o retorno daquela quebra daquele sonho pueril de uma juventude. Quero também dizer que essa sequela me acompanhou, a vontade de engravidar era tão grande que mesmo em situações condições inóspitas e sabendo que a gente não tinha nem como sobreviver, eu e meu marido, nós mesmos a gente dependia da família da gente para poder sobreviver, a gente tentava engravidar não evitava neném nem nada e por duas vezes eu engravidei e perdi espontaneamente. Eu tive três abortos, além desse filho meu que foi morto nos cárceres da ditadura, eu tive dois abortos espontâneos, na época eu era cliente da doutora Maria Gleides que era mulher do deputado e médico Max Mauro ela dizia: “Laurinha você não tem nada, você não tem nenhum problema para manter essa gravidez, essa questão é terminalmente psicológica”. Então além da perda desse filho, a perda da liberdade democrática, dos direitos políticos, na medida que você faz um concurso, passa nesse concurso e não consegue assumir esse emprego é uma perda, além disso tudo a discriminação que você e sua família passavam por conta desse episódio em sua vida. Então ... depois também minha filha Lúcia Coutinho que é jornalista e professora dessa Universidade Federal do Espírito Santo (não)\*, de Juíz de Fora, também foi aluna dessa Universidade e ela estudante alguns colegas falavam “Lúcia minha mãe mandou que eu não podia conviver com você porque você é doida igual a sua mãe”, a \_\_\_\_ não acompanhava só a gente, acompanhava também os filhos, meus filhos também foram vítimas e até hoje a gente sente que as pessoas te olham de uma forma enviesada por conta dessa trajetória. Nem todos tem o alcance do que se passou naquela época, foi um período triste na História desse país e que precisava que alguém tivesse alguma atitude contrária do que estava acontecendo, nossa contribuição foi apenas de se insurgir contra aquele Estado, que a gente sabia que não era Estado de Direito. Na realidade a gente nem tinha muita consciência política como hoje, porque os meios de comunicação era engessada e como bem disse a deputada Iriny “a História precisa ser revista do lado daqueles que vivenciaram isso e não do lado daqueles que tiveram proveito, que tiraram proveito”. Então assim, eu estou à disposição se vocês tiverem algum questionamento, eu acho que estou perdendo a linearidade da minha explanação mas me coloco à disposição que vocês tiverem. Obrigada.

Pedro Ernesto: Quero novamente agradecer a Laura Coutinho por essa aula de cidadania, de democracia que você acaba de dar é realmente... eu particularmente chorei e perdi a linearidade imagine você que está lembrando disso tudo, que passou por tudo isso. Então quero novamente agradecer, você está fazendo um serviço tremendo, sobretudo para os mais jovens, sobretudo sobre uma época do nosso país que a gente viveu uma onda conservadora

crescendo, o discurso do ódio, da intolerância, do racismo, da homofobia se tornando quase um censo comum no meio da sociedade \_\_\_\_ e até mesmo da imprensa, ouvir você falar isso, ouvir a sua firmeza, ouvir a sua convicção, ouvir a sua certeza de que a democracia tem que ser preservada eu acho que é fundamental e é por isso que eu imagino que foi o objetivo de toda a Comissão de Verdade da Ufes, do Paulo Velten, do Luis Cláudio, da Rita, de todos os componentes do \_\_\_\_ que está aqui, de todas as pessoas que trabalham junto a Comissão da Verdade, a nossa ideia quando passamos para o reitor, para o professor Reinaldo e a professora Ethel era exatamente esse, de que as pessoas, sobretudo os mais jovens tem contato com essa História, porque é algo.... é importante você conhecer os livros didáticos, mas você ouvir uma pessoa relatar, é algo que marca. É extremamente importante para aprofundar esses princípios democráticos. \_\_\_\_ em fim, eu vou repassar a palavra para o Prof. Luiz Cláudio, que pediu e se mais alguém quiser fazer mais alguma pergunta, alguma colocação, algum questionamento, por favor, o microfone depois do prof. Luiz Cláudio.

Professor Luiz Cláudio: Boa tarde a todos. Boa tarde Coutinho, muito obrigado pela presença. Agradeço por contribuir com o trabalho da nossa comissão. A respeito da sua

fala, a senhora declarou que haviam pessoas que eram colocadas como colegas, estudantes do curso de odontologia. Eu queria saber como é que essas pessoas, se a senhora tiver essa informação, se eles faziam os vestibulares, que tipo de convivência haviam com essas pessoas, se era possível identificar essas pessoas durante o curso uma vez que uma até se revelou na prisão, foi visitar a senhora.

Laura Coutinho: Na realidade, eles não se identificavam como policial infiltrado né. Eles se identificavam como pessoas do exército, eram oficiais do exército, não \_\_\_\_ do exército. Pelo menos ele não faziam vestibular. Acho que eu não sei se até hoje ainda eles tem esse direito, ainda tem essa...eles não faziam vestibular. Eram oficiais que tinham cotas, tinham vagas para...O comportamento deles era normal, de um aluno normal mas a gente nem imaginava que eles estavam lá com essa função até ocorresse a nossa prisão. Mas tinham, né, eu acho que em outras escolas tinham também outros policiais infiltrados mas que não fossem do exército. Mas os que eram do exército - \_\_\_\_ você lembra disso, da época que a gente fazia odontologia? Eram transferências, não eram?

Professor Luiz Cláudio: A senhora lembra recorda o nome dessas pessoas? É capaz de identificar?

Laura Coutinho: Eu me lembro o nome, Vitor \_\_\_\_ de Vila Velha. Ele ainda mora em Vila Velha e Vicente não sei o sobrenome do Vicente. Pelo menos desses dois nomes eu lembro.

Professor Luiz Cláudio: Eram alunos do curso de odontologia?

Laura Coutinho: Eram alunos do curso de odontologia.

Professor Luiz Cláudio: Eram alunos do curso de odontologia, portanto a gente teria como identificar essas pessoas.

Laura Coutinho: Tem, tem! Apenas, a gente chegar, pegar as matrículas do curso de odontologia de 69,70,71 e 72, logo que a gente formou. Inclusive o curso de odontologia antigamente tinha no curso de odontologia alguns quadros informando, então é fácil de identificar.

Professor Luiz Cláudio: Ok. Minha outra pergunta seria se a senhora, essas pessoas foram presas...se haviam outros capixabas e outros estudantes universitários. Em fim, quem eram essas pessoas que estavam na \_\_\_\_\_, nessa casa\_\_\_\_\_.

Laura Coutinho: Daqui do Espírito Santo, todos nós que fomos presos, inclusive deixei o documento com o Professor Paulo Velten, quando foi aberto o Arquivo Público em São Paulo, eu peguei toda a documentação, consegui toda documentação que os nossos interrogatórios da Operação Bandeirante, todo documento que continha o meu nome ou que meu nome foi citado em outros depoimentos da Operação Bandeirante. Posso até esquecer de alguns, mas foram: João Amorim Coutinho, que era casada na época; Antônio de Caldas Brito; José Fernando Destefani; Paulo Roberto Magalhães; Jair \_\_\_\_, que já morreu; Aristides, que já morreu. Eram oito homens e só eu de mulher na época. Mas tinha também na Operação Bandeirante outras pessoas de outros estados, foi numa época em que até presos policiais infiltrados tinha. Não só daqui do estado, mas do Brasil inteiro. Houve quase um desmantelamento quase que total da esquerda em torno da \_\_\_\_\_ nesse período.

Professor Luiz Cláudio: Quantos prisioneiros haviam nessa casa?

Laura Coutinho: Aproximadamente, é claro que era rotativo, na época em que eu estive lá umas 30 pessoas mais ou menos. Inclusive, tava até comentando antes do início da sessão, de uma pessoa que foi casada com Paulo de Tarso Venceslau na época, uma pessoa assim que na época a tortura foi tão grande que eles usavam \_\_\_\_ de éter no pé dessa pessoa, que essa pessoa perdeu até o pé em função desse tipo de tortura.

Professor Luiz Cláudio: A senhora saberia, \_\_\_\_\_ obviamente não vou novamente tortura-la psicologicamente, descrever da sua cabeça essa sala de tortura como era a composta?

Laura Coutinho: Tinha uma cadeira de aço galvanizado, que eles chamavam de cadeira de \_\_\_\_\_, tinha o pau de arara e era um quarto que eles usavam como sala de tortura e não tinha nenhum equipamento acústico para impedir os gritos não era uma sala que era utilizada com palmatórias.

Professor Luiz Cláudio: A senhora acredita que a vizinhança tinha conhecimento do que acontecia ali?

Laura Coutinho: Acredito que não, eu não conhecia São Paulo a primeira vez que andei de avião e que eu fui a São Paulo na minha vida foi dessa vez lá, mas eu acredito que não pelo menos que tinha uma movimentação estranha das equipes que se alternavam então e quando eles prendiam um alguém que eles ficavam passando esse vangloriavam fazem o que eles e aquele estardalhaço. Como eu disse tinha equipe A, B, C então quando eles pegavam aqueles, igual a uma vez em que eu estive lá eles prenderam uma pessoa eu sei que o nome de guerra dele era Seixas. Eu não sabia o nome legal dele não sei o nome legal dele nem depois eu sei que veio ele e o filho algemados numa violência, as equipes bateram tanto neles no pátio mesmo da casa que quebraram as algemas. Pra você ter noção da violência animal deles, eu acho que no pior filme de terror eu não consigo relatar como era de verdade, de fato como eram isso.

Professor Luiz Cláudio: Quando a senhora foi transferida para o DOPS as pessoas dentro do DOPS, as pessoas de lá, os trabalhadores de lá, os policiais e os agentes eles tinham conhecimento do que vocês tinham passado nessa casa tortura?Eles se referiam a isso?

Laura Coutinho: Não, eles não se referiam, mas lá no DOPS foi muito melhor, apesar de não estarmos livres a gente tinha 30 minutos de banho de sol uma vez por semana mas pelo menos era mais tranquilo, nós tínhamos um coletivo, os familiares das pessoas que estavam presas lá e que moram em São Paulo levavam comida, roupas. Era mais humanizado, se pode falar em cidadania se tratando de estar em uma cela que você não sabia o que seria do futuro. O tratamento no DOPS era mais humanizado.

Professor Luiz Cláudio: Agora em relação à universidade, a senhora citou o senhor Alberto Monteiro que era da universidade e ele foi o coordenador da agência de informação, membro do SNI e coordenava o curso de organização e social e política que todos os alunos eram

obrigados a fazer. Como era o trato dele com os alunos, com a senhora? Ele passava uma ideia de que a reitoria da universidade estava a par do que estava acontecendo?

Laura Coutinho: Sim, ele tinha ligação sim. Ele tinha ligação com as pessoas da Universidade ele era como se fosse um professor da Universidade por exemplo a prótese eu fiquei reprovada fiquei reprovado por falta conseguir passar por nota mas fiquei reprovado por falta. O professor mandou que a gente fosse conversar com Alberto Monteiro para que ele autorizasse o abono das nossas faltas, como Alberto Monteiro não autorizou o professor não abonou nossas faltas e os professores temiam e tinham medo de se comprometer...eles também eram sensurados, os professores temiam. Os professores não tinham total liberdade também não eram só os alunos que éramos monitorados. Na época também monitoravam os professores.

Professor Luiz Cláudio: Obrigado.

Prof. Pedro Ernesto: Perly.

Perly: Quero somente lembrar, que no ambiente naturalmente revolucionário, a acessória de segurança interna era ligada diretamente à reitoria. Quando aplicava o 477 que era o \_\_\_\_\_ da universidade, reunia uma sessão como essa aqui. Portanto não tinha nada clandestino, Alberto Monteiro era um funcionário conhecido como um funcionário que depois foi visto como professor da universidade, era funcionário apenas como é que ele ficou como professor não sei mas não era só ele, todas as escolas sem exceção já que não dá para lembrar tudo, tinha gente assim. Podia ser um professor, podia ser um funcionário podia trabalhar na RU e cumpria as funções dele, ele não fazia ameaças não. Se você fizesse uma assembléia em qualquer lugar, aparecia além daqueles estudantes que já estavam ali no meio, apareciam pessoas acompanhando. Nas manifestações em toda parte, em todas as universidades sem exceção, e desde 64. Em 64 fizeram um inquérito policial militar, portanto todos os alunos passaram por isso, foram submetidos a isso em 1964. A acessória de segurança interna era de conhecimento da universidade. Assim como botaram o professor Aldemar de oliveira genro aqui nessa universidade, botaram pra fora por \_\_\_\_\_, depois do envolvimento dele ele morreu foi feito o movimento e aqui mesmo eles deram a reintegração depois de morto o Aldemar, então não havia nada clandestino, era aberto e de conhecimento de todas as pessoas.

Laura Coutinho: O que falo Perly, o escritório do Alberto Monteiro era ali na \_\_\_\_\_ da filosofia, conhecimento de todo mundo.

Professor Paulo Velten: Dr.<sup>a</sup> Laura, apesar da senhora ter relatado que no terceiro batalhão não houveram torturas físicas, a senhora passou por algum tipo de tortura psicológica do tipo que não te atingisse fisicamente mas q fosse usado combinatoriamente de tortura? Essa é a primeira pergunta, a segunda e eu já ouvindo depoimento da senhora sobre o caso do Seixas e eu gostaria de saber se a senhora se recorda do nome da mãe ou da esposa do Seixas. Porque pode ser que a senhora seja testemunha da morte do presidente da comissão de anistia.

Laura Coutinho: Era dona Fanir, eu fiquei na mesma cela que a dona Fanir e as duas filhas dela.

Professor Paulo Velten: Mas a senhora chegou a ver toda a parte do ocorrido?

Laura Coutinho: Eu lembro quando eles vivos chegaram, a vidraça da janela eles pintaram de tinta preta pra ninguém poder ver o que estava conhecendo lá em baixo mas a gente pegou um grampo de cabelo e fez um buraquinho na tinta pra poder ver. Eu lembro perfeitamente quando a dona Fanir viu o corpo dele, quando o corpo dele tava lá em baixo no camburão a gente começou a bater na cela pra ver se alguém vinha nos atender ela pediu "deixa eu ir lá dar um abraço, eu sei que aquele corpo é do Seixas, eu queria dar um abraço como \_\_\_\_\_ de toda uma vida" e a gente presenciou essa cena, eu lembro perfeitamente dessa coisa na cela que a gente ficou.

Professor Paulo Velten: E quanto a tortura Professor e quanto tortura psicológica?

Laura Coutinho: A tortura psicológica assim né a gente só comer banana ele só dar um banana verde pra gente era única alimentação que a gente tinha. Não nos deixava tomar banho, nos ridicularizavam, diziam q a gente nunca ia sair de lá, diziam "seu marido está sendo torturado, daqui a pouco venho ficar com vc aqui na cela" essas coisas assim de abuso mesmo da questão de gênero mesmo.

Sueli Bellato: Só para que todos entendam o caso que a Laura Coutinho: está citando do Seixas. O Seixas era um comandante de uma das organizações de esquerda que foi preso. Saiu no jornal sobre a morte dele antes dele ser assassinado. Já anunciaram que ele teria morrido em um acidente de carro e a família dele sabia que ele estava sendo torturado. A esposa dele foi presa, um filho de 14 anos foi preso e muito torturado e ele foi

assassinado como a Laura Coutinho: está dizendo, as pessoas viram o corpo sendo arrastado e ele já tinha sido dado como morto mas ele ainda estava vivo e sendo torturado. É um dos

casos de muito escândalo que os registros da repressão tem guardado. Eu gostaria de também perguntar, tentei falar com a comissão de anistia agora e parece que a senhora não deu entrada em nenhum requerimento, nenhum pedido de indenização na comissão?

Laura Coutinho: não, estou em um período que estou sendo muito cobrada. Eu tinha uma posição e agora estou relendo essa posição. Agora a cobrança das minhas filhas que eu entrasse, eu tinha uma posição de que a minha militância não foi uma poupança. Era uma visão equivocada, mas era a minha visão. E então Pedro, "Laurinha, mesmo que você não queria por uma questão monetária, você tem obrigação de pedir" , como a senhora mesmo colocou que o Estado Brasileiro tem que me pedir desculpas por esse filho que perdi. Tenho uma filha advogada que está trabalhando essas questões, os documentos que tem que pedir pra gente entrar na comissão de anistia.

Sueli Bellato: Eu vou me pronunciar e dizer que é muito importante a senhora fazer. Porque lá nos registros oficiais há aquelas informações que estão ocultas, que os militares não querem revelar e há aquelas que são mentirosas que dizem assim "no dia tal, Perly compareceu espontaneamente para depor" e a versão que esta prevalecendo é a deles. Se nós não contarmos, o que a comissão de anistia e a comissão da verdade estão fazendo? Estão revendo aquilo que foi escrito anteriormente e que é mentira. Vamos refazer essa história que está escrita a partir dos torturadores. Acho que a sua fala é muito emocionante e que não vai trazer luz só ao seu caso, veja só o caso do Seixas, há interface com outros casos. Então eu digo que esse número baixo de registros que a gente tem aqui no Espírito Santo é porque as pessoas têm essa dúvida que é legítima. Ninguém faz bolsa ditadura nesse país, quem fez bolsa ditadura e continua recebendo seus salários com promoções são os militares. Eles não foram tirados, assassinaram e continuaram a receber e com promoções. Alguns chegaram até a General se não chegou foi no governo Lula e governo Dilma porque nos outros governos eles podem ter chegado. Então eu surgido e peço é que ajudemos os professores e estudantes a divulgar: primeiro não precisa de advogado para dar entrada. Basta saber contar os fatos e juntar minimamente os argumentos. Quem tem falta de documentação que também é um fato emblemático, tem os depoimentos, tem os amigos, tem os vizinhos que viram que

naquele dia a pessoa naquele dia não foi para um baile, ela foi sequestrada e ficou desaparecida. Então os depoimentos também são válidos e são importantes.

Laura Coutinho: eu já fiz o meu peso de minha culpa e percebi que tenho esse compromisso e não foi falta de cobrança dos parentes, companheiros e pessoas que a gente respeita. Mas as

vezes eu até vejo como uma covardia minha mexer com essas coisas, mas procede e eu vou fazer. Eu estou devendo e a história exige isso.

Sueli Bellato: Só mais uma coisa, nós vamos poder ver nos estados como nós vamos ajudar as pessoas. porque não é doloroso só para a a vítima, é para os familiares também. Hoje só temos quatro programas de acompanhamento psicológico, apenas quatro: São Paulo, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro. Nós podemos com a ajuda das universidades criar clínicas para testemunhos para que as vitimas possam curar, cicatrizar suas dores.

Ouvidor público: eu sou ouvidor público a senhora falou em nomes de servidores da universidade federal, a senhora falou sobre o comando, patrulha de \_\_\_\_\_ militar, mas eu pergunto à senhora porque é de interesse da escola de legislatura: no que a senhora viveu, tem nomes relevantes de advogados, juízes ou promotores que tenham participado ou colaborado com o regime e que tenham ajudado ou atrapalhado a resistência? A senhora se lembra?

Laura Coutinho: Eu tenho um nome de um advogado que pouco se fez justiça a ele até agora e que era a quem nos reportávamos para ajuda em todas as dificuldades que a gente tinha, que era Everton Monte Negro Guimarães, aqui no estado. E embora não sei a trajetória desse cidadão agora, mas na época tinha o advogado Cleoni Heringer, que foi nos visitar em São Paulo. Foi o único a nos visitar em São Paulo, quando a gente estava na operação Bandeirante no DOPS.

Ouvidor Público: Fora isso, nome de nenhum juiz ou promotor que por exemplo atuasse no regime ou contribuísse com o regime a senhora não se lembra?

Laura Coutinho: Não tenho lembrança. Gostaria de pedir ao Perly se ele tem alguma lembrança, que falasse aqui e registrasse.

Perly: O Espírito santo teve um dos piores, Geraldo Abreu, está vivo ainda lamentavelmente no Rio de Janeiro. A comissão nacional não ouviu essa pessoa. Ele não só era um elemento ligado à repressão, como por ele passavam as metralhadoras que serviam para matar as pessoas. Ele era procurador geral e hoje está vivo no rio de janeiro. Lamentavelmente ele não foi ouvido até hoje, e foi ele inclusive uma das pessoas que o Cláudio Guerra matava, era matador, mas ele levou o Cláudio Guerra para fazer a ligação com o sistema mais nacional, mas era ele: Cláudio Abreu e procurador geral que está vivo hoje no Rio de Janeiro.

Prof. Pedro Ernesto: Você pode me tirar uma dúvida? Você foi presa em março de 71?

Laura Coutinho: Sim.

Prof. Pedro Ernesto: Você ficou presa dois meses e meio?

Laura Coutinho: Sim.

Prof. Pedro Ernesto: O reitor da universidade da época era o Alair de Queiroz Araújo, você teve algum problema com ele?

Laura Coutinho: Não.

Prof. Pedro Ernesto: Quando você voltou, no segundo semestre de 71, o reitor já era Máximo Borgo Filho e foi na gestão de Máximo Borgo Filho que foi instalada a acessória de segurança e informação da UFES a ASI e quando você se reporta ao Alberto Monteiro, ele era chefe da ASI por todo esse período. Você teve algum problema com Máximo Borgo Filho, o reitor?

Laura Coutinho: Não, apenas quando eu coleí grau, eu tenho esse registro até fotográfico, na minha colação de grau a gente tinha que estender a mão e ele fez ironicamente, não condiz com o papel de um reitor, ele gargalhando, eu tenho essa foto inclusive, debochando da minha colação de grau.

Prof. Pedro Ernesto: Em relação ao Alberto Monteiro, a universidade funcionava de forma descentralizada principalmente no centro de Vitória. Em 71 começam os prédios aqui no campus de Goiabeiras. Quando você se formou, você estava estudando aonde?

Laura Coutinho: Ainda lá. A odontologia não tinha vindo pra cá não. Veio em 72;.

Prof. Pedro Ernesto: Alberto Monteiro ficava onde, perto da reitoria lá na FAFi no centro?

Laura Coutinho: Onde fica aquela escola de artes da FAFI, onde tem aquela parte onde tem aquelas danças, ali em baixo tinha uma salinha, era ali.

Prof. Pedro Ernesto: A reitoria funcionava ali também, no mesmo prédio?

Laura Coutinho: Não.

Perly: Inicialmente ele funcionou ali na rua Sete, ali funcionava a reitoria e posteriormente, com a transferência da universidade, aí sim ele vem pra cá e reúne todo esse material e leva pra FAFI. Eu ouvi \_\_\_\_\_ a esposa do Rogério Medeiros que também foi presa e foi lá na Fafi,

uma parte do material de arquivo da universidade era levado para a fafi, mas inicialmente ele estava no centro.

Laura Coutinho: Mas quando a gente voltou de são Paulão , para retomar as aulas e precisava do aval do Alberto Monteiro, era lá na FAFI, Já era na FAFI.

Prof. Pedro Ernesto: Para você voltar a freqüentar e abonar suas faltas, tinha que procurar pelo Alberto monteiro?

Laura Coutinho: Sim, nenhum professor deixava que a gente entrasse em sala de aula sem a autorização do Alberto.

Prof. Pedro Ernesto: Isso no segundo semestre de 71?

Laura Coutinho: sim, de 71 Pedro: mais alguém quer fazer alguma pergunta ou alguma observação? Você gostaria de falar mais alguma coisa, Laura?

Laura Coutinho: eu acho que nós vivemos em um momento muito importante da historia nacional, eu acho que os mais jovens, a gente tem um papel decisivo e temos que prestar muita atenção em que levantar a questão de estarmos encaminhando para o segundo turno nas eleições, pra prestar bastante atenção nos braços do regime autoritário que estão travestidos de progressistas, prestar muita atenção ao darmos o nosso voto porque o momento histórico é sério e temos um compromisso muito grande com essa nação e com essa juventude que nela está. Os falsos profetas estão aí e as pessoas que pulam de galho em galho estão aí, então a gente tem que manter uma coerência e se a gente conseguiu avançar nesse regime democrático nós não podemos perder esse avanço que tivemos absolutamente. Sem querer citar tendências políticas porque entendo que aqui não é hora, mas temos que prestar muita atenção antes de tomar nossa decisão agora nesse segundo turno.

Cláudio Vereza: Professor, como a Laura Coutinho, me homenageou, eu queria devolver a homenagem porque na verdade eu fui provocado por um grupo de presos perseguidos, ultrajados pela ditadura e a Laurinha citou o Aristides, falecido e foi o principal companheiro que vinha a velha assembléia e vinha quase que diariamente acompanhado de outros companheiros para me provocar no sentido de criar, na verdade eles queriam se espelhar na lei que tinha sido criada no Paraná, uma lei de reparação. E queriam que eu tomasse a iniciativa de apresentar a lei e acabei tendo a idéia de antes de apresentar o projeto de lei, de que tivesse a participação das pessoas conhecidas e vivas e familiares de mortos e

desaparecidos pudessem ir até à assembléia e dar depoimentos. Foi criada então uma comissão especial, isso foi no ano de 98, eu não era presidente, eu era deputado comum. Ano de 98 inteiro nos fizemos a coleta de depoimentos e o Aristides não chegou a ver o resultado, faleceu mais cedo. Aristides tinha seqüela, tinha perdido um pé, seqüelas das torturas que ele havia sofrido quando preso. De tal forma que gostaria de homenagear vocês mesmos, devolver essa homenagem a vocês que fizeram o principal papel que foi provocar um sítio parlamentar que não tinham vivo nada disso, que sabiam algumas coisas e com a força de vocês foi criado o projeto, aprovamos o projeto. O governador achou por bem vetar, a assembléia achou bem derrubar o veto. A lei entrou em vigor, lamentavelmente de lá pra cá nenhum governador aprovou essa lei em vigor. Ao contrário, o Governador eleito agora aproveitou sua interinidade do então presidente do Presidente do Tribunal de justiça Jorge \_\_\_\_\_ para dar entrada \_\_\_\_\_ no Supremo Tribunal Federal. O presidente ficou governador por 3, 4 dias. Foram

exatamente naqueles 3, 4 dias que a \_\_\_\_\_ certamente já preparadinha, né, foi dado entrada no Supremo e está lá até hoje na gaveta esperando que a \_\_\_\_\_ seja julgada. A inconstitucionalidade havia em termo de \_\_\_\_\_, era um projeto de lei que gerava despesa para o estado. Portanto, do ponto de vista formal, só o governador poderia ter a autoria de uma lei desse tipo, mas ela está em vigor até hoje. A \_\_\_\_ não foi julgada e o democrata eleito agora se negou, eu marquei uma audiência com ele e quando ele perguntou qual era o assunto ele se negou a me receber, isso já agora depois que eu saí da presidência. O chefe da Casa Civil me recebeu e disse que iam marcar para analisar e a análise deu \_\_\_\_ na \_\_\_\_\_ do Presidente do Tribunal de Justiça Jorge Vaz Coutinho. A homenagem fica devolvendo à todos vocês lutadores, eu apenas fui um instrumento para que vocês pudessem expor o que vocês tinham vivido, alguns já falecidos, a maioria falecidos.

Laura Coutinho: Aproveitando, eu tenho até uma cópia que entreguei ao professor Paulo do documento que o Aristides trouxe do governo do Paraná para entregar ao Sr. Na época.

Cláudio Vereza: E a respeito da segunda edição do livro “Ditadura \_\_\_\_\_ eterna”, ela deve sair até o final do ano. O presidente se negou a publicar durante o período eleitoral porque achava que poderia violar, a Lei, lei de distribuição, usou esse artifício, mas ta tentando, está já na gráfica, e deve ser publicada até o fim do ano, espero que até sair da Assembléia essa segunda edição revisada inclusive uma parte por professores da Universidade, Prof. Walter e

outros que participaram da revisão, espero que essa segunda edição seja publicada, obrigada e boa noite. Obrigada Laura

Perly: Sobre essa \_\_\_\_\_, como ela pode não ter anos e anos, recomendaram que fizessem outros projetos lei e encaminhassem ao governador, foi feito o projeto, passou pela procuradoria, portanto não tem nenhum elemento a mais, passou pela procuradoria, lamentavelmente deve estar na mão do governador que poderia mandar pra assembléia, acho que vai dar tempo ainda de que ele encaminhe pra assembléia, isso é possível. Obrigada, gostei. Muito especial.

Iriny Lpoes: Muito brevemente quero agradecer a você. É sempre muito difícil reviver momentos desses, mas se vocês não tivessem coragem de ter feito o que fizeram na resistência e a coragem de reviver esse sofrimento o direito a verdade não chegaria nunca para o Brasil, nunca. Países menores e com democracias mais firmes que a nossa

conseguiram o direito à memória e a verdade e aqui, podemos falar que tem portaria, tem determinação, mas a resistência é imensa. Então muito obrigada a você, a gente tava ouvindo aqui. Nós mulheres ficamos apavoradas porque somos mães e avós e a gente consegue medi. Obrigada.

Luis Cláudio: Antes que a gente conclua, duas perguntas que me ocorreram aqui, em relação ao que aconteceu eu queria saber você foi processada, formalmente e depois o que aconteceu, foi arquivado, qual a conclusão desse processo?

Laura Coutinho: Na realidade eu fui ouvida apenas em cartório. Quem foi julgado e processado foi o Amorim.

Luis Cláudio: Amorim?

Laura Coutinho: É

Luis Cláudio: E qual foi a conclusão desse processo?

Laura Coutinho: Ele foi absolvido pela diretoria militar.

Luis Cláudio: Ele também foi torturado?

Laura Coutinho: Sim, fomos torturados, ele mais que eu

Luis Cláudio: Nós vamos ouvir. E a segunda pergunta é relativamente a pessoas que por ventura tenham sido desaparecidas. Nós aqui não registramos fatos concretos, mas há uma suspeita de uma moça, estudante da UFES que desapareceu na resistência ao regime militar. A senhora tem alguma informação?

Laura Coutinho: Não. Não tenho, não tenho.

Luis Cláudio: Sabe se foi comentado na época?

Laura Coutinho: Comentado foi, mas eu não tenho certeza, não poderia ser precisa pra falar e eu prefiro não falar.

Luis Cláudio: A senhora sabe o nome?

Laura Coutinho: Sandra eu acho..

Luis Cláudio: De que curso?

Laura Coutinho: Não sei, se era medicina, não sei, não sei. De Sandra, Sandrinha.

Luis Cláudio: Isso era um codinome?

Laura Coutinho: Não era nome, era nome.

Luis Cláudio: Não lembra o curso?

Laura Coutinho: Não lembro, mas acho que era da medicina, tenho quase certeza que era da medicina, pelo menos ou das ciências biológicas, era das biomédicas, com certeza da área da biomédica.

Luis Cláudio: A senhora lembra onde era? De qual cidade?

Laura Coutinho: Do sul do estado.

Luis Cláudio: Cachoeiro?

Laura Coutinho: Não sei se era Alegre ou Cachoeiro. Eu me lembro dela, uma pessoa franzina, pequenininha igual a mim assim.

Luis Cláudio: Saberá identificar por foto?

Laura Coutinho: Sim, se eu vir a foto sim, posso identificar com certeza.

Prof. Pedro Ernesto: Mais alguém?

Reitor Prof. Reinaldo Centoducatte: Mais uma vez queria agradecer.

Laura Coutinho: Tem pergunta não é?

Não foi possível identificar o questionador: Eu gostaria de perguntar qual o seu sentimento em relação aos torturadores?

Laura Coutinho: Meu sentimento em relação aos torturadores... Olha, é difícil você mensurar. Apesar de a gente saber que muitos que estavam tinham convicções ideológicas de que estavam fazendo o certo, Mas eu acho que não existe certeza onde um ser humano penaliza o outro né, só de horror, o sentimento é de horror.

Reitor Prof. Reinaldo Centoducatte: Queria mais uma vez agradecer, a Universidade, a comissão, seu depoimento, pode ter certeza que foi um depoimento valioso, importante para nossa comissão e pra nossa Universidade, e certamente isso completa o documento e contribuirá também para o documento nacional que produzido através dos estudos das várias comissões que estão espalhadas. Muito obrigado, até na questão que você colocou, de não ter feito nenhuma ação no sentido de reparação, mostra realmente que você tinha a relação mais ampla da nossa sociedade, todo o sofrimento que você passou toda a tortura que você passou, falou eu não quero nenhuma reparação, eu fiz isso, porque eu acreditava na luta, que é mais um motivo da gente se orgulhar. Obrigada.

Prof. Pedro Ernesto: Agora Suely da comissão nacional de anistia vai fazer a apresentação desse relatório sobre os perseguidos políticos aqui do Espírito Santo. Ela vai explicar melhor qual a metodologia do trabalho desses documentos que vão se tornar públicos o mais rápido possível.

Sueli Bellato: Primeiro eu gostaria de dizer que casos foram esses que foram escolhidos e que agora poderão ser melhor conhecidos na academia. No convênio pela universidade, foram três casos selecionados. Shine Lana Marinho, Guilherme Lara Leite e Berlice Prieto. O Shine Lana era um oficial de justiça, estudante de odontologia em 1964, líder da estudantil do centro acadêmico da faculdade, presidente a união estadual dos estudantes, a UEE e vice-diretor da região sudeste da união nacional dos estudantes. Participou de congressos nacionais estudantes organizados pela UNE e pela UEE. Depois já formado professor da UFES por dois

anos sem ter vínculo empregatício sob alegação de ter sido submetido a inquérito. Aquilo que a Laura Coutinho disse, quando tinha folhas de

antercedentes, não conseguia então uma contratação regular. Esse é um caso então de prisão e de tortura em razão de militância e por perseguição exclusivamente política. Quando falamos de perseguição, não significa que no Brasil não tivessem ocorrido outras perseguições, mas o viés que as comissões da verdade trabalham é o viés dado pela constituição federal, a perseguição exclusivamente política. O Guilherme Lara era estudante do curso de medicina também da UFES, membro do Centro Acadêmico da Universidade, preso em 72, e aí vocês estudantes, relacionem o que a D. Laura Coutinho diz, ela foi presa em 71. 71,72,73, são anos talvez, anos dos mais difíceis para a resistência. Nas vésperas da guerrilha do Araguaia, próximo do assassinato do deputado Mariguela, tem uma série de fatos acontecendo no país e acontece um contexto histórico, essas prisões de grande invergadura. O Perly é o que tem a ficha maior, em termos de incidência, de ocorrências, de informações. Os outros quando entravam na comissão de anistia, nas comissões especiais, registravam tudo, fatos às vezes pontuais, talvez pela dificuldade de falar, se falar é difícil, escrever é falar duas vezes, e a gente entende que as pessoas que sofreram barbaramente essas perseguições tem dificuldade para escrever, não é preciso ser advogado, mas é preciso ser amigo, amigo de quem vai escrever essas histórias né Perly, porque é muito duro colocar no papel de novo e você reviver, lembrar tudo o que passou. O Perly tinha grande militância com maior número de perseguições, e que o processo oferece, portanto maior número de informações. Foi torturado, exilado, militante do PCB em 1960, ingressou no curso de odontologia em 1964 aqui na Universidade, atuou no movimento estudantil seminarista, na união capixaba de estudantes a UESI espíritoantense, a secretaria de coordenação da UFES, participou da fundação dos primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais do espírito santo com a representação dos estudantes da frente de mobilização popular. Então as três fichas, o catálogo desses três casos, são três casos que permitirão inclusive academicamente um estudo maior, da onde as pessoas estavam, qual é a ingerência que o regime militar teve pra se aproveitar das militâncias e das vulnerabilidades também das organizações. É uma riqueza muito grande, ainda que seja da Universidade, esses três casos que foram os casos selecionados, mas certamente terão outros casos e acho que a D. Laura Coutinho saiu daqui hoje convencida que ela deve fazer o pedido dela. Da magistratura, tem um número maior, nós tivemos um número maior de informações que foi possível fazer um cruzamento com as fichas do que eles tinham, com aquilo que já existia nas comissões de anistia. Eu vou só citar então quem são os requerentes que têm

um histórico já registrado na escola de magistratura e tem também processo na comissão de anistia: Benjamim Vieira Sebastião Luciano de Rezende Antônio Ricardo de Nunes Verde Paulo Ferreira Garcia Valdemir Pereira de Oliveira Francisco Torres Isso é importante também, pra que a gente faça a identificação de que outros atores estavam envolvidos nessas perseguições. Nós sabemos que os crimes contra a humanidade não prescrevem. Há fortes esperanças e razões que nós temos para acreditar que o nosso supremo tribunal federal tão conservador não vai resistir a vida inteira, contra os tratados e acordos internacionais, na esperança de que tudo isso seja removido e que o supremo entendeu que os crimes que ocorreram durante a ditadura são crimes todos estariam aliciados, quem torturou e quem foi torturado, no entanto não é um caso com trânsito injulgado, existe um embargo, portanto está suspensa pela decisão dependendo do julgamento dos embargos. Eu recentemente participei lá em Brasília com o presidente da corte America de direitos humanos e também dos nossos representantes do Brasil o ex-ministro Wanug e o atual que também fazem parte da corte dos direitos humanos e nesse momento o próprio ministro falava da importância que tem o judiciário de se adentrar ao movimento, não dos tratados e acordos internacionais, mas da própria constituição federal. Há grande possibilidade que os crimes contra a humanidade e os crimes que foram cometidos contra a D. Laura Coutinho e tantos outros sejam revistos e passíveis de responsabilização. As comissões da verdade no que eu tenho visto e pelo que eu participei do projeto de lei, ninguém diz olha eu quero ver o velhinho lá atrás da cadeia pensando. Primeira intenção é que ele reconheça, se responsabilize pelo que ele praticou, que seus netos e que seus filhos saibam a história que esse país construiu pra que ela não se repita. É a história do auto-reconhecimento dos erros praticados pra que não faça uma escola de gerações pra que seus filhos e netos possam reproduzir. A primeira pretensão das vítimas é que eles não sejam reconhecidos como algozes, mas os verdadeiros algozes, quem matou quem torturou e inclusive hoje se encontram desaparecidos cerca de 400 brasileiros oficialmente, próximo de 400 famílias que não receberam os corpos que foram assassinados por meio a ditadura e que têm o direito sagrado, direito constitucional de ter

esses corpos pra que sejam enterrados e da família ter um local de prestar as homenagens. Além disso, têm os que não são oficiais, nós temos na secretaria de direitos humanos, um número de 5000 um número muito maior, de mortos e desaparecidos que o Brasil não registrou e que não conhece oficialmente que números são esses. Ministério público que tem tido algumas iniciativas, que eles se empenhem mais porque agora nós temos aqui com os catálogos o nome dos autores das torturas e das perseguições. A D. Laura Coutinho agora

mesmo nos revelou dois, três nomes, que essas pessoas sejam responsabilizadas pelo que elas praticaram pra que acabem essas práticas de tortura que permanecem nos dias de hoje por quê? Porque os de ontem não foram punidos. Então ficou parecendo que praticar tortura no Brasil passa limpo, porque não há responsabilização, isso não é verdade. Nós temos que ficar tentos a essa prática que nos envergonha muito permanecer ainda, nas delegacias as pessoas serem mortas e torturadas e desaparecidas como nós temos visto aí nos noticiários do dia-a-dia. Então professor, eu acredito que vai ser possível com o conhecimento das informações que estão gravadas que estão digitalizadas, podendo trabalhar pra aperfeiçoar esse sistema de informação, eu acredito que ela não está a contento, mas ela é um passo de quem inicia um trabalho pra ser aperfeiçoado e contribuir com a nossa democracia.

### **Entrevista concedida a Maíra Tristão e Mirela Marin**

#### **Vitória 2016**

Deponente: Laura Coutinho, ex estudante e militante da resistência ao regime militar na UFES.

Transcrição: Gabriela Rodrigues.

Data: 15 de setembro de 2016

Mirela: A idéia deste trabalho surgiu no andamento de outro projeto que começou como parte da minha pesquisa de doutorado. Este ano nós estamos com um projeto aprovado pela SECULT baseado na minha pesquisa sobre a região de São Sebastião, que talvez você conheça...

Laura: Não só sei como fui gerente da Unidade de Saúde de São Sebastião quando tinha 23 anos de idade, por volta de 1980, 1981 no governo Eurico Resende... Quando eu fui presa, em 1971, estava no segundo ano da Faculdade de odontologia, tinha entre 20 e 21 anos, eu sou de 1949. Meu primeiro emprego público foi em 1976. Me formei em 1972 e fiquei até 76 sem arranjar emprego público porque na época eles pediam atestado de bons antecedentes...

Mirela: Sim, eu contei pra você deste projeto de pesquisa sobre São Sebastião porque a partir dele nós tivemos a ideia de tentar um documentário, e fomos contempladas pelo edital, o projeto foi aprovado e nós estamos finalizando agora, e a perspectiva dele é compreender esse processo de São Sebastião a partir da história das próprias mulheres. Então nós temos essa

perspectiva feminista de recuperar a memória feminina desses processos. Não é pensar São Sebastião a partir dos homens que freqüentaram ou de outras pessoas, é a partir delas, das mulheres, das prostitutas. E tivemos contato com a pesquisa da Gabriela, minha amiga da graduação de história, que pesquisa o mesmo período, a década de 70 em especial, e que tem a mesma particularidade de ser uma história que não é contada. Geralmente são os militantes homens que contam sua história, as mulheres não contam, e quando contam é de uma visão de fora...

Laura: No meu caso eu tive um companheiro, com quem eu fui presa. Foi meu primeiro marido. E quando nós fomos presos, estávamos num processo de separação, e era um certo impacto, porque eu estava grávida, e ele, embora fosse um cara de esquerda, nossa casa servia de aparelho pras pessoas se reunirem, eu não era organizada. Eu era apoio da organização, mas ele não dava espaço pra que eu me ligasse a organização. Então eu comecei a ter uma visão crítica do processo. Tinham outros militantes de outros partidos que achavam um absurdo aquela visão machista do cara de não me deixar organizar. E eu estava rompendo com ele. Eu me organizei com outra organização. Ele era da Ala Vermelha do PC do B, e por uma questão de segurança, duas pessoas de organizações diferentes morando juntas... então por uma questão de segurança a gente estava no processo de separação. Porque existia isso? O pessoas de esquerda, os militantes, eram discriminatórios com a mulher. (São interrompidas) Bom, como vocês viram eu sou prolixa, então vocês podem direcionar a conversa...

Maíra: Esse momento de conversa é o momento de filtrar o que trabalhar no filme, saber a disponibilidade de vocês...

Laura: A minha disponibilidade é total, porque eu acho que essa história tem que ser contada e recontada à luz da razão pra que as novas gerações tenham consciência do se passou.

Mirela: As mulheres principalmente...

Laura: Sim. E essa questão de gênero, a questão da mulher nesse contexto, ela foi contada mais como da companheira dos militantes, não tem o protagonismo dessas mulheres. Embora quem vivenciou isso sabe que inclusive a resistência... No DOPS tinham uma cela 3, que era a cela das mulheres... E uma das coisas que mais impactava os policiais era a moral dos presos políticos. A gente sofria mas não perdi a moral. E quem mantinha o equilíbrio dos companheiros presos... na hora que eles iam tomar banho de sol, e passavam por uma portinhola da janela das nossas celas, e a gente passava batom, se perfumava, penteava o

cabelo pra ir dar uma bitoca neles, pra levantar a moral deles. Eles passavam baixo e a gente estimulava eles... eu lembro até de umas músicas que eles faziam pra gente quando a gente estava na cela.

Canta a canção com a letra:

*“Saudações às companheiras da 3  
 Nossa alegria é o sorriso de vocês  
 Um forte abraço aos companheiros também  
 Em liberdade voltaremos a nos ver  
 Quem aqui passa, quem aqui já passou  
 Sabe o que pensa  
 E o que pensa tem valor  
 A maré baixa depois sobe outra vez  
 Quem hoje sofre amanhã vai navegar  
 Em liberdade voltaremos a nos ver”*

Laura: E isso eles faziam pra gente porque a gente era o apoio...

Canta outra:

*“Que falta faz o sol, que falta faz você  
 Sobra tempo falta a alegria  
 De te ver nas ruas, de te dar bom dia*

Eu espero que você não esqueça das minhas palavras

Da minha poesia”

Laura: Então, o papel da mulher era um papel de suporte de resistência. Esse papo de que a mulher suporta menos as torturas, a gente já teve casos emblemáticos. Aquele Paulo de Tarso Venceslau, que foi Ministro de Direitos Humanos de Lula, a Creuza, mulher dele, esteve presa comigo na cela. Ela foi visitar os pais e os policiais estavam na casa dos pais dela, em São Paulo e a prenderam. E todos os militantes de esquerda tinham uma questão de segurança. Eu moro com você, você saiu. Você chega até 5h da tarde, se você não chegar até as 5 da tarde eu vazo, porque se você foi presa, você agüenta a tortura até aquela hora sem entregar o endereço da casa, depois você pode entregar o endereço e eu já não vou mais estar lá. Era uma questão de segurança. A Creuza foi presa as 9h da manhã e eles começaram a torturar ela, e o compromisso dela com Paulinho era as 19 da noite. Eles torturaram, ela agüentou pau de arara, ela agüentou tudo até as 19h da noite. E ela o tempo todo ouvia uma voz do lado e ela pensava “É a voz do Paulinho”. E quando ela entregou o endereço da casa, os torturadores vieram com Paulinho arrastado, que já não andava mais. E disseram: “Olha, nós já temos seu marido desde 9:30 da manhã, nós só fizemos isso pra ver a sua resistência”. Então a crueldade deles era tão grande que eles queriam ver a resistencia da mulher. Eles acharam o máximo, muito homem não resistia, como é que uma mulher resistia a tantas horas de tortura? Entende? Então o protagonismo feminino, é legal a escolha de vocês de avaliar esse tema, porque merece ser retratado.

Mirela: Bom, nós trabalhamos com a metodologia da História de vida...

Laura: Sim, na saúde nós também usamos pra fazer a anamnese das pessoas.

Mirela: Então eu te deixo bem livre pra dizer onde você nasceu, como era a relação com seus pais, como foi sua infância...

Laura: Eu nasci em Natividade do Carangola, no estado do Rio de Janeiro e vi com dois anos de idade pro Espírito Santo. Marechal Floriano, perto de Campinho, lá eu estudei até o segundo ano primário, depois fui pra Campinho, onde fiz o meu Ginásio. Eu sou filha de um pai que era viajante comerciário e de uma mãe professora primária. Minha mãe era uma democrata. Homerinho Mafra, que é Presidente da OAB, um advogado, foi aluno de minha mãe e diz em espaços e em artigos, é que da velha mestra, a única coisa que poderia dizer sem ser piegas, é que Dona Laura formou homens de mentalidade verdadeiramente democrática.

Então ele, aluno dela desde o primário e depois no ginásio, ele diz dela que é uma mulher que formou homens de mentalidade democrática. Se ela formou em outras pessoas essa visão democrática, imagina em nós no dia a dia. Em Marechal Floriano a primeira escola de ensino fundamental que existiu foi na sala da minha casa. Mamãe cedia a casa para ter essa escola. Era uma pessoa que vivia em função das questões coletivas. Meu pai era um viajante comercial, uma pessoa que não tinha muita cultura, mas tinha uma cultura humanística e social muito grande, então dentro desse ambiente eu fui criada. Classe média baixa, filha de uma professora. Meu pai tinha 26 a mais que minha mãe, ele adoeceu quando eu tinha 12 anos e passamos a viver só com o salário de minha mãe. Então nós tivemos uma vida bem difícil. Na época que eu era adolescente era comum as pessoas que moravam em Campinho e Marechal vinham fazer científico, curso normal aqui em Vitória, e minha mãe não tinha poder aquisitivo para bancar a gente morando em república aqui em Vitória estudando. Então o artifício que ela fez conosco, uma família de quatro filhos, duas mais velhas e um mais moço. Mamãe mandava a gente pra casa dos parentes que moravam no estado do Rio em localidades onde tinha ginásio ou científico pra gente estudar. Aos quinze anos eu sai de Campinho e fui morar em Macaé, na casa de um primo que era gerente do Banco Real, e eu fui pra casa dele pra estudar. Depois fui morar em Vitória, com 16 anos na região do IBES, fiz escola normal, curso de formação de professores. Eu sempre me coloquei de uma forma pró ativa contra as injustiças sociais. Mamãe fala que eu levava comida de casa pras colegas na escola. Tirava a roupa do corpo pra vestir os outros.

Mirela: Você tem o mesmo nome de sua mãe?

Laura: Mamãe se chamava Laura, eu me chamo Laura, minha avó se chamava Laura e minha primeira neta se chama Laura.

Mirela: E seus pais se davam bem?

Laura: Muito bem. Minha mãe foi a terceira mulher do meu pai. Quando eles se casaram mamãe tinha 32 anos e ele tinha 26 a mais que ela, mas eles viviam muito bem. E tiveram mais quatro filhos. Meu pai viajava bastante a trabalho, ai muito ao Rio de Janeiro, que era o centro comercial da época. Minha primeira irmã é de 1945, eu já sou de 1949, do pós guerra, e a outra irmã inclusive foi professora da UFES, do Serviço Social, e era uma pessoa bastante comprometida... mas você perguntou da relação dos dois, e se davam bem. E nossa casa era sempre um espaço coletivo. Em campinho não tinha clube, e os jovens quando queriam fazer

um baile, mamãe e papai cediam a sala lá de casa. Então era um casal comprometido com o coletivo, isso foi uma constante na minha vivência.

Mirela: Eram carinhosos um com o outro?

Laura: Mamãe era mais pudica, mais limitada. Como minha filha mais velha, ela abraça mas não abraça. Eu sou de toque, eu abraço, gosto de estar passando a mão, beijando o tempo todo. Elas então mais retraída, não conseguia se soltar. Já papai era mais carinhoso. Mas entre eles tinham uma sintonia muito boa. Eu nunca vi uma postura autoritária dele em relação a mamãe. Por exemplo, quando meu pai adoeceu, ele não contribuía com INSS, porque o INSS só se fortaleceu na gestão Vargas. Quando ele adoeceu teve problemas pra começar a ser contribuinte e receber, então quem cuidava era mamãe, ela sempre nos manteve. Ele costumava dizer “Eu sou marido da professora”. Ela sempre trabalhou. Mas ela fala de histórias da vida deles. O que eu vivenciei foi uma relação muito legal, mas ela é quem teve o pulso pra manter essa relação, porque ele era levado.

Mirela: E os seus amigos?

Laura: Ai no IBES, eu fiz curso normal, e depois do curso normal eu fui fazer cursinho pré odontológico, que era ali na ladeira São Bento, lá eu tive contato com umas pessoas da Juventude Católica. Então a minha militância começou na JUC, a Juventude Católica do IBES. Tinham dois padres no IBES, um holandês e um austríaco, que eram extremamente conscientes politicamente. Nessa época a igreja era um front de resistencia e de espaço que a gente procurava para se proteger das agressões da ditadura. Eu sempre gostei de Dom Helder Câmara, dos discursos de Dom Helder que falavam da inclusão, então eu comecei a freqüentar esse grupo de jovens. E conheci um rapaz que era organizado e que começou a me passar os primeiros documentos políticos pra ler. Paralelamente fiz vestibular de odontologia em 1969 e conheci João Amorim Coutinho, que era estudante de geografia da UFES, que a gente se apaixonou e foi morar junto. E o Amorim era ligado à Ala Vermelha do PC do B, ele era organizado, a gente fazia panfletagem estudantil, mas eu não tinha muita consciência da militância política dele. Ele era de Aracruz, e foi estudar no Rio, participou daquele movimento estudantil, da passeata dos cem mil, da reação à morte de Edson Luis, o secundarista morto, então ele já tinha uma militância. Com a repressão estudantil no Rio ele veio embora pra cá. Lá ele fazia Comunicação social e aqui geografia.

Mirela: Então você foi entrando nisso. E porque você acha que logo que você entrou na UFES você começou a se envolver com questões políticas?

Laura: Porque era o espaço que tratava essas questões, as contradições naquele momento histórico se agudizaram, a perda das liberdades, o fechamento do congresso. Foi nesse período que eu entrei na Universidade, então as pessoas se encontravam de uma forma mais isolada pra tratar dessas questões. A gente não tinha uma ligação com o movimento operário, era mais a ligação do movimento estudantil mesmo. Com a minha ligação com o Amorim eu comecei a ter contato com algumas lideranças não só do meio estudantil, mas do meio operário também. Ai foi se abrindo, a gente foi entendendo a questão da luta de classe, lendo alguns documentos políticos de vários partidos, dentro de uma visão crítica. Na época tinha um projeto chamado ACISO na Universidade que era a integração entre Exército e a comunidade. Era época ditatorial e o exército fazia ações sociais nos bairros menos privilegiados socialmente, mais sociopáticos. Na odontologia nós fizemos ações em Porto de Santana, que foi o primeiro bairro de formação sociopática depois da erradicação dos cafezais. Com a erradicação dos cafezais as pessoas migraram para a capital em busca dos grandes projetos desenvolvimentistas, a Aracruz celulose, Vale, mas vinham do campo com mão de obra não especializada e chegavam aqui e não tinham como sobreviver. Ai foram formando esses bolsões de miséria, Porto de Santana foi o primeiro a se ter conhecimento na Grande Vitória. E até hoje é um local de grandes contrastes sociais. Então eu fui trabalhar no projeto ACISO, que era obrigatório, era extensão universitária lá em Porto de Santa e lá reencontrei os dois padres, Pedro e Alberto, que eu tinha conhecido mais nova no IBES, então eu já comecei a ter uma militância mais política. A gente tentava fazer a célula, criar os núcleos da gente... Porque na época existia por parte da esquerda uma dicotomia, uma contradição cidade/campo. Alguns militantes achavam que o processo revolucionário se daria nos grandes centros urbanos por conta da consciência dos operários, das fábricas, dos meios de produção nas mãos desses operários. Que o dia que os operários tivessem conta da importância deles dentro desse meio de produção, lá estartaria o processo revolucionário. Já outros acreditavam que no campo se teria as condições ideais pra iniciar a guerrilha, tanto é que teve a tentativa da guerrilha do Araguaia aqui. Então eu acreditava, era de uma linha crítica dessa questão do campo, achava que a gente tinha que trabalhar a consciência ideológica na cidade. A gente começou a fazer um trabalho de conscientização social em Porto de Santana. Tanto é que meu casamento com o Amorim nós fizemos em Porto de Santana, mesmo ele morando em goiabeiras, mamãe morando em goiabeiras. No convite de casamento dizia: “Convidamos

para a união que abriu em flores. Vai ser em Porto de Santana, onde a miséria aportou e a felicidade abortou” Até o convide de casamento foi panfletário. Risos. Em 1970. Lá foi o reconhecimento daquele território que era fértil pra fazer o meu trabalho de conscientização social, e com os dois padres que eu já tinha conhecido no IBES.

Mirela: Você tinha noção do perigo que era fazer isso?

Laura: A gente tinha uma visão muito romântica. A gente sabia dos relatos, através dos documento que recebia, que fulano tinha sido preso, torturado, que fulana tinha sido estuprada na cadeia, mas a gente com 20, 21 anos, não tinha medo, não tinha noção. Mas a gente tinha medidas de segurança, não abria nossa militância pra todo mundo. Tanto é que quando nós fomos presos, foram presas 9 pessoas e nós não entregamos uma pessoa aqui do estado. Na nossa base de apoio ninguém foi molestado. Quando eu fui presa, em Vitória nunca tinha acontecido isso, tanto é que no dia da nossa prisão, a gente ficou uma semana no 3º BC aqui e depois fomos levados pra São Paulo num avião da FAB, eu era a única mulher num grupo de 9 pessoas. Quando a gente foi pro aeroporto, foi a primeira vez que eu andei de avião, e a gente torcia pro avião cair, porque a gente preferia morrer num acidente aéreo do que cair na mão da Operação Bandeirante lá em São Paulo. Então quando a gente estava indo fecharam o aeroporto, por conta do avião da FAB que ia apanhar a gente algemado. Como não tinha esse movimento que tem no aeroporto hoje, eles fecharam tudo. Lá dentro tinha um rapaz que tinha sido Office boy do O diário, um jornal que tinha aqui. Ele viu que tinham pessoas conhecidas e ligou pro O diário e um repórter que estava lá, Marcelo Rossoni, foi pra lá, passou debaixo da cerca de arame farpado do aeroporto e fotografou o avião, que estava levantando vô e depois conversou com o rapaz pra saber que estava no avião. Ele já conhecia o João, que trabalhou no diário, e eu, “a mulher do Amorim”. Ai o Claudio Bueno Rocha, um jornalista do Rio que estava aqui na época e que deu à imprensa capixaba uma visão mais profissional, era muito amadora, ele saiu com uma página que se chama O segundo clichê, quando acontece alguma coisa muito importante, mesmo com o jornal já circulado, você pode sair uma segunda edição no mesmo dia, que chama segundo clichê, que era a foto do avião escrito “Este avião leva presos para destino ignorado, dentre eles foram reconhecidos João Amorim Coutinho e sua esposa e outros.” Quando a gente chegou na Operação Bandeirantes os caras estavam putos, dizendo que lá em São Paulo eles prendiam gente e não acontecia nada, e em uma merdinha de cidade como Vitória do Espírito Santo pegavam uma meia dúzia de gatos pingados e virava segundo clichê, manchete de jornal. Mas de certa forma foi isso que garantiu nossa integridade. Porque esse Claudio Bueno Rocha, ele era do Partidão, e ele

sabia dos riscos que a gente corria saindo no anonimato e caindo lá. Então de certa forma esse segundo clichê salvou a nossa vida.

Maíra: E voltando um pouquinho, como era a militância de vocês lá em Porto de Santana?

Laura: A gente ia nas casas, fazia conscientização, fazia orientação de primeiros socorros, sempre com o gancho de trabalhar as carências e dependências daquela comunidade. A gente aproveitava e perguntava: “Você acha certo isso? A gente tem um bolo e tem essa fatiazinha pra dividir entre tanta gente e esse pedaço todo fica pra uma meia dúzia”. Aquelas coisas mais didáticas possíveis, não levava conscientização com documento. Já no meio universitário a gente dava O manifesto do Partido Comunista comentado, levava um livro do Lênin que comentasse a luta de classes, mas isso pros colegas que já tinham essas noções. Nas populações periféricas se tem carência de tudo, até de coisas elementares, então era preciso falar o linguajar deles pra se aproximar. E a gente fazia paralelamente, clandestino, pichações La no viaduto de Paul, na Ponte Seca, na Segunda Ponte, onde passava carro, ônibus. Era uma coisa bem visceral da juventude.

Mirela: E essa atuação de vocês estava relacionada a algum partido político?

Laura: Eu não, o Amorim era organizado na Ala Vermelha do PC do B. E eu digo pra vocês que sempre houve um preconceito muito grande, as mulheres eram como apoio. Vou ilustrar uma historinha pra vocês: Pessoas da Ala Vermelha do PC do B foram presas em Belo Horizonte, e ela caíram na ilegalidade, vieram pra Vitória na clandestinidade, sem poder usar os nomes e os documentos, e o pessoal ficou perdido sem saber o que fazer pra garantir ele aqui na ilegalidade. O Amorim, meu marido, mesmo eu não sendo organizada, me perguntou o que eu podia fazer. E eu tinha uma colega que trabalhava no cartório de Aracruz, e achei bonito o nome do dono do cartório de Aracruz que tava na certidão dela. Eu mandei fazer impresso no cartório uma certidão, me fazendo passar por uma funcionária do cartório de Aracruz. Fui na gráfica, mandei fazer os impressos e fizemos certidões pras pessoas que estavam clandestinas com nomes fictícios, depois assinamos, fomos no cartório e pedimos as Xerox autenticadas. Depois que tinham as autenticadas a gente rasgava as originais e as autenticadas eram legais, tinham validade. Então as pessoas iam tirar título de eleitor, tirar os documentos legais e ficar legal. Eu era utilizada pra fazer isso, ao mesmo tempo, quando eles iam fazer as reuniões deles, de montar as estratégias, uma vez legais, pra onde iriam. Porque a gente tinha a idéia de que a gente precisava trabalhar nos meios de produção pra poder trabalhar com os operários nisso. Então a partir dessa vida legal, fulano vai trabalhar na

Braspérola, fulano vai pra Volksvagem... eu não tinha conhecimento disso, eu servia como inocente útil pra resolver os problemas deles, mas eu não era organizada. Então isso era uma coisa que sempre me incomodou, e o meu conflito maior com Amorim era que eu me sentia utilizada. Obviamente que a relação afetiva também já não estava muito bem. Porque o homem ele gosta de ter uma mulher inteligente pra exibir, mas incomoda ele no dia a dia conviver com uma mulher que pensa, não é isso? Então ele queria me ver naquelas posições mais subalternas, mas numa prática efetiva não. Então eu comecei a ter contato com outras pessoas. Um desses caras de Belo Horizonte que eu viabilizei com essa questão das certidões, se chama Fernando Sana Pinto, que é o nome legal dele, eu me encantei com ele porque ele era um cara tão diferente do Amorim, e dizia-se no partido que ele tinha uma relação homossexual com outro cara do partido, que era proibido na época. A esquerda era extremamente preconceituosa. Se nós éramos tão vanguarda em algumas coisas, éramos muito reticentes em outras. O Mário e o Xain depois, quando eles estavam presos no Tiradentes, uma famosa greve de fome que eles fizeram lá, o Xain, que era muito amigo do Mário, eu nunca reconheci os dois como caso., um furou a greve porque o outro estava morrendo de inanição, e o coletivo executou os dois, foram expulsos do coletivo como sendo pessoas non gratas à esquerda porque eles expuseram uma faceta da esquerda que não se admitia, que era o homossexualismo, quando na verdade nem era uma relação homossexual. Foi uma demonstração de alguém que rompeu a greve pra garantir a estabilidade do amigo que esta resistente pra não romper a greve mas que estava morrendo. Então eram extremamente preconceituosos. E esse cara foi um dos raros homens que eu conheci que viam a mulher, a parceira páreo a páreo com ele, então eu estava me separando do Amorim para me ligar à essa organização em que estava o Mário, que era a Organização Partidária Classe Operária Revolucionária. Foi quando nesse dia, que o Mário tinha vindo e trazido os documentos políticos pra gente estudar, porque ainda não era um partido, era uma organização partidária. Eu tinha deixado o Mário na rodoviária e voltei pra casa, morava num porão em Vila Batista, e foram uns homens do exército no portão lá de casa que foram lá pra prender o Amorim. Eles não foram lá pra me prender, mas eu reagi, contestei a prisão dele e me levaram junto também. Aqui no 38 BI eles não me encostaram a mão.

Mirela: Dentre essas pessoas que você ajudou aqui com a documentação não tinha nenhuma mulher?

Laura: Tinha uma, Joana D'Arc Gontijo, que era uma mineira. Ela fazia algumas ações de aquisição, mas ela tinha uma relação muito doida com o companheiro dela, que era do Comitê

Central do partido e era um cara muito autoritário e machista. Então ela acabava tendo ações de protagonismo de militância, mas não tinha uma voz ativa, uma referencia, ela se subjugava muito. Era normal as mulheres se submeterem.

Mirela: E esse seu interesse pela política que as mulheres costumam fugir... Porque esse interesse?

Laura: Eu acho que não poderia ser diferente. Por exemplo, eu sou casada com um jornalista político, e eu refuto o cara com visão política, eu tenho interesse, eu gosto de política. É um interesse meu porque o homem é um animal político, a política permeia todas as nossas relações, e não poderia ser de outra forma. E também porque minha mãe foi minha primeira professora de História, e ela como uma democrata estimulava na gente isso. Ela nunca foi passiva diante das questões sociais. Mas eu particularmente não consigo ver uma injustiça sem tomar partido na hora. Eu sou tudo, menos uma pessoa amorfa, eu tenho que tomar uma posição. Muitas vezes, na verdade na maioria das vezes eu quebro a cara com isso, mas é a minha percepção de mundo. Eu não conseguiria olhar pras minhas filhas sem ter uma postura dessa. Eu não consigo ver uma coisa fora de forma sem reagir. E as contradições, se você vivesse naquela época com a percepção que você tem, com seus conhecimentos, você não ficaria imune, você também se atiraria. E eu sempre fui muito ousada, mais pela minha ousadia, meu destemor. Sem ser cabotina, eu nunca tive medo de nada, eu acho que foi uma das coisas que me estimulava.

Eu sai de casa porque minha irmã achou uns documentos políticos em baixo da minha cama e queimou tudo, com medo. Ai eu fiquei puta com aquilo, peguei meu material de odontologia, botei numa mochila e fui pra uma festa na Fafi, depois como não dava pra voltar pra casa por questão de segurança eu fui pra casa de um estudante de história, José Maria Coutinho, que tinha uma casa em Santo Antônio onde ele acolhia estudantes. E eu fui pra lá, ficar lá e Amorim foi morar comigo, moramos lá 5 meses. E ele me respeitou muito lá, respeitou o meu momento. Ele dizia que o dia que eu quisesse ele queria, mas que ia esperar meu tempo. Até o dia que eu falei, aconteceu.

Mirela: Foi sua primeira relação sexual?

Laura: Foi. Você vê que tinha muita libertação em termos de cabeça e tal, mas a gente tinha muitos bloqueios no que tange à sexualidade.

Mirela: E você acha que vivenciou bem a sexualidade com ele?

Laura: Bicho, se eu disser pra você que não foi legal... Foi legal, mas dentro do meu grau de exigência pra época. Hoje eu brinco, vocês vão me achar uma velha acanhada por dizer isso, mas... Quando eu comecei a namorar o Trevizan, eu ficava com ele de segunda a sexta e sábado e domingo ele ficava com a noiva dele. Eu era a oficiososa e ela era a oficial. E ninguém acreditava que ia largar ela, cheia de grana, professora da UFES, com um puta apartamento montado onde ele tinha livre trânsito, ele, um jornalista fodido que ganha pouco... Ninguém imaginava que ele ia largar ela pra ficar comigo, uma mulher com duas filhas de pais que não assumiam, pra cuidar. Ai depois de um tempo, a gente tava numa festa e ela apareceu lá. E ai eu liberei ele pra ir lá, falei pra ele ir falar com ela porque ela era a oficial, mas que dormir ele ia dormir comigo, porque era quinta-feira e quinta era meu dia. Ai ele foi lá, conversou com ela e voltou pra conversar comigo e disse que a gente podia ir embora que ele já tinha terminado com ela. E eu falei: “Então tá, você decidiu ficar comigo...” e peguei na mão dele pra sair da festa exibindo ele. E ele me disse “Olha eu terminei com ela, mas eu não sou um filho da puta, ela foi minha companheira durante 5 anos. Você quer ficar comigo ou quer me exibir?” Então tá, fomos pra casa, chegou lá ele chorou a noite inteira. E eu pensei: “Será que esse homem desistiu, gente?” Mas não, era normal, era o sonho desfeito também. E hoje em dia eu digo sem medo de errar que eu tive três parceiros mas eu brinco que antigamente eu tinha um nervosinho, mas que gozar mesmo legal foi com o Trevizan. Eu não sei se é porque eu me sentia amada, querida, protegida. E mais experiência também, mas eu tinha medo de que não fosse legal. Porque eu tinha atingido a minha maturidade de mulher.

Mirela: Então vamos voltar à trajetória política, você foi presa quando procuravam o Amorim...

Laura: É, na verdade quando eu fui presa, não foi o pessoal daqui, foi uma equipe de São Paulo que veio aqui pra prender o pessoal da Ala Vermelha do PC do B. Porque tinha caído lá um cara chamado Edgar de Almeida Martins, um cara que foi colocado como o Calabar da esquerda. Ele era um cara do comitê central e que hoje em dia já se discute que ele tenha sido um policial infiltrado. Porque ele, um cara do comitê central, conhecia o pessoal da organização do Brasil inteiro. Quando o pessoal foi preso aqui, quando nós fomos presos, houve um desmantelamento da esquerda não só aqui, mas no Brasil inteiro em 1971. Se você fizer uma análise documental da época, dos jornais, mesmo os burgueses, você vai ver que foi quando um houve um desmantelamento em torno da esquerda. Essa especificamente foi quando o Miro, esse Edgar de Souza Martins, dedurou, entregou todo mundo, eles foram pegar o Amorim, ai como eu reagi eles me levaram também como uma forma de pressionar o

Amorim a entregar as coisas, eu fui na condição de mulher do Amorim. No dia seguinte, quando eles foram fazer a geral na nossa casa, procurar... Porque primeiro prendem, levam as pessoas, depois eles vão na casa, onde eles chamam de aparelho, e a nossa era uma casa que não tinha nada a ver com aparelho, era um porão em Vila Batista que a gente morava, mamãe ajudava a pagar o aluguel. Quando eles foram lá, nós tínhamos vários documentos que a gente estava fazendo a leitura crítica. Vocês sabem que naquela época a esquerda era super esfacelada, tinha Ala Vermelha, VPR, Var Palmares, Colina, vários... uma das coisas que eu acho que enfraqueceu o movimento revolucionário foi esse monte de facções que não se entendiam, que não tinha educação pra ter uma discussão. Se eu não me entendia com você eu rompia e criava outra organização, outro partidinho. Nesse momento eles vieram aqui pra prender o pessoal da Ala. Quando eles chegaram pra prender a gente eu fiz uma trouxa, virei pra uma vizinha que vizinha do porão onde eu morava e falei: “Baraunda, se vierem da lavanderia pra pegar a roupa você entrega a roupa, eu volto amanhã” sabendo que não ia voltar... Peguei os livros todos, enrolei na trouxa e falei isso pra ela, piscando, esperando que ela tivesse entendido. E ela entendeu, ela era estudante de história, mas ela foi tão filha da puta que quando os caras vieram pra dar a geral na nossa casa, eles acharam uma coisa ou outra, mas não acharam esse material mimeografado que era o material da gente trabalhar e fazer a leitura crítica. E ela falou que eu tinha deixado a trouxa quando sai presa. Com medo de se comprometer ela entregou a trouxa com tudo. Eles levaram a trouxa do jeito que estava, mandaram buscar o Amorim e a mim, nos jogaram com tudo e disseram “Vocês são a imprensa da Ala”, como se nós fôssemos a parte da Ala que cuidava da imprensa. Como ela falou pra eles que aquilo era da Laurinha, eles pensaram “Essa aqui não é a mulher do Amorim, ela não é tão inocente, ela foi esperta, fez a trouxa...” Então foi assim que eu fiquei aqui por uma semana e quando eles foram pra São Paulo me levaram. Lá em São Paulo na noite em que nós chegamos eles me levaram para o hospital militar. Porque lá em São Paulo nós ficamos na Operação Bandeirantes, onde morreu Vladimir Herzog, aquele jornalista da TV Cultura que foi enforcado depois. Nós fomos pra essa Operação Bandeirantes, que era uma organização para militar, não era legal, não existia, era só pra tortura mesmo. Como várias que existiam, aquela casa da morte, em Petrópolis. Locais onde eles se reuniam, que tinham uma casa de aparência legal, entre aspas, onde para militares, como a gente chama, porque não eram militares que estavam na ativa. Por exemplo, o cara que me torturou quando eu perdi meu neném era do CENIMAR, ele respondia processo no CENIMAR, então aquelas pessoas que tinham problemas é que eles usavam como torturadores. Ai eu fui levada pro hospital militar, onde fiz uma exame de urina que comprovou que eu estava grávida. Então

veio um policial junto comigo, voltamos pra Operação Bandeirantes e ele falou que não encostariam a mão em mim porque eu estava grávida ali e logo seria liberada. À meia noite daquele mesmo dia eu fui tirada da cela pra ser torturada. Assim que eu cheguei me mandaram fazer um depoimento do próprio punho dizendo como eu tinha entrado na esquerda. Essa história de vida que vocês trabalham aqui, eles pediram lá. Claro, eu fiz romanceada e aquela coisa toda. Depois que eu fiz esse relatório me levaram ao hospital militar pra eu fazer o exame. Esse relatório eu tenho, porque o arquivo público de São Paulo abriu os documentos dessa época e eu peguei todos os documentos da OBAN, os depoimentos que eu prestei, os depoimentos das pessoas que citaram meu nome na OBAN, tenho tudo isso. Lá eu comecei a ser torturada, fui pro pau de arara, palmatória, choque elétrico no peito, na vagina. Eu não tenho noção de horas, mas...

Maíra: Nos depoimento à Comissão da Verdade você fala de uma senhora, parente do Seixas...

Laura: Dona Fanny, Na época em que a gente estava lá, como eu falei foi a época em que houve um desmantelamento total da esquerda. Na época os financiadores da tortura no Brasil, vinham pessoas dos Estados Unidos pra treinar os torturadores daqui, com os métodos de tortura. E eles eram financiados pelo grupo Ultra, Ultralar, Ultragás, esses negócios. Era um grupo americano que financiava essa organizações paramilitares como a OBAN. As pessoas que trabalhavam lá ganhavam dinheiro a mais financiados por esses grupos multinacionais. O pessoal da ALN, uma organização que era mais militarista, eles mataram um gerente do grupo Ultra. Como repressão eles ficaram loucos em campo pra pegar os responsáveis por isso. O Roque Seixas era casado com Dona Fanny e era um dos caras que fez a ação que matou o cara do grupo Ultra. Eu fiquei na cela com dona Fanny, que tinha duas filhas e um filho. Foi presa a família toda. O Roque e o filho dele, que eram do Rio Grande do sul, no dia em que prenderam o Roque, a OBAN tinha três equipes, A, B e C. Cada uma trabalhava 24 horas e folgava 36, No dia em que prenderam o Roque eles juntaram as três equipes. Eles ficaram tão felizes, porque era o cara que tinha matado o do Ultra, era a sede de vingança. Ficaram todos, das três equipes no pátio da OBAN, que era uma casa, batendo nos dois. As algemas de ferro do Roque e do filho romperam, de tanto que eles fizeram pra se defender. E dona Fanny ficou na cela, comigo e outras mulheres. Como era uma casa adaptada, tinham umas básculas de vidro que eles pintavam de preto, e como as janelas eram trancadas, a gente não via nada lá em baixo. A gente pegou um grampo e fez uma bolinha na tinta preta que nos permitia olhar lá em baixo algumas coisas. E no dia o Roque foi morto lá sob tortura. Quando eles saíram no

camburão ela percebeu que pelos sapatos era o Roque, e ela pediu pro carcereiro pra deixar ela pelo menos dar um beijo no companheiro de toda uma vida. Então essa é uma cena que até hoje vem na minha mente, eles não deixaram nem que ela chegasse perto nem descesse pra vê-lo, Quando nós fomos soltos, tinha uma revista chamada Manchete na época que tinha assim “Morto em tiroteio contra a polícia” e tinha uma foto do Roque, quando na verdade ele tinha sido morto sob tortura.

Maíra: Quanto à conjuntura política do momento, o que é que você pensa, com a sua experiência

Laura: Eu estou estarecida com o momento de completo esfacelamento das instituições democráticas. Eu sinto que o Estado Democrático de Direito está por um fio. Eu não acredito em um retorno a um momento de ditadura porque dizem que a História não se repete a não ser como farsa. Mas a farsa está ai clara, basta a gente ter a percepção. Eu não digo que o pessoal do PT tenha sido objeto de respeito meu durante esses anos em que eles estiveram no poder. Porque na realidade quem conheceu aqueles que iniciaram esse movimento que se diz Partido dos Trabalhadores, quando na verdade era a classe média, cheia de vício e frescuras pequeno burguesas, não pouparam esforços de manter essas frescuras, mas tinha muita gente boa que tinha crença na possibilidade de garantia da participação popular, coisa que eu nunca vi nos governos do PT. A participação popular era muito subliminar, não tinha... A maioria eram lideranças populares manipuladas pelo partido, não era aquela liderança oriunda da comunidade, dos anseios da população. Nunca tive muita crença, mas a realidade de hoje é estarecedora pra mim. Extremamente triste e melancólica, porque eu não creio que a gente vá conseguir, pelo menos nos próximos 30 anos, resgatas a credibilidade no processo político. Esses jovens de hoje que estão nas ruas fazendo manifestação, as palavras de ordem gritadas estão muito longe do que a população quer ouvir. As pessoas saem em defesa de atores políticos, não saem em defesa das liberdades democráticas. O espetáculo do impeachment da presidenta Dilma foi um negócio humilhante pra mim enquanto mulher. Execração pública de uma pessoa... e ai dizem: “Mas ela teve direito de defesa” Teve, mas as vezes quando o ataque é muito grande a pessoa não tem nem condição de se defender. A baixaria foi muito grande dos dois lados, não senti coerência política em nenhuma fala, nem dos defensores nem dos acusadores. A democracia representativa já era. As pessoas que estão na câmara, no senado, de um lado ou de outro não me representam. Eu não vejo expectativa a curto prazo de se reverter essa situação. Acho que as pessoas que tinham antes uma militância consciente e coerente estão se omitindo. Alguma coisa tem que ser feita, e eu confesso que não tenho

forças, confesso que estou me acovardando, porque o tempo e a energia que eu tenho não são suficientes pra reverter o estado de coisas. A minha expectativa esta em vocês, que são uma meia dúzia.